

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Programa de Pós- Graduação em História – PPGH
Mestrado em História Social

Cristiane Rodrigues Brito



**PODER E CORONELISMO NA CIDADE DE SALINAS: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO CORONEL IDALINO RIBEIRO
NAS DÉCADAS DE 1920 A 1950**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

MONTES CLAROS – MG

Maio / 2017

CRISTIANE RODRIGUES BRITO

**PODER E CORONELISMO NA CIDADE DE SALINAS: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO CORONEL IDALINO RIBEIRO NAS
DÉCADAS DE 1920 A 1950**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Poder, Trabalho e Identidades.

Orientadora: Dr^a. Ilva Ruas de Abreu

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - Unimontes

MONTES CLAROS/MG

Maior /2017

CRISTIANE RODRIGUES BRITO

**PODER E CORONELISMO NA CIDADE DE SALINAS: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO CORONEL IDALINO RIBEIRO NAS
DÉCADAS DE 1920 A 1950**

Banca Examinadora

Professora Dra. Ilva Ruas de Abreu (UNIMONTES)

Professor Dr. César Henrique de Queiroz Porto (UNIMONTES)

Professor Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (UFPE)

Data: ____/____/____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - Unimontes
MONTES CLAROS/MG
Maio/2017

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre dos mestres, Jesus, pela Sua infinita bondade e misericórdia, e por acreditar que sem a Sua ajuda nada disso seria possível. Agradeço pela força nessa difícil caminhada, cheia de lutas, durante a qual, pude ver a Sua graça sustentando-me todos os dias, por isso, digo, “Deus é bom o tempo todo”!

Agradeço de modo especial aos meus pais, Maria de Fátima e Valmir, pelo contínuo apoio todos esses anos. Vocês têm fundamental importância na construção e coerência dos meus valores. Agradeço por terem acolhido a mim e a minha filha com todo amor e por terem me proporcionado dias tranquilos para a escrita desta dissertação. Amo vocês!

Agradeço aos meus familiares, minha irmã Katiane Brito, meus irmãos Carlos Henrique Brito e Cléber Júnior Brito, meus tios, tias, primos e primas, minha Avó Ildelina. Agradeço a todos vocês pelas orações e pelas palavras de carinho e otimismo. A minha filha Rafaela, minha companheirinha, pela compreensão e paciência em todos os momentos, mamãe te ama. À Edvandra pelos cuidados dispensados não só a mim e a minha filha, mas a todos da família. Mais uma vez obrigada “Família Brito”, minha querida parentela.

Agradeço, também, de forma especial à minha orientadora Ilva Ruas de Abreu pelas revisões de texto, as suas indicações teóricas, metodológicas e bibliográficas que muito me ajudaram na construção desta dissertação.

Agradeço aos professores do mestrado pelos ensinamentos valiosos que tanto me engrandeceram, Dra Carla Anastasia, Dr. Renato, Dra Regina, Dra Ilva, especialmente à Dr.^a Filomena Luciene pelo carinho e pela amizade de longas datas.

À minha banca de qualificação, Dr. Laurindo Mékie, Dra. Ilva Ruas e Dr. César Henrique por me ajudarem a direcionar melhor a pesquisa e por seus valiosos apontamentos.

Aos colegas do mestrado pelas dicas, pelas conversas, pelos momentos divertidos durante as aulas que ficarão guardados na memória. À Adriana, Márcia, Priscila pela amizade e companheirismo durante o curso. Às colegas do curso de matéria isolada, Jôse pelo incentivo e em especial Lívia pela ajuda, da qual sou grata.

A todos os funcionários da Prefeitura de Salinas, em especial aos da Câmara Municipal Beto, Marlice e Ivete. Ao meu primo Sizinio Brito Júnior, funcionário do Centro Cultural, Cleidimar chefe do Departamento de Pessoal, aos funcionários da biblioteca, professora Santana, Sula, enfim a todos vocês que ajudaram no acesso a fontes tão importantes na construção desse trabalho.

Não poderia esquecer de prestar uma homenagem ao saudoso memorialista da nossa cidade, João Costa, que tanto contribuiu para preservação da memória, da história de Salinas.

Aos entrevistados, Geraldo Santanna e Edízio Cruz, pelos depoimentos valiosos, pela confiança e por compartilhar comigo tão preciosas memórias que foram fundamentais nesta dissertação.

Enfim a todos que me auxiliaram, de alguma forma, ao longo desse percurso, e que contribuíram direta ou indiretamente na escrita desta dissertação, meu muito obrigada.

“.... não era um homem comum, era um homem bem trajado, alinhado, falava o que precisava ser dito , ele era de poucas palavras, até o físico era descente, físico leve, bem arrumado, era respeitado até lá em cima.”
(Geraldo Paulino Santanna)

RESUMO

Nesta dissertação, discutimos a trajetória política do Coronel Idalino Ribeiro em Salinas-MG, durante as décadas de 1920 a 1950. Para o acontecimento deste trabalho, partimos da seguinte pergunta: como o Coronel Idalino Ribeiro conseguiu permanecer na chefia política de Salinas por quase 40 anos? No decorrer do trabalho, a fim de responder essa pergunta, analisamos a política em Salinas nas décadas de 1920 a 1950, período em que a política local foi marcada pela chefia do Coronel Idalino Ribeiro. Com o propósito de subsidiar essa discussão, recorreremos a conceitos empregados por autores que já estudaram a temática do coronelismo como Vítor Nunes Leal (1978), Maria Izaura Pereira de Queiroz (1976), Maria de Lourdes Janoti (1981), entre outros, que nos ofertaram suporte teórico. Com base em fontes documentais como jornais, Atas, livros de Leis, Atos e Decretos, memorialistas e depoimentos orais, procuramos compreender o contexto político e econômico que propiciou a esses coronéis exercer seu mando e, com isso, ganhar força eleitoral. Analisamos a luta pelo poder local, muitas vezes, marcada pela violência e ainda obtida devido à importância dos laços familiares na conquista e na manutenção do poder, como, por exemplo, o Coronel Idalino que descendeu de uma poderosa família que ajudou a fundar a cidade. Por fim, ainda neste estudo, procuramos entender as mutações que ocorreram na política coronelista pós-Revolução de 1930 e suas acomodações que permitiram a sobrevivência e permanência desses coronéis no poder.

PALAVRA-CHAVE: Coronelismo, Salinas-MG, Coronel Idalino Ribeiro.

ABSTRACT

This dissertation discussed the political trajectory of Colonel Idalino Ribeiro in the city of Salinas – Minas Gerais, in the 1920s to 1950s. The guiding question the research is: How did Colonel Idalino Ribeiro manage to stay in the political leadership of Salinas for nearly 40 years? This study has its main objective to analyze the “coronelistas” politics in Salinas – Minas Gerais, in the 1920s to 1950s, the period in which local politics was marked by the leader Colonel Idalino Ribeiro. Based on sources like newspapers, minutes, statute books, acts and decrees, chroniclers and oral testimonies, we seek to understand the political and economic context that led to the colonels local authoritarianism and electoral force. We analyzed the way the local power so frequently marked by violence and the importance of family ties in the achievement and power to be maintained. We have made use the notions used by authors who have already studied the theme “coronelismo”, like Vítor Nunes Leal, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Maria de Lourdes Janoti, in addition to the others authors who have given us theoretical support on this subject. Finally, about this study, we try to understand the changes which took place in “coronelista” politics after its 1930s revolution and its accommodations that allowed the survival of these colonels.

KEYWORDS: Coronelismo, Salinas – MG, Colonel Idalino Ribeiro.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRR – Partido Republicano Riograndense

PRP – Partido Republicano Paulista

PP – Partido Progressista

PSD – Partido Social Democrático

PNM – Partido Nacionalista Mineiro

UDN – União Democrática Nacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PR – Partido Republicano

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PDC – Partido Democrata Cristão

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PPD – Partido Progressista Democrático

PNM – Partido Nacionalista Mineiro

IMC – Instituto Mineiro do Café

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Foto Salinas na década de 1930.....	21
Figura 02: Foto Coronel Rodrigo Cordeiro da Silva	36
Figura 03: Telegrama assinado pelo Coronel Idalino Ribeiro e professor Juventino Nunes a Raul Soares no ano de 1923	41
Figura 04: Foto inauguração da ponte de madeira em 1922, feita na administração do Coronel Idalino Ribeiro	45
Figura 05: Foto antiga cadeia construída em 1922 na administração do Coronel Idalino Ribeiro.....	46
Figura 06: Foto dos primeiros automóveis	47
Figura 07: Foto da família do Deputado Clemente Medrado Fernandes.....	51
Figura 08: Foto do Deputado Clemente Medrado Fernandes	93
Figura 09: Foto de Olegário Maciel e os membros da Comissão Executivo do PP no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte por volta de 1933	95
Figura 10: Batalhão Patriótico Artur Bernardes, referente a Revolução de 1930.....	98
Figura 11: Prefeito Mendo Correia.....	106
Figura 12: Benedito Valadares com secretários e deputados reunidos no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte	107
Figura 13: Foto residência do Coronel Idalino Ribeiro	114
Figura 14: Foto Deputado Estadual Dr. José Chaves Ribeiro.....	127
Figura 15: Carta Coronel Idalino a Benedito Valadares	145
Figura 16: Charge jornal O Democrata, Grande Concurso.....	156
Figura 17: Charge jornal O Democrata.....	157
Figura 18: Foto Dr. Cândido José da Costa	169
Figura 19: Foto Geraldo Paulino Santanna	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Mapa demonstrativo da quantidade de quarteirões, fogos, mulheres casadas, filhos e escravos.....	25
Quadro 02: Demonstrativo dos que sabiam ler e escrever	26
Quadro 03: Demonstrativo de ofícios	27
Quadro 04: Presidentes de câmara de 1883-1929.....	34
Quadro 05: Prefeitos nomeados	120
Quadro 06: Prefeitos eleitos	124
Quadro 07: Número de Deputados Estaduais eleitos em 1947.....	125
Quadro 08: Número de homens e mulheres e sua localização dentro do município	158
Quadro 09: População rural e urbano que sabiam ler e escrever	159
Quadro 10: Ensino primário no município	160
Quadro 11: Melhoramentos urbanos	160
Quadro 12: Estradas e rodagens localizadas no município	162
Quadro 13: Organização da indústria no município	163
Quadro 14: Pecuária no município.....	163
Quadro 15: Produção agrícola	164
Quadro 16: Finança pública do município	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
LAÇOS FAMILIARES E VIOLÊNCIA: OS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE SALINAS – MINAS GERAIS	20
1.1 Histórico da formação territorial: Salinas e seus primeiros habitantes	21
1.2 Instalação da primeira Câmara: Independência político administrativa do município	29
1.3 A importância dos laços familiares na disputa pelo poder local.....	50
1.4 Década de 1920: “anos quentes em Salinas”.....	61
CAPÍTULO II	
SALINAS: DA REVOLUÇÃO A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	77
2.1 A Revolução de 1930 e o Coronelismo	78
2.2 Clemente Medrado um prefeito Revolucionário	93
2.3 Prefeito Mendo Correia “o progressita”	106
2.4 O apogeu do poder do Coronel Idalino Ribeiro: Salinas representada nas esferas estadual e federal	119
CAPÍTULO III	
DÉCADA DE 1950: APOGEU E FIM DA CHEFIA DO CORONEL IDALINO RIBEIRO	134
3.1 O retorno do PSD ao domínio da política mineira nas eleições de 1950: O continuísmo da chefia do Coronel Idalino Ribeiro	135
3.2 Jornal O Democrata: Uma arma nas mãos da oposição	147
3.3 Salinas na década de 1950: Entre a realidade e a propaganda	158
3.4 Fim da chefia política do Coronel Idalino Ribeiro.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
FONTES.....	185
REFERÊNCIAS	187
ANEXOS.....	191

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é investigar o processo político pelo qual passou o município de Salinas-MG no período correspondente às décadas de 1920 a 1950 e objetivando apreender o processo histórico, analisamos os embates ocorridos, muitas vezes, marcados pela violência, que caracterizaram as disputas pelo poder local e ainda a importância do voto como instrumento de dominação social.

Neste cenário, são relevantes os laços firmados entre algumas famílias locais que contribuíram sobremaneira para prolongar a permanência dos mesmos chefes no poder, demonstrando, com isso, a forte influência exercida pelos coronéis, considerados figuras políticas fortes, mesmo quando se encontravam afastados de instituições como prefeitura e câmara municipais, conseguiam influenciar na política local e eleger seus candidatos. Procuramos também entender as mutações que ocorreram na política coronelista e suas acomodações que permitiram assim a sobrevivência desses coronéis.

De acordo com Victor Nunes Leal (1978), quem busca conhecer a vida política do interior do Brasil encontrará o malsinado coronelismo. Em Salinas-MG, a presença dos coronéis e de seus jagunços tornou a violência uma prática adotada na política da época. Os chefes políticos empregavam formas variadas de violência, por meio de seus capangas armados, com o objetivo de intimidar os eleitores. Autoritarismo e força eleitoral fazem parte da cultura política brasileira e também estiveram presentes na política coronelista e, em Salinas, esses elementos promoveram violentas disputas pelo poder local.

Em razão desses combates foram criados 02 partidos políticos: o Grosso, liderado pelo Cel. Idalino Ribeiro e seu genro Dr. Clemente Medrado; e o Fino, liderado pelo Cel. Rodrigo Cordeiro e o professor Juventino Nunes. Os partidários do Grosso usavam uma fita vermelha para se diferenciarem do Fino, e ambos viviam em constante desavença. Os integrantes desses dois partidos faziam parte do PRM (Partido Republicano Mineiro), eram ricos fazendeiros e comerciantes, que somente visavam ao poder e eram a elite local.

A cidade de Salinas refletiu bem o fenômeno coronelístico, vivia ali um conjunto de pessoas com influência local, regional e estadual. Nas décadas de 1930 a 1950, os prefeitos da cidade foram nomeados ou eleitos através da influência do Coronel Idalino Ribeiro. Seu genro Clemente Medrado Fernandes foi o primeiro prefeito nomeado em 1930 e, após 1933, Medrado foi eleito Deputado Federal e seu filho José Chaves Ribeiro, em 1947, Deputado Estadual. Além do prestígio político, o Coronel Idalino também possuía dinheiro, em meio à

economia incipiente que o Estado apresentava, tendo, por isso, condições de barganhar e compor nos principais momentos políticos, junto ao governo estadual. Além disso, a cidade também tinha um poder privado representado pelos jagunços, os quais utilizavam meios violentos para fazer imperar os mandos e desmandos dos coronéis, que disputavam a influência local.

Vários nomes influentes, na política de Salinas, podem ser citados no período delimitado por esta pesquisa (1920-1950), contudo destacamos o nome do Coronel Idalino Ribeiro, o qual foi um chefe político muito influente e, por quase 40 anos, esteve a frente de importantes decisões no município.

O Cel. Idalino Ribeiro nasceu em Salinas, era descendente da família que fundara a cidade com raízes em Rio Pardo de Minas–MG. Por cerca de quatro décadas, ele permaneceu no comando da política local, primeiro como presidente da Câmara Municipal, de 1918 a 1929, e depois desse período, todos os prefeitos nomeados ou eleitos até o ano de 1958 foram escolhidos por ele. Ou seja, o Cel. Idalino fora um reconhecido chefe político que permaneceu no comando da cidade, por um longo período, graças às disputas marcadas pela violência, voto de cabresto, fraudes eleitorais, característicos da política coronelista, que permitiram sua permanência no poder.

Mas o que foi o coronelismo? Quando iniciou e quando findou? Para essas e outras perguntas, que norteiam esta pesquisa, buscamos nas proposições de autores como Vítor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Maria de Lourdes Janotti, Eul-Soo-Pang, entre outros, respostas sobre o assunto. Segundo Leal, coronelismo é o

“(...) resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” (LEAL, 1978, p.20)

De acordo com Pereira (2002), Leal é uma referência de grande relevância no que se refere ao tema coronelismo, contudo diversos autores também tratam do assunto com diferentes perspectivas teóricas sobre a sua origem, início e fim. Para Leal (1978), o fenômeno coronelístico é característico na passagem do Império para República, já outros autores, como Janotti (1981), Faoro (2000), Carone (1972), explicam a emergência do fenômeno a partir da institucionalização do poder dos chefes locais efetuadas pelas patentes da Guarda Nacional, criada em 1831. Outra perspectiva é de Gualberto (1995), o qual defende

que o coronelismo tem raízes nos primórdios da colonização portuguesa, quando a concentração de renda e poder e o sistema escravocrata, associado ao latifúndio, fizeram surgir os potentados rurais.

Pereira (2002) ainda pondera que enquanto autores como Faoro (2000) e Queiroz (1976) enfatizam o carisma, a honra e a tradição social como fontes de poder dos coronéis, Leal acredita que a fonte desse poder estava no fato deles serem donos de grandes propriedades de terra. É no cenário rural e nas cidades interioranas, dominadas pelo latifúndio, que o coronel exerce seu poder sobre uma população dependente, não instruída e não assistida pelo Estado. Outra diferença de Leal em relação a Faoro e a Queiroz, apontada por Pereira (2002), é a respeito da extensão do poder dos coronéis, enquanto os dois últimos enxergam o chefe local como expressão da força do poder privado, Leal o descreve como expressão da decadência do poder privado, que, incapaz de se manter sozinho, alia-se em condições de inferioridade ao poder público em progressivo fortalecimento.

O ponto de divergência entre os autores refere-se ao período em que o coronelismo começou a entrar em decadência. Todos os autores citados concordam que significativas mudanças ocorreram nas relações de poder que envolviam essa prática política após 1930, até seu completo desaparecimento. Há autores que defendem a decadência do coronelismo em 1930, como Faoro, Leal e Carvalho. Esses, conforme Pereira (2002), apontam a centralização e o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e eleitorais como fatores determinantes de uma nova realidade social e política, incompatíveis com as práticas coronelistas.

Ainda sobre a decadência da política coronelista, autores como Queiroz (1976), Janotti (1981), Souza (1990) e Gualberto (1995) vão apresentar uma compreensão diferente dos autores citados acima a respeito do assunto. A primeira autora defende a tese de que as mudanças socioeconômicas e jurídicas desarticularam o coronelismo e reconhece que as práticas coronelistas foram incorporadas por novas lideranças e por partidos políticos após a queda do Estado Novo (1945). Janotti também concorda que as transformações dos anos 30 e 40 fizeram surgir novos comportamentos políticos e exigiam novas acomodações. Entretanto, segundo Pereira (2002, p.99), “nessa nova conjuntura dos grandes centros urbanos, há certos traços de paralelismo entre a figura do coronel e a dos chefes populistas, porque ambos utilizam na conquista do eleitorado: o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência”.

Nos meios de comunicação, como a televisão, a figura do coronel é apresentada como um fazendeiro rústico, autoritário, brutal, ignorante, dispendo da vida dos demais

habitantes do lugarejo em que reside. Esse é um estereótipo que vem sendo consagrado e, comumente, ridicularizado. Mas todo estereótipo é restritivo, empobrecedor, embora contenha um fundo de verdade. Ao retratar a figura do Coronel, a literatura oferece ao historiador enorme contribuição, explorando o tema com riqueza de nuances regionais. Janotti (1981) analisa que José Cândido Carvalho, no livro *O Coronel e o Lobisomem*, mostra um coronel desmoralizado, sem nenhum poder, vivendo da fama de seus antepassados, o personagem considera-se homem de armas, sem nunca haver lutado.

Para entender como a figura do coronel surgiu no cenário brasileiro, regressamos no tempo, especificamente ao período Regencial (1831-1840). Conforme Janotti (1981), durante esse período foi criada a Guarda Nacional com a finalidade de manter a coerção do Império a partir de forças militares subordinadas aos latifundiários, os quais recebiam do governo a patente de coronel. O coronel era um chefe político de reconhecido poder econômico que conseguia apoio e prestígio junto ao governo do estado, em troca garantiria a este vitória nas eleições. A patente de coronel deixou aos poucos de se relacionar ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir chefes políticos.

Outro aspecto importante que analisaremos, em nossa pesquisa, é sobre a importância dos laços familiares que propiciava a esses chefes políticos prestígio político, social e econômico. Para tanto, tomaremos com base os estudos de Queiróz (1976) sobre o assunto, uma vez que são bastante esclarecedores para o entendimento de muitos aspectos referentes às relações sociais do sistema coronelista. Os coronéis de maior expressão eram geralmente chefes de grande parentela e dividiam os cargos políticos e os votos dos candidatos pertencentes à sua parentela, assegurando, assim, a permanência no poder.

Neste ínterim, o estudo sobre a importância da família é imprescindível para compreendermos como foi constituído o grupo de pessoas mais influentes da cidade que, por ter poder econômico, era considerado a elite política.

Em Salinas, o Cel. Rodrigo Cordeiro foi chefe local na década de 1900, comandou a política por muitos anos e conseguiu eleger seu genro Dr. João Porfírio Machado, como Vereador, Presidente da Câmara e, mais tarde, como Deputado Estadual. Seu rival político, na época, o Cel. Idalino Ribeiro, com sua influência e prestígio, conseguiu, após terminar seu mandato de Presidente da Câmara, nomear o genro, Dr. Clemente Medrado, como primeiro prefeito da cidade em 1930. Clemente Medrado, por sua vez, depois de encerrar seu mandato de prefeito, foi eleito Deputado Federal de (1933 a 1945). O Cel. Idalino também conseguiu,

em 1947, eleger seu filho, José Chaves Ribeiro, como Deputado Estadual, sendo esse reeleito nas três legislaturas seguintes.

Nos dizeres de Eul-Soo Pang (1979), quando o poder sai da família, ele é repassado para alguém da inteira confiança do coronel, permanecendo assim seu controle político. No caso de Salinas, o Coronel Idalino controlava o poder local através da política do apadrinhamento e, muitas vezes, por meio de fraudes, garantia a vitória do governo estadual, recebendo em troca poder para indicação de cargos públicos como: professores, soldados, juiz, delegados, entre outros. De 1930 a 1958, todos os prefeitos de Salinas ou eram nomeados ou eleitos por meio do apoio do Cel. Idalino, ou seja, ele continuava influenciando na política não só do município mas também do Estado.

Para Leal (1979), o coronelismo teve seu declínio em 1930, já Carvalho (1999) considera que não foi somente um declínio, mas o fim do coronelismo. A constatação de Carvalho, nos leva aos seguintes questionamentos: será que essa década pôs fim a política coronelista? A Revolução de 1930 pôs fim ao poder das oligarquias? Realmente, nesse período (1930), encerram-se as práticas como fraudes eleitorais, como o clientelismo e o voto de cabresto, tão comuns nessa política?

Assim, como forma de responder aos questionamentos, bem como atender aos objetivos propostos, esta pesquisa está estruturada em três capítulos, a saber:

No primeiro, fizemos um rastreamento sobre a origem de Salinas, os primórdios da colonização dessa região marcados pela expedição bandeirante de Francisco Bruza Espinosa e do padre jesuíta João de Aspilcueta Navarro, também conhecida por expedição Espinosa-Navarro. Essa busca possibilitou abranger um pouco sobre os primeiros moradores vindos de Rio Pardo de Minas que muito contribuíram para a emancipação do município e a criação das primeiras instituições político-administrativas da cidade.

Nesse primeiro capítulo, também analisamos a importância dos laços familiares que muito contribuíram para que o Coronel Idalino Ribeiro se tornasse chefe local e permanecesse no poder, incluindo o período em que presidiu a Câmara de 1918 a 1929, derrotando seu rival político o Coronel Rodrigo Cordeiro. As discussões apresentadas no primeiro capítulo basearam-se em fontes como as atas da Câmara Municipal do período de 1887 a 1914, quando o chefe local ainda era o Cel. Rodrigo Cordeiro, livros de atos, leis e decretos das décadas de 1920. Ressaltamos que as atas referentes ao período de 1915 a 1946¹ não foram encontradas no arquivo. Também, recorreremos aos livros de alguns memorialistas,

¹ As atas correspondentes aos anos de 1915 a 1946 não foram encontradas no arquivo da Câmara Municipal de Salinas.

como Lisboa, Cônego Newton, Edízio Cruz, Geraldo Santana e Avay Miranda, os quais escreveram sobre a história da cidade, dando importante contribuição para a preservação da memória local; e ainda foram pesquisados alguns jornais locais como “O Salinense” e “O Reivindicador” e os jornais “Gazeta do Norte” e “Cidade de Montes Claros”, estes de Montes Claros-MG que trazem registros dos eventos ocorridos na época em estudo.

No início do segundo capítulo, abordamos um importante acontecimento pré-revolucionário que ficou conhecido pelo nome de “Coluna Prestes”. Em Salinas, o Coronel Idalino apoiou a perseguição aos chamados “Revoltosos”, nome dado aos integrantes dessa Coluna que, dentre outras coisas, combatiam a política oligárquica dos coronéis.

Prosseguindo, ainda neste capítulo, analisamos a década de 1930 a 1940, período em que vários acontecimentos marcaram a história política e social brasileira, como o crescimento da indústria, do comércio, a crescente urbanização e a Revolução de 1930. Também analisamos o período pós-revolução que acarretou importantes mudanças na política brasileira, o governo Vargas e a redemocratização pós-1945. Esses eventos que compuseram o cenário nacional foram analisados, considerando o modo como interferiram na perspectiva local, como forma de entender a abrangência desses episódios na política coronelística de Salinas. Nesse capítulo, as fontes de pesquisa são as atas da Câmara Municipal dos anos de 1947 a 1948, livro de leis, atos e decretos das décadas de 1930 a 1940, os jornais locais da época como “O Salinense” e “O Reivindicador”, jornal Gazeta do Norte de Montes Claros, entrevistas feitas pelo memorialista João Costa aos senhores José Guimarães, Mendo Correia (ex-prefeito), dona Áurea, esposa do senhor Enéas Batista, este era proprietário de uma antiga usina que gerava energia em Salinas, em meados de 1930, e os livros de memorialistas locais.

No terceiro e último capítulo, realizamos uma análise da política da década de 1950 em Salinas, como ocorreu à derrota do Cel. Idalino Ribeiro, depois de quase 40 anos no poder, e as implicações de sua perda de poder. Para a análise pretendida, nesse capítulo, recorreremos aos jornais locais, como “O Democrata”, o qual seus donos faziam oposição ao Coronel Idalino; também utilizamos o jornal Gazeta do Norte, as atas da Câmara Municipal, livros de leis, atos e decretos desse período, entrevista com o senhor Geraldo Santanna (ex-prefeito) e também os livros dos memorialistas locais.

CAPÍTULO I

LAÇOS FAMILIARES E VIOLÊNCIA: O INÍCIO DO POVOAMENTO E DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE SALINAS - MINAS GERAIS

Neste primeiro capítulo, discorreremos sobre a origem de Salinas e o início do povoamento dessa região, os quais foram marcados pela expedição bandeirante de Francisco Bruza Espinosa e do padre jesuíta, João de Aspilcueta Navarro, também conhecida por expedição Espinosa-Navarro.

Assim, demos início ao rastreamento das primeiras famílias que povoaram a cidade, seus primeiros chefes políticos, os quais vindos de Rio Pardo de Minas – MG, muito contribuíram para a emancipação do município. De acordo com a Lei de nº 2.725 de 18 de dezembro de 1880, da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, foi o Arraial de Santo Antônio de Salinas elevado à categoria de Vila. Em 19 de janeiro de 1883 foi instalada a primeira Câmara Municipal, quatro anos depois, em 04 de outubro de 1887, a vila elevou-se à categoria de cidade.

Todo esse contexto, que impulsionou a fundação do município, impulsionou-nos a examinar a composição das primeiras câmaras, seus presidentes, os quais tinham patentes da Guarda Nacional, instituição, que foi de grande importância para a política coronelista. Interessou-nos ainda examinar as profissões exercidas por cada presidente, pois, segundo Bourdieu (2000), os cargos de bacharéis como advogados e os cargos de médicos, rendiam, a estes, capital simbólico, o qual resultava em capital político.

Neste primeiro capítulo, também analisamos a importância da família na disputa pelo poder local. Salientamos que esta foi de suma importância para a conquista e permanência, no poder, dos chefes políticos locais. Vimos que os grandes chefes políticos da cidade tiveram seu poder sustentado por pertencerem às famílias grandes e poderosas, que lhes proporcionavam prestígio político e econômico. Em relação ao Coronel Idalino Ribeiro, que destacamos nesta pesquisa, podemos dizer que pertencia a uma família grande e influente, possibilitando que fosse chefe por muitos anos. Ainda sobre essa família, salientamos que os laços familiares eram estabelecidos não apenas por relações de parentesco, constituídas por laços de sangue, mas também por laços afetivos, espirituais que, muitas vezes, de acordo Queiroz (1976) eram mais fortes que os de sangue.

Assim, a cidade nos seus primórdios foi palco de muitas lutas sangrentas, cujo objetivo era a disputa pelo poder local. Episódios como esses, que envolveram uso de violência, sem dúvida, requerem uma análise cuidadosa, com vistas a compreender de que forma contribuíram com a conquista e a permanência de um mesmo chefe no comando da política na cidade. No tocante a essa questão, na década de 1920, o Coronel Idalino Ribeiro é um bom exemplo de que o emprego da violência contribuiu para que ele se tornasse um chefe local e, com isso, derrotasse seus adversários.

Na sequência, abordaremos e discutiremos a respeito da administração do Cel. Idalino Ribeiro, sua atuação como presidente da Câmara e como chefe local, em um período que compreendeu de 1918 a 1930.

1.1 - Histórico da formação territorial: Salinas e seus primeiros habitantes

Figura 01: Salinas na década de 1930



Fonte: Acervo particular do memorialista salinense João Costa

A cidade de Salinas está localizada no Norte de Minas Gerais², cuja história inicia-se com o bandeirantismo, ocorrido entre os séculos XVI e XVIII. De acordo Lisboa (1992), o Dr. Clemente Medrado, prefeito de Salinas, na década de 1930, publicou em seu jornal o “Reivindicador”, um excelente e valioso dado sobre a história de Salinas. Nessa

² Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a mesorregião Norte de Minas é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. Ver mapa anexo (www.ibge.gov.br, acessado em 24/03/2016)

publicação consta que a primeira expedição que dominou a região foi liderada por Francisco Bruza Espinosa e pelo padre jesuíta, João de Aspilcueta Navarro³. Eles partiram de Porto Seguro em 1554, ano em que o Brasil estava sob o governo de Tomé de Souza. Augusto Hermes de Paula, em seu livro *Montes Claros sua história, sua gente e seus costumes*, publicado em 1957, faz uma descrição dessa expedição. Segundo o autor:

O itinerário de Spinoza tem sido reconstruído por diversos historiadores, todos baseados na célebre carta do Padre Navarro a seus irmãos na Bahia, havendo mesmo divergências acentuadas em alguns pontos. Entretanto, a passagem dessa primeira bandeira através de nossa região constitui ponto pacífico. Em 13 de junho de 1553, partia de Porto Seguro a primeira expedição que devassaria o Território Nacional, subindo o rio Mucuri (ou Araquá) até a região do atual município de Teófilo Otoni, ⁴voltando à direita e vencendo a região das pedras coradas, atravessou o Rio Jequitinhonha, Rio Pardo, etc. (PAULA, 1979, p.3).

De acordo com Simeão Ribeiro Pires (1979), em seu livro: *Raízes de Minas*, a posse da terra, onde hoje se localiza o município de Salinas, ocorreu em meados do século XVII quando o Conde da Ponte adquiriu terras por concessão de sesmarias. O autor explica que na região do Norte de Minas, no século XVII, havia duas grandes propriedades: a de Garcia de Ávila, chamada Casa da Torre, que se localizava na margem esquerda do Rio São Francisco e a de Antônio Guedes de Brito⁵, chamada Casa da Ponte, esta ficava na margem direita do rio. Os distritos que pertenciam à Casa da Ponte eram: Jacobina, Rio das Contas, Caitité, Urubu e Xique-Xique, localizados na Bahia e somente Rio Pardo localizava-se em Minas Gerais. Em 1663, o Conde da Ponte, por concessão de sesmaria, iniciou a ocupação dessa região e, em meados de 1698, o bandeirante, Antônio Luiz dos Passos recebe uma sesmaria e estabelece uma fazenda de gado nas margens do Rio Pardo.

³ Francisco Bruza era castelhano foi enviado juntamente com o padre João de Aspilcueta Navarro, integrante da Companhia de Jesus. Eles foram enviados pelo governador geral Tomé de Sousa a mando do rei D. João III (MENDES, 1998, p.01).

⁴ Segundo Avay Miranda em seu livro: *Taiobeiras seus fatos Históricos*, Antônio Guedes de Brito foi casado com D. Guiomar Ximenes de Aragão, entretanto, não teve filhos com ela. Ele possui uma filha ilegítima, que foi reconhecida com o nome de Izabel Maria Guedes de Brito, ficando esta, com a morte de seu pai, herdeira de todo patrimônio e do Morgado (conjunto de bens que ficava para o filho mais velho). Antônio Brito Correia e Maria Guedes, pais de Antônio Guedes de Brito, havia fundado o Morgado, determinando que seus sucessores, para serem herdeiros do Morgado, deveriam colocar o sobrenome Guedes de Brito, instituindo assim, a dinastia da Casa da Ponte.

⁵ Antônio Guedes de Brito alcançou também a Patente de Mestre de Campo (1671), tendo governado interinamente a Capitania da Bahia após a morte de Afonso Furtado de Medonça, juntamente com Álvaro e Cristovão de Burgos Contreiras de 26-11-1675 a março de 1678. (PIRES, 1979, p.44)

Segundo Carlos Vilela da Silva⁶ (2008), em seu artigo *Poder e administração central e as relações com o poder local em Salinas: do povoamento ao surgimento das primeiras instituições*, o fato acima está relacionado à forma como o povoamento do território brasileiro estava se concretizando. Primeiramente, inicia-se com a ocupação do litoral e, gradativamente, vai ocupando o interior, tendo como base econômica a pecuária e, posteriormente, de forma intensa, a mineração. Caio Prado Júnior (1994), citado por Silva (2008), afirma que a Bahia foi o centro que norteou a expansão de povoamento do interior do sertão por causa da pecuária, chegando ao Rio São Francisco em meados do século XVII.

Silva (2008) também cita Faoro, o qual discorre que,

[...] além de receber, de uma vez, extensões imensas, tornava-se usual, ainda, repetirem-se as datas, contemplando o mesmo colono com sucessivas sesmarias, em épocas e lugares diferentes. [...] os imensos latifúndios da Casa da Torre, da Casa da Ponte, da Casa do Sobrado, de João Pais, de Viera, etc. , resultaram, todos, de sucessivas datas de terra (FAORO, 2004, p. 125).

Ainda sobre a ocupação da região de Salinas, Lisboa (1992) pondera que as terras pertencentes a Rio Pardo de Minas foram povoadas pelos bandeirantes paulistas vindos do Estado da Bahia, sob o comando do bandeirante paulista, Antônio Luiz dos Passos. Este, em 1698, recebeu da Coroa Portuguesa uma sesmaria, localizada entre os rios Pardo e Doce, de aproximadamente 80 léguas, após ter contribuído para o extermínio do Quilombo dos Palmares.

Antônio Luiz dos Passos veio para a região em busca de riquezas, principalmente pedras preciosas e ouro; já era dono de uma fazenda no município de Rio Pardo, onde se dedicava à criação de gado. Mais tarde, por volta de 1711, adentrando pelo interior, ao Sul e Sudoeste do município, examinando a região, os bandeirantes, sob seu comando, descobriram um rio pouco caudaloso. Na região, não encontraram ouro e prata, que tanto cobiçavam, mas jazidas de sal, produto de elevado valor comercial, na época, e que tinha grande importância devido à escassez e a dificuldade em adquiri-lo. Após essa descoberta, começam a vir os primeiros habitantes, que povoaram a região. É devido ao fato de terem encontrado as jazidas de sal, motivou a nomeação do rio de Salinas, bem como o nome da cidade.

Se a origem da história e do povoamento de Salinas está diretamente atrelada à vinda dos bandeirantes paulistas, liderados por Antônio Luiz Passos, o mesmo não ocorre com a colonização do Norte de Minas Gerais, ou pelo ou menos não é matéria de consenso.

⁶ Carlos Vilela da Silva é professor de história em Salinas da rede Estadual de Minas Gerais.

Há entre os pesquisadores uma discussão sobre quais foram os primeiros colonizadores dessa região do estado. Autores como Urbino Viana (1935) em seu livro: “Bandeirantes e sertanista bahianos” e Caio Prado Junior (1973) em seu livro: “Formação do Brasil contemporâneo” defendem o pioneirismo baiano. Contrário ao pensamento de Urbino Viana e Caio Prado Júnior, Carla Anastasia (1998) Em seu livro, *Vassallos e Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do séc. XVIII*, não concorda com o posicionamento de Caio Prado Júnior. Para a autora, existem várias evidências documentais que levam a concluir que “toda a área foi originalmente povoada pelos paulistas aos quais se devem também a sua dinamização” (p.12).

Já Bernardo Mata Machado (1991) adota uma posição conciliatória, pois, segundo este, tanto as correntes paulistas, quanto baianos resultaram na instalação de grandes fazendas de criação de gado e estas já haviam se firmado antes do descobrimento do ouro. Monção e Dayrell (2007) em seu trabalho intitulado “A cachaça no contexto histórico, cultural e econômico da região do Alto Rio Pardo – Minas Gerais” apontam que a região do Alto Rio Pardo foi fruto da ocupação promovida por baianos e paulistas, ora procurando ouro e diamantes, ora estabelecendo currais. Também, na tentativa de fugir da fiscalização da Coroa Portuguesa, os garimpeiros buscavam novas minas. Outros, ainda, atendendo a crescente demanda por alimentos na região das minas, vieram e se fixaram como agricultores e criadores.

Por volta de 1789, conforme Lisboa (1992), vieram de Rio Pardo para Salinas, Ana Maria de Araújo e a filha Faustina Fernandes Pessoa; José Cardoso de Araújo; o Padre Bernardino Ferreira da Costa e algumas beatas. José Cardoso de Araújo era cunhado do Padre Bernardino, foi ele quem fundou a primeira capela no centro da atual Praça do Mercado. O território foi dividido em seis grandes fazendas: Bananal, Ribeirão, Gramas, Tabocas, Matrona e Canela d’Ema. A fazenda do Ribeirão era de propriedade de dona Faustina Fernandes Pessoa⁷, e ela fez uma doação a Santo Antônio de uma parte da terra, onde foi construída uma capela e um cemitério, começando aí o povoado de Salinas. Segundo relata Lisboa (1992), até os dias atuais, Santo Antônio, santo de devoção de dona Faustina, doadora da terra, é o padroeiro da cidade. Em seu livro, *Raízes de Minas*, Simeão Ribeiro Pires relata como acontecia a formação desses primeiros povoados:

⁷ Dona Maria Faustina Fernandes Pessoa, fazendeira, doou o terreno para construção da capela sob o patronato de Santo Antônio e sem licença imperial e nem da cura, conforme documentos encontrados no arquivo da Igreja Católica na cidade de Minas Novas.

Há certa constância no nascer, como as sementes, os povoados do sertão. A casa de Deus em primeiro lugar. Em um plano de horizontes largos, a capelinha branca, caiada por vezes até de tabatinga⁸, em torno da qual, e na obediência geométrica do planejamento de uma praça, edificavam o casario baixo dos pioneiros. Mas, o marco inicial, era um marco de fé. Sim. A doação do terreno largo ao santo ou à santa, na escolha de uma inspiração religiosa dos doadores (PIRES, 1979, p.257).

Ainda falando sobre o povoamento, Lisboa (1992) narra que a nova povoação de Santo Antônio de Salinas se desenvolveu em virtude dos vales férteis do município. Conforme o autor, a fome de 1809⁹ obrigou os numerosos grupos de famílias de Rio Pardo, Minas Novas e Grão Mogol a se espalharem em busca de terras frescas e férteis. De acordo com o senso realizado, em 24 de dezembro de 1838, época em que Salinas ainda pertencia a Rio Pardo de Minas, o juiz de paz, Francisco do Carmo de Oliveira Silva, realizou um censo em que registrou a presença de 3.141 habitantes na região de Salinas. O censo foi dividido por quarteirões, ao todo eram 22, conforme mostra o Quadro 1 abaixo:

QUADRO 1
MAPA DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE QUARTEIRÕES,
FOGOS, MULHERES CASADAS, FILHOS E ESCRAVOS

(Continua)

Quarteirões	Fogões	Mulheres dos casados	Filhos	Escravos
Povoação de Sto. Antônio da Salinas	25	21	79	18
Povoação e a rebalde	25	22	47	19
Córrego da Almececas	27	14	92	26
Dos Furados	27	22	100	107
Cabeceiras da Itinga	27	19	73	17
Água Fria	25	19	77	23
Goará	25	18	89	04
Mucambo	25	17	75	09

⁸ Era uma espécie de argila ou argamassa, servia para revistar casas populares (FERREIRA, 1999, p.1913).

⁹ Refere-se a uma grande seca que atingiu as regiões Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais nos anos de 1808 e 1809.

QUADRO 1
MAPA DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE QUARTEIRÕES, FOGOS,
MULHERES CASADAS, FILHOS E ESCRAVOS

(Conclusão)

Quarteirões	Fogões	Mulheres dos casados	Filhos	Escravos
São José	28	22	133	15
Extrema	28	28	31	05
Boa Vista	25	24	32	17
Gramiais	25	19	61	30
Gramiais e Alagoa	25	17	66	11
Cabeceiras de São José	29	19	47	10
Cabeceiras de Água Branca	28	24	121	03
Água Branca	28	18	83	01
Cabeceiras de Almececas	28	23	89	19
Canela D'Ema	28	21	69	10
Cabeceiras do Bananal	23	16	94	41
Esmeralda e Boqueirão	23	16	67	25
Itinga a Baixo	30	22	56	09
Terras Vermelhas	29	18	85	31
22 quarteirões	587	434	1670	432

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas

Com relação ao total de pessoas que sabiam ler e escrever e que possuíam algum ofício, somente o relatório de 4 quarteirões, da Povoação de Santo Antônio de Salinas, da Povoação a fora, do Córrego das Almececas e Ribeirão e dos Furados, trazem esses dados. Conforme se verifica no Quadro 2 abaixo:

QUADRO 2
DEMONSTRATIVO DOS QUE SABIAM LER E ESCREVER

Quarteirão	Sabiam ler e escrever	Não sabiam ler e escrever	Total de pessoas
Santo Antônio de Salinas	17	08	25
Povoação a fora	09	16	25
Corrego das Almececas e Ribeirão	08	19	27
Furados	21	06	27
04	55	49	104

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas

Quanto às profissões, foram relacionados os seguintes ofícios: lavoura e criação, ferreiro, lavoura, sapateiro, carpinteiro, costureira, alfaiate, oficial de justiça, negociante, dentista¹⁰ e fiandeira. Podemos perceber, segundo o Quadro 3, abaixo, que a maioria da população vivia da agricultura e criação de gado.

QUADRO 3
DEMONSTRATIVO DE OFÍCIOS

Lavoura e criação 21	Só lavoura 50	Ferreiro 02	Sapateiro 05	Carpinteiro 03	Costureira 05
Fiandeira 01	Alfaiate 02	Oficial de Justiça 01	Negociante 03	Dentista 01	Indefinido 10

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas

Ao analisarmos os dados contidos nos quadros acima, podemos compreender um pouco mais sobre a sociedade que existia naquele povoado. Tratava-se de uma sociedade tipicamente patriarcal, baseada no latifúndio e na escravidão, o que, segundo Queiroz (1976), tornava o chefe de família, que possuía latifúndios, senhor de grande extensão de terra.

As famílias tinham vários filhos, viviam da agricultura e da criação de animais, a maior parte morava na zona rural e a maioria era analfabeta. De acordo com o Quadro 2, os que sabiam ler e escrever eram todos do sexo masculino. Alguns fazendeiros possuíam escravos, ao todo existiam no povoado 432 escravos; 48 desses eram do senhor Manoel José Theodoro de Sá. Em relação aos profissionais liberais existiam poucos, o comércio pequeno e pobre dificultava o progresso local. Os chefes políticos surgem das famílias desses grandes latifundiários, que tinham a posse das terras e, portanto, detinham o poder.

Há registros, segundo Ângelis (1998), de uma reivindicação em prol da criação da Freguesia¹¹ de Santo Antônio de Salinas, a qual consta que, em 12 de abril de 1849, 53 homens fizeram um abaixo-assinado, solicitando à Câmara Municipal de Rio Pardo a criação da Freguesia no distrito de Santo Antônio de Salinas. Verifica-se, pois, que à medida que a população crescia, aumentava também o desejo de autonomia política, a qual possivelmente advinha de uma elite local sedenta pelo poder. De tal modo, a instalação da uma câmara seria possibilidade de uma autonomia política, a qual somente veio a ocorrer alguns anos mais tarde, em 1850, quando a lei provincial nº 511, art. 3º, cria no curato de Salinas uma cadeira

¹⁰ O ofício de dentista era desempenhado por Maria Francisca do Nascimento, ela declarou ser viúva e que tinha 48 anos de idade (Arquivo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas).

¹¹ Nome de origem portuguesa e corresponde as mais pequenas divisões administrativas (FERREIRA, 1999, p.941).

de instrução primária para o sexo masculino. Sem dúvida, essa foi uma importante conquista para a região, vindo a ser, mais tarde, uma das exigências para ser elevada à condição de Vila, o que tornava mais próxima a tão almejada autonomia política.

No livro *Toponímia de Minas Gerais*, Joaquim Ribeiro da Costa (1970) afirma que, logo nos primeiros anos do povoamento, surgiram as paróquias, também com nome de freguesias, termo empregado talvez como simples sinônimo ou para designar aquelas mais populosas, com maior número de fregueses sujeitos ao regime de padroado exercido pelo poder civil. Ainda, segundo Costa, o Curato de Santo Antônio de Salinas foi elevado a paróquia por meio da Lei nº 730 de 16-05-1855. A elevação a Município e Vila só aconteceu alguns anos mais tarde, através da lei nº 2.725 de 18 de dezembro de 1880. Algumas exigências deveriam ser cumpridas para a instalação de um município, tais como criação de edifícios para acomodação da câmara, cadeia e escolas de instrução primária. Salinas foi elevada de freguesia a vila pela Lei nº 2.725, de 18 de dezembro de 1880, nestes termos:

O Cônego Joaquim José de Sant'ana, Comendador da Ordem de Cristo e Vice-presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e sancionei a lei seguinte:

Artigo 1º- Fica elevado à categoria de vila o arraial de Santo Antônio de Salinas, devendo ser a mesma instalada, depois de seus habitantes houverem oferecido à província os edifícios com acomodações necessárias para câmara, cadeia e escolas de instrução primária.

Parágrafo 1º- O município dessa vila se comporá das freguesias de Santo Antônio de Salinas, sua sede, e de Águas Vermelhas, ambas desmembradas do Termo de Rio Pardo, ficará pertencendo à Comarca de Grão Mogol, e terá todos os ofícios de justiça criados por lei geral¹².

No ano de 1876, período imperial, antes de o arraial ser elevado à condição de vila, Salinas já contava com pessoas, cuja renda era suficiente para serem eleitores, ou seja, igual ou superior a 100\$000, valor exigido na época. Eram, ao todo, 40 eleitores. De acordo como o censo realizado no ano de 1838, havia 587 homens dentre casados, viúvos e solteiros; 434 mulheres, essas não podiam votar; e o número de escravos era de 434, que também não votavam; o número total de filhos era de 1670, lembrando que menores de 25 anos não podiam votar. Segundo Ângelis (1998), após trinta e oito anos do levantamento apresentado pelo censo, foram encontradas, na região, somente 40 pessoas capacitadas para votar, diante disso é possível verificar que, naquela época, o poder de decisão política estava nas mãos de

¹² Disponível em: <<http://www.alemgo.gov.br/br>>. Acesso em: 15/03/2016.

alguns poucos representantes da elite rural, privilégio legitimado pela constituição de 1824. Ângelis apresenta um trecho do decreto assinado pela princesa Isabel:

A princesa Isabel em nome do Imperador, pelo decreto Nº 6241, fixa o número de eleitores das Paróquias do Império: Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, 49; Santo Antônio de Salinas, 40; São Miguel dos Lençóis, 17; e Nossa Senhora da Graça do Tremedal, (ÂNGELIS, 1998 p.111.).

Queiroz (1976) esclarece que os grandes latifundiários dominavam a política no final do século XIX, esses podiam ser eleitores e também candidatos a um cargo público. Segundo a autora, a constituição de 1824 foi altamente excludente, visto que considerava cidadãos ativos os grandes fazendeiros, já os fazendeiros menores e agregados somente seriam considerados como os grandes, caso alcançassem uma determinada renda; por sua vez, os escravos e os que não alcançassem renda suficiente para serem eleitores não eram considerados cidadãos. Assim, os cidadãos ativos eram aqueles que possuíam mais de 25 anos e renda líquida anual ou superior a 100\$000, podendo, pois, escolher os eleitores paroquianos. Aqueles que possuíam renda anual igual ou superior a 200\$000 e não fossem escravos libertos podiam candidatar-se a eleitores paroquiais e eram incumbidos de eleger deputados e senadores. Somente poderia se candidatar a deputado quem possuísse uma renda anual ou superior a 400\$00; e para senador aquele que tivesse mais de 40 anos e renda anual ou superior a 800\$000.

Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1981), em seu livro *O Coronelismo: uma política de Compromissos*, também discute sobre as eleições realizadas no período imperial. A autora afirma que, apesar das várias reformas eleitorais efetuadas até o fim do Segundo Reinado, o voto ainda era censitário e alfabetizado. A qualificação do cidadão ficava a cargo do município, era controlada pelos chefes locais, uma característica também da política coronelista. Com a constituição de 1891, mantiveram excluídos do direito ao voto os analfabetos, religiosos, mulheres e mendigos.

1.2 - Instalação da primeira Câmara: independência político-administrativa do município

Nos primórdios da política em Salinas, conforme Ângelis (1998), o Arraial de Santo Antônio de Salinas era representado, na Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas, pelo Padre Bernardino Costa. Podemos afirmar, baseados nos relatos contidos no livro do Cônego

Ângelis, que o padre Bernardino¹³ pode ser considerado o primeiro chefe político e religioso da cidade, pois foi um dos pioneiros a chegar no município, em meados de 1790, em 1832 ocupava o cargo de Juiz de Paz, em 1837 foi suplente de vereador e em 1844 foi eleito vereador. Ainda, segundo Ângelis, em 1844, o padre pede exoneração do cargo na Câmara de Rio Pardo, alegando que morava em Salinas, a qual era distante 16 ou 17 léguas, alegou ainda que estava com mais de 60 anos de idade e que sofria moléstias. Assim, diante dos argumentos, teve seu pedido concedido. No ano de 1854, o padre faleceu, deixando em testamento alguns utensílios para a Capela de Santo Antônio de Salinas, a carta de alforria de um escravo, e como herdeiro seu filho, Vicente Ferreira da Costa. Este era avô materno do Coronel Idalino Ribeiro, sendo o padre Bernardino, de acordo com a árvore genealógica da família, bisavô do coronel Idalino. A mãe de Vicente Ferreira da Costa, de acordo Angelis (1998), chamava-se Francisca Benedita de Oliveira.

De acordo com Ângelis, em reunião datada de 19 de janeiro de 1883, na cidade de Rio Pardo, foi redigida a ata de instalação do município de Santo Antônio de Salinas com a posse da sua primeira Câmara Municipal para o quadriênio 1883/1886, cujo primeiro presidente foi o senhor Antônio dos Anjos Sobrinho, vereador mais votado. Os demais vereadores foram: Avelino Ferreira Almeida, Capitão Carlos Dias Torres, Modesto José da Silva, Luiz Ferreira Monteiro, Honofre Valente Franco e o Tenente Donério Ferreira Araújo. Quatro anos após a criação da Câmara Municipal, em 04 de outubro de 1887, a Vila de Santo Antônio de Salinas foi elevada a categoria de cidade pelo Art. 3º da Lei Provincial nº 3.485. Em 22 de junho de 1892, tornou-se sede de Comarca emancipando-se político e judicialmente de Rio Pardo de Minas, tendo como 1º Juiz de Direito o Dr. Francisco Batista Assis Freitas e como 1º promotor de Justiça, o Tenente Coronel Rebeldino Pinto Coelho. A ata foi redigida nos seguintes termos:

Termo de juramento e posse aos sete vereadores da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio de Salinas. Aos dezenove dias do mês de janeiro de mil oitocentos e oitenta e três do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, às quatro horas da tarde sob presidência do Sr. Vereador da Câmara Municipal da Cidade de Rio Pardo; Conrado Gomes Caldeira compareceram os senhores Cap. Carlos Dias Torres, Tte. Donério Ferreira de Araújo, Luíz Ferreira Monteiro, Antônio dos Anjos Silva Sobrinho, Avelino Ferreira de

¹³ O Padre Bernardino Ferreira da Costa nasceu na fazenda da Tabua (distrito de Montezuma), em 1778; faleceu no sítio Cachoeira, em Salinas, em 1854. Ocupou os cargos de vereador, juiz de paz, entre outros. Em seu testamento deixou para o uso da capela de Santo Antônio de Salinas vários objetos, entre estes, cálice de prata, pedra dura, véu, bolsa e um ferro de hóstia. Rico, neste testamento fez diversos legados, mandou passar carta de liberdade a escravo e instituiu por herdeiro seu filho Vicente Ferreira da Costa. O padre foi sepultado na Capela de Santo Antônio de Salinas (ÂNGELIS, 1998, p.103-104).

Almeida, Honofre Valente Franco e Mudesto José da Silva. Vereadores eleitos para o futuro quadriênio de 1883 a 1886, como fez certo pelos seus respectivos diplomas, e prestarão sobre o Livro dos Santos Evangelhos, o juramento com as formalidades legais, prometendo cumprir com bôa e sã consciência os deveres de seu cargo de vereadores, do qual tomarão posse. Eu José Cândido Moreira e Souza secretário interino desta Câmara que este fiz e subscrevi (ÂNGELIS, 1998, p. 49).

Leal (1978) explica que somente em localidades com, pelo menos, categoria de vila, concedida por ato régio, é que podia ser instalada uma Câmara Municipal. A estrutura da Câmara, segundo o autor, fora transplantada de Portugal, inicialmente, conforme as Ordenanças Manuelinas e, mais tarde, as Filipinas. A princípio, a Câmara deveria ser composta por dois juízes ordinários, servindo um de cada vez, ou de juiz de outra localidade e de mais três vereadores. O autor pondera que eram atribuições de caráter local, conforme dispunham as Ordenanças, dos vereadores: “pertence ter carrego de todo o regimento da terra e das obras do Concelho Ordenações, e de tudo o que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar” (p.61). Ao descrever as Câmaras da Colônia, Leal cita Carvalho Mourão (1946), o qual observou que as Ordenanças tinham funções mais importantes do que as das modernas municipalidades. Além das atribuições peculiares do município, exerciam funções que hoje ficam a cargo do Ministério Público, como denúncia de crimes, polícia rural, higiene pública, entre outros.

Segundo Lisboa (1992), aos 28 de outubro de 1892, ano em que Salinas foi emancipada judicialmente, o presidente e também agente executivo, Sr. Antônio Castro, promulgou o 1º Estatuto, o qual continha a 1ª Lei Orgânica do Município. De acordo com Silva (2008), esse estatuto serviu para nortear o cotidiano dos moradores da cidade recém-emancipada. O estatuto trazia regras, que versavam sobre os seguintes assuntos: conservação das estradas e caminhos, perímetro da cidade, moral e bons costumes e artifícios prejudiciais. As devidas punições, caso as regras não fossem obedecidas, também constavam no citado estatuto. Segundo Silva, as penalidades demonstravam preocupação em organizar o município de Salinas, evitar problemas de saúde, visto que esse estava desprovido de atendimento. Para que se fossem preservadas a moral e os bons costumes, as pessoas eram proibidas de pedir esmolas, essas tinham o prazo de 15 dias para se apresentarem empregadas. Quanto a esse aspecto, verifica-se que não se tratava apenas de uma preocupação local, mas de toda nação, dado que a Constituição de 1891 proibia mendigos de participarem do processo eletivo. Vejamos o que diz o capítulo X do Estatuto:

Art. 108- É proibido a qualquer pessoa pedir esmolas quando puder com seu trabalho adquirir meios de subsistência...

Art. 109- É proibido escrever, fazer dísticos e desenhos imorais em lugares acessíveis a vista do público. Multa de 5\$000.

Art. 110- É proibido defecar ou urinar em lugares públicos, de modo que ofenda a moral pública. Multa de 5\$000

Art. 111- É proibido a qualquer pessoa lavar-se nua, nas fontes do rio da cidade, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde. Multa de 2\$000

Art. 112- Mostrar em público as partes pudendas de propósito, ou seja por ataque ao pejo ou por qualquer outro motivo. Multa de 5\$000

Art. 113- É proibido dar tiros dentro do perímetro desta cidade. Multa de 5\$000 por cada tiro, sendo de dia, e 10\$000, sendo de noite, exceto com causa justificada (LISBOA, 1992, p. 234).

Mesmo tendo sido emancipada politicamente em 1883, a cidade de Salinas só será sede de Comarca no ano de 1892 quando passou a funcionar o Fórum no prédio do Palacete Municipal, permanecendo, nesse local, até o ano de 1933, quando foi construída sede própria. Conforme reportagem do jornal *O Salinense*, na edição de abril de 1929, as autoridades locais foram criticadas por causa do estado de conservação do velho prédio, onde funcionava a Comarca, e também porque a cidade ainda não tinha um Fórum com sede própria. O trecho da reportagem dizia:

Salinas, próspera cidade, município de prodigiosas possibilidades econômicas, situado nos limites de Minas e Bahia, não tem, infelizmente, o seu Fórum, pois o actual, mais conhecido por “Cadeia Velha”, é um pardieiro arruinado e imundo, triste e feio, do qual se ausentaram há muitos anos os serventuários da justiça, os quaes, por ironia da sorte e favor da municipalidade, se reúnem no Palacete Municipal, que de Palacete só tem nome, por ser um sobrado antigo, todo fendido, cujo estado ruinoso inspira iminente e lastimável catástrofe (O SALINENSE, 1929, p.04).

A notícia da construção do Fórum não tardou, e o jornal *O Reivindicador*, no ano de 1931, publicou a notícia para o povo salinense:

O ato do prefeito mandando demolir a cadeia velha é merecedor dos maiores aplausos não só por ter melhorado uma praça, desafogando o trânsito de uma rua, mas também por ter dado fim a um foco nocivo e perigoso. A cadeia velha, há mais de dez anos, se achava em completo abandono e vinha desde muito servindo para abrigo de vagabundos, de mendigos e de doentes infecto-contagiosos (O REIVINDICADOR, 1931, p.02).

Em relação à cadeia, Silva (2008) relata que, no ano de 1878, no distrito de Santo Antônio de Salinas, quando este ainda pertencia à jurisdição de Grão Mogol, já havia uma, que fora demolida em 1931, devido ao estado de abandono em que se encontrava. Porém,

antes mesmo dessa demolição, em 1922, foi construída outra cadeia, tendo sido instalada oficialmente em janeiro de 1923. A nova prisão funcionou por um período de 50 anos, sendo, mais tarde, desativada. Nos dias atuais, o prédio é utilizado pela Prefeitura Municipal para abrigar o Centro Cultural e o Instituto Histórico e Geográfico da cidade.

Antes desse tempo, retomamos nossa discussão sobre o poder das câmaras, que se responsabilizaram durante muito tempo por denúncias de crimes e pela polícia rural. Segundo Leal (1978), no entender de Carvalho Mourão (1964), o poder privado desafiava o poder público e isso, quase sempre, fora tolerado e, não raro, estimulado pela Coroa. Durante um longo período, cujo termo final Caio Prado Júnior (1973) situa em meados do século XVII, como adiante veremos, as câmaras exerceram grande poder, desenvolvido às margens de textos legais e, muitas vezes, contra eles. A Coroa sancionava usurpações, praticadas através das câmaras pelos onipotentes senhores rurais. Para Caio Prado, seria difícil conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura, cuja unidade fundamental era o domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo. O rei se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, os quais dominavam as câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição, bem como a massa da população composta em sua maioria de escravos e de trabalhadores, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária. Assim, Leal pondera,

Se dentro do sistema político vigente da colônia – diz Caio Prado Júnior – só descobrimos a soberania, o poder político da coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais (LEAL, 1978, p.65-66).

O poder político da Câmara Municipal de Salinas, durante os anos de 1883 a 1929, de acordo com documentos do arquivo dessa casa, esteve concentrado nas mãos dos oito Presidentes, que, em geral, cumpriram mandatos de quatro anos, salvo algumas exceções como o Cel. Antônio dos Anjos da Silva Sobrinho, o Dr. João Porphírio Machado e o Cel. Idalino Ribeiro. O Quadro 4, abaixo, traz os nomes dos Presidentes de Câmara, suas ocupações e o período corresponde aos seus mandatos

QUADRO 4
PRESIDENTES DE CÂMARA DE 1883-1929

Cel. Antônio dos Anjos da Silva Sobrinho (Fazendeiro)	1883- 1891 (8 anos)
Major Antônio Castro (Farmacêutico prático)	1891- 1895 (4 anos)
Capitão Antônio Augusto Saraiva (Fazendeiro)	1895- 1898 (4 anos)
Doutor Joaquim José Pereira (Médico)	1898- 1901 (4 anos)
Tenente Coronel Antônio Castro (Farmacêutico prático)	1901- 1905 (4 anos)
Tenente Coronel Virgílio Avelino Grão Mogol (Fazendeiro)	1905- 1907 (2 anos)
Dr. João Porphírio Machado (Advogado)	1908- 1915 (7 anos)
Coronel Idalino Ribeiro (Fazendeiro e comerciante)	1918- 1929 (12 anos)

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas.

O quadro acima evidencia que a maioria dos chefes políticos possuía patentes bastante cobiçadas e que lhes davam prestígio, como de major, coronel, tenente, os quais provinham da Guarda Nacional¹⁴. Segundo Janotti (1981), com a criação da Guarda Nacional criavam-se mecanismos oficiais que institucionalizavam a participação dos proprietários no governo da municipalidade e da província. Os postos de oficiais da Guarda Nacional eram ocupados por mandatários locais. Dentre as patentes emanadas da Guarda Municipal, a de coronel era a mais valorizada, ela não estava relacionada estritamente ao exército, como uma função militar ou policial, mas era também popularmente empregada para distinguir chefes políticos. Assim, os grandes fazendeiros, padres, médicos e advogados, ainda que não tivessem a patente de coronel eram, muitas vezes, reconhecidos como tal pela população local. A instituição da Guarda Nacional de Salinas foi publicada no Diário Oficial da União:

Decreto nº 3.608 de 08 de março de 1900, cria uma brigada de infantaria de guardas-nacionaes na comarca de Salinas no Estado de Minas Gerais. O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, para execução do decreto nº 431 de 14 de dezembro de 1896 decreta: Artigo único: Fica criada, na guarda nacional da comarca de Salinas, no Estado de Minas Gerais uma brigada de Infantaria, com a designação de 120º, que se constituirá de três batalhões do serviço activo nº 358, 359 e 360 e um do da reserva, sob nº 120, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos distritos da referida comarca, revogadas as disposições em contrário. Capital

¹⁴Foi criada em 18 de agosto de 1831, em meio a distúrbios que vinham dos últimos meses do governo de D. Pedro I, marcados, sobretudo, pela lusofobia, ódio aos portugueses que tinham dominado o país durante tanto tempo. A Guarda Nacional chegou à República com um contingente simbólico de 13.500 homens “em armas”. No novo regime, ela permaneceu sem maiores mudanças e até voltou a ganhar prestígio com a política de compromisso implantada pelo presidente Campos Sales, em 1900, que conferiria poderes aos líderes políticos locais, ou seja, aos coronéis, dando início ao período posteriormente chamado de coronelismo. Contudo, a instituição estava cada vez mais fraca e restrita a funções honorífica, sendo extinta em 1918 (SANTIAGO, 2015, p.106-107).

Federal, 08 de março de 1900. M. Ferraz Campos Salles, Eptácio da Silva Pessoa (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO do dia 13 de março de 1900)¹⁵.

O Diário Oficial da União também publicou as seguintes nomeações para a Guarda Nacional, de acordo com o decreto de 8 de março do corrente ano,

120º brigada de infantaria:

- Coronel Comandante: Rodrigo Cordeiro
- Estado maior – Capitães assistentes: Francisco Germano da Costa e Virgílio Avelino Grão Mogol.
- Capitães ajudantes de ordem: Pacífico Soares de Faria e José Venâncio Souza.
- Major- cirurgião: Trajano Americano do Norte

358º batalhão de infantaria:

- Tenente- coronel comandante: Deraldo de Araújo Fagundes.
- Estado maior: major-fiscal, Clemente Franco.
- Capitão ajudante: Luciano Antônio Veloso.
- Tenente- secretário: Hermínio de Almeida.
- Tenente- quartel mestre: João Ferreira Ruas
- Capitão Cirurgião: Collatino Antunes de Oliveira

359º batalhão de infantaria:

- Tenente Coronel Comandante: Antônio Castro.
- Estado Maior Major Fiscal: Propércio Pinheiro de Azevedo.
- 1ª Companhia: Capitão Vicente Rodrigues da Silva, Tenente João Pedro de Souza, Alferes Domingos Nery da Silva e Joaquim Fernandes Souza.
- 2ª Companhia: Capitão João Rodrigues Corsino, Tenente Cândido Pinheiro de Azevedo, Alferes¹⁶ Theodulo Brito e Idalino Ribeiro Nepomuceno (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO do dia 13 de março de 1900).

¹⁵ Disponível em: www.jusbrasil.com.br, acessado em 20/01/2016.

¹⁶ Alferes era o encarregado de transportar a bandeira, hoje corresponde ao cargo de segundo tenente.

Figura 02- Coronel Rodrigo Cordeiro da Silva



Fonte: livro Linhagens das famílias Sousa e Cordeiro da Silva

A imagem acima é do Coronel Rodrigo Cordeiro, foi chefe político de Salinas no final do séc. XIX até o ano de 1917, ele recebeu a patente da Guarda Nacional nesse mesmo ano conforme jornal Diário Oficial da União de 13 de março de 1900. Guarda Nacional, segundo Queiroz (1976), reforçava o poder dos chefes locais e tinha a finalidade de auxiliar o exército na manutenção da ordem, defender a constituição e promover o policiamento. Na época, havia a Guarda Nacional permanente e a 2ª linha reserva, esta era composta de funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, entre outros. Os chefes locais que tinham mais prestígio recebiam os postos mais altos da Guarda Nacional, segundo a autora:

[...] o posto de coronel era geralmente concedido ao chefe político da comuna (63), as patentes de capitão a chefes locais influentes, e o “conselho de qualificação”, que declarava quem devia servir na reserva e quem ficava isento de servir na Guarda, era composto em cada município pelos seis eleitores de 2º grau mais votados sob a presidência do juiz de paz (64). Era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estava mandar este ou aquele servir o exército; com a Guarda Nacional permanente eram ameaçados os revoltados contra o mandão local, os adversários. (QUEIROZ, 1976, p.71)

Nesse sentido, podemos verificar como era importante, para um chefe local, possuir uma patente da Guarda Nacional. Não encontramos registros de que o Cel. Idalino

Ribeiro tenha recebido oficialmente a patente de coronel, encontramos somente sua nomeação como Alferes da Guarda Nacional, no ano de 1900. Nesse mesmo ano, o Cel. Rodrigo Cordeiro recebeu a patente de coronel, que, segundo a hierarquia da Guarda Nacional, era a patente mais alta, e somente a recebia quem tivesse renda igual ou superior a 200\$00, e fizesse parte dos cidadãos ativos, segundo a constituição de 1824. Flávio Saldanha (2008), em sua tese de doutorado intitulada *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX, 1850-1873*, assevera que:

[...] ser oficial da Guarda Nacional seria, em conformidade com Norbert Elias, uma das “chances de ascensão”, na medida em que “ pessoas que não tinham nenhum poder de comando [poderiam] chegar a alcançá-lo”. E, além disso, o mero fato de pertencer a um grupo central, mesmo ocupando a posição mais baixa, representava uma ascensão para os indivíduos provenientes dos campos sociais em torno dele. Desse modo, o status de ser um oficial da guarda ou o exercício de um cargo de reconhecido prestígio social era, por assim dizer, aspiração de muitos [...] (SALDANHA, 2008 p.37).

Apesar do Cel. Idalino não possuir, na época, a patente de coronel, a de Alferes, mesmo sendo inferior, concedia-lhe ascensão e dava-lhe reconhecimento e prestígio no seu meio social, além disso, o fato de ser comerciante e fazendeiro conferiam a ele poder econômico. Ainda, segundo Saldanha (2008), de modo geral, uma grande reputação, uma posição superior, era algo ambicionado por muitos e para arrematar seu ponto de vista, alude a Machado de Assis (1881) que defende:

Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político ou até bispo – bispo que fosse -, uma vez que fosse um cargo, uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior. A ambição, dado que fosse águia, quebrou nessa ocasião o ovo, e desvendou a pupila fulva e penetrante (MACHADO DE ASSIS, 1881, apud SALDANHA, 2009, p.38).

Ainda, a respeito da ascensão social e status advindo das patentes da Guarda Nacional, Eul-Soo Pang (1979) explica que era comum os potentados de um local conseguirem nomeações e passarem a ocupar diversos cargos à medida que se impunham na vida política. Para o autor, comumente o político local tentava um posto mais alto quando seu *status* social se elevava. Desse modo, socialmente, ser coronel tornou-se sinônimo de ser chefe político; as pessoas preferiam ser chamadas de coronel em vez de senhor. Nesse sentido, Eul-Soo Pang assevera:

Não era raro descobrir num município do sertão que o fazendeiro de gado mais poderoso era um coronel, o principal comerciante da cidade era tenente-coronel, o funcionário público era major, um dono de loja era capitão e o dono da hospedaria era tenente. Até 1917, quando a Guarda passou a força de reserva, um título servia de um bom barômetro do status de uma pessoa na comunidade. Os potentados locais sempre conseguiam obter nomeações, e muitos deles ocuparam diversos cargos, à medida que se impunham na política local (EUL-SOO PANG, 1979, p.30).

São vários os autores que discutem a presença dos bacharéis na política brasileira, em relação às pessoas que ocuparam o cargo de Presidente de Câmara em Salinas, no período de 1891 a 1918, destacamos a presença de profissionais liberais como advogados, médicos e comerciantes: Major Antônio Castro, farmacêutico prático, no período de 1891 a 1895 e em 1901 a 1905; Doutor Joaquim José Pereira, médico, de 1898 a 1901, e o Dr. João Porphírio Machado, advogado, de 1908 a 1916. Este último era genro do Cel. Rodrigo Cordeiro.

Segundo Leal (1978), nem sempre os chefes políticos locais eram autênticos coronéis, a propagação do ensino superior no Brasil espalhou médicos e advogados, cuja ilustração relativa, aliada à qualidade de comando, capacitava-os à chefia. Sérgio Buarque de Holanda (1995), por sua vez, pontua que esse fenômeno não é exclusivo dos brasileiros. Para ele, a sedução exercida pelas carreiras liberais está vinculada ao apego, aos valores da personalidade. Já Faoro (2001) argumenta que, desde os primórdios da colônia, desenvolveu-se por aqui o gosto pelo título de bacharel. Para esse autor, o bacharel seria fruto de um estado patrimonial, o “alvo seria o emprego e por meio dele a carruagem do Estamento burocrático, num processo de valorização social, decorrente do prestígio do mando político”. Sobre o assunto, Faoro esclarece que:

[...] O letrado se torna letrado para conquistar o cargo, para galgar o parlamento, até que o assento no Senado lhe dê o comando partidário e a farda ministerial, pomposa na carruagem solene. [...] Seja que aspirem aos cargos de magistratura tão somente, ou aos políticos, eletivos e administrativos, seja que aspirem a uns e a outros ao mesmo tempo, aqueles como um meio seguro de existência, a estes como um meio de passatempo e dissipação nas capitais e na corte, ou como satisfação ao poder e ambição política. (FAORO, 2001, p.448)

Em 1977, o memorialista salinense, João Costa, fez uma entrevista com um importante político da cidade, o senhor Mendo Correia, o qual foi vereador na década de 1920 e prefeito na década de 1930. Na entrevista, o senhor Mendo Corrêa citou nomes de grandes políticos, com os quais conviveu, entre eles: Virgílio Grão Mogol, Antônio Castro e Cel. Rodrigo Cordeiro. Ele teceu fervorosos elogios a esses políticos, admirava-os por sua

inteligência e pela responsabilidade com que administraram o município. Assim relatou Mendo Corrêa:

Eu fui um grande admirador de Virgílio Grão Mogol, foi presidente de Câmara muitos anos, seu Castro, Dr. João Porphírio. Antônio Castro foi jornalista, fundador do jornal Cidade de Salinas, clinicava, fazia papel de médico, tinha farmácia, era comerciante, era uma pessoa de grande responsabilidade no Município. O Virgílio era muito inteligente, era comerciante veio de Grão Mogol. O político mais antigo que conheci foi Cel. Rodrigo Cordeiro, chefiou Salinas por quase 40 anos (Mendo Côrrea, 1977, entrevista em áudio do acervo particular do memorialista João Costa , 1977).

De acordo com o professor César Henrique de Queiroz Porto (2002), em sua dissertação de mestrado intitulada: Paternalismo, poder privado e violência: O campo norte mineiro durante a Primeira República, o profissional liberal detinha um tipo de capital específico. Ele explica que, de acordo com Bourdieu (2000), os profissionais liberais são detentores de uma espécie de capital de notoriedade e popularidade, firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa, bem como de possuir qualificações específicas, condição para aquisição e conservação de uma boa reputação. Ainda, segundo Bourdieu, citado por Porto, esse capital pode ser convertido para a política, de forma que qualquer capital notável acumulado, no exercício de uma profissão liberal, possibilitará forte investimento no domínio da política, convertendo em capital político. Porto acrescenta:

O homem político é um homem de honra, pois é detentor de um capital específico que depende diretamente da representação, da opinião, da crença e da fides. Como homem de honra, seu capital político é uma forma de capital simbólico, pois o seu crédito é firmado na crença e no reconhecimento. Sendo assim, o seu capital tem que ser conservado mediante um trabalho constante para que se possa acumular o crédito e assim evitar o descrédito (PORTO, 2002, p. 34).

Sobre esses bacharéis, Janotti (1981) discorre que, embora alguns autores observem que os antigos chefes políticos perderam seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos, pesquisas históricas revelam o contrário, pois não houve uma simples substituição de dirigentes, mas uma nova composição de forças, entremeada de novas situações econômicas. A autora assegura que esses profissionais liberais faziam parte da parentela ou da clientela do Coronel e deste necessitavam, pois os votos eram advindos de compromissos estabelecidos mesmo antes das eleições. Eles exerciam sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando compromissos,

entrevados pelos acordos políticos, afetavam os novos interesses econômicos. Ainda, conforme Janotti (1981),

[...] todos deviam seus cargos ao chefe político, eram indicados ou eleitos por ele; prefeitos vereadores, soldados, escriturários, entre outros. Segundo esta: “sobre toda pequena sociedade, desce seu véu protetor; o chefe da estação, o telegrafista, o tabelião, o pároco, o farmacêutico, o comerciante, o médico, o advogado sofrem direta ou indiretamente o jugo de seu prestígio” (JANOTTI, 1981, p.58).

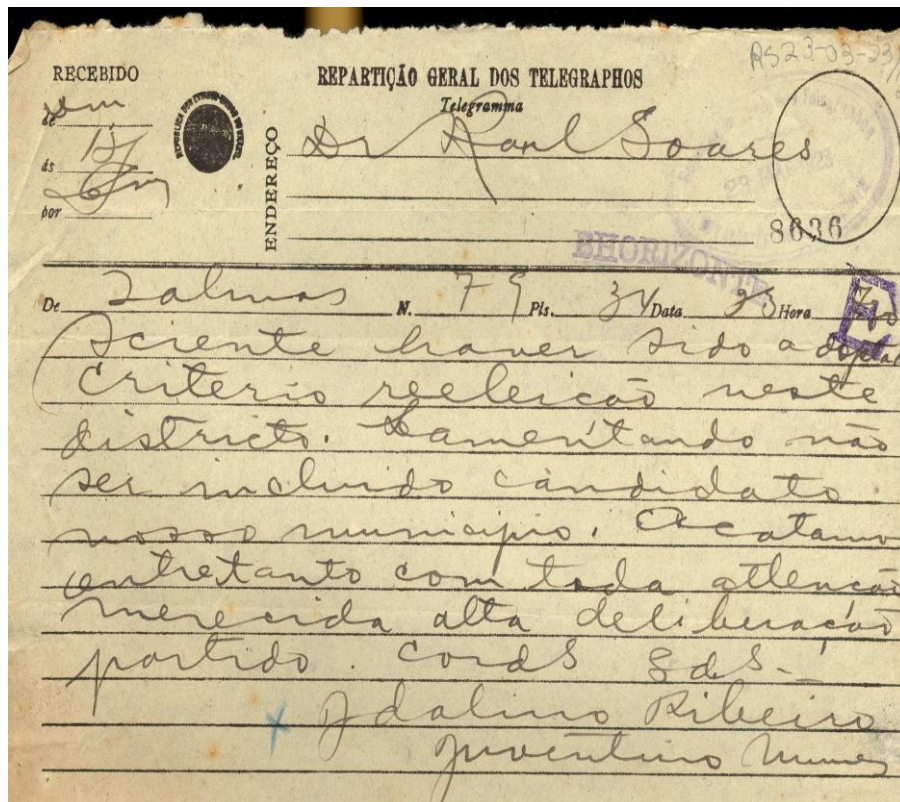
Os chefes políticos, como observamos, não eram todos, necessariamente, grandes fazendeiros, visto que em Salinas comerciantes, médicos, advogados, e mesmo padres alcançaram cargos na política. Entretanto, em Salinas, os chefes políticos, em sua maioria, foram grandes fazendeiros e comerciantes e muitos possuíam patentes da Guarda Nacional. O Cel. Rodrigo Cordeiro exemplifica bem essa situação, era fazendeiro, possuía a maior patente criada pela Guarda Nacional, ou seja, a de coronel, tinha poder econômico, e, por muitos anos, foi o chefe político da cidade. Mesmo não ocupando cargo eletivo na política, continuou exercendo forte influência, pois ajudou a eleger desde o Cel. Antônio dos Anjos ao Dr. João Porfírio Machado. Este, além de genro do Cel. Rodrigo Cordeiro, era bacharel em direito, cujo capital simbólico, em função do título de advogado, lhe rendeu prestígio diante da população.

Conforme Leal (1978) com a Proclamação da República e logo depois de elaborada a primeira Constituição, aconteceram mudanças expressivas que ajudaram a produzir o fenômeno coronelista. A primeira foi a ampliação do direito ao voto, aumentando assim o número de eleitores despreparados. Nos dizeres de Leal: “Havendo incorporado a cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida aos condutores daquele rebanho eleitoral” (p.253). Leal ainda observa ser este o ponto de debilidade do Estado, levando-o a depender do apoio dos coronéis, na condução desses eleitores. A segunda mudança, a qual Leal se refere, diz respeito à eletividade nos estados e municípios. Os governos estaduais não seriam mais indicados pelo governo central, tornando esse cargo eletivo, nos municípios, de forma que a eletividade passou a ser dependente do governo estadual. A partir daí, formou-se assim uma política de compromisso entre a esfera municipal, estadual e federal. As oligarquias estaduais passaram a ter o controle político administrativo em ressonância com o governo central, este não interferia nessa autonomia em

troca de apoio político dos estados. Em relação aos municípios, estes estariam sob a tutela do Estado, essa política ficou conhecida pelo nome de “Política dos Governadores”.

Dentre os objetivos da política dos Governadores, segundo Leal, destaca-se a missão de assegurar, nas urnas, resultados eleitorais favoráveis, o que ficava a cargo dos chefes políticos locais. Para realização desses acordos, o município sufragaria nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia Estadual. Como o poder municipal era fraco e quase nada podia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se de autoridade municipal. Eles comandavam o “eleitorado de cabresto” e, portanto, eram legítimos integrantes do pacto, conseguiriam os votos e, em troca, tinham sua autoridade política reconhecida. Veja o telegrama abaixo enviado pelo Coronel Idalino Ribeiro e professor Juventino Nunes a Raul Soares em 1923 lamentando não ter sido incluído candidato do município mas acatavam a decisão do partido.

Figura 03- Telegrama Coronel Idalino Ribeiro e professor Juventino Nunes a Raul Soares, 1923



Fonte: CPDOC

Sobre as eleições, Eul-Soo Pang (1979) afirma que, na Primeira República (1889-1930), essas eleições constituíram-se em verdadeiras farsas. A luta pela vitória começava com

o registro dos eleitores. De tal modo, a prática comum era que cada município ou comarca organizasse três comissões para promover as eleições: uma de registro (junta de alistamento), uma eleitoral executiva (junta ou mesa eleitoral), e uma outra comissão de apuração (junta de apuração). As três comissões eram formadas pelo juiz da comarca, que era nomeado pelo governador (o juiz de direito); por um juiz municipal, eleito pelos munícipes; e por membros escolhidos dentre o eleitorado local.

Ainda segundo Pang (1979), a violência era largamente empregada pelo partido dominante para evitar o registro de eleitores que apoiassem o candidato rival. Assim, depois de feitos os registros, o município era tomado por capangas das facções, com o objetivo de intimidar os eleitores. Quando apurados os votos, a junta revia o resultado e dava certificados para todos os candidatos, comprovando o número de votos obtidos.

No ano de 1892, à frente da presidência da Câmara de Salinas estava o senhor Antônio Castro, nesse mesmo ano, o governador do Estado era Afonso Pena, que esteve no cargo de 1892 a 1894. Em 01 de julho de 1892, o 2º Juiz de Paz, Ramiro Ramires, envia uma carta ao então governador Afonso Pena, informando que, por uma errônea interpretação da lei eleitoral, o 1º juiz deixou de mandar afixar editais, convocando os cidadãos daquele distrito para o alistamento de eleitores. Segundo Ramires, o fato não se devia a descumprimento do dever, por parte do 1º juiz, e consultava-se o governador sobre o que deveria ser feito em tal circunstância.

Porém, vale ressaltar que, mesmo tendo informado ao governador que não havia sido feito o alistamento eleitoral, o juiz Ramires, em agosto do mesmo ano, envia uma carta ao governo, felicitando-o por sua vitória e informando que a mesma fora por unanimidade na cidade e enfatiza o entusiasmo dos eleitores. O trecho da carta, abaixo, traz os elogios ao governador:

Secretaria da Câmara Municipal de Salinas em 08 de agosto de 1892.
 Ilmo. Exmo. Senhor Drº Affonso Penna. Em nome da Câmara Municipal e representando os elevados sentimentos de nossos munícipes, que entusiasticamente e por unanimidade sufragaram o nome de V. Exª – congratulo-me, com a legendaria pátria de Tira-Dentes – por ter V. Exª como chefe supremo do governo do Estado, espirito eminentemente culto, justiceiro – e patriótico, de quem tudo temos que esperar. Antônio Castro, presidente da câmara (ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SALINAS).

Em relação às eleições, observamos que, na cidade de Salinas, desde o início sempre foram marcadas por fraudes eleitorais. Na ata da Câmara Municipal, datada de 07 de

abril de 1893, sob a presidência do senhor Antônio Castro, foi lido um protesto do cidadão Luiz Pereira Mota contra o resultado da eleição da segunda seção eleitoral, o qual pedia a nulidade da mesma. Pelo ocorrido, fica evidente que as eleições eram de fato controladas pelos chefes municipais, desde a elaboração das listas dos eleitores até a contagem dos votos, daí o alto índice de fraudes eleitorais, naquele período. O então presidente da Câmara, senhor Antônio Castro, nomeou uma comissão para examinar as listas e apresentou seu parecer: “Leu-se as autênticas das eleições, remetidas pelas mesas eleitorais deste distrito; assim como, um protesto do cidadão Luiz Pereira Motta, contra a eleição da segunda secção eleitoral pedindo sua nulidade” (p. 06).

Também o senhor José Guimarães¹⁷ relatou que, na década de 1920, era comum a ocorrência de fraude nas eleições de Salinas, a qual ficara conhecida como fraude “bico de pena”.

O Dr. Luiz Gomes ficou como chefe da concentração de Salinas. Em seguida, fez com que se depusesse o secretário vigente e nomeou o tal Aureliano Evangelista Pereira que recebeu os livros em branco para usá-los depois de realizadas as eleições legais. Após as eleições foram para o correio e os entregou ao Dr. Luiz Gomes que, com seus poucos correligionários fizeram a sua eleição a bico de pena, uns livros recebidos do poder federal. Nada posso dizer dos livros das eleições: isto é dos livros que continham as verdadeiras eleições da cidade e de todos os distritos. Afinal foi eleito a bico de pena nas eleições gerais o Dr. Júlio Prestes, que deu origem a revolução de 1930 (Entrevista feita por João Costa, com o senhor José Guimarães, em 1975, aos 80 anos de idade).

De acordo com Eul-Soo Pang (1979), no caso da falta do juiz municipal, o suplente de juiz tomava o encargo de supervisionar as eleições. Esse suplente era nomeado pelo governador e sempre era escolhido entre os coronéis locais, sendo representado pelo coronel dominante. O suplente prosseguia as eleições por ordem do chefe político, mas frequentemente as eleições eram canceladas por violentos confrontos. O coronel dominante guardava o registro da eleição em sua casa e abria apenas aos que o apoiavam. Outras manobras também eram utilizadas, como o registro de eleitores não qualificados, sendo que muitos analfabetos eram colocados na lista, e a compra de votos era um procedimento que acontecia comumente. Outros abusos mais sérios diziam respeito ao alistamento de eleitores que não existiam, fraude que, conforme mencionamos, ficou conhecida como “bico de pena”. Constavam, dessa prática, registro de leitores já falecidos, os eleitores fantasmas ou fósforos, como eram chamados no dizer eleitoral da época. De tal modo, fica evidente que o resultado

¹⁷ O senhor José Guimarães era comerciante e fazendeiro.

das eleições na Primeira República era produto da colaboração dos controladores do município, os coronéis. Sobre o assunto, Leal afiança:

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena toda poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final (LEAL, 1978, p. 259).

Conforme Leal (1978), as relações estabelecidas entre o coronel e sua clientela eram advindas da sua liderança e do seu poder. Poder e liderança estes, oriundos da sua condição de proprietário rural. A massa rural desprovida economicamente recorria ao coronel em momentos de extrema pobreza, tendo na figura deste um benfeitor. Já, para Faoro (2001), o coronel antes de tudo, é uma pessoa de influência econômica, não necessariamente um grande proprietário de terra. Nesse sentido, segundo este, o coronel manda não por ter riquezas, mas porque seu poder é reconhecido num pacto não inscrito. No caso de Salinas, o Coronel Idalino era um rico fazendeiro e comerciante, seu poder advinha não só da sua condição financeira mas também por fazer parte de uma família influente na cidade.

Para Queiroz (1976), o mando desses coronéis está ligado à posse de bens, à fortuna. A autora defende: “Quando maior esta capacidade, maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos, quer não. A fortuna é um meio principal de se fazer benefícios” (p.191). Sobre esses benefícios, de acordo com Leal (1978), a falta de espírito público atribuída ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu zelo, pelo progresso do distrito ou do município. É através de seus interesses que ocorrem melhoramentos no lugar. Obras como, escolas, estradas, correios, telégrafo, entre outros, tudo isto é obtido através do esforço do coronel, que chega ao heroísmo. Através dessas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem de empenho e prestígio político, é que grande parte dos chefes municipais constrói ou conserva sua posição de liderança.

Em Salinas, segundo Lisboa (1992), várias obras foram realizadas por meio de empenho de chefes locais. Este se refere às obras como o mercado municipal, construído na vigência do mando político de Virgílio Avelino Grão Mogol e Dr. João Porphírio Machado, entre os anos de 1910 e 1912. Nesta época também foi construído o cemitério local. O grupo

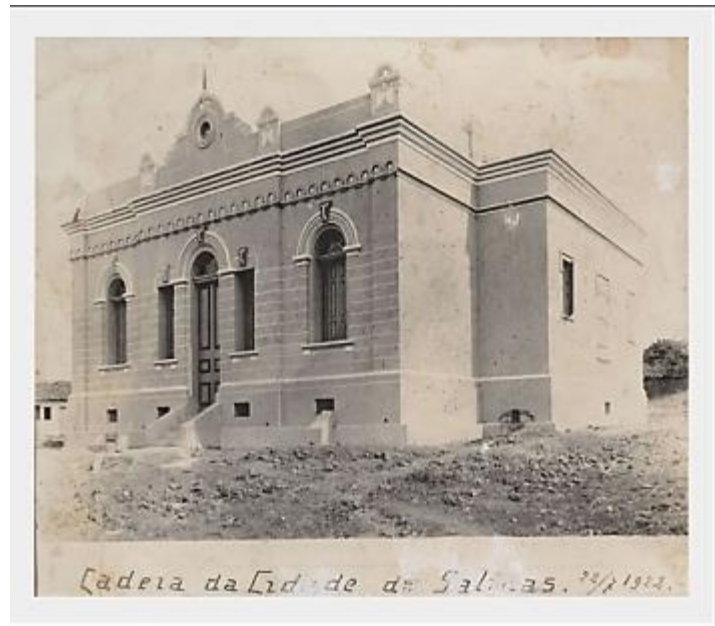
escolar Dr. João Porphírio, foi construído entre os anos de 1908 e 1910, com 5:000\$000 do Estado, somados à contribuição do povo. A cadeia pública foi construída, em 1923, durante o mando político do Cel. Idalino Ribeiro. A matriz foi construída pelo Padre Salustiano em 1913, este foi vereador em Salinas por muitos anos. Lisboa também alude à ponte de madeira, construída na chefia do Cel. Idalino, em 1923, quando este era presidente da Câmara. Vejamos a seguir foto da ponte de madeira e na próxima página foto da cadeia pública, construídas na administração do Coronel Idalino.

Figura 04- Inauguração da ponte de madeira em 1922, administração do Coronel Idalino Ribeiro.



Fonte: livro Octacíliada:Uma Odisséia do Norte de Minas, p. 287.

Figura 05- Cadeia construída em 1922 na administração do Coronel Idalino Ribeiro.



Fonte: Acervo particular João Costa

Mais adiante, em 1927, aconteceu a instalação da iluminação pública de Salinas, conforme registro da ata de instalação. Foi precisamente no dia 01 de setembro de 1927, tendo os serviços prestados pelo empresário, o senhor Enéas Baptista. A instalação foi realizada com grande festa, com a participação dos representantes de todas as classes sociais e animada pela Philarmônica Santa Cecília, ainda, segundo a Ata, foi servida uma boa e espumante cerveja. Ressalta também que esse benefício abriria novos e amplos horizontes ao futuro de Salinas. Segundo a Ata de instalação:

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de mil novecentos e vinte e sete (1927), nesta cidade de Salinas, Norte do Estado de Minas Gerais, às 19 horas em frente à casa de residência do Sr. Enéas Baptista, sita na rua Cel. Idalino Ribeiro, compareceu grande numero de pessoas e representantes de todas as classes sociais, tendo a vanguarda a Philarmônica Santa Cecília, pelo Sr. Enéas Baptista empresário da luz, foi convidado o Sr. Cel. Idalino Ribeiro, presidente e Agente Executivo Municipal para fechar a chave de ligação da rede geral da iluminação, o que foi feito pelo dito Cel. Idalino sob respeitosa e vibrante salva de palma, fazendo-se em seguida a instalação da luz elétrica em todas as ruas desta cidade. (Ata de Instalação da iluminação Pública de Salinas, folha 406, arquivo particular do senhor Geraldo Santanna)

Uma outra obra bastante expressiva foi realizada em 1928, o coronel Idalino promoveu a construção da estrada de rodagem que ligou Salinas a Francisco Sá, mesmo em meio aos protestos do coronel Janjão de Grão Mogol. Este protestou pelo fato da referida estrada passar pelo terreno de Grão Mogol, no entanto, conforme Lisboa, graças à

“sagacidade”¹⁸ política do coronel Idalino, a estrada ficou pronta somente em 1929. Mais tarde, o Governador Olegário Maciel, nos anos de 1931 a 1933, refez a estrada, pagando em conto de réis, cada quilometro refeito, com o intuito de dar serviço a uma grande quantidade de gente desempregada. Vale ressaltar que foi o coronel quem financiou a construção, tendo sido posteriormente reembolsado pelo governador.

Outro fato histórico foi a chegada do primeiro automóvel, em meados de 1925, na cidade, antes da construção da estrada que ligava Salinas a Francisco Sá. O veículo foi trazido de Francisco Sá por Domingos Português, adquirido na época por quatro contos de réis. Posteriormente, apareceram mais quatro automóveis, que foram vendidos por 5:000\$000 cada, adquiridos por Joaquim Correia, Idalino Ribeiro, Inácio Loyola e Padre Salustiano.

Figura 06- Foto primeiros automóveis.



Fonte: livro Octacílada: Uma Odisséia do Norte de Minas, p. 284.

As informações acima, dadas por Lisboa, corroboram com as de Leal, já que, através do empenho e prestígio do Coronel Idalino, várias obras foram realizadas no município. Como bem disse Leal, os chefes políticos constroem ou conservam sua posição de

¹⁸ A realização dessa obra comprava não a sagacidade política do Coronel Idalino, termo usado por Lisboa, mas sua força política naquela época.

liderança através dessas benfeitorias. Em relação ao coronel Idalino, sua permanência no poder, por tantos anos, muito se deveu a sua capacidade de realizar obras. Sobre o período em que o Cel. Idalino esteve como chefe político, o senhor José Guimarães, que fazia parte da política oposicionista, discorda de Lisboa em relação às benfeitorias creditadas ao Coronel Idalino. No tocante a essa questão, fez a seguinte crítica:

No entanto, o Idalino, com a astúcia que lhe era peculiar, se desenvolveu politicamente e afinal tornou-se grande chefe político, apesar de mau administrador o que ficou comprovado pelos seus quase 30 anos como político e seus 13 anos como chefe executivo municipal de Salinas. Afinal o que fez ele nestes 13 anos de executivo? Nada. (Entrevista feita pelo senhor João Costa em 1975).

Segundo Leal (1978), a liderança municipal não era conquistada somente fazendo benefícios, como construção de escolas, estradas, calçamentos, etc. Além disso, há também os favores pessoais de toda ordem, como arranjar emprego público, manifestando assim o paternalismo, prática muito utilizada no coronelismo. Nos livros de Leis, atos e decretos da década de 1920, vimos várias nomeações de funcionários municipais, inclusive a irmã do Coronel Idalino Ribeiro, dona Angélica Ribeiro, em 1927, foi nomeada como professora primária de uma escola municipal no distrito de Taiobeiras–MG. Essa nomeação foi realizada pelo próprio irmão que, na época, ocupava o cargo de Agente Executivo. Assim, constatamos que ficava a cargo dos agentes executivos a nomeação de cargos públicos, para os quais eram nomeados amigos e parentes.

Os benefícios de ordem pessoal, como os empregos públicos, fazem parte da política clientelista, podemos afirmar que foi uma das práticas existente na política coronelista, que aumentou ainda mais, segundo Carvalho (1998) com o fim desse sistema. Assim nos dizeres de Carvalho, clientelismo seria:

Um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio políticos, sobretudo na forma de voto... Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. (CARVALHO, 1998, p. 134)

Para José Murilo de Carvalho (1998), na política coronelista também existem trocas de natureza clientelística, mas estas são distintas do coronelismo por ser um fenômeno de proporções mais amplas. O autor alerta para os estudiosos que encontram o coronelismo

em fase recente da história do Brasil em regiões urbanas. Para ele, não é coronelismo e sim clientelismo, porque:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por emprego e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir sobre o poder executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumentou com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1998, p. 134-135)

Faoro (2001) faz referência às várias transformações ocorridas no Brasil desde a década de 1920. Essas transformações, de acordo com o autor, comprometeram as relações dos coronéis com os governos estaduais. Ele pontua alguns aspectos que fizeram minar a política coronelista, dentre eles, o crescimento das cidades, as quais foram se tornando centros comerciais; e também o surgimento do proletariado, com o incremento de alguns setores da indústria em 1920. Faoro aponta que essas mudanças acabaram interferindo no poder coronelista, tornando-o pouco a pouco inviável em relação ao poder estadual e central. A inviabilidade, de que fala Faoro, deve-se também ao surgimento de agentes do governo cada vez mais presentes em locais de atuação desses coronéis, bem como a impessoalidade das ordens legais e instituições governamentais fortalecidas. Sobre essas transformações que desestruturaram a política coronelista, Queiroz assevera:

O poder dos mandões tende a passar por profundas alterações a partir da segunda metade do século XIX e ao longo da Primeira República, sobretudo em regiões economicamente fortes, enriquecidas pelo surto do café, sobressaindo-se neste processo o estado de São Paulo. Em regiões de menor efervescência econômica, a antiga estrutura coronelista tendia a se preservar (QUEIROZ, 1976, p. 209).

A cidade de Salinas se encaixava perfeitamente na afirmativa de Queiroz, visto que era uma região de menor efervescência econômica, sua economia era agrícola e a maioria da população ainda vivia na zona rural, dependentes dos senhores rurais, sendo assim a preservação dessa estrutura corrobora com a permanência do coronelismo. Também era bastante elevado o índice de analfabetismo, existiam poucas escolas. Esse assunto será discutido melhor no terceiro capítulo com a análise dos dados do IBGE da década de 1950. A

soma desses fatores contribuía, sobremaneira, para a permanência de uma velha estrutura coronelista, o que propiciava ao Cel. Idalino manter-se na chefia política do município.

Todavia, cabe indagar quais outros fatores, além dos citados, no parágrafo anterior, contribuíram para a permanência desses chefes locais, por tanto tempo, no poder? Para Faoro (2001), as forças oligárquicas, ao resistirem, tanto na Primeira República quanto no período de 1930, à entrada de novos agentes sociais, no campo político, conseguiram impedir, ano após ano, qualquer desenvolvimento institucional, bem como qualquer modernização das instituições políticas. Nos tópicos seguintes, abordaremos sobre a permanência dos chefes políticos de Salinas no poder. Para tanto, daremos ênfase a aspectos como os laços familiares e de compadrio, a violência e a fraude eleitoral, os quais, a nosso ver, foram utilizados como instrumentos para assegurar o poder e a permanência desses chefes políticos.

1.3 - A importância dos laços familiares na disputa pelo poder local

Segundo André Heráclio do Rêgo (2008), em seu livro *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, a etimologia da palavra família vem do latim *famulus* (criado, servo) cuja parte do significado do vocábulo remete a um conjunto de pessoas residindo sobre o mesmo teto, obedientes e dependentes da mesma autoridade e proteção. Ainda, conforme Rêgo, em consulta ao dicionário de Antônio de Moraes Silva, o mais antigo da língua portuguesa, o termo é definido como as pessoas que compõem a casa, mais propriamente as subordinadas aos chefes ou pais de família. O lexicógrafo salienta que essa concepção tão antiga de família, que vem desde a época romana e da Idade Média, engloba também pessoas que não possuíam laços de sangue, bastavam viver debaixo do mesmo teto, sob a dependência da mesma pessoa.

De acordo com Rêgo, a família foi de fundamental importância na formação da sociedade brasileira. A posição de cada indivíduo na sociedade era determinada e garantida por seu grupo familiar: fora da família, o indivíduo não tinha direitos. A partir dela, eram percebidas as relações humanas e as formas fundamentais da vida. Ainda, segundo o mesmo autor, as relações sociais eram basicamente familiares: entre pai e filho, marido e mulher, mas também entre senhor e escravo, e entre chefe político e eleitores. Para Rêgo (2008), as atividades econômicas, políticas e sociais dessa composição familiar (pai e filho, marido e mulher, senhor e escravo, chefe político e eleitores) deram forma à história do Brasil, em

razão de seu impacto fundamental sobre a formação e a reprodução das estruturas sociais. Conforme o autor, “o fundamento da sociedade era, portanto, a solidariedade parental, ativa e passiva, a qual ultrapassava os laços consanguíneos, incorporando o parentesco espiritual, o compadrio e as relações de dominação sobre os dependentes” (p. 46-47).

Figura 07- Foto da família do Deputado Clemente Medrado Fernandes.



Fonte: livro Octacilfada: Uma Odisséia do Norte de Minas, p. 284.

Segundo Porto (2007), a família patriarcal fornecerá o modelo que, transposto para a esfera política, resultou em uma invasão do domínio público pelo privado. Porto cita Serge Berstein (1998), para quem existem vários vetores responsáveis pela socialização da cultura política. Ele destaca a escola, ambiente de trabalho e a família. Dentre esses, a família merece destaque, pois segundo o autor, ela é o local onde a criança recebe exemplos de normas, de valores, de reflexões, sua primeira bagagem política, a qual conservará ou rejeitará quando adulto. É também na família que a criança recebe as primeiras noções sobre o universo político, construindo nela o alicerce de seu edifício político, que, posteriormente, será acrescido de outros transmissores da cultura política.

Com relação ao modelo de família patriarcal, Sérgio Buarque de Holanda (1995), dizia que: “nos domínios rurais a autoridade dos proprietários de terras não sofria réplica.

Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica” (p.80). Ainda na chamada primeira República vemos esse modelo de família, pois no domínio urbano também existia esse poder. Nesses domínios, consoante Holanda, a autoridade do chefe era incontestável e se estendia a seus escravos, agregados, dilatando seu círculo familiar e alargando a autoridade do chefe. Ainda segundo Holanda:

Nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública todas as nossas atividades [...] a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios a comunidade doméstica. Naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Em relação à importância da família na estrutura de poder, Cid Rebelo Horta (1956) fez um importante trabalho na década de 1950 intitulado *Famílias governamentais de Minas Gerais*, no qual discute a organização de grupos familiares em todo o Estado de Minas Gerais, os quais se revezavam no poder desde a Colônia, Império até a República. Nos dizeres de Horta:

A história política de Minas é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo da cena política desde a colônia. Vimos como se formaram, em torno das datas e, depois, das grandes propriedades rurais. Constituídas do entrelaçamento de três e mais famílias nucleares, as famílias extensas mineiras formavam como que círculos endogâmicos. Cada círculo era uma área social de uma vasta parentela contígua num largo domínio de terra (HORTA, 1956, p. 123).

A partir da explicação de Horta, podemos perceber que a política mineira era amplamente influenciada pelas mais importantes e tradicionais famílias do Estado. Este também identifica a história política de Minas Gerais como parte da história de grandes famílias mineiras. Em Salinas não foi diferente, a importância política do Coronel Idalino Ribeiro contribuiu para que tanto ele como os membros de sua família pudessem alcançar posteriormente altos cargos políticos e, conseqüentemente, se manterem na chefia política do município. Boris Fausto (1997), corrobora com Horta, no sentido de que ele acredita que o principal componente da política mineira, cujos traços essenciais perduram significativamente durante toda a década de 30, se traduz na constituição de uma poderosa e quase impenetrável oligarquia que se divide e entrelaça na medida dos interesses comuns e ligações familiares.

Maria Isaura Pereira de Queiróz (1976) ressalta que interesses particulares e ligações de amizade e de sangue eram fatores preponderantes para que os grandes proprietários do interior se inserissem na política. A autora afirma que o mandonismo dos chefes políticos teria exercido grande domínio e se estendido por quase todo o país, em razão da permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e na família extensa. Ao abordar sobre a família, Queiroz assevera que,

[...] era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte de um indivíduo de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente os vínculos do compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo, às vezes, mais estreito do que o seu próprio parentesco carnal (QUEIROZ, 1976, p. 179-180).

Nesse sentido, tomamos como referência a trajetória do Cel. Rodrigo Cordeiro, chefe político que antecedeu o Coronel Idalino, que foi um grande chefe político desde meados de 1900. O coronel nasceu em Candial, na Bahia, no ano de 1835, e faleceu, aos oitenta e cinco anos, em 31 de julho de 1920, na fazenda Jatobá de sua propriedade, localizada no município de Salinas. O cel. Rodrigo Cordeiro era casado com dona Libânea Zanello Cordeiro, os dois não tiveram filhos que pudessem sucedê-lo na política, somente três filhas: Tranquilina Cordeiro Sarmiento, que se casou com Clemente Sarmiento, tiveram 02 filhos; Raquel Cordeiro Machado casou com Dr. João Porfírio Machado, não deixaram descendentes; e Odília Zanello Cordeiro, faleceu solteira, sem deixar descendentes. Como mulher não podia votar e nem mesmo exercer cargo político, o coronel teve no genro, Dr. João Porfírio Machado, o seu sucessor político. Nesse caso, os laços matrimoniais da filha, Rachel Cordeiro com Porfírio, garantirão a eleição deste para vereador, em 1898. E posteriormente, em 1908, para Presidente da Câmara, permanecendo no cargo até o ano de 1916. Ainda, Dr. João Porfírio Machado, também conseguiu, com o apoio do sogro, ser eleito deputado estadual por várias legislaturas. Ambos, genro e sogro, vão chefiar a política local por muitos anos.

Tomando como referência as proposições de Horta (1956), podemos verificar que O comando do Cel. Idalino, por quase quarenta anos chefiando a política, é outro importante exemplo da força advinda de uma família importante na luta pela permanência no poder em Salinas. O coronel nasceu em Salinas em 03 de maio de 1879, descendente de uma família, que tinha raízes na cidade de Rio Pardo de Minas e que ajudou a fundar a cidade, era Filho de

João Nepomuceno e Benvinda Costa Ribeiro. Sua mãe, Benvinda, era filha de Vicente Ferreira da Costa, o qual era filho do padre Bernardino da Costa, portanto, bisavô do Cel. Idalino Ribeiro.

Em 11 de julho de 1904, o Coronel contraiu matrimônio com Laudelina Chaves, filha única de um rico fazendeiro e antigo político da cidade, o senhor José Chaves, este foi também vereador na cidade. Da união de Idalino Ribeiro com Laudelina Chaves nasceram quatro filhos: Odete Chaves Ribeiro, José Chaves Ribeiro, Osmane Ribeiro e Severina Chaves Ribeiro. O filho José Chaves Ribeiro formou no curso de direito em Belo Horizonte, Osmane Ribeiro, não quis sair para estudar, ficou em Salinas e as filhas Odete Chaves Ribeiro e Severina foram estudar no colégio Santa Maria que, segundo Dirce Lins Machado Coelho em uma entrevista, era o melhor colégio interno de Belo Horizonte, muito bem conceituado, preparava as moças para serem boas esposas, boas donas de casa. Nele, só estudavam filhas de governadores, pessoas da elite. Sobre o assunto Dirce Lins Machado Coelho, filha de um ex-juiz de direito em Salinas, Dário Lins, contou que:

Em Salinas, o chefe político de Salinas era o Idalino Ribeiro e ele tinha duas filhas que estudavam no colégio Santa Maria. E mamãe desde pequena... ela falou isso, desde que a gente era pequena, que era tão encantada com essas filhas do Coronel Idalino, que ela falava assim: “Minhas vão estudar... A Dirce- porque era só eu- A Dirce vai estudar no colégio Santa Maria. Então desde menina bebê... mamãe encantada com essas moças, pôs isso na cabeça. (Entrevista com Dirce Lins Machado Coelho, feita por Marina Alves Amorim em 27/04/2000)

Além de ter se casado com a filha de um rico fazendeiro, com grande prestígio na cidade, o Cel. Idalino já era fazendeiro, comerciante e, quando jovem, fora nomeado por Edmundo Blum¹⁹, para fiscal de imposto de consumo no Estado. Nessa função, recebia como salário a quantia de 120\$000 e mais 5% da renda de toda sua abrangência de fiscalização, a qual compreendia os municípios de Salinas, Grão Mogol, Araçuaí, Pedra Azul, Jequitinhonha até o Salto da Divisa. O coronel Idalino também recebeu uma patente para negociar fumo e isso lhe possibilitou que se firmasse ainda mais como comerciante e fazendeiro no município. A esse respeito, Lisboa pondera:

Como descendente de uma das primeiras famílias a povoar a cidade, neto e bisneto de importantes políticos, sendo indicado para cargos de alto prestígio

¹⁹ O Coronel Edmundo Blum foi chefe político em Rio Pardo de Minas. No ano de 1912, foi o vereador mais votado dessa cidade e também ocupou o cargo de Deputado Estadual (ÂNGELIS, 1998, p.146).

e com o comércio e fazenda que possuía, o Coronel Idalino foi ganhando autoridade junto aos habitantes da cidade (LISBOA, 1992, p.236).

Todavia, seria errôneo afirmar que apenas por ser um rico fazendeiro e comerciante bem sucedido que o Cel. Idalino alcançou o poder político, tampouco por ter usado de violência, em diversas situações, como dão conta os documentos, pesquisadores e autores consultados para este estudo. O fato de ser descendente de uma família com grande influência e prestígio político, e, ainda, ter se casado com a filha de um rico fazendeiro, também de grande influência política, deu-lhe o suporte de que precisava para alcançar o poder tão almejado. Em outros termos, não podemos nos esquecer que seu bisavô materno, o avô, o pai e o sogro foram vereadores e também ocuparam cargos importantes na cidade.

Assim, constatamos o quão importante foram determinadas famílias na perpetuação dos chefes locais na política coronelista de Salinas. Também observamos isso quando, anos mais tarde, o Coronel Idalino Ribeiro apóia o seu genro, Clemente Medrado, esposo de sua filha Severina, para sua sucessão na prefeitura da cidade. Clemente Medrado é nomeado primeiro, prefeito de Salinas, em 1930, e depois foi eleito deputado federal por várias legislaturas. O Coronel, com força política, consegue eleger também seu filho, José Chaves Ribeiro, primeiro como prefeito, em 1947, e depois como deputado estadual por várias legislaturas, em um período bastante conturbado na história política de Minas Gerais. Sobre o assunto Janotti assevera:

A solidariedade política sedimentava-se na solidariedade familiar, o coronel preferia repartir equitativamente os cargos públicos e os votos entre os candidatos pertencentes a sua parentela, pois estaria assegurando, assim, a estabilidade de sua permanência na chefia política (JANOTTI, 1984, p.64).

Com relação à importância dos laços matrimoniais para a manutenção da família no poder, Rêgo (2008) analisou dois tipos de união: o endogâmico e exogâmico. O tipo endogâmico era aquele em que se dá a união entre parentes consanguíneos, ou seja, do mesmo sangue, já o casamento do tipo exogâmico é quando se unem pessoas que não possuem laços de sangue. O casamento do tipo exogâmico era uma prática comumente encontrada entre os chefes políticos de Salinas, ou seja, a união entre pessoas que não possuíam laços de sangue. Ao contrário do tipo endogâmico, na exogamia, as uniões externas à família objetivavam, entre outras coisas, ampliar o poder econômico, aumentar o prestígio e a parentela, o que permitia estabelecer alianças políticas, reforçar os laços de parentesco e concentrar as heranças no interior das parentelas. Assim sendo, o matrimônio era objeto de interesse

político e econômico, não somente para a família, mas também para a Igreja, e transformou-se em símbolo de importância, em marca de diferenciação social. Até o fato de solicitar dispensa para casamentos consanguíneos revelava uma posição elevada na hierarquia da sociedade, pois os custos eram elevados e somente quem tinha poder econômico é que poderia custear suas despesas (RÊGO, 2008).

Para Horta (1956), as práticas matrimoniais exogâmicas, desde que limitadas e bem articuladas, também desempenhavam função salutar. Esse tipo de união, ao ligar círculos familiares diferentes, possibilitava a consolidação e ampliação da rede regional de base familiar, ou ainda sua extensão em outras áreas. O autor assevera que se compunha, dessa forma, uma cadeia de círculos familiares ou parentelas, cujos membros ora se sucediam nas tarefas da chefia política local e regional, ora se alternavam, a isso, ele chama de “constelação governamental de Minas Gerais”.

Queiroz (1976) também traz importantes considerações sobre o casamento na era colonial:

A família tinha pois, no centro, o casal branco e seus filhos legítimos, e uma periferia mal delineada de escravos, agregados, afilhados, na qual se incluíam as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. O casamento era questão de grande importância; os pais escolhiam cuidadosamente as alianças ou para reforçar os laços de parentesco e resguardar a propriedade de mãos estranhas - uniões com primos, tios, etc. - ou para aumentar poder e prestígio, indo se unir a outras famílias de particular nomeada ou fortuna. A nova família ficava estreitamente ligada às anteriores, quer do noivo, quer da noiva, tendo valor tanto o parentesco por linha paterna quanto por linha materna; os filhos casados ora continuavam morando com os pais, ora em casas que estes lhes dessem (QUEIROZ, 1976, p.45).

Rêgo (2008) adverte que para compreender os aspectos econômicos e políticos do segmento mais poderoso da sociedade, deve-se privilegiar o estudo integrado da família, de suas gerações sucessivas, de sua política de casamentos e, ainda, uma totalidade das atividades econômicas e políticas de todos os seus membros. Para o autor, devem-se deixar, para segundo plano, os estudos dos indivíduos isolados, pois, conforme pondera, os objetivos familiares eram o marco definidor das oportunidades e das pretensões de seus integrantes. Esse poder seria capaz de garantir e preservar o patrimônio material ou imaterial, como crédito, terras e influência política, no contexto de uma sociedade que dava poucas chances às pessoas que possuíam somente o talento como caução de seu sucesso.

Ainda segundo Rêgo, nas estruturas sociais brasileiras, o parentesco ultrapassava os laços de sangue, e um exemplo característico desse tipo de parentesco era o compadrio.

Nas cerimônias de casamento e de batismo, a figura do padrinho era de fundamental importância. Rêgo cita Oliveira Viana (1974), para este a relação de compadrio era a fonte mais fecunda de solidariedade familiar no interior do Brasil. O compadrio era um parentesco religioso, espiritual, que criava laços de afinidade tão poderosos quanto os de sangue e estabelecia um código de deveres morais como os laços consanguíneos. Também Rêgo (2008) ressalta que o compadrio era uma forma de elevação social para aquelas classes mais desfavorecidas, pois ter como padrinho um senhor rural era uma espécie de promoção social para os afilhados e seus pais, tratava-se de uma forma de dependência econômica. Nas palavras do autor:

o compadrio tem outras funções além das espirituais (assegurar a instrução religiosa), era função do padrinho socializar as crianças, estabelecer laços entre pessoas da mesma classe ou de classes sociais diferentes, atender a necessidade da família, garantir trabalho, abrigo, entre outros. Na maior parte das vezes era o padrinho que fornecia ajuda e proteção aos afilhados e compadres, mas esses também o ajudavam, ao trabalhar para ele sem cobrar, ao executar tarefas e ao votar em seus candidatos (RÊGO, 2008, p.47).

Conforme Queiroz (1976), a solidariedade que existia entre coronéis e seus dependentes, como parentes e agregados se entrelaçava, embora ambos pertencessem às camadas sociais diferentes. Assim, para o sitiante, ter o coronel como compadre era estar amparado e em situação privilegiada. Ainda, para Queiroz, a obtenção dos votos nem sempre se exprimiu de maneira benigna por meio de barganha, essa forma de agir estava inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinham vários instrumentos de poder, inclusive e, principalmente, o econômico.

Nesse sentido, Faoro (2001) expõe que entre os coronéis e seus dependentes (empregados, devedores, moradores em suas terras) havia um laço de amizade que atenuava e amenizava a subordinação. Em regra, o compadrio unia os aderentes ao chefe, enquanto este gozasse da confiança do grupo dirigente estadual e enquanto lhe prestasse favores, com o domínio do mecanismo policial. Contudo, afirma o autor, os dependentes dos coronéis viviam num mundo perigoso, ameaçados pela violência dos homens, numa sociedade congênica, ou seja, o comum é a solução das disputas a preço de sangue, além disso, ainda estavam cercados de ameaças alheias como a seca, as inundações, as oscilações do preço dos produtos, que comercializavam. A comunidade se articulava ao sistema político e ao sistema socioeconômico por via de elos flexíveis, suaves, familiarmente vinculados ao perplexo e desprotegido camponês. Ainda, consoante Faoro,

Diante do guichê da coletoria o contribuinte solitário pagará todo o produto de seu trabalho, se a lei não for abrandada pelas circunstâncias. Um “simples” crime de morte, tratado pela lei, com o delegado, o promotor, os jurados e o juiz advertidos, dará cadeia. Outro será o resultado se o réu ou o contribuinte tiverem um compadre ou um padrinho – “quem tem padrinho não morre pagão”; - agora, o bom atendimento torna-se questão de prestígio, que, desprezado, trará represálias, as duras represálias do sertão ou do campo (FAORO, 2001 p.713).

Faoro explica que as pessoas dependentes dos coronéis se conformavam com seu mando, a dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, enfraquecia e abrandava até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que as relações com o senhor apresentavam-se como um consenso e uma complementaridade, em que a proteção natural do mais forte tinha como retribuição honrosa o serviço, o qual, consensualmente era exercido para o bem. O autor explica que para aqueles que se encontravam submetidos ao domínio pessoal, não existiam marcas objetivadas do sistema de redução a que sua existência estava confinada: seu mundo era formalmente livre. Não lhe era possível a descoberta de que sua vontade estivesse presa à do superior, visto que o processo de sujeição tinha lugar como se fosse algo natural e espontâneo. A dominação pessoal transformava o dominado numa criatura domesticada: proteção e benevolência eram-lhes concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Para Faoro, entre o coronel e o simples eleitor não imperava a brutalidade, pois:

O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. Num contexto de violência, consubstancial à vida rural, ela só se exerce contra o inimigo, nos atentados ao prestígio, em defesa da honra, ficar desmoralizado num conflito equivale à morte. O eleitor vota no candidato do coronel não porque tema a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda. Não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes (FAORO, 2001, p.714-715).

Com relação a essa situação de dependência, Janotti (1981) esclarece que ela se reproduziu na sociedade civil de perfil paternalista e na acentuada diferença econômica entre as classes sociais. Para a autora, a dominação era exercida através de um encadeamento hierárquico rígido, no qual o coronel representava o poder local, imediatamente superior ao do pai de família. Nos dizeres de Leal (1978), “é pois para o próprio coronel que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades” (p. 24).

Leal (1978) afirma que era do interesse do chefe local o melhoramento do seu município, e esses melhoramentos vinham através da sua insistência. Escolas, estradas, correios e muitos outros benefícios exigiam além do esforço do coronel, seu empenho e seu prestígio políticos, enquanto outras benesses requereriam contribuições pessoais suas e dos seus amigos; era com elas que, em grande parte, o chefe local construía ou conservava sua posição de liderança.

Sobre essa questão, Lisboa (1992) relata em seu livro alguns feitos do Cel. Idalino na cidade na década de 1920, entre eles, o autor destaca a construção de uma ponte de madeira no centro da cidade, em 1923; a edificação da cadeia, em 1921, e a construção da estrada de rodagem entre Salinas e Francisco Sá. Nos dizeres de Lisboa,

Em 1928, o Cel. Idalino Ribeiro promoveu a construção da estrada de rodagem de Salinas a Francisco Sá, Brejo das Almas naquele tempo, e por ter de passar em terreno da comarca de Grão Mogol, o Cel. Janjão, chefe político local protestou e tentou embargar a construção, mas, pela sagacidade política do Cel. Idalino Ribeiro, ficou pronta em 1929. O governador Olegário Maciel, de 1931 a 1933, refez a estrada, pagando a conto de réis o quilômetro, a fim de dar serviço à grande chusma de gente desempregada, que já estava criando problemas para o Estado (LISBOA, 1992, p.231).

Segundo o senhor Geraldo Santanna, em entrevista, o Coronel Idalino foi um homem barato para o Estado por tanto que ele prestou. Sobre a construção da estrada, ele disse que deu muito emprego e o pagamento era feito com vales. Nessa época, o governo pagava com vales e esses vales eram descontados com o governo. O senhor Geraldo Santana também afirmou que o Coronel foi um homem que não tinha dificuldade pra nada, era um homem barato para o Estado e contido em suas reivindicações. Era um homem que não dava muito custo ao Estado.

Ele afirma que o Coronel não enriqueceu com isso, ele já era muito rico, herdou uma herança incalculável do seu sogro, pois se casou com a filha única de um rico fazendeiro, José Chaves. Sobre o pagamento desses vales, Santanna relatou o seguinte episódio:

Uma ocasião eu fui com Idalino e a velha Lau aproveitando o transporte, eu e a velha Lau atrás, Idalino na frente com o motorista. Fui até Belo Horizonte com eles, dormimos em Montes Claros, na casa do Cel. Filomeno Ribeiro, cuja casa ele hospedava, eram companheiros de partido. À noite, Filomeno tava reclamando muito do atraso de pagamento dos vales, eles descontavam os vales dessas construções de estradas. Então Idalino perguntou quanto é que era, ele falou que era 600 contos. Idalino fez uma oferta pelos vales e ele aceitou. Eu lembro que nós fomos no Grande Hotel em Belo Horizonte e no dia seguinte ele telefonou pra Benedito à tarde e a

tarde ele mandou pagar os vales todos, era um rio de dinheiro (Entrevista realizada com o senhor Geraldo Paulino Santana, 01-10-2016).

Também no jornal “Montes Claros”, datado de 1918, o nome do Cel. Idalino, bem como os de seus rivais políticos figuravam numa reportagem sobre a vinda do telégrafo para a cidade. Esses foram bastante elogiados e exaltados como políticos que não visavam aos seus próprios interesses, mas lutavam pelo bem da cidade. A notícia informava que em breve Salinas seria ligada aos centros pelo telégrafo graças à influência política do Dr. Honorato Alves e do Cel. Manoel Fulgêncio. O povo não foi esquecido, e a reportagem fazia alusão à população como ordeira e laboriosa, ou seja, um povo disciplinado, trabalhador que, portanto, era merecedor dos benefícios que os políticos com tanto empenho lutavam para conseguir. Um trecho da reportagem dizia:

Defensores como somos dos vitais interesses de todo o Norte do Estado, registramos com grande entusiasmo esta alvissareira notícia, felicitando os nossos representantes e dando parabéns ao altivo povo salinense, particularmente ao digno presidente da câmara, major Idalino Ribeiro, ao Dr. João Porphirio, ao Cel. Rodrigo Cordeiro e ao professor Juventino Nunes, abnegados propagandistas do engrandecimento daquela risonha cidade (JORNAL MONTES CLAROS, 1918, p. 01).

A imprensa escrita sempre teve fundamental importância na narrativa dos fatos. Sobre a imprensa, Capelato e Prado (1980) fazem uma reflexão sobre seu uso na escrita da história. As autoras entendem que os jornais constituíram um importante instrumento de estudo não devendo ser encarado somente como um mero objeto de informação imparcial e neutra dos acontecimentos, muito menos ser tratado como um veículo isolado da realidade social, ou como um importante instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Pela reportagem, podemos perceber que ela não traz a realidade dos fatos, mas evidencia os acontecimentos locais, ainda que esses sejam expostos com parcialidade ou usados como instrumento de manipulação.

Segundo Faoro (2001), a origem do poder dos coronéis, mais do que a situação econômica, derivava do prestígio, da honra social, tradicionalmente, reconhecidos. Verificamos nesse tópico a importância que a família teve em relação à conquista e permanência no poder pelos chefes locais. Em Salinas, podemos notar que a política era influenciada e decidida pelas mais importantes famílias da cidade. Logo, as famílias que compunham as elites locais é que se revezaram no poder protagonizaram violentas disputas pela liderança política na cidade, assunto que será discutido no próximo tópico.

1.4 - Década de 1920: “anos quentes” em Salinas

Em Salinas, na década de 1920, segundo Lisboa (1990), a violência foi utilizada na disputa pelo poder local. Nas palavras do autor: “Salinas, no decorrer de sua já longa história, tem sido palco de sangrentos episódios, como os que há em todos os lugarejos e cidades do Norte de Minas e, certamente, de todo interior brasileiro” (p.230). Também Porto (2007), em sua dissertação de mestrado *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*, discute sobre a violência que imperava na sociedade patriarcal colonial. Esta, segundo o autor, tinha como característica principal o alto grau de violência. Na região norte do Estado isso pode ser observado desde os primórdios da ocupação, quando os bandeirantes exterminaram e escravizaram a maior parte dos nativos.

No que se refere ao extermínio de nativos na região, Carlos Alberto Monção Dayrell e Geraldo Nobre Monção (2007) esclarecem que o aldeamento foi uma estratégia utilizada pelos colonizadores como forma de submissão dos grupos. Os que resistiam ao aldeamento, segundo os autores, eram exterminados ou saíam em busca de outras localidades. Um dos aldeamentos aqui estabelecidos foi o do Salto do Rio Pardo, no séc. XVIII, com o estabelecimento dos botocudos. Até o século XIX, ainda eram encontrados índios às margens do Rio Pardo, em aldeamentos pacíficos e também tribos que mantinham resistência.

Porto (2007) analisa que, nos motins do rio São Francisco, na primeira metade do século XVIII, os potentados da região demonstraram que a violência se incorporou rotineiramente às suas práticas. O autor cita Anastasia (2012), a qual investigou o papel desses potentados nas revoltas do São Francisco. Para a autora, a região Norte do Estado escapava do feroz controle do poder público lusitano e, por isso, o grau de violência foi muito grande na região. A respeito da violência em Minas Gerais, a autora ressalta que:

A violência foi uma das características mais marcantes do passado de Minas Gerais e se manifestou em todos os níveis da vida da Capitania na política, na extorsão tributária metropolitana, nas relações entre brancos e negros, nas relações pessoais com a generalização do crime trivial. Sem dúvida, o exame do cotidiano mineiro no Setecentos confirma a sugestão de Robert Edgerton, de que as sociedades humanas, das tribos às cidades, desenvolveram “uma imensa capacidade para conviver com a violência (ANASTASIA, 2012, p.25).

Em Salinas, desde os primórdios da sua fundação, encontramos relatos que comprovam que a violência sempre foi um aspecto marcante da cultura política. O primeiro

chefe local, o vereador Padre Bernardino Costa foi processado judicialmente por abuso de poder, sendo acusado por crime de arbitrariedade, ou seja, abuso de autoridade, violência.

O Ilm. °. E Revm°. Sr. Vigário Geral, Francisco Manoel da Silva, de Minas Novas, manda o escrivão passar as ordens necessárias para a prisão do Revd°. Padre Bernardino Ferreira da Costa, juiz de paz em Salinas, “com toda a cautela e segredo de justiça, lançando-o no rol dos culpados”. Estava sendo processado por arbitrariedade praticada a 17 de janeiro, como autoridade, prendendo num tronco durante sete dias, Antônio Ferreira de Sousa, sem processo, sem culpa formada, sendo completamente ignorada a causa (ÂNGELIS, 1998, p.51).

Difícilmente esses chefes locais eram punidos pelos seus abusos de poder, poderiam até ser pronunciados por um crime, responder processos, mas no final eram absolvidos. O padre Bernardino, em 1835, foi perdoado pelo seu crime por ato de humanidade e, desta forma, extingue-se o processo que foi iniciado em 30 de maio de 1832.

Dr. José Gonçalves Gomes, 1º Juíz de Direito (togado) da Comarca, despronuncia o Revd°. Padre Bernardino Ferreira da Costa, Juiz de Paz do Dist. de Santo Antônio de Salinas, das arbitrariedades praticadas contra Antônio de Sousa Ferreira, mediante título de perdão deste, datada de 21 de julho findo (ÂNGELIS, 1998, p. 165).

A violência estava presente em todas as classes sociais, o cônego Newton²⁰ relata vários crimes cometidos por pessoas de elevado poder aquisitivo, naquela época, como políticos, fazendeiros, comerciantes, padres, mas também por pessoas que pertenciam a classes mais baixas como capangas, agregados e até mesmo por escravos que eram considerados apenas uma mercadoria. Ângelis (1998) traz o relato de um crime cometido por um escravo. Este com a ajuda de outro companheiro, também escravo, matou seu senhor e filhos deste de forma bastante violenta.

Presidio pelo Dr. Francisco Leite da Costa Belém, Juiz de Direito da Comarca, o Tribunal do júri condena à morte três vezes o réu Pedro, escravo, que auxiliado por outros (Clarindo, morto ao resistir à prisão; Agostinho e Benedito, condenados à galés perpétuas, todos escravos), por terem na noite de 1º de abril, assassinado durante o sono, na fazenda Duas Lagoas, seu senhor, o Cap. José Francisco dos Santos (subdelegado do Dist. De Santo Antônio de Salinas em 1843) e seus filhos menores Jesuíno Francisco dos Santos e Francisco Antônio dos Santos. Cometeram o delito a golpes de

²⁰O Cônego Newton tem suas origens em Rio Pardo de Minas, este estudou no seminário em Belo Horizonte, onde se formou. Seu livro foi fruto de uma intensa pesquisa em que ele cita 2.980 fatos históricos, sobre mais de 9.800 pessoas, usando assim diversas fontes. Nos dizeres do padre: “Tudo fiz, para esta preparar ao futuro historiador do Arraial do Rio Pardo” (ÂNGELIS, 1998, p.06).

machado e instrumento perfurante, conduzindo as vítimas ao paiol de milho e ateando fogo a tudo (ANGELIS, 1998, p.159).

Outro relato de crime cometido entre autoridades, cujo processo teve como réu o senhor Vicente Ferreira da Costa, filho do Padre Bernardino, teve como vítima um padre, o senhor Francisco Germano. O réu ficou impune, foi despronunciado, alegando, o juiz, que ele cometeu incompetência de foro. O senhor Vicente era um homem bem conceituado, rico fazendeiro, gozava de prestígio político na cidade. Foi Alferes, Promotor Público, Vereador pela Comarca de Rio Pardo de 1857-1861, Juiz de Paz suplente e Subdelegado.

Em 1865, saindo com a imagem do Padroeiro Santo Antônio, pedindo esmolas para a festa, o subdelegado de polícia do distrito, Vicente Ferreira da Costa, no dia 17 de junho, condenou o padre Francisco Germano a quatro dias de prisão e multa de 4\$000. No dia 09 de novembro, o Juiz de Direito, Dr. Francisco Leite da Costa Belém, alegando incompetência de foro, despronunciou-o (ANGELIS, 1998, p28).

Percebemos, pois, que os chefes locais cometiam arbitrariedades, abusando da autoridade que lhes eram delegadas pelo próprio Estado. Eles passavam por cima das leis e raramente eram punidos. Segundo Porto (1998), a violência vai acabar impregnando todos os setores da organização social, incrustando-se até na esfera cultural. O autor cita Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), demonstrando que o ajuste violento se consolidou na cultura sertaneja, como uma forma tradicional de agir. A violência aparece integrada ao cotidiano do sertanejo, repetindo com certa regularidade, principalmente nos setores fundamentais da relação comunitária. Para Porto, nesses períodos, que antecedem às eleições, é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo. Essas discórdias entre facções na luta pelo poder existiam no Brasil desde a colônia, sobre o assunto Queiroz relata:

Nestas discórdias todas, o governo geral, que delas tomava perfeitamente conhecimento, ora exercia função mediadora, ora participava da luta ao lado de uma das facções, condenando a outra facção como culpada. Mas, se porventura saía vencedora a parte que o governo considerava adversária, imediatamente esse mesmo governo a ela aderiu e a sustentava, como no caso da expulsão dos jesuítas, em que começara a Coroa a tomar o partido destes e terminara concordando com o que exigiam as Câmaras de S. Paulo e S. Luís do Maranhão. O Governo da terra estava realmente, como descreve o capitão-mor Silva Pontes, entregue a “tantas governanças patriarcais quantos eram esses distritos, recorrendo os moradores nas suas pendências e desavenças aos seus poderosos e dando estes decisão das dúvidas, segundo ditava o amor ou o ódio que professavam às partes litigantes (QUEIROZ, 1976, p.47).

Analisando o exposto acima, entendemos que a famosa “vista grossa”, dos governos da República Velha é uma prática bem antiga, vinda da Colônia. Como Queiroz disse acima, o governo estava ocupado com as suas governanças, como os chefes locais também estavam ocupados com suas pendências. Nos dizeres de Leal (1978), “é ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violência e outras arbitrariedades” (p.51). Analisando a legitimação da violência, Pang (1979) afirma que foi com frequência obtida pelos membros do clã, através do exercício de cargos públicos, podemos citar as patentes de coronel, tenente, major, obtidas através da Guarda Nacional. Nos municípios do interior, o estado não possuía meios de fazer cumprir a lei e funcionamento da justiça, esses vazios foram preenchidos pelos exércitos particulares dos potentados. Os grupos armados sob o comando de um fazendeiro escapavam ao controle das autoridades reais ou imperiais, que se viram forçadas a dar-lhes um status legal, ou quase legal, como unidades militares.

A violência foi assim institucionalizada, em algumas ocasiões ocorreram confrontos entre grupos armados públicos e privados e tornavam-se cada vez mais frequentes à medida que os potentados estaduais e locais, muitas vezes, travaram lutas eleitorais nos séculos XIX e XX. Ainda sobre a violência comandada pelos coronéis e seu capangas, o livro *O Mandonismo Mágico do Sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais (1856-1931)*, de autoria de Santiago (2015), que afirma, com maestria, que apesar do fato de muitos considerarem que a função do coronel era meramente honorífica, e, ainda, que a Guarda Nacional fosse “amadorística”, em termos militares, conforme ressalta Uricoechea, o coronelismo não era puramente político, mas se baseava no uso da força e da violência, inclusive em larga escala. Possivelmente, a Guarda Nacional manteve essa estrutura militar mesmo depois de ter sido formalmente dissolvida em 1918, com os oficiais conservando, no trato com a sociedade local, as suas distintas patentes, ao longo de toda a década seguinte, além de continuarem a se fazer acompanhar de cabras armados.

A respeito dessas relações de rivalidade entre chefes locais, Leal (1978) assegura que o normal é a hostilidade. Além disso, é óbvio a recusa de favores, que os adversários se sentiriam humilhados em pedir: “para os amigos pão, para os inimigos pau” (p.39). O coronel possuía em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, mas que eventualmente podiam se tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas. É com o uso desses jagunços ao seu serviço que os chefes locais intimidavam seus adversários e até mesmo seus próprios eleitores, utilizando da força para se manterem no

poder. Com a famosa “carta branca”, dada aos coronéis pelo governo estadual, este fazia vistas grossas a esses acontecimentos e essas arbitrariedades ficavam impunes.

Sobre a violência, João Gualberto (1995), o qual sustentou que durante a Primeira República a violência ocorria em todos os níveis da sociedade e era tida como uma forma “normal” de responder a certas situações, defende que

Lavar a honra constituía-se numa dessas situações que caracterizam a sociedade brasileira em seu conjunto (...). Assim, a dicotomia situação e oposição tornou-se norma fundamental, e expressão política da sociedade. Solidariedade e conflito surgiam no Brasil como as duas faces de uma mesma moeda. Uma não podia existir sem a outra. Inerentes complementares e recíprocas, por mais paradoxal que isso possa parecer. Os dois comportamentos, solidariedade ou conflito, condicionavam a ação violenta, que tinha como finalidade a liquidação dos opositores (GUALBERTO, 1995, p.77).

Nessa mesma direção, Célia Nonata da Silva (2007), em seu livro “Territórios de mando: Banditismo em Minas Gerais séc. XVIII”, propõe um estudo sobre as formas de banditismo na Capitania de Minas Gerais no séc. XVIII, buscando, com isso, compreender suas formas de representação, os rituais de poder, os símbolos e as linguagens, bem como o alcance e a expansão da violência exercida pelos bandidos no meio social. Essas análises revelaram uma estrutura de poder instituído no sertão mineiro setecentista, formada a partir da prática e do costume de proteção as propriedades rurais dos potentados, cujo exercício era o mando. Esse mandonismo nas áreas de fronteira na Capitania de Minas Gerais caracterizou uma autoridade cuja prática sustentava o jogo conflituoso calcado na vingança e na honra. Segundo Silva:

O Sertão, então esboçou já no século XVIII uma tradição cultural sertaneja mestiça que lhe outorgaria uma forma de poder de mando, sustentando uma prática costumeira do uso da valentia, das mostras da honra, e no resguardo da vingança. Isso se tornariam formas de interdito e normas de reconhecimento, legitimamente aceitas pelos agentes do lugar. (...) Os sertões da América Portuguesa, foram espaços de conquista do gentio, mas também da oportunidade de se promover a existência de formas de autoridades e de poderes, alicerçados no costume do mando e nas formas de proteção a terra, como os capangas e jagunços. O costume do mando no sertão era de impor a justiça costumeira ao domínio particular dos Territórios de Mando e as obrigações à terra, criando uma forma de trabalho específico como a “sebaça”²¹, e as formas de apresentação deste poder pela força e pela palavra. (SILVA, 2007, p. 152).

²¹Tomada de objetos alheios a mão armada. Assalto a propriedade, acompanhado de roubo. Dicionário Aurélio p. 1825.

Bernardo Mata Machado (1991), analisando o mandonismo pautado pela violência, fez um estudo baseado em algumas cidades norte-mineiras do Período Colonial à República. Por meio desse estudo, o autor apreendeu que até 1930 os traços característicos do Estado permaneciam praticamente os mesmos, com uma sociedade estratificada no predomínio do compadrio, na economia rural, e na organização política baseada na ordem privada, mantendo um ritmo de crescimento lento e retardatário. Segundo Machado,

As pequenas cidades e vilas funcionavam como elementos de organização do meio rural, locais de um pequeno comércio dominados pelos proprietários das fazendas e sedes do poder público. Da colônia à República, a organização política fundou-se no poder pessoal dos proprietários sustentados por sua parentela. Sob a designação de potentados, no período colonial e coronéis, no império e na Primeira República, os grandes proprietários ditaram a ordem política do sertão. As lutas entre famílias rivais, pela conquista do mando local foram uma constante em toda história da região (...). A violência política, entretanto, não foi privilégio das elites. O fenômeno do banditismo social, contrapartida do coronelismo, surgiu com intensidade na Primeira República (MACHADO, 1991, p.26-27).

Assim, os coronéis e seus jagunços recorriam à violência, principalmente na época das eleições, pois sabiam que sairiam impunes e, conforme o senhor José Guimarães, ao final, ficaria o dito pelo não dito. Em Salinas, segundo Lisboa (1992), na década de 1920, dois grupos rivais vão protagonizar um dos episódios mais violentos ocorridos na história da cidade. Sobre esses grupos, o senhor José Guimarães relata que:

Ambos os chefes tinham vários jagunços, o Carlos Torres na fazenda Varginha e nas outras, Germano dos Anjos na sua fazenda Muritibá do outro lado do Rio Salinas. Quando se aproximava as eleições começava as brigas e os jagunços aproveitavam para exigir dinheiro dos patrões e os eleitores não ficavam para trás (Entrevista feita por João Costa, com o senhor José Guimarães, em 1975, aos 80 anos de idade).

Movidos pela disputa do poder político local, os grupos denominados de Grosso e de Fino viviam em constante desavença, incidindo em desordens e lutas. Os partidários do Grosso eram o Cel. Idalino, seu genro, Dr. Clemente Medrado, entre outros, estes usavam uma fita vermelha para se diferenciarem do grupo dos Finos. O grupo dos Finos era composto pelo Cel. Rodrigo Cordeiro, seu genro, Dr. João Porphírio, e pelo professor Juventino Nunes, os quais eram “cabeças” do partido. Sobre essas disputas entre grupos políticos, Faoro (2001) assevera que:

O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido, partido único, mas não monolítico,

tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos, sedentos da conquista do poder, que por não se reconhecido burocraticamente, se volatiza, entregue às ambições e aos interesses (FAORO, 2001, p. 711).

Quanto ao significado dos nomes “Grosso” e “Fino”, o senhor José Guimarães, em entrevista concedida, fala apenas sobre o significado do nome “Grosso”. Segundo ele, “... os dois grupos foram batizados por “Finos e Grossos”, nomes que os definiam com acerto. Grosso queria dizer casca grossa, quadrado, sem a mesma educação”. No entanto, esses grupos partilhavam dos mesmos valores e práticas, faziam parte do PRM (Partido Republicano Mineiro), eram da elite local, como abordaremos adiante, ambos utilizavam da violência, quando julgavam ser necessário, principalmente nos períodos em que antecediam as eleições, como ocorreu em abril de 1927, quando houve a disputa eleitoral entre o professor Juventino Nunes e o Cel. Idalino Ribeiro.

O professor Juventino Nunes mudou-se para Salinas em 1912 e nesse mesmo ano foi nomeado diretor do Grupo Escolar Dr. João Porphírio Machado. O professor Juventino estabeleceu-se na cidade, tinha uma boa oratória, era farmacêutico prático, dono de farmácia e fundou a Banda Filarmônica Santa Cecília. Todos esses atributos, segundo o Senhor João Ribeiro²², testemunha ocular do fato e partidário do Grosso, em entrevista concedida a Santina²³, fizeram com que o professor caísse nas graças do Cel. Rodrigo Cordeiro. Ressaltamos que, nessa época, o Cel. Rodrigo e seu genro Dr. João Porphírio já estavam mais velhos e sem muitas perspectivas de quem os sucederiam na política. De tal modo, aliar-se ao professor Juventino era uma forma de se manterem, tendo o professor como sucessor do seu mando político.²⁴

Por outro lado, o professor, justamente por ter conquistado a confiança do Cel. Rodrigo Cordeiro e também devido ao prestígio que gozava perante o povo salinense, segundo relatos do senhor João Ribeiro, vai despertar ciúmes no Dr. Clemente Medrado. Este, apesar de ser médico formado, era preterido pela população, que sempre recorria aos préstimos do professor Juventino para alguma consulta e até mesmo para a realização de

²²Segundo Santina, o senhor João Ribeiro foi criado pelo senhor André Fernandes, pai de Clemente Medrado e mais tarde se tornou “guarda costas do Dr. Medrado, ou seja, jagunço naquela época.

²³Santina Ferreira Mendes é professora do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus de Salinas, a entrevista foi feita quando esta ainda fazia o curso de História pela Unimontes em 1998. O senhor João Ribeiro se encontrava nessa época com 88 anos de idade.

²⁴Essa aliança entre o professor Juventino Nunes e João Porphírio no início de 1921 já tinha acabado. Nesse ano o professor Juventino Nunes escreveu uma carta para Raul Soares, onde dizia que o Dr. João Porphírio estava trazendo jornalecos que falavam contra o candidato Artur Bernardes, mas segundo o professor Juventino, Raul Soares não precisava preocupar pois João Porphírio não gozava de simpatia na cidade. Podemos concluir que nesse ano Juventino Nunes e Dr. João Porphírio já não eram mais aliados políticos, estavam de lados opostos. Ver carta na íntegra em anexo pág. 196-197.

partos, o que ascendia ainda mais a revolta do Dr. Clemente Medrado. O professor Juventino, pelos relatos do senhor João Barbeiro, fazia prática de uma política assistencialista, muito comum na política coronelista. Em uma matéria do Jornal *Montes Claros* de 1918, o aniversário da esposa do professor é noticiado com grande destaque. Conforme o redator, a festa era uma demonstração do carinho creditado pela sociedade salinense ao casal, comprovando assim o carisma do professor Juventino. Assim dizia:

Predominava, como nota harmoniosa e característica, a sinceridade de afectos expandindo dos corações, a transbordarem júbilo extremes de preconceito, reinando entre todos os mais franca jovialidade, empenhando-se cada qual em demonstrar a distinta família homenageada, a estima e consideração em que é tida em nosso meio social. O venerando e prestigioso chefe político Cel. Rodrigo Cordeiro, amigo particular da distinta família se fez representar pelo Dr. João Porphirio (JORNAL MONTES CLAROS 20/10/1918, p. 5).

Na década de 1920, o professor Juventino Nunes e o Coronel Idalino Ribeiro eram reconhecidos como chefes²⁵ políticos locais. No livro *Taiobeiras: seus fatos históricos*, Avay Miranda (1997), publicou o convite com a programação da comemoração da instalação do Distrito de Taiobeiras, realizada nos dias 06 e 07 de maio de 1924. Taiobeiras, nessa época, pertencia a Salinas e, portanto, não poderiam faltar, a presente comemoração, os ilustres chefes políticos da época, professor Juventino Nunes e Coronel Idalino Ribeiro, que conforme consta na programação, eram chefes admirados e prezados pelo povo de Taiobeiras. Na programação dizia o seguinte:

Dia 06, às 3 horas da tarde: Partida de uma comissão composta de 15 cavaleiros, que receberá, a seis quilômetros distante dessa localidade, os Excelentíssimos senhores Coronel Juventino Nunes, prestigioso chefe político deste município, Coronel Idalino Ribeiro, digníssimo Presidente da Câmara Municipal, Reverendíssimo Padre Salustiano Fernandes dos Anjos, mui digno vigário deste Freguesia, Major Arquimedes Moreira de Almeida, digníssimo vereador especial pelo novo Distrito e os demais ilustres membros da comitiva. Dia 07, às 7 horas da noite: Manifestação aos Excelentíssimos senhores coronéis Juventino Nunes e Idalino Ribeiro. Falará, interpretando os sentimentos do povo de Taiobeiras, que tanto os admira e presa... (MIRANDA, 1997, p. 32).

No ano de 1977, João Costa, memorialista da cidade de Salinas, entrevistou o senhor Mendo Correia, o qual foi vereador e fazia parte do Partido Grosso. Apesar da

²⁵Ver telegrama na pág. 40 enviado a Raul Soares pelos chefes locais professor Juventino Nunes e Idalino Ribeiro no ano de 1923, devidamente assinado pelos dois chefes políticos.

rivalidade política, Mendo Corrêa, na ocasião da entrevista, teceu elogios ao professor Juventino. Segundo ele, Juventino era um homem de uma inteligência rara, qualidades que também foram reconhecidas pelo senhor João Ribeiro. Ao ser solicitado, pelo memorialista, para que falasse a respeito da expulsão do professor Juventino, Mendo Corrêa recusou, pedindo para pular essa parte, conforme evidencia o trecho abaixo:

Conheci muito o professor Juventino, era um homem inteligente, posso até dizer de uma inteligência rara, com um simples título de professor primário ele advogava, era bom orador, ele clinicava, acertava muito em aplicações de remédios. Sobre a parte política e saída dele não quero entrar em detalhes (Entrevista a Mendo Correa, 1977, arquivo particular João Costa).

Retomando a disputa política, os partidários do Grosso, de acordo com Lisboa (1998), estavam receosos de que o professor Juventino vencesse as eleições de 1927, por esse motivo, os seguidores do Grosso buscavam de toda forma colocar o professor em situações desfavoráveis, de modo que este tivesse sua reputação manchada perante a cidade e, assim, fosse expulso. Segundo Porto (2008), atos de provocação fazem parte da tradição do coronelismo e evidenciam uma das faces desse sistema: o mandonismo. Sendo assim, provocar a facção do chefe contrário nos períodos eleitorais é uma das marcas do coronelismo. O senhor José Guimarães expôs, na entrevista, que um mês antes do professor ser expulso algumas calúnias envolvendo o professor começaram a surgir. Conforme relatou,

Seguiram os fuxicos e calúnias descabidas, quando viram que nas urnas era impossível vencer os rivais do professor, procuraram o Dr. Alfredo e o pediram para intervir contra Juventino. Dr. Alfredo de Sá não gostava de Juventino por este ser amigo do Ministro Dr. Francisco Badaró. Dr. Alfredo era na época vice-presidente do Estado. Marcaram um encontro com Alfredo de Sá em Araçuaí, no qual foi inteirado do que estava acontecendo, então este nervoso sentenciou: “Ponha o homem pra fora de Salinas” (Entrevista concedida ao memorialista João Costa em 1975).

Lisboa (1998) relata que, conscientes da força do adversário político e sentindo-se ameaçados, os integrantes do partido Grosso, que viviam em atrito com o partido Fino, estavam sempre procurando algo que desabonasse o professor Juventino. Como, por exemplo, o fato em que o delegado de polícia da época, Dr. Filinto Aires Filho, amigo do professor Juventino, fora usado pelos partidários do Grosso para provocá-lo. De acordo com Lisboa, o delegado cometera um “deslize” com sua empregada menor de idade e a notícia se espalhou pela cidade. Alguns cidadãos participantes da oposição, cobrando uma moralização, telegrafaram, para o Chefe de Polícia do Estado, pedindo providências. Como não havia sigilo

telegráfico, o professor Juventino toma conhecimento do teor do telegrama e desafia seus inimigos a processarem o amigo delegado. O juiz Dário Lins, partidário do Grosso, naquela época, expediu um mandado de prisão para o delegado Aires Filho. Este fugiu para Grão Mogol, sendo preso, mas depois conseguiu ser absolvido. Inconformados, os adversários do professor remeteram um telegrama com mais de 40 assinaturas para o presidente do Estado, Dr. Melo Viana, pedindo interferência no acontecido (LISBOA, 1998).

Prosseguindo, Avay Miranda (1997) narra um importante episódio que culminou na expulsão do professor, ocorrido num bar da cidade no dia 27 de fevereiro de 1927. Segundo Miranda, o subdelegado do Distrito de Taiobeiras, Procópio Moreira, era muito amigo do professor Juventino, por isso, foi chamado para ajudá-lo, por causa da hostilidade da facção contrária. Ele e seus amigos, José Gambeira, Deomercindo Victor de Souza e Sebastião Martins de Brito, foram pra Salinas e ficaram na casa do professor hospedados. No dia 27 de fevereiro, Procópio Moreira foi alertado pelo professor para não sair, pois o Sargento Faria, Comandante do Destacamento Policial, estava fazendo constantes rondas na rua e não era bom um encontro deles, pois alegavam que a Polícia Militar estava contra Juventino.

O subdelegado não ouviu os conselhos do professor, saiu para um bar com seus amigos e lá começaram a beber e a fazer bagunça. Logo na saída do bar foram abordados pelo Sargento Faria e seus soldados que estavam fazendo uma ronda pelas ruas da cidade. Quando o Sargento percebeu que eles estavam armados deu voz de prisão, porém o subdelegado Procópio não acatou as ordens do Sargento. Este começou a atirar juntamente com seus soldados, uma das balas acertou a cabeça do subdelegado Procópio Moreira que caiu morto na hora, seu amigo José Gambeira também foi atingido e morreu no local. (MIRANDA, 1997, p.99)

Segundo Avay Miranda (1997), o Sargento Christiano de Faria tinha 21 anos de idade e pertencia ao 3º Batalhão, sediado em Diamantina. Ele participou do combate contra os revoltosos da famosa Coluna Preste e ficou famoso em Minas por ter saído muito bem nessa missão, depois foi enviado pelas autoridades para manter a ordem em Salinas. No seu livro “No tempo das Revoluções”, Anatólio Alves de Assis (1976), narra no tópico intitulado “O vale dos Coronéis”, a ida desse Sargento para Salinas, em fevereiro de 1927, para restaurar a ordem na cidade. Sobre o “Vale dos Coronéis”, ele afirma:

Ora se aqui em Diamantina reina a paz, a tranquilidade, lá mais longe, mais abaixo, a vida segue, o seu curso de maneira diferente. É que nesse ano de

1927, nesse vale imenso cujas bordas penetram as fronteiras da Bahia, a vida continua dando vida a uma outra safra de “coronéis”. Eles tudo podem e tudo fazem. Impunemente. Em suas veias enturmecidas fervem a política. Ao governo dão muitos votos. Claro que de cabresto! Mas nesta República de “eleições a bico de pena, esse pormenor importa tanto? Em troca recebem favores e proteção. Na distante Belo Horizonte, os deputados defendem seus interesses os presidentes acatam suas decisões, toleram seu modo de vida, acobertam os seus crimes. (ASSIS, 1976, p. 441)

Ainda sobre a ida para Salinas do Sargento Sebastião Christiano de Faria, Assis continua narrando:

Dando cumprimento às leis do destino a cidade de Salinas está novamente em pé de guerra. E o sangue corre. Apelaram, então, para o Governador do Estado. Para quê? Mandar mais soldados, outros reforços. Para manter a ordem. Na verdade a ordem que pedem é simplesmente a manutenção do “statu quo”, a preservação de sua autoridade e de seu poder sem limites. A sinceridade, o direito e a justiça são uma simples metáfora, palavras abstratas e que somente adquirem foros concretos quando funcionam a favor do “coronel”. Deles o poder e a glória. A ordem que da Chefia de Polícia vai para Diamantina é taxativa. Mandar para Salinas um sargento que dê conta do recado. Era uma vez um sargento chamado Tião Faria. Ele já foi despachado para o inferno, um lugar perdido lá nos fundos dos Vales do Jequitinhonha e São Francisco. (ASSIS, 1976, p. 442)

O ocorrido no bar fez exaltar os ânimos e acirram ainda mais as desavenças entre os dois grupos políticos, culminando no cerco à casa do professor. Alguns integrantes do partido Grosso, como Dr. Luiz Gomes e seu irmão Catolino Gomes, comandaram a revolta, trazendo da Bahia, precisamente de Vitória da Conquista, 28 jagunços comandados por Manoel Gusmão, conhecido por Maneca Primo, chefe dos jagunços. No dia 01 de março de 1927, numa terça-feira de carnaval, começou o tiroteio contra a casa do professor Juventino e só terminou no dia 02 de março. O professor e seus amigos se renderam, sua mulher pegou uma toalha branca e acenou pedindo paz. (MIRANDA, 1997, p.97-98)

Sobre a briga política em Salinas, Assis (1976) narra em seu livro que: “a guerra em Salinas está feia, são dois coronéis que se digladiam em busca de mais poder” (p.449). Ao narrar os fatos ocorridos, o autor resguardou os verdadeiros nomes das pessoas envolvidas, modificando-os. Assim, na narrativa de Assis, o nome do Coronel Idalino Ribeiro foi trocado por Coronel Ivalino Junqueira e o nome do professor Juventino Nunes foi substituído por Coronel Juscelino Neto. No trecho sobre essa disputa pelo poder local, o autor diz o seguinte:

Ali os partidos tradicionais tinham outras denominações no ramo regional. Eram os “grossos” e os “finos”. Os primeiros chefiados pelo “coronel”

Ivalino Junqueira ao passo que os segundos estavam as ordens do “coronel” Juscelino Neto. Todos de sangue no olho, e que reviviam naquela cidade e na região, as candentes inclinações e as paixões em tumulto e sem peias dos que buscavam o poder (ASSIS, p.449, 1976).

Segundo o senhor José Guimarães, que também narra o ocorrido e testemunhou os fatos, disse que o professor Juventino foi avisado dos planos dos seus rivais e que seus amigos tinham conhecimento de que o partido Grosso mandara buscar jagunços na Bahia. Então, o professor reuniu seus amigos em sua residência e, com armas nas mãos, ficaram em defesa legítima da sua honra e do seu lar. Não era possível vencer o destacamento policial e os jagunços comandados por Maneca Primo, estes trajavam fitas vermelhas como distintivos. Esse fato chama a atenção, tendo em vista que “vermelho” era também a cor das fitas usadas pelo partido do Grosso para se diferenciarem do Fino. Prossegue José Guimarães contando que às sete da manhã tem início o tiroteio, mas o professor não deixou por menos, respondia com o mesmo ímpeto. Felizmente não houve vítimas para se lastimar, comenta José Guimarães. No amanhecer do dia seguinte, a esposa do professor, dona Zinha, saiu à janela com uma bandeira branca pedindo paz. Nesse momento, alguém foi ao encontro de dona Zinha e combinou uma audiência em sua casa. No encontro, estiveram presentes, o jagunço Maneca Primo, Dr. Medrado entre outros integrantes do Grosso. Durante a reunião, o professor Juventino disse: “Se não fosse mulher e filhos, eu preferia ser trespassado por bala baiana a ceder em território mineiro”. Nessa hora, o jagunço Maneca manobrou o fuzil para atirar no professor, contudo o Dr. Medrado interveio.

Na sequência, o senhor José Guimarães narra o desfecho desse conflito. Segundo ele, o professor Juventino foi à casa do Coronel Idalino com outros amigos. Na visita, o Coronel estipulou um prazo de 24 horas para que o professor deixasse a cidade, e foi o que ocorreu em 03 de abril de 1927. O professor parte com a família para Itamarandiba –MG e de lá vai a Belo Horizonte, marcar uma audiência com o então Presidente do Estado, Antônio Carlos, a fim de relatar os fatos ocorridos em Salinas.

O Presidente ofereceu, ao professor, proteção, para que ele voltasse à cidade, mas Juventino dispensou e disse que “não voltaria em terra de canibais”. O professor foi embora para Manhuaçu e lá foi nomeado diretor de uma escola pública pelo presidente Antônio Carlos. Em Manhuaçu – MG estabeleceu-se com sua família e fundou o colégio que tanto queria ter inaugurado em Salinas. Juventino Nunes permaneceu em Manhuaçu até a ocasião de seu falecimento. Na cidade, o nome da Escola Estadual Professor Juventino Nunes foi escolhido em sua homenagem. Enfim, Nunes nunca mais retornou a Salinas.

Quanto ao jagunço Maneca Primo, este segundo Miranda (1997), foi expulso da cidade juntamente com os outros jagunços. Eles passaram por Taiobeiras e lá ficaram por três dias; onde fizeram arruaças, beberam e saquearam. Depois, foram para São João do Paraíso – MG, onde Maneca Primo desentendeu-se com Antônio Pena, um morador local, e na briga, entre os dois, o jagunço foi morto. O Sargento Faria não teve um final diferente, anos mais tarde, por volta de 1939-1940, de acordo Miranda, ele foi assassinado por João Macário Sobrinho, para vingar a morte de seu pai o Subdelegado Procópio Moreira. Em síntese, o episódio relatado encontra ressonância no argumento de Celia Nonata da Silva (2007), para quem, desde o séc. XVIII, no sertão de Minas Gerais, o uso da valentia, a demonstração da honra e a vingança eram práticas costumeiras.

Prosseguindo, o senhor José Guimarães informou que o presidente do Estado mandara abrir inquérito para apurar as responsabilidades da briga política, destacando para isso o Capitão Quintino Campos Valadares. Contudo, a chegada do capitão à cidade deflagra nova confusão. Os filhos do Dr. Luís Gomes, Djalma e Décio Gomes, passam na porta da delegacia em disparada montados nos seus cavalos. O capitão adverte-os pela atitude e em resposta os irmãos dizem: “não temos que lhe dar satisfação”, e foram para a chácara de seu pai. O Capitão ordenou que os soldados fossem atrás e prendessem-nos por desacato à autoridade, porém os soldados não foram bem recebidos, e uma grande confusão se generalizou. O coronel Idalino foi à chácara, tentando remediar a situação, e também foi recebido com tiros, sendo atingido de raspão no pescoço por uma bala. O Dr. Luís Gomes também foi ferido no braço. A polícia deixou o lugar e voltou à cidade, encontrando o Capitão Valadares entrincheirado na delegacia com alguns soldados. Jagunços cercaram a cadeia e começaram a atirar a ermo. Diante da confusão foram enviados a Salinas três capitães, vindos de Téofilo Otoni, Espinosa e Monte Azul – MG, acompanhados de grande leva de soldados armados até com metralhadoras. O Capitão Quintino Campos Valadares permaneceu em Salinas acompanhando o processo instaurado contra ele, contratou o advogado Dr. Junqueira para sua defesa.

Como o senhor José Guimarães relatou, anteriormente, também, nesse caso, os políticos trataram de mexer os pauzinhos e o processo foi enterrado. De acordo com José Guimarães, desenterrar esse processo não seria vantajoso para os mandões locais, por isso, os políticos valentões, segundo ele, deixaram o dito pelo não dito, “e assim com mais uma cachorrada, foi terminando este diabólico drama. Disse Cícero que os magistrados não tinham obrigações de cumprir a lei, mais de fazer justiça” (p.28).

Em Salinas, os chefes políticos locais tinham a seu favor autoridades como juizes, advogados, delegados, propiciados pela “Carta Branca” dada pelo governo aos chefes locais, por essa razão as arbitrariedades praticadas por esses coronéis ficavam impunes. Em relação a esse privilégio, o senhor José Guimarães comenta:

Afinal o que aconteceu? Os políticos mexeram os pauzinhos e o processo foi enterrado. Eu pergunto o juiz que enterrou o processo de crimes bárbaros praticados nas pessoas de Eustáquio Ribeiro, de Procópio (delegado de Taiobeiras)... tinha pulso para levar a júri o Capitão Valadares? Neste caso quantos processos seriam restaurados naquela época? Por isto os políticos valentões trabalharam no sentido de ficar o dito pelo não dito. (Entrevista feita por João Costa, com o senhor José Guimarães aos 80 anos, em 1975).

De acordo o senhor José Guimarães, o Juiz Dário Lins não gostava do professor Juventino e também ajudou na expulsão do mesmo. Sobre o juiz Dário Lins, no livro “O Caminho de volta ou a travessia do deserto”, Geraldo Paulino Santanna (2005), publicou uma carta escrita pelo juiz Dário Lins no ano de 1935 ao seu pai Olinto Santana. Nessa carta, o juiz faz menção ao episódio que resultou na expulsão do professor Juventino, dizendo num trecho que os partidários do Grosso não precisaram recorrer ao crime na oposição ao mandonismo. Assim, dizia o trecho da carta:

Sempre maiores, e em maior número, os tropeços que me rodeiam, morrerei sem rever Salinas, terra em que vivi o período mais agitado da minha existência, mas, em que, e em consequência do qual, mais se me arraigou a convicção de que não errei a carreira: vivendo na paixão, alvejado pela paixão, e apaixonadamente me defendendo, as minhas sentenças, entretanto, todas as que aí proferi, foram “in totum”, confirmadas pelo tribunal. Creio, meu querido Santana, de alguma forma, contribuído para a atual situação do município: o coronel Juventino, indivíduo de fina inteligência e fino trato pessoal, era porém, no momento, além de um desvairado, um homem pouco bem acompanhado. Com efeito, tirando dele o Ladeia, sempre honesto, sempre cavalheiro, sempre digno, quem havia ao seu lado? Governariam, pois, se ele vencesse o desvairamento do chefe e a inconsciência de quase todos os chefiados. Pois bem, eu fui altivo, sem, jamais, deixar de ser justo, e a minha atitude, parece-me, encorajou vocês: dava-lhes a certeza de que o seu direito não seria, por covardia, desrespeitados, venceram, vencedores, nem tiveram de, vergonhosamente, se submeter, nem tiveram de, para se opor, recorrer ao crime (oposição ao mandonismo) (SANTANNA, 2005, p. 80-81).

Ao fim e ao cabo de toda a peleja ocorrida, o Cel. Idalino Ribeiro saiu vencedor e foi eleito Presidente de Câmara, nas eleições de abril de 1927. O partido Grosso vence, conseguindo eleger todos os seus candidatos a vereador. José Guimarães, nos seus relatos,

acusa que essas eleições foram fraudadas, e que foram feitas a “bico de pena”. Como já abordado, esse método ficou famoso na República Velha, e consistia na falsificação das listas eleitorais pelos os mesários. Estes colocavam o nome de pessoas já falecidas, analfabetas e até mesmo de pessoas que nem existiam.

Os fatos narrados pelo senhor João Barbeiro e pelo senhor José Guimarães, testemunhas oculares do conflito, ambos, ainda que de partidos contrários (Grosso e Fino), não apresentaram narrações muito diferentes, os dois relatos trouxeram as mesmas evidências. O certo é que a violência ocorrida, nesse episódio, marcou a história da cidade, tanto que vários autores retratam esse período como “anos quentes”. O termo “quentes” foi empregado para dar ênfase à violência que permeou todo esse período, fossem por grandes eventos, como o último relatado, ou mesmo por outros de menor proeminência, mas que não deixavam de revelar que a violência foi utilizada pelos mandões locais como recurso na luta poder. O que nos leva a aferir que a violência foi fator preponderante para a permanência desses coronéis na política local. Não que ela fosse privilégio das elites, como bem disse Machado (1991) e também não que a violência fosse algo inerente a política coronelista, era já utilizada antes. No decorrer deste tópico, apresentamos alguns exemplos de pessoas que não pertenciam à elite e que também fizeram uso de práticas violentas.

Contudo, ressaltamos que nosso foco principal foi evidenciar a violência praticada pelos chefes políticos que pertenciam à elite salinense, tendo em vista que essa violência, de acordo com os autores pesquisados, neste estudo, foi fato de grande relevância para sustentar os coronéis locais, por tantos anos, no poder. Para além da questão da violência, também destacamos os laços familiares e o compadrio estudados no tópico 1.3, os quais, perante uma sociedade cuja tradição se sustentava na honra, valentia, poder de mando, foram de grande relevância para assegurar a permanência dos chefes políticos no poder.

Avançando, o próximo capítulo tem como título: Salinas da Revolução a Redemocratização. Neste capítulo, faremos uma análise de acontecimentos marcantes que ocorreram antes da Revolução de 1930, como a chamada Coluna Prestes, que teve como líder Luís Carlos Prestes e teve como opositores, os coronéis, que empenharam no combate a essa Coluna.

Analisaremos a Revolução de 1930 e o período pós-Revolução e seus embates para a política coronelista, visto que, para muitos autores como, por exemplo, José Murilo de Carvalho, a pós-Revolução de 1930 encerra a política coronelista. Discutiremos também o período pós-1945, conhecido como Redemocratização, ocasião em que os eleitores voltam às urnas para escolher seus representantes, após anos de ditadura de Getúlio Vargas. Enfim,

analisaremos ainda como o Coronel Idalino Ribeiro vai continuar na chefia política de Salinas, após esse período de mudanças, verificando, pois, as mutações e as acomodações pelas quais a política coronelista passou que permitiram a continuidade desses coronéis no poder.

CAPÍTULO II

SALINAS: DA REVOLUÇÃO À REDEMOCRATIZAÇÃO

Neste segundo capítulo, analisamos o período pós-1930, cujo tema é “ Salinas: da revolução à redemocratização”. Nesse tempo, para alguns autores, como José Murilo de Carvalho (1999), ocorreu o desaparecimento da política coronelista. Todavia, para Maria de Lourdes Janotti (1981) e Maria Izaura Pereira de Queiroz (1976) não houve o completo desaparecimento da política coronelista, mas uma acomodação de forças, que viabilizou a sua continuidade e o comando dos velhos chefes políticos no poder local.

No primeiro tópico, apresentamos uma breve abordagem sobre o período pré-revolução, apontando transformações ocorridas, como a industrialização, a urbanização, o crescimento do comércio, entre outros. Também, salientamos alguns episódios como a chamada Coluna Prestes, a qual se opunha à política coronelista, sendo, por esse motivo, alvo do combate dos coronéis de Salinas e região.

Prosseguindo, no segundo tópico, procuramos abranger o empenho de Clemente Medrado, apoiador da causa revolucionária que, no período pós-revolução, foi nomeado prefeito da cidade e, mais tarde, em 1933, venceu as eleições para deputado federal. O seu empenho na revolução possibilitou-lhe galgar degraus na vida política, perdurando até a década de 1950.

No terceiro tópico, o qual intitulamos de “O progressista”, analisamos a gestão do prefeito Mendo Correia, este empreendeu diversas obras na cidade, com uma receita municipal minguada, em tempos difíceis e com poucos recursos; criou impostos para tocar as obras, cuidou de toda a administração e ainda deixou os cofres públicos com saldo positivo.

No último tópico, deste capítulo, discutimos o período da redemocratização, momento de instabilidade política vivida em todo o país; a volta do povo às urnas, em 1946; a criação de novos partidos políticos, fazendo emergir novos comportamentos, novos atores e exigindo novas acomodações na estrutura política. Entretanto, este novo cenário permitiu a sobrevivência de velhos atores políticos, os coronéis.

2.1 – A Revolução de 1930 e o Coronelismo

Antes de refletirmos sobre a “Revolução de 1930” e suas implicações para a política coronelista, não podemos deixar de analisar alguns fatos que ocorreram na década de 1920 e que contribuíram para minar as estruturas do sistema coronelista e, para isso, recorreremos a autores como Leal, Faoro, Janotti, Maria Isaura e Carvalho. Esses autores divergem em relação ao período em que o coronelismo começou a entrar em decadência, mas concordam que significativas mudanças, nas relações de poder, ocorreram após 1930, ou até mesmo seu completo desaparecimento. Faoro, Leal e Carvalho defendem a decadência do coronelismo em 1930 e apontam a centralização e o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e eleitorais como fatores determinantes de uma nova realidade social e política que era incompatível com o sistema coronelista.

Começando por Leal (1978), este acredita que a estrutura coronelista começa ruir a partir de 1930 com o crescimento do comércio, da indústria e a crescente urbanização. Para ele, a economia brasileira pós-1930 já não era essencialmente rural, porque a indústria rivalizava com a produção agrícola e havia a crise do café²⁶, que reduziu o poder econômico dos fazendeiros em relação aos banqueiros, comerciantes e industriais. Simultaneamente, houve um crescimento da população e do eleitorado urbanos, e a expansão dos meios de comunicação e transporte aumentava a comunicação com a população rural, ocasionando inevitáveis reflexos sobre sua conduta política. Todos esses fatores, segundo o autor, vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o coronelismo.

Após analisar esses fatores, Leal conclui que mesmo após o país ter passado por mudanças no comércio, na indústria, no transporte e nos meios de comunicação, ainda não foram suficientes para abalar as bases de sustentação da política coronelista, pois essa base estava na estrutura agrária. Não concordamos com Leal, no sentido de que a base de sustentação da política coronelista seria apenas a estrutura agrária, já que existiam coronéis, como comerciantes, padres entre outros, que o poder não advinha da posse da terra e sim da sua riqueza.

Sobre a economia agrícola no Brasil, Bóris Fausto (1997), em seu livro: “A Revolução de 1930: Historiografia e História”, apresenta os dados estatísticos de 1940, em

²⁶Segundo Viscardi (2012), desde o segundo semestre de 1928, os sinais da crise eram visíveis. O café retido foi posto no mercado a preços bastante depreciados. O resultado foi o declínio da atividade produtiva e o colapso do programa de sustentação de preços do café. A safra recorde de 1929 contribuiu para o agravamento da crise dos cafeicultores que clamavam pela emissão sem lastro e pela moratória, o que foi negado (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro, 2012, p. 304).

termos de distribuição de atividades, considerando a população ativa acima de 10 anos. No Estado de Minas Gerais, nesta década, a agricultura e pecuária correspondem 82%; comércio, transporte e comunicação- 7%; indústria de transformação- 6%; Indústria extrativa- 3% e profissionais liberais- 2%. Já, considerando a distribuição dessas atividades no Brasil, a atividade agrícola é fundamental, pois de acordo com os dados de 1920, o setor primário corresponde a 69,7% da população ativa; o secundário 13,8% e o terciário 16,5%. Vinte anos depois, ocorreram poucas alterações, com 65,1% o setor primário; 14,8%, o secundário e 18,2% , o terciário.

Para Faoro (2001), desde meados de 1920, o país vinha passando por transformações que comprometeram a estrutura política do coronelismo. O autor aponta vários fatores relevantes, que interferiram na política coronelista, como o crescimento das cidades, do comércio e da indústria. Além desses fatores, para o autor, agentes do governo se fazem mais presentes em locais, que antes eram de atuação do coronel. Tal atitude fortalece as instituições governamentais e, com essas instituições fortalecidas, consoante o autor, o compromisso firmado entre coronel e governo torna-se obsoleto. Faoro esclarece que:

O poder pessoal se dissolverá no poder institucionalizado, sepultando, de caminho, o esquema liberal dos ideológicos. O chefe local, certo do seu perecimento, corteja o governo estadual, invertidas as situações, debatendo-se em longa agonia, com a sobra de relíquias do passado, depois de 1945: Chico Heráclio, Chico Romão, Veremundo Soares (FAORO, 2001, p.730).

Já, para José Murilo de Carvalho (1998), em 1930, não só houve um declínio da política coronelista, mas também seu completo desaparecimento. Concordamos com Carvalho, no sentido de que o coronelismo como sistema , teve seu fim a partir de 1930, mas a política coronelista sobreviveu, continuou práticas inerentes a política coronelista como fraude eleitoral, voto de cabresto, continuaram existindo e sendo utilizadas mesmo após a Revolução de 1930. Acreditamos que aconteceram mutações e acomodações na política pós-1930, que permitiram a permanência de velhos atores políticos no poder, os coronéis. Nos dizeres de Carvalho:

O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. (CARVALHO, 1998, p.132)

O autor defende que pós-1930 o que teremos é a política clientelista que aumentou com o fim do sistema coronelista. Para Carvalho, o clientelismo é distinto do coronelismo por ser um fenômeno de proporções maiores que o coronelismo. Prossegue defendendo que as relações clientelistas dispensam a presença do coronel, elas podem estar entre governo ou políticos e setores pobres da população. Deputados podem trocar votos por empregos sem precisar de uma parceria com o coronel, por isso, o clientelismo aumentou com fim do coronelismo. Como disse Faoro, os coronéis tornaram-se parceiros obsoletos, estes é que vão se tornar mais dependentes do apoio do governo para permanecerem no poder. Sobre a política clientelista, Carvalho entende que seria:

Um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto... Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. (CARVALHO, 1998, p. 134)

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o governo pós-1930 adquiriu certo predomínio diante do mandonismo dos coronéis, entretanto, isso não significou o desaparecimento do coronelismo, uma vez que este sobreviveu mesmo após a Revolução de 1930. Para a autora, nos períodos que vão da Colônia à República, o desenvolvimento interno aconteceu paralelamente a constantes acomodações do mandonismo municipal. A autora ainda assegura que o coronelismo seria uma política específica da Primeira República. Contudo, ante a continuidade de algumas características socioeconômicas e políticas, em certas regiões do Brasil, vemos o continuísmo dessa política em outras ocasiões da República. Queiroz também afirma que nas regiões, onde ocorreu uma menor efervescência econômica, a estrutura da antiga política coronelista tendia a se preservar. Sobre essas acomodações sofridas pela política coronelista, Rêgo afirma que:

A figura do coronel está intrinsecamente ligada, no imaginário brasileiro, ao período histórico conhecido como República Velha: certos autores chegam mesmo a afirmar que os coronéis teriam desaparecido após a Revolução de 30. Tal atitude nega liminarmente a capacidade de adaptação desses chefes municipais, que na realidade souberam se adequar às modificações então ocorridas e continuaram a atuar com a mesma eficácia. (RÊGO, 2008, p.97).

Sobre a política coronelista, Janotti (1981) afirma que o auge de sua influência coincide com o período que se estende da Presidência de Campos Salles às vésperas da revolução de 1930. Logo após, entra em franca decadência, restringindo-se às áreas

economicamente inexpressivas. Com essa afirmativa Janotti (1981), concorda com Queiroz em relação à permanência da política coronelista em áreas economicamente inexpressivas, pois, para Janotti, nas pequenas cidades, onde as atividades econômicas eram pouco diversificadas, o fraco comércio e a ausência quase absoluta da produção industrial conferiram a esses lugares uma fisionomia rural. Acrescenta Janotti, que essas cidades muito mais do que centros impulsionadores de transformações, foram reprodutoras de relações agrárias, que eram a base de sustentação do coronelismo.

Porto (2007) corrobora com Janotti, ao dizer que as cidades do interior reproduziam o ambiente ideal para o sistema coronelista, porque “Na maioria dos casos elas são reflexos e prolongamentos das áreas rurais ao seu redor. Nesses pequenos núcleos, verifica-se todo um trabalho público dos coronéis” (p.49).

Podemos afirmar que o município de Salinas, insere-se no contexto descrito por Janotti e por Porto, ou seja, Salinas era também uma cidade economicamente inexpressiva, com o comércio e a indústria insignificantes; razões suficientes que permitiram que a política coronelista permanecesse. No jornal “O Salinense” Dr. Clemente Medrado, que além de dono era redator chefe do jornal, escreveu, no ano de 1928, notas reivindicando melhorias para a região. Em uma das notas, Clemente Medrado publicou:

Mínimo o nosso auxílio, o extremo norte-mineiro, mesmo assim o reclama, especialmente Salinas, o nosso município – de comércio, lavoura e indústria embrionários ainda, se encontra em relativo retardo, pois que, a nossa região, infelizmente, tem sido sempre esquecida na partilha e graças dos poderes públicos, enquanto a Minas é um povo em marcha para novos rumos e gloriosos destinos. Seremos úteis? A benevolência dos mais felizes, prêmio superior a nossa valia, será o nosso grande estímulo, o nosso maior conforto. Possas tu Norte, sem desdenho a outras regiões, ser em Minas o que Minas é para o Brasil (O SALINIENSE, 1928, p. 01).

Ainda na década de 1920 aconteceu um movimento anterior a revolução que fazia críticas à política coronelista, foi a chamada Coluna Prestes, movimento político-militar ocorrido nos anos de 1925-1927 e que teve como principal líder Luís Carlos Prestes, o qual estava também ligado ao movimento tenentista, também ocorrido na década de 1920. Segundo Boris Fausto (1997) em seu livro: “A Revolução de 1930: Historiografia e História”, o sistema vigente na década de 1920 começa apresentar sinais de desequilíbrio, já nos primeiros anos dessa década. Para o autor, esses sinais se revelam no inconformismo das classes médias e, sobretudo, nas revoltas tenentistas. A antecipação revolucionária dos tenentes foi um grave sintoma de uma crise instalada no aparelho do Estado.

A Coluna Prestes foi um movimento que percorreu todo o país, pregando reformas políticas e sociais. Através desse movimento, os integrantes mostravam sua insatisfação com a política vigente na República Velha. Esses líderes reivindicavam o voto secreto, melhorias na educação, entre outras. De acordo com Boris Fausto (1997), a Coluna não logrou estabelecer vínculos com as massas rurais, nem se propunha a isso. Ela destinava a manter vivo o facho da revolução, isto é, visava realizar um protesto heróico, com os olhos voltados para o meio onde provinha, ou seja, os centros urbanos. Nesses centros, a repercussão do episódio foi enorme e se projetou, por longos anos, no interior da esquerda brasileira.

De acordo com Eul-Soo Pang (1979), o Presidente da República precisou do apoio dos coronéis do interior para obter ajuda militar no combate à Coluna Prestes. No início de 1926, cerca de dez “batalhões patrióticos” foram organizados pelos coronéis da Bahia para combater à Coluna. Em Minas Gerais não foi diferente, os coronéis também apoiaram o governo, organizando esses batalhões. Sobre a passagem da Coluna Prestes na região de Salinas, Lisboa (1992) faz um interessante relato. Segundo o autor, no dia 26 de abril, de 1926, os “revoltosos”, como eram chamados os integrantes da Coluna, invadiram o comércio de seu pai, localizado em Taiobeiras. Nesse período, Taiobeiras ainda não era cidade e pertencia ao município de Salinas. Lisboa relata em seu livro que:

[...] os boatos precederam aos acontecimentos, muitas vezes apresentados de maneira aterradora. Diziam vir por aí uma onda de revoltosos desalmados, que cometiam estes e aqueles desatinos, matando gente e, até, jogando crianças para cima e aparando-as nas pontas de punhais. Papai não ligava ou não parecia ligar para essas notícias alarmantes, mas mamãe ficou assombrada, e acabou arrastando-o com todo mundo, para uma fazenda retirada, de não sei quem, bem escondida, e, aí ficamos alguns dias sem que os revoltosos aparecessem. Como os revoltosos não apareceram e os boatos tivessem diminuídos, voltamos à cidade. No entanto, logo depois, ferveram as más notícias da aproximação dos bandoleiros, chefiados por Luís Carlos Prestes, no que papai dizia não acreditar. Com essa nova onda de boatos quase todo mundo correu para o mato com suas famílias. Enfim centenas de revoltosos invadiram o lugarejo, esparramando pelas fazendas próximas e, até onde estávamos apareceram (LISBOA, 1992, p.37-38).

Ainda, segundo Lisboa (1992), os revoltosos reviraram a casa, onde estavam na zona rural, procurando armas, objetos, dinheiro, mas nada encontraram, levaram somente um relógio de ouro, que estava no bolso de seu pai. De volta à cidade, encontraram sua casa e comércio revirados. Os revoltosos, de acordo com Lisboa, levaram tudo que tinha de valor na casa da cidade. Lisboa relata ainda que todas as pessoas do lugar foram vítimas dos furtos. A

biblioteca do seu pai ficou intacta, os revoltosos deixaram a bíblia aberta na seguinte passagem: “... haverá guerras e rumores de guerras”.

Na ação dos revoltosos, alguns presos foram libertos e se incorporaram à Coluna Prestes. Conforme o autor, uma ou duas pessoas foram assassinadas por esses presos. Até o temível subdelegado, Procópio Moreira, mesmo tendo reagido bravamente aos ataques, foi amarrado e ameaçado de enforcamento. Após ter sido feito prisioneiro do bando, conseguiu escapar, o que fez crescer ainda mais sua fama de valente (LISBOA, 1992). Sobre a passagem da coluna Prestes por Salinas, Lisboa relata:

Contam que os revoltosos, vindo de Rio Pardo passaram pelo entrocamento de Taiobeiras, onde pernoitaram. O povo de Salinas, que estava perto, ficou apavorado. Todas as mulheres, exceto duas: a do professor Juventino e a de José Custódio, fugiram com seus maridos para as fazendas. Alguns decididos homens da cidade se armaram como puderam para fazer frente aos invasores, mas segundo consta, não estavam preparados para isto. O fato é que lá os revoltosos não foram, talvez por que não iam mesmo, talvez porque soubessem que o povo de lá lhes preparava resistência... (LISBOA, 1992, p. 38.)

Noemi Pinho Correa (2006), em seu livro, “Anotações de Noemi”, também registrou suas lembranças dessa passagem da Coluna Prestes por Taiobeiras. Segundo a autora,

As famílias, de um dia para outro, tiveram que deixar a cidade, refugiando-se nas fazendas mais próximas. Umis oito famílias (inclusive a nossa) ficaram alojadas na fazenda do meu tio Teço, perto de Lagoinha. Na cidade de Salinas, ficou somente um grupo de homens destemidos, armados e entrincheirados no Palacete.... A cidade recebeu deles um aviso: fiquem prontos que vamos fazer-lhes uma visita. E a resposta foi a seguinte: podem vir estamos prontos para recebê-los a bala. Eles vieram a poucos quilômetros de onde estávamos, desviaram a rota e passaram por Taiobeiras, cortando linha telegráfica e deixando vítimas e muita desordem. A polícia já estava em perseguição ao bando e, de imediato, as famílias retornaram a cidade, pois a força comandada por Horácio de Matos já estava acampada no local onde hoje é o mercado de Salinas, e logo tudo voltou ao normal (CORREA, 2006, p. 39-40).

Lisboa (1992) informa que o grupo era formado por mais de 2000 revoltosos. Estes invadiram o lugarejo de Taiobeiras, saquearam a cidade, fizeram prisioneiros, como João Correia e Procópio Moreira, que mesmo resistindo bravamente, acabaram sendo levados. Contudo, conseguiram fugir e regressaram à cidade. Lisboa relata ainda que perto de Taiobeiras, os rebeldes tomaram dois lotes de burros, que pertenciam a Hermes Matos. Ao

serem perguntados qual era o nome do proprietário dos lotes de burros, eles acrescentaram: nome de covarde (referindo-se a Hermes da Fonseca) e sobrenome de bandido (referindo-se a Horácio de Matos). Após a passagem da Coluna, Horácio de Matos reuniu cerca de 30 homens, a fim de que saíssem pela região em perseguição aos revoltosos. Segundo Lisboa, esses deram mais prejuízos que os homens da referida Coluna.

Para combater os revoltosos, o chefe local de Salinas, na época, o coronel Idalino Ribeiro, investiu na defesa do município, gerando, com isso, altos gastos. No livro de leis, de 1926, consta que foi criada e aprovada, pela Câmara Municipal, a lei nº 92 de 21 de maio desse mesmo ano, para cobrir gastos que o município tivera com o combate aos revoltosos. O artigo II da referida Lei autorizava o presidente da Câmara a solicitar do governo federal indenização pelos dispêndios. A Lei dispunha que:

O povo do município de Salinas por seus representantes decretou e eu em seu nome sanciono a seguinte lei. Art. I- Ficam aprovadas as contas do senhor presidente da câmara, relativas a dispêndios feitos com a defesa da cidade contra os revoltosos e fornecimentos às forças legais que transitaram por esta cidade, tudo na importância de dezenove contos e quinhentos mil réis, R= 19.500\$000. Art. II- Fica o senhor Presidente da Câmara autorizado a representar ao Governo Federal, solicitando a indenização das despesas a que se refere o art. 1º, fazendo-lhe sentir a justiça de tal medida, dadas as condições financeiras do município. Art. III- Fica o mesmo Sr. Presidente da Câmara autorizado a abrir os créditos necessários bem como contrair empréstimo, se preciso, para cobrir as despesas a que se refere esta lei. Art. IV- Revogam-se as disposições em contrário (LIVRO DE LEIS, 1926).

As despesas do município com a defesa da cidade ficaram em torno de 19.500\$00 (dezenove contos e 500 mil réis), como Lisboa (1992) já havia dito. Horácio de Matos com os seus homens deram mais prejuízos que os homens da Coluna que saíam roubando e saqueando tudo que encontravam de valor. A referida quantia era muito alta para o município, a ponto de o coronel recorrer ao governo Federal, solicitando indenização das despesas. Isso demonstra a força que os coronéis possuíam, o que fica comprovado pelo fato de o Governo Federal solicitar ajuda desses chefes políticos no combate a Coluna Prestes. Sobre o assunto, Euo-Soo-Pang (1978) pondera:

Não é de surpreender que, por todo o país, o Presidente da República tenha se voltado para os coronéis do interior a fim de pedir ajuda militar. Em São Paulo, Washington Luís e Fernando Prestes organizaram um bando de jagunços armados. No Ceará, Padre Cícero e seu tenente, o Deputado federal Floro Bartolomeu da Costa, juntaram seus homens para lutar contra a coluna (PANG, 1978, p. 187).

Santiago (2015), sobre a Coluna Prestes, afirma que focos de revolta eclodiam entre os militares assentados em outros estados, como Mato Grosso, Sergipe e Pará. O governo criou réplicas das milícias de jagunços da Guarda Nacional, que tinham sido extintas em 1918, para as regiões de conflito. Essas milícias eram chamadas de “Batalhões Patrióticos”, quase sempre comandados por chefes políticos. Após atravessar vários estados, a Coluna chegou ao noroeste de Minas, pelos afluentes do São Francisco, especificamente em São Romão, no mês de agosto de 1925. Sobre os integrantes da Coluna, Santiago (2015) assevera:

Esses revolucionários não eram muito distintos dos oficiais e soldados que, trinta anos antes, tinham tomado parte do massacre de Canudos, pois se consideravam portadores da razão e da modernidade entendida como sinônimos. Para os integrantes da coluna, os sertanejos não eram mais que pessoas retrógradas, que, em vez de agradecê-los pela salvação que traziam, ainda que acompanhada de pilhagem e outras formas de violência, recebiam-nos a bala” (SANTIAGO, 2015, p. 162).

Ainda conforme Santiago (2015), quando os revolucionários entraram em Minas Gerais, pela segunda vez, em meados de 1926, acamparam nas margens do rio Pardo. Em 21 de abril do mesmo, foram para Serra Nova, distrito de Rio Pardo de Minas, quando o senhor Nilson Antônio de Oliveira, que era de Tremedal, hoje Monte Azul, se uniu voluntariamente aos revoltosos. No dia 22 de abril, ainda em Serra Nova, a retaguarda foi atacada pelos jagunços de Horácio de Matos e do Coronel Abílio Wolney. Os revolucionários mudaram o curso para oeste, atingindo o povoado de Jaobá, hoje Serranópolis de Minas. Posteriormente, foram em direção ao nordeste, até chegarem a Taiobeiras, de onde retornaram para o norte, indo novamente para o território da Bahia.

No ano de 1927, Prestes, comandando aproximadamente 620 homens, ingressou na Bolívia. Para Santiago (2015), o papel dos Tenentes na política brasileira ainda não tinha terminado. Dois anos mais tarde, em 1929, durante a campanha da Aliança Liberal, o candidato Getúlio Vargas, no seu programa de governo, incorporou várias reivindicações feitas pelos tenentes. Com a eclosão da revolução de três de outubro do ano seguinte, muitos veteranos do movimento atuaram na tomada de posições, ocupando importantes cargos no governo do país, durante o período de 1930-1945.

Sobre a Revolução de 1930, Angela Maria de Castro Gomes (1980), em seu livro: “Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30”, colocou em destaque e definiu de forma clara e aguda uma série de problemas que caracterizavam o

impasse do sistema político da chamada República Velha. Ela afirma que nas primeiras décadas deste século, alguns fatos políticos já demonstravam a existência de críticas e pressões contrárias ao modelo político liberal de cidadania restrita então vigente, que consagrava a hegemonia de algumas oligarquias regionais mais poderosas, como as de São Paulo e de Minas Gerais. Para a autora, fatos como as revoltas tenentistas dos anos 20; as numerosas cisões interoligárquicas; as crescentes demandas, por um regime eleitoral que consagrasse o voto secreto; e a moralização do processo de reconhecimento dos candidatos eleitos ilustram não só a existência de fortes oposições, como também a variedade de suas orientações e métodos políticos.

Segundo Angela Maria de Castro Gomes (1980), na sucessão de 1929, o Partido Republicano Mineiro – PRM é faccionado de forma a não recuperar mais a unidade. Melo Viana era um forte candidato, mas na convenção do PRM, em 1929, o candidato escolhido foi Olegário Maciel, essa decisão teve como consequência, pós-1930 com a cisão do PRM, a saída de Melo Viana do Partido Republicano Mineiro. Com a escolha de Olegário Maciel pelo PRM, Clemente Medrado e o Coronel Idalino se posicionaram a favor deste e com a vitória de Olegário Maciel, nas eleições para presidente de Minas Gerais, este nomeia Clemente Medrado para o cargo de prefeito em Salinas.

A disputa eleitoral em Minas Gerais ficou entre o vice-presidente da República, Melo Viana, do PRM, que apoiou o paulista Júlio Prestes para a presidência da República; e seu adversário Olegário Maciel, também do PRM, que apoiava Getúlio Vargas para presidência. De acordo com Porto (2008), em Montes Claros, a elite local estava dividida na disputa eleitoral de 1930. A facção Camilista apoiou Melo Viana para presidente do Estado e Prestes para presidente da República. Já os Honoratistas apoiaram Olegário Maciel para presidente do Estado e Getúlio Vargas para presidente da República. Essa disputa, segundo Porto (2007), reacendeu ódios, fazendo emergir velhos ressentimentos na cena política. O clima de disputa culminou em um violento tiroteio na vinda de Melo Viana e sua comitiva a Montes Claros que, em campanha política, vieram inaugurar um congresso de algodão. Os acontecidos de 06 de fevereiro de 1929 deixaram quatro mortos e alguns feridos, os quais tinham grande projeção política nacional. Nesse tiroteio, Melo Viana levou um tiro de raspão.

Em Salinas, Clemente Medrado, no ano de 1928, estava em franca campanha ambicionando o cargo de prefeito no município. Com o Estado cada vez mais fortalecido, os chefes políticos tinham que se unir ao governo, pois deste ficavam cada vez mais dependentes. O candidato que vencesse as eleições para governador, em 1930, é que tinha poderes para nomear os prefeitos municipais. No jornal “O Salinense” de 1928, Medrado faz

uma homenagem ao então vice-presidente da República, o mineiro Melo Viana. Este, no período de 1924-1926, tinha sido presidente do Estado de Minas Gerais, e em 1928 ocupava o cargo de vice-presidente da República, era um político com grande prestígio. Medrado tece os seguintes elogios a Melo Viana:

O Salinense incorreria em gravíssima falta, que o desvirtuaria de sua missão de interprete de opinião consciente de uma porção de mineiros, se por qualquer interesse fazer uma singela homenagem de simpatia e reconhecimento, que hoje em justo preito de sincera admiração rende ao ilustre mineiro Dr. Fernando de Melo Viana, ex-presidente de nosso estado, que ele tanto dignificou, enobreceu com o talento, honrou com o caráter e glorificou com sadio e fecundo patriotismo. Republicano (pode-se dizer) da República, organização feliz de homem superior, este conterrâneo possui o dom de saber transmutar com brilhantismo, em ações empolgantes, os ensinamentos patrióticos do ideal cívico que lhe vai ileso, pompeando dentro da alma (O SALINENSE, 1928, p. 1).

Segundo Eul-Soo Pang (1979), desde o início de maio de 1927, os políticos já se articulavam, tendo em vista as eleições de 1930. O presidente Washington Luís estava preparando o paulista Júlio Prestes para ser seu sucessor, cujo rival seria o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, considerado um dos mais poderosos políticos do país. Washington Luís deixou claro que Prestes seria seu sucessor. Para ele, Prestes seria a pessoa ideal para dar continuidade à sua reforma financeira. Quanto a Antônio Carlos, Washington Luís não o considerava o homem certo para ser seu sucessor. A decisão do presidente não estava de acordo com a famosa política do “café com leite”²⁷, que vigorou durante a chamada “República Velha” e consistia na alternância, na presidência da República, entre os candidatos mineiros e paulistas. Assim, nessa perspectiva, nas eleições de 1930, o candidato indicado deveria ser o mineiro Antônio Carlos ou, então, o vice-presidente da república Melo Viana.

²⁷ Sobre a política do café com leite, segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2012) em seu livro: “O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite”, a origem dessa expressão ainda reina no campo das hipóteses. Ela cita Armelle Enders, este afirma que a expressão tornou-se popular no final dos anos vinte do séc. passado. Vargas precisava romper com o passado e com o regime federativo. A autora defende que tenha sido por esta ocasião que se produziu, no discurso, a ideia de que a Primeira República fora monopolizada pela aliança café com leite. Com o fim de desprestigiar o caráter liberal do regime predominante na Velha República, Vargas denunciaria as distorções de seu Federalismo, a partir daí, enfocando como um mero revezamento entre dois estados poderosos. A autora contesta a tese da política do café com leite analisando as sucessões presidenciais. Para Viscardi, elas consistiam nos arranjos políticos mais importantes da Primeira República e através delas, foi possível perceber como se compunham e se descompunham parcerias políticas entre as unidades federadas. A autora afirma que esse modelo político teve sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Ainda segundo a autora, tal instabilidade pôde conter rupturas internas, sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação desse modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012).

De acordo Boris Fausto (1997), os primeiros anos da República foram bem diversos daqueles dois últimos anos da década de 20. Este afirma que a coincidência entre o polo dinâmico da economia e o controle do poder político é uma constatação válida apenas para os primeiros anos do regime republicano. Nessa primeira fase, vemos a fraqueza do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) gaúcho às voltas com um grave conflito regional e o PRM (Partido Republicano Mineiro) preocupado em estancar suas dissidências, até 1898 estes partidos permitiram que o PRP (Partido Republicano Paulista) desse as cartas. A sequência de presidências paulistas constituiu a expressão mais evidente da harmonização entre classes dominantes e elite política. Ao longo dos anos, segundo o autor, esses quadros foram se alterando. Resolvidas as dissidências internas, o PRM ganhou projeção no cenário nacional, com uma instrumentação política diversa da realizada pelos paulistas. Fausto cita Schwartzman, quando este explica: “Para os paulistas a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era seu negócio” (p.21).

Fausto ainda pondera que, (1997) no decurso de 1920, os paulistas se viram obrigados a partilhar o controle da política federal com mineiros e gaúchos, tendendo a entrincheirarem-se cada vez mais no seu estado. Para este, “um lance desastrado”, a insistência de Washington Luís na questão da escolha de seu sucessor abriu caminho para a formação da Aliança Liberal e para o surgimento de um movimento revolucionário em outubro de 1930. Esta aliança tinha como liderança os estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, além desses estados, a Aliança Liberal recebeu a adesão de todas as oposições estaduais, destacando o Partido Democrático de São Paulo e do Distrito Federal.

A Aliança era uma coligação de oligarquias dissidentes, cujos nomes ilustres não visavam outra coisa senão pressionar a burguesia de São Paulo e obter concessões. Era composta por jovens políticos, como: Virgílio de Melo Franco, José Américo, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, entre outros. Eles não tinham diferenças ideológicas se comparados aos velhos oligarcas, só se distanciavam destes, por uma disposição de tomar o poder pela força, ou seja, pelas armas se necessário.

A insistência do Presidente Washington Luís em apresentar candidato paulista à sucessão, para garantir a continuidade de sua política financeira, a negativa de não abrir mão de Julio Prestes, mesmo em favor de outro candidato de São Paulo, forçou a ruptura da velha aliança do café com leite, colocando na cena política uma perigosa área de atrito. Mesmo que o veto a candidatura de Júlio Prestes tenha partido de Minas Gerais, a apresentação de um nome mineiro tornou-se inviável, nascendo dos entendimentos entre Minas e Rio Grande do Sul a candidatura de Vargas. Em meio a essa instabilidade política abriu-se a crise mundial,

em outubro de 1929. Esta crise não produziu a revolução, segundo o autor, mas as contradições da economia cafeeira, das instituições que se consagravam, seu predomínio ganharam outra dimensão. Essa crise acelera as condições que possibilitaram o fim da supremacia da burguesia do café, ao produzir o desencontro entre a classe e seus representantes políticos (FAUSTO, 1997, p.129).

Ainda de acordo Fausto (1997) a “máquina” funcionou nas eleições de março de 1930, dando vitória à chapa de Júlio Prestes e Vital Soares, como consequência o governo deixa de contar com sua base de sustentação nos momentos decisivos, conforme os acontecimentos de outubro iriam revelar. As articulações revolucionárias ganham força entre marchas e contramarchas, após a derrota da Aliança Liberal; as eleições de março de 1930 nascem do esforço dos quadros jovens, tanto civis quanto militares. Sob esse aspecto, o corte de gerações tem algum significado, no entendimento do episódio. Os velhos oligarcas aceitam a tradicional recomposição e são os tenentes e homens como Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura que dão impulso ao movimento revolucionário, conseguindo arrastar figuras tradicionais. Estes, em 1929, passaram a admitir a ideia de organizar um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Assim, buscam a colaboração dos tenentes, levando em conta o passado revolucionário e prestígio desses homens no interior do Exército. Podemos perceber que na Aliança Liberal estavam alguns dos principais adversários dos "tenentes", notadamente Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e João Pessoa. (FAUSTO, 1997, p.131)

Para Queiroz (1976), esse grupo revolucionário congregava gente de todos os matizes, era heterogêneo, não era unido pelos mesmos ideais. Ao lado dos militares revolucionários de 1924 e dos políticos gaúchos estavam as oposições estaduais, ou seja, políticos que já tinham estado com o governo e que, agora, segundo a autora, se achavam divorciados dele, por esse motivo, a avaliação que faziam do governo não devia ser muito diferente. Como na queda do Império, o país desejava novos rumos, ninguém prestava atenção ao fato de que somente no Sul havido ocorrido alguma modificação na estrutura social, com o aparecimento da classe média. Isso deixava o eleitor ainda mais vulnerável aos chefes locais. O fenômeno mais notável, segundo Queiroz, foi de um lado a Revolução ter sido feita por políticos que haviam sido expoentes da Primeira República e, de outro, ter provocado a adesão unânime dos coronéis do interior do país. A esse respeito, a autora afirma que:

[...] não deveria haver um fosso muito maior entre Artur Bernardes, o mais impopular dos presidentes da República, e os jovens tenentes que contra ele tinham desencadeado a Revolução de 1924, do que entre ele e Washington Luís, que lhe sucedera e que se beneficiava da reforma constitucional de 1926 feita para reforçar e garantir o poder executivo? No entanto, Artur Bernardes e os jovens tenentes estavam agora no mesmo barco (QUEIROZ, 1976, p.149).

Em Salinas, Clemente Medrado, que almejava o cargo de prefeito nas eleições de 1930, junto com seu sogro, o coronel Idalino Ribeiro, posicionou-se ao lado dos liberais, apoiando a candidatura de Olegário Maciel como presidente do Estado, e de Getúlio Vargas como presidente da República. Medrado, no seu jornal “O Reivindicador”, na edição de outubro de 1930, estampou na primeira página palavras de apoio à revolução: “Viva a revolução! Viva o Brasil redimido. Abaixo os traidores da república!” (p.01). Em carta aberta ao presidente do estado Olegário Maciel, Medrado reportava:

Exmo. Senhor Presidente do Estado de Minas Gerais Olegário Maciel. Originou-se o anseio de em servir a pátria nesta hora tão decisiva da nossa nacionalidade. O trajeto a ser percorrido é amplo. Os empecilhos do caminho ou de qualquer modalidade não podem fazer sombra aos que crêem aspiram por uma pátria nova e regenerada na sua política restaurada e na sua economia. Até nos chegam os raios vívidos e brilhantes, os raios aurifulgentes dos iluminados espíritos que norteiam pela felicidade do Brasil, esta campanha memorável nascida e alimentada no alto das montanhas de Minas Gerais e transplantados a todos os rincões e praças brasileiras. No meio desses iluminados caminhos de extraordinária grandeza digna Vossa Exa. Encarnação feliz do civismo mineiro (JORNAL O REIVINDICADOR, 1930, p.01).

Na mesma edição, Medrado também fazia severas críticas ao presidente Washington Luís. Falava da gestão do presidente, da crise econômica, pela qual passava o país, do processo eleitoral, que desrespeitou a vontade do povo. O que, segundo Medrado, fez deflagrar a revolução. Segundo publicação do jornal,

Mais de um ano há, vem a prepotência do presidente da República espoliando não só o povo brasileiro de todos os seus mais genuínos direitos políticos se não também a nação da sua legítima vida constitucional, criando situações intoleráveis a dignidade coletiva por contrárias a essência do regime que professa-o. Tal estado culminou porém no desrespeito a vontade eleitoral recentemente expressa nas urnas de 1º de março os quais tiveram como consequência o não reconhecimento do presidente e vice-presidente eleitos da República e dos deputados mineiros e paraybanos culminou ainda na corrupção dos processos administrativos em geral, resultando a imposição de um regime financeiro danoso a vitalidade do país que ora se debate na mais grave crise econômica que jamais assolou a vida construtiva da

federação pátria. Resultado lógico de tais insanidades das contínuas e notórias exações verificadas contra o soberano direito do povo brasileiro os brios nacionais inflamados fizeram deflagrar a revolução que hoje assistimos avassalar por todo o país um grande movimento de reivindicação destinado por certo, a dentro em pouco, vitorioso, restabelecer entre nós o verdadeiro regime republicano (JORNAL O REIVINDICADOR, 1930, p.01).

Além do claro apoio à Revolução, o qual foi expresso através da imprensa local, Medrado organizou um batalhão em Salinas, cujo nome era “Batalhão Patriótico Arthur Bernardes”. Em nota de manifesto no seu jornal, ele explica que Salinas não ficou indiferente aos acontecimentos:

Salinas, centro tradicional de cultura cívica e inconcusso heroísmo, não ficou indiferente a forte projeção da Revolução Nacional, e ansiando demonstrar sua vigorosa adesão a esse nobre movimento, constituiu o Batalhão Arthur Bernardes, nesta data organizado na sede do seu município, com o fim de secundar a ação revolucionária que ora se desenvolve em todo o país. Corporação patriótica, ficou constituído de voluntários de reconhecido patriotismo, livremente inscritos, soldados de uma grande causa. Oxalá possa ele participar galhardamente da grande vitória que se vai estendendo até onde os bravos soldados da Regeneração Republicana implantarem o estandarte da revolução! (JORNAL O REIVINDICADOR, 1930, p. 01).

O trecho acima mostra a adesão do município à Revolução com a formação do Batalhão Patriótico. Cabe dizer que embora esse batalhão, conforme defendeu Medrado, tenha tido uma adesão voluntária de soldados livremente inscritos, gerou gastos para a Câmara Municipal. Como a Câmara já estava com sua receita minguada, o presidente, Cel. Idalino teve que apelar para o Secretário do Interior, na época, o senhor Christiano Machado, pedindo ajuda financeira para custear as despesas com o batalhão:

Exmo. Senhor Secretário do Interior de Minas Gerais. De conformidade com a ordem expedida por V. Excia ao comandante do destacamento policial de Salinas, foram ali engajados vinte homens para constituir-se o MRR, cujos nomes figuram na inclusa folha de pagamento na importância de dois contos, oitocentos e oitenta mil reis referente a soldo e chapéus fornecidos a esses homens. O Sr. Comandante do destacamento teve ordens de receber da coletoria local a importância dessas despesas, verificando-se, porém, a inexistência de fundos na coletoria para efetuar o pagamento, a Câmara Municipal de Salinas de que sou presidente forneceu a aludida importância, conforme recibos juntos, e vem pedir a V. Excia se digne lhe mandar indenizar. Devo ponderar a V. Excia como justificativa desse pedido, ter a Câmara despendido para mais de trinta contos de réis com o movimento revolucionário ali e com a defesa do município. Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Excia os protestos de minha estima e elevado apreço. Idalino Ribeiro. Presidente da Câmara Municipal de Salinas. Belo Horizonte, 10 de outubro de 1930 (ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SALINAS).

De acordo Fausto (1997), a burguesia cafeeira se constitui durante a Primeira República única classe nacional, no sentido de que só ela reunia condições para articular formas de ajustamento e integrar assim o país, na medida de seus interesses. Em face dela não emerge nenhuma classe ou fração com semelhante força, capaz de oferecer uma alternativa econômica e política viável. O agravamento das tensões no decorrer da década de 20, as peripécias eleitorais de 1930 e a crise econômica propiciam a criação de uma frente difusa em março e outubro de 1930, que traduz a ambiguidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável e contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais.

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vácuo de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe em assumi-lo. O Estado de compromisso é a resposta para essa situação, o reajuste obtido, após um doloroso processo de gestação marcado pela Revolução de 1932²⁸, a Ação Integralista, a liquidação do tenentismo como movimento autônomo, a Aliança Nacional Libertadora²⁹ e a tentativa insurrecional de 1935, tudo isso significou uma guinada importante no processo histórico brasileiro. O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização e intervencionismo ampliado e não restrito apenas as áreas do café, o estabelecimento de certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (FAUSTO, 1997, p.150).

Essa centralização é facilitada, segundo Fausto, pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao antigo regime, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos estados,

²⁸Em abril de 1932 iniciava todo um processo de articulação entre Minas e São Paulo em prol da normalização constitucional. A facção de Benardes, naquele momento, apoiou incondicional e radicalmente a iniciativa pela Revolução Constitucionalista de 1932, na esperança de restaurar um poder que sentia fugir-lhe das mãos. (Regionalismo e centralização política/ coordenação de Angela Maria de Castro – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 163)

²⁹ Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o facismo e o imperialismo. O programa da organização tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e proteção dos pequenos e médios proprietários, garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular. Getúlio Vargas com base na Lei de Segurança Nacional ordenou o fechamento da organização. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

onde foram instalados interventores federais. A necessidade de um Estado que se abre a todas as pressões sem se subordinar diretamente a nenhuma delas, em meio a uma situação financeira difícil, conduz a essa alteração de forma. Enfrentar os graves problemas da década de 30 com as velhas práticas da burguesia cafeeira era uma tarefa impossível.

2.2- Clemente Medrado: um prefeito revolucionário.

Figura 08: Foto Clemente Medrado Fernandes



Fonte: Livro Octaciliada: Uma odisséia do Norte de Minas.

Clemente Medrado Fernandes nasceu em Cachoeira do Pajeú, foi distrito de Salinas, depois incorporado ao município de Pedra Azul, no dia 28 de outubro de 1896, filho do coronel André Fernandes e de Salustiana da Rocha Medrado Fernandes, descendente de tradicional família baiana. Estudou no Colégio Claret, no Ginásio Mineiro e na Escola de Minas de Ouro Preto, ingressando, em seguida, na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Durante sua permanência na cidade, presidiu o Partido Republicano da Mocidade de Belo Horizonte, ligado à Reação Republicana, movimento que promoveu em 1921-1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, eleito em março de 1922.

Ainda como universitário na capital mineira, foi diretor dos periódicos de humor Footing e Esqueleto. Transferiu-se, no segundo ano, para a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, e, ainda acadêmico, estagiou no Hospital Pró-Matre do Rio

de Janeiro e presidiu o grêmio literário Antônio Afonso de Moraes. Começou a clinicar nos municípios de Pedra Azul e Salinas, onde fundaria o jornal O Salinense e seria vereador entre 1926 e 1930. Sobre a vinda da família de Medrado para Salinas, Geraldo Santanna conta que:

O Medrado não é filho de Salinas, a família de Medrado foi expulsa de Cachoeira do Pajeú, confusão política, correu de lá pra qui e aqui se acomodaram, aí o pai André Fernandes, não cheguei a conhecer, eu era menino, tiveram uma chácara e acomodaram por aí. Afinal o Medrado mais ativo conseguiu casar com Ciranda, filha do coronel Idalino, foi minha madrinha (Entrevista cedida por Geraldo Santanna em 01-10-2016).

Como vimos no tópico anterior, Medrado, visando o cargo de prefeito em Salinas, engajou sua campanha vinculada à Revolução de 1930. Foi um grande apoiador da Revolução, organizou caravanas pelo Norte de Minas, criou o Batalhão Revolucionário na cidade, sempre publicava no seu jornal notas a favor da causa revolucionária. De olho na sucessão da chefia política na cidade que, na época, estava nas mãos do seu sogro, Coronel Idalino Ribeiro, ele procurou se arranjar com o governo da situação, demonstrando a este seu apoio, visto que ao governo cabia nomear os prefeitos. Em 1933, Medrado e seu sogro Idalino Ribeiro saíram do PRM e filiaram-se ao novo partido criado, naquele ano, o Partido Progressista (PP). Plínio de Abreu Ramos (1993), em seu livro: “O PSD mineiro” pondera que:

A derrota paulista de 1932, que atingiu o PRM, promoveu a recomposição do painel partidário de Minas. Com a exclusão dos republicanos e sob a liderança de Antônio Carlos, foi fundado em 1933 o Partido Progressista destinado a apoiar o Governo Provisório no plano federal e o situacionismo mineiro sob a chefia do presidente Olegário Maciel (RAMOS, 1993, p.64).

Ainda de acordo Ramos (1993), a convenção partidária foi feita em Belo Horizonte no auditório da Escola Normal e seus organizadores foram: Antônio Carlos, Ribeiro Junqueira, Washington Pires, Gustavo Capanema, Noraldino Lima, Pedro Aleixo, Otacílio Negrão, Waldomiro Magalhães, João Beraldo, Virgílio de Melo Franco e Bias Fortes. No dia 23 de fevereiro de 1933, foi aprovado o programa partidário e no dia 24 foi eleita a Comissão Executiva da qual fizeram parte: Wenceslau Brás, Washington Pires, Gustavo Capanema, Noraldino Lima, Ribeiro Junqueira, Otacílio Negrão de Lima, Bias Fortes, Virgilio de Melo Franco, Waldomiro Magalhães, João Tavares Correa Beraldo, Adelio Dias Maciel, Pedro Aleixo, Augusto Viegas, Luis Martins Soares, Idalino Ribeiro e João José Alves. Nos dizeres de Ramos:

A constituição da Comissão Executiva inspirou-se, evidentemente, nas modalidades de seleção que perduraram durante a República Velha e que a Revolução Liberal ainda não conseguira extinguir. Os nomes acolhidos pela convenção progressista representavam as lideranças de Antônio Carlos, Olegário Maciel e Wenceslau Brás (RAMOS, 1993, p.65).

Ainda de acordo Ramos (1993), o grupo de Antônio Carlos era composto por: Washington Pires, João Beraldo, Pedro Aleixo e Martins Soares. A corrente de Maciel era integrada por Capanema, Ribeiro Junqueira, Adelio Dias e Idalino Ribeiro, enquanto que Noraldino Lima irradiava o pensamento de Wenceslau Brás. No pleito constituinte de 03 de maio de 1933, o PP elegeu 31 deputados contra 06 do PRM. A bancada progressista era composta por Antônio Carlos, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, José Maria Alkimin, Clemente Medrado, entre outros.

Figura 09- Foto de Olegário Maciel e os membros da Comissão Executiva do PP no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte por volta de 1933.



Fonte: Arquivo CPDOC

De acordo com Leal (1978), o maior mal que poderia acontecer a esses chefes políticos era ter o governo do Estado como adversário, por isso, eles buscavam arduamente o apoio do governo. Medrado foi nomeado prefeito da cidade pelo presidente do Estado Olegário Maciel, além de ter se empenhado na campanha revolucionária, era médico e vereador na cidade. O título já lhe proporcionava prestígio e capital político, além disso, era genro do coronel Idalino Ribeiro, tudo isso lhe garantiu a nomeação, em 1930, como primeiro

prefeito nomeado de Salinas. Em seus relatos, Lisboa (1992) conta que Medrado era um bom poeta, falava francês, escrevia bem, fundou em 1928 “O Salinense” e em 1930 “O Reivindicador”, para fazer política na Revolução de 30. Sobre a notícia da vitória da Revolução, Lisboa relata:

Quando em 1930, assassinaram João Pessoa na Paraíba, e chegou telegrama em Salinas, dando conta da vitória da Aliança Liberal, o telegrama dirigido ao Cel. Idalino Ribeiro, foi lido por João Medrado, na praça, em frente à sua casa e muita gente se ajuntou, inclusive, Dr. Medrado que, afoito, foi a tipografia local, ao lado da casa do coronel Idalino, e fez publicar um folheto e hino sobre a revolução vitoriosa, que saímos cantando pelas ruas, levados por ele (inclusive eu, que estava vendo o que estava acontecendo no momento) (LISBOA, 1992, p. 302).

O jornal “O Reinvidicador”, cujo redator chefe era Clemente Medrado, publicava notícias selecionadas pelo próprio prefeito. De tal modo, o periódico estava à mercê de seus interesses. Ainda que o jornal fosse utilizado como órgão oficial da Prefeitura de Salinas, é importante, para nossa pesquisa, a análise de algumas notas, por ele publicadas, primeiro por ser o único em circulação na época; segundo, por narrar fatos que acontecerem naquele período. No jornal Gazeta do Norte de Montes Claros encontramos, na edição de 1931, uma nota de agradecimento ao já prefeito Medrado, por ter enviado ao jornal Gazeta uma edição do jornal “O Reinvidicador”. A nota também cumprimentava e parabenizava Medrado pela posse como prefeito de Salinas, assim dizia:

Salinas, a culta e progressista cidade irmã, conta atualmente com um excelente órgão, de publicidade, sob o título infra e dedicado aos interesses daquele adiantado município. Órgão oficial da Prefeitura, o número que tiveram a gentileza de nos remeter traz notícias circunstanciadas da posse do ilustre prefeito dali o ilustrado clínico Dr. Clemente Medrado, farto noticiário e atos da Prefeitura. Jornal de feição moderna, superiormente dirigido “O Reinvidicador” trará certamente largos e assinalados serviços aquele município (GAZETA DO NORTE, 21-03-1931, p.01).

Outra notícia publicada no Gazeta do Norte, na edição de 1931, intitulada “A grande parada do dia 21 – Formação do núcleo de Montes Claros – Adesão do Partido Municipal Nortemineiro – O belo contingente de Salinas”, trazia informações sobre este importante acontecimento, que repercutira em todo o Estado. Vários chefes políticos enviaram batalhões para a parada do dia 21 de abril de 1931, realizada em Belo Horizonte. Entretanto, a notícia destacava a participação do Batalhão Patriótico de Salinas em apoio à Revolução. Segundo consta na publicação do jornal Gazeta do Norte, os milicianos deveriam

preencher os seguintes requisitos: ter idade de 18 a 35 anos, saber ler e escrever, ter boa saúde e irrepreensível conduta, estar pronto a trabalhar e lutar pelos ideais da Legião de Outubro³⁰.

Sobre o contingente enviado por Medrado, o jornal fez os seguintes elogios:

Salinas, a florescente e culta cidade irmã, envia a Belo Horizonte, a fim de tomar parte na grande parada da Legião, um belo contingente. Acompanhados do doutor Medrado, ilustre clínico e prefeito daquele município, aqui chegaram ontem os legionários de Salinas, em três caminhões (GAZETA DO NORTE, 18-04-1931 p.01).

Ainda sobre a Legião de Outubro, o Gazeta do Norte publicou sobre o regresso de Medrado e sua chegada à cidade de Salinas. Antes, porém, de noticiar sobre o regresso, o jornal não se furtou em parabenizar o Coronel Idalino Ribeiro, seu sogro, ainda reconhecido como importante chefe político de Salinas, pelo seu aniversário ocorrido no dia 03 de maio do mesmo ano. A notícia reportava:

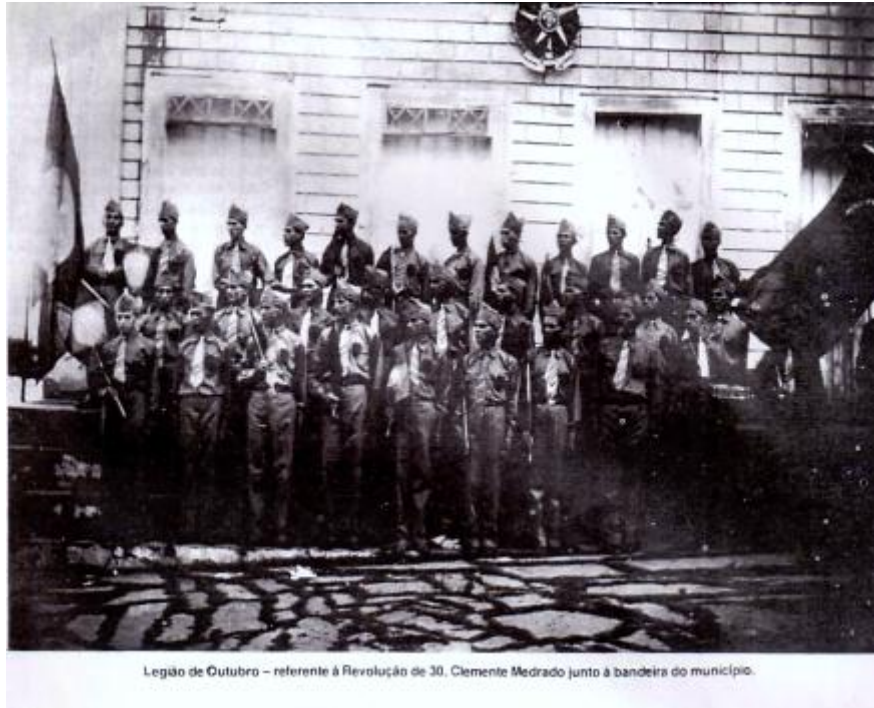
O Sr. Cel. Idalino Ribeiro abastado fazendeiro e prestigioso chefe político deste município viu transcórrer, no dia 03 deste mês, a sua efeméride natalícia. Dispondo em nosso meio de grande círculo de relações e amizades, recebeu nesse dia numerosos cumprimentos e provas de estima e apreço (GAZETA DO NORTE, 16-05-1931, p. 01).

Já, sobre o regresso de Medrado a Salinas, a reportagem do Gazeta do Norte trazia os seguintes dizeres:

[...] regressou no dia 08 a esta cidade o ilustrado clínico Dr. Clemente Medrado, digno e esforçado prefeito deste município. O Dr. Clemente Medrado que é hoje um nome de raro prestígio e popularidade em todo o município teve brilhante recepção. Os milicianos foram encontrá-lo fora da cidade seguidos de uma grande massa popular e do batalhão feminino João Pessoa, cujas componentes apresentavam-se uniformizadas. Das sacadas das casas viam-se senhorinhas da nossa alta sociedade que atiravam flores sobre o prefeito. Após o agradecimento do prefeito, em eloqüente discurso seguiu-se em sua residência um animado baile. O povo salinense está completamente integrado nos ideais revolucionário (GAZETA DO NORTE, 16-05-1931, p. 01).

³⁰ Organização política, também chamada Legião Revolucionária, articulada pelos “tenentes” participantes da Revolução de 1930, logo após a vitória do movimento. Sob a inspiração de Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, e a liderança de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Nacionais, Miguel Costa, João Alberto Lins de Barros e Juarez Távora, todos ocupando cargos oficiais no Governo Provisório, visavam a “dar conteúdo, organização e unidade aos princípios da Revolução de Outubro”. Tendo como centro de irradiação o Distrito Federal, possuiu núcleos em diferentes estados. Desarticulou-se progressivamente, não chegando a sobreviver à Revolução de 1932. Disponível em: www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionários/verbete-tematico/legião-de-outubro. Acesso em 28 de agosto de 2016.

Figura 10: Foto Batalhão Patriótico Artur Bernardes referente a Revolução de 1930.



Fonte: livro Octacilíada: Uma Odisséia do Norte de Minas, p. 285.

Como já abordamos, o período pós-revolução de 1930 é considerado, por alguns autores, como o fim da política coronelista. Todavia, concordamos com as proposições de Janotti (1981) e Maria Izaura (1976), o que ocorreu não foi o fim da política coronelista e sim uma acomodação dessa política. Também vimos que a vitória da Aliança Liberal foi muito comemorada em Salinas, principalmente pelo genro do Coronel Idalino, Clemente Medrado, o qual foi beneficiado pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel, que, ao tomar posse, nomeou-o como novo prefeito da cidade. Isso só vem demonstrar a força política que o coronel continuou a exercer na cidade e seu prestígio político, dando assim continuidade a sua permanência na chefia política do município. Não podemos dizer que em Salinas a política coronelista e suas práticas findaram após a revolução de 1930, o que percebemos é uma acomodação de forças desses chefes locais. Nesse cenário, a adesão à Revolução de 1930 contribuiu com a sobrevivência desses coronéis aos novos tempos e as mudanças na política.

Leal (1978) assegura que a situação política dos municípios pós-revolução de 1930 passou por algumas mudanças, mas nada que pusesse fim ao mandonismo dos coronéis. O autor aponta que a Revolução de 30 enfrentou uma grande tarefa, desmontar a máquina política da República Velha, cujas raízes se encontravam nas situações do município. Para atender a esse objetivo, além do governo provisório de Vargas instituir em cada município um

prefeito nomeado, assistido por um conselho consultivo, estabeleceu-se um sistema de recursos, que subia do prefeito ao interventor e deste ao chefe do governo nacional. Outra inovação criada para moralizar a administração municipal, dando-lhe mais eficiência, foi a instituição do “departamento de municipalidades”. Esse departamento, entre outras atribuições, dava assistência técnica aos municípios, coordenava suas atividades em função de planos estaduais, fiscalizava e elaborava orçamentos, entre outros. Cabia a esse órgão exercer a tutela que a legislação em vigor outorgava ao governo estadual sobre a vida dos municípios.

Concordamos que a Revolução de 1930 não conseguiu acabar por completo com o mandonismo dos chefes locais, mas este diminuiu com as medidas tomadas pelo governo provisório de Vargas, um exemplo foi a instituição de um prefeito nomeado pelos interventores, escolhido pelo próprio Vargas. O Estado se tornava cada vez mais presente e forte, conseqüentemente, dá-se um desmonte da máquina da República Velha; a política de compromisso entre governadores estaduais e chefes locais já não mais existia, pois o governador não seria mais eleito e sim nomeado pelo governo federal, como resultado, os chefes locais tinham que estar mais do que nunca submetidos ao poder centralizado do governo de Getúlio Vargas.

Em Salinas, ser amigo do interventor Benedito Valadares rendeu ao Coronel Idalino sua continuidade na chefia do município, pois todos os prefeitos de 1930 a 1947 foram nomeados por interventores escolhidos pelo governo Federal. Como o interventor mineiro, Benedito Valadares, ficou na interventoria do Estado por 12 anos, durante todo esse tempo, todos os prefeitos da cidade eram escolhidos pelo coronel Idalino com o aval do interventor. Podemos dizer que, em Salinas, a política coronelista não acabou pós-1930, mesmo ficando mais dependentes do governo, os coronéis não desapareceram, estes conseguiram sobreviver na política, compondo com o governo e sendo sustentados por este, uma vez que ainda eram parceiros interessantes na luta pelo poder.

Sobre o mandonismo dos coronéis pós-1930, Queiroz (1976), assevera que após os acontecimentos dessa década, os coronéis se verão coagidos a compor com o governo, lutando para sobreviverem ao novo regime, tendo em vista que o governo adquirira uma certa superioridade sobre o mandonismo local dos coronéis. Para a autora, isso não significou o fim ou o desaparecimento por completo dos coronéis na política, pois mesmo após 1930, apesar do fortalecimento do poder central, o mandonismo continuou a existir na vida política brasileira.

Após ter sido empossado, Clemente Medrado imediatamente iniciou sua atuação como prefeito. No livro de atos e decretos do ano de 1930, nas páginas 107, 108, 109 e 110,

encontramos a exoneração do secretário da extinta Câmara, o senhor João da R. Medrado, o pedido foi feito pelo próprio secretário, em sua substituição foi nomeado João Celestino Leal. Além da citada exoneração, constatamos também várias nomeações de pessoas para os mais diversos cargos municipais. O que demonstra, a nosso ver, a continuação da relação clientelista existente na política coronelista, principalmente no que se refere aos empregos públicos, de acordo Carvalho (1999), pós-1930, houve uma ampliação do clientelismo, as nomeações ainda ficaram a cargo dos chefes locais.

Prosseguindo, no ano de 1931 realizou-se a escolha do Conselho Consultivo³¹ da Prefeitura, foram escolhidos os maiores contribuintes do município, os quais tinham a função de auxiliar o prefeito na administração. Ao todo foram escolhidos cinco conselheiros: Procópio Cardoso, Arthur Americano Mendes, Moisés Ladeia, Mendo Correia e Olinto Prediliano Santana. Todos esses já faziam parte da política local, eram vereadores desde a década de 1920, e já haviam ocupado vários cargos públicos. No livro de atos e decretos de fevereiro de 1931, já cumprindo o papel de auxiliar da administração municipal, o Conselho Consultivo dava o seguinte parecer a respeito da iluminação pública:

O Conselho Consultivo atendendo a solicitação do Exmo. Senhor Dr. Prefeito deste município, a fim de dar parecer sobre o contrato existente entre este município e o senhor Enéas Baptista, para fornecimento de luz e exploração de energia elétrica no município, é de parecer que o referido contrato, não correspondendo ao fim a que se objetiva, seja modificado [...] (LIVRO DE ATOS E DECRETOS, 16-02-1931, p. 29).

As nomeações para os cargos de professor, inspetor escolar, funcionários públicos municipais em geral, como já dissemos, continuavam a cargo do prefeito. No livro de atos e decretos do ano de 1931, há registro de várias nomeações para professores e inspetores escolares e fiscais, o que confirma a continuidade da dependência da população em relação aos chefes locais. Para a ocupação dos cargos públicos, a clientela do chefe local tinha prioridade, prática da política paternalista, bastante comum no sistema coronelista. Nos dizeres de Leal (1978): “Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, promotor público, inspetores de

³¹Em agosto de 1931, pelo decreto nº 20348, foram instituídos os Conselhos Consultivos nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Durante todo o período de sua existência o órgão possuía como funções: emitir opinião sobre os recursos referentes aos atos do interventor nos seus aspectos legais, jurídicos e na sua conveniência para o Estado; emitir parecer sobre as consultas do interventor ou do Governo Provisório; e sugerir medidas relativas à administração pública para as autoridades municipais, estaduais e federais. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/CCE/INVENTARIO_DO_FUNDO_CONSELHO_CONSULTIVO_DO_ESTADO.pdf

ensino primário, etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe” (p. 44).

Como já foi dito no tópico anterior, Salinas teve gastos com a Revolução de 1930 e, conforme o senhor José Guimarães, em sua entrevista, nos anos que se seguiram, pós-revolução, os primeiros prefeitos da cidade quase nada puderam fazer pela cidade. Para José Guimarães, a situação só começou a melhorar depois que o Dr. Clemente Medrado foi eleito deputado federal, em 1933, quando passou a propiciar benefícios para Salinas. Já o filho do Coronel Idalino, José Chaves Ribeiro, eleito deputado estadual na década de 1940, segundo José Guimarães, nada fez pela cidade. Na entrevista concedida a João Costa (1975), em reconhecimento a Clemente Medrado, José Guimarães registrou as seguintes palavras: “Ao Dr. Medrado, aproveito o mais para dedicar-lhe uma homenagem de sincera gratidão por tudo que fez por Salinas. Se errou nada mais penso, pois o coração tem razão que a própria razão desconhece, assim disse Pascal”.

Já, na opinião do senhor Geraldo Santanna, no período de administração do prefeito Clemente Medrado:

Não tem nada que destaque a administração de Medrado, toda administração de Salinas baseava em limpar ruas, cortar gramas, aqui tinha muita grama, só. A única coisa que Medrado fez foi a escola agrícola, as coisas que foram feitas aqui foi sob orientação de Idalino e ele pedia pouco... (Entrevista cedida por Geraldo Santanna 01-10-2016).

Em um trecho de uma notícia publicada no Jornal Gazeta do Norte, em 1932, fica evidente que o município de Salinas passava por dificuldades financeiras, dificuldade essa que não foi sentida somente em Salinas, uma vez que o país inteiro ainda sentia reflexos da crise de 1929 que abalou a economia mundial. Para aumentar a renda do município e conseguir custear obras necessárias para a cidade, o prefeito aumentou os impostos municipais. A reportagem mostra o descontentamento dos contribuintes com o aumento de impostos municipais, medida esta que fora tomada pelo prefeito para custear as obras de abastecimento de água potável na cidade, já que a prefeitura não tinha dinheiro suficiente para tal.

A prefeitura de Salinas, entregue em boa hora às hábeis mãos do jovem Clemente Medrado, animado no patriótico desejo de dotar aquela cidade de abastecimento de água potável, teve de lançar mão de um aumento nos impostos municipais que tem sido motivo de queixas dos contribuintes... (JORNAL GAZETA DO NORTE, 1932, p. 01).

Já, no relatório enviado pelo prefeito Mendo Correia, sucessor de Medrado, ao Interventor de Minas Gerais, no tópico em que fala sobre a dívida fundada, salienta que:

Foram iniciados no corrente exercício os pagamentos de juros e amortização, ao Estado, em virtude do empréstimo contraído pela antiga câmara para satisfazer às despesas oriundas do abastecimento de água potável à sede do município. Estipuladas em 16:536\$600 as prestações, foi pontualmente recolhida à coletoria Estadual desta cidade a supra-citada quantia, em março e outubro do corrente ano, conforme determinação do competente departamento da alta administração do Estado (LISBOA, 1992, p. 240).

Além dos impostos, o prefeito ainda teve que pedir empréstimo para pagar as despesas de abastecimento de água, esse empréstimo ainda foi sentido na administração do prefeito Mendo Correia que continuou a pagar a dívida contraída na administração de Medrado. Ainda sobre as dificuldades com o orçamento do município, Lisboa (1992) conta que a estrada que liga Salinas a Montes Claros, cuja construção iniciara em 1928 e finalizara em 1930, foi financiada pelo Coronel Idalino. O Estado recém-saído da Revolução, ainda vivia em situação de dificuldade financeira e não reunia condições para assegurar a plena execução da tarefa. Em 1931-1933, o governador Olegário Maciel refez a estrada. Para essa empreitada empregou uma grande quantidade de pessoas desempregadas, em virtude da seca, que assolou a região, naquele período. Ainda, segundo o autor, o dinheiro financiado pelo Coronel para a construção da estrada foi posteriormente reembolsado pelo governador do estado.

No jornal Gazeta do Norte, da cidade de Montes Claros, na edição de 02 de abril de 1932, uma nota com o seguinte título: “Importante rede rodoviária que se esboça para o Norte”, noticiava a luta dos municípios de Salinas e de outras cidades para a construção da estrada por causa das dificuldades financeiras. A estrada ligaria Salinas, Araçuaí, Pedra Azul, Jequitinhonha e outras cidades a Montes Claros. Sobre a obra, o jornal informava:

Sabemos mais que a Empresa Mais e Cia. tem sido solicitada por parte daquelas prefeituras para requerer privilégio e concessão trilométrica, a fim de ligar Montes Claros a Salinas, e Fortaleza e também a Araçuaí. Muito seria para desejar que isso se realizasse, uma vez que aquela empresa está concluindo a sua estrada daqui para Maria da Cruz... Sobre esse assunto procuramos ouvir seu diretor Cel. João M. da Silva Maia que nos informou serem exatas as solicitações e que a empresa estará disposta a construir as referidas estradas para Salinas, Fortaleza e Araçuaí, dependendo de algumas condições que remeteu aquelas prefeituras... uma das condições é a construção das pontes sobre o rio Vacaria e Jequitinhonha que sendo obra de grande vulto não podem ser custeadas pela verba de subvenção trilométrica (GAZETA DO NORTE, 02-04-1932, p. 01).

Como vimos, no trecho acima, as prefeituras teriam que arcar com parte das despesas para realizar a construção da estrada. Outra condição imposta pela empresa é que as prefeituras arcassem com a terminação da estrada de Montes Claros a Barroão, que se encontrava em péssimo estado, tornando-a muito perigosa para o tráfego. A construção dessa estrada era de fundamental importância para o desenvolvimento político e econômico dos municípios não só do Norte de Minas, mas também da Bahia, visto que esses municípios também estariam ligados a este estado. Em outra parte da reportagem: “A construção desses trechos não só interessam a este município como aos outros a que ficam ligados, como deve interessar ao Estado e a União, porque eles são estratégias e de muito alcance, em certos casos de urgência.” Ainda, segundo o jornal, essa rodovia seria muito importante para o comércio do café importado da Zona da Mata. As péssimas condições das estradas tornavam o trajeto penoso e demorado, sendo assim um importante apelo foi feito ao Cel. Idalino.

Assim devíamos fazer um apelo ao representante desta zona no Instituto do Café Cel. Idalino Ribeiro para que empregue com seus bons e patrióticos esforços junto ao Congresso, a fim que possa ir avante esse grande e patriótico desejo de todas as prefeituras interessadas na conclusão dessa importante rede rodoviária (GAZETA DO NORTE, 1932, p. 01).

A conclusão da rodovia de Salinas a Montes Claros ocorreu no ano de 1932 e foi considerada uma importante aquisição para os sertanejos, conforme salientava a reportagem do Gazeta do Norte:

A ligação Montes Claros a Salinas mandada pelo governo Estadual (e já agora feita) aumentou as possibilidades de os sertanejos se mobilizarem com uma agilidade de demônios para satisfazer a fome de gêneros alimentícios com que o trem de ferro vinha (GAZETA DO NORTE, 1932, p. 01).

O Cônego Newton em seu livro *Efemérides Riopardenses* (1998), também noticiou a inauguração, ocorrida em 1933, do segundo trecho da estrada, a qual fora tão esperada pelo povo norte-mineiro e que traria o esperado progresso. A rodovia, segundo Angelis (1998), atingia três pontos extremos: Espinosa, Rio Pardo e Salinas. A comitiva oficial da inauguração foi constituída pelos secretários de Estado da Agricultura Viação e Obras Públicas, Dr. Carlos Coimbra Luz; da Educação, Dr. Noraldino Lima; pelo Diretor da Imprensa oficial, Dr. Mário Casassanta; Diretor da Saúde Pública, Dr. Hernani Agrícola; e pelo Superintendente do Departamento de Viação do Estado de Minas, Dr. José Soares de

Matos. A comitiva passou pelas cidades de Espinosa, Rio Pardo e Salinas, sendo recebida com grande festividade. Nos dizeres de Angelis:

Uma comissão de pessoas de destaque da sociedade local foi esperar os excursionistas na entrada da cidade, na direção de Salinas. Apesar do adiantado da hora, a recepção foi brilhante, tendo falado o vigário Horácio Giraldi que saudou os Secretários e a comitiva... Em agradecimento o Sr. Secretário da Agricultura pronunciou magnífico discurso, agradecendo aquela homenagem da população de Rio Pardo... No dia seguinte dia 13, os excursionistas percorreram algumas ruas e praças da cidade, fizeram algumas visitas, prosseguindo às 12 hs a viagem para Salinas (que nesta data celebrava a festa religiosa do Padroeiro), último extremo da estrada de rodagem a ser inaugurada (ANGELIS, 1998, p. 70).

Após concluir seu mandato como prefeito, em fevereiro de 1933, Clemente Medrado exonerou-se da prefeitura, e foi eleito em maio do mesmo ano ao cargo de deputado à Assembleia Nacional Constituinte pela legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Empossado em novembro do mesmo ano, ele participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935. Reeleito deputado federal em outubro de 1934, sempre pela legenda do PP, iniciou o novo mandato em maio de 1935, exercendo-o até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo³², foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Em 1939, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, na então capital do estado do Rio de Janeiro³³.

Com relação às eleições pós-1930, de acordo Rêgo (2008), ocorreram várias mudanças com a reforma do código eleitoral em 1932: o voto tornou-se secreto, mais difícil de ser controlado, o eleitorado aumentou com a incorporação do voto feminino, e a dominação dos líderes rurais diminuiu, perante o crescimento do eleitorado urbano. Contudo, esses fatos ainda não eram sinal da decadência ou extinção do coronelismo, pelo contrário, podemos ver sua evolução e adaptação aos novos tempos. Para o autor, a Revolução de 1930 exerceu um papel de seleção no processo evolutivo do coronelismo, como na teoria de Darwin, só os mais poderosos e os mais inteligentes sobrevivem. Nos dizeres de Rêgo:

³²De acordo Dulce Pandolfi, em seu livro: “Repensando o Estado Novo”, com um golpe que teve seu desfecho em 10 de novembro de 1937 e vigorou até 31 de janeiro de 1946, Vargas implanta o Estado Novo e cercou-se de poderes ditatoriais. A liberdade civil foi suspensa, o Parlamento dissolvido, partidos políticos extintos e a repressão policial instalou-se por toda parte. Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais.

³³ Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico. Acesso em 10 nov 2015.

Ser coronel após 1930 tornou-se muito mais difícil e complexo que antes. Disso se infere que a influência do coronelismo não desapareceu com a ascensão de Vargas no poder, antes mudou de aspecto, evoluiu rumo a uma nova forma de dominação oligárquica. A base de apoio social dos revolucionários de 30 compreendia um conjunto de forças que inclui desde coronéis que representavam os interesses agrários do Nordeste e do Sul até operários, militares e a burguesia urbana; não era possível a Vargas ignorar qualquer dessas forças, e foi nessas condições que a nova tática do poder central para legitimar – a planificação- passou a ser um instrumento a serviço de velhos esquemas políticos (REGO, 2008, p. 98).

O que Rêgo aponta acima é que a mediação entre Estado e povo, no meio rural e também urbano, continuou a ser feita pelos chefes locais apesar das mudanças pós-1930. Para ele, Getúlio Vargas se aproxima do esquema de dominação praticado pelos coronéis, em relação ao Estado populista, por ele comandado, com vistas a neutralizar a importância política desses coronéis, mediante uma centralização de poderes. Essa centralização reproduziu o mesmo esquema de legitimação usado no sistema coronelista que foi o paternalismo que era uma das bases do coronelismo. Esse instrumento utilizado por Vargas foi importante para a legitimação populista.

Em Salinas, os chefes locais vão se adaptar aos novos tempos, prova disso foi a continuidade das mesmas pessoas ocupando a chefia política da cidade. Medrado, após ser nomeado prefeito e administrar a cidade até o ano de 1933, conseguiu outra vitória muito importante, foi eleito deputado federal. Assim, Salinas passou a ser representada em nível federal. Ao se aproximar do governo federal não só Salinas seria beneficiada, mas também toda a região, aumentando ainda mais sua clientela política. Como já citamos, na entrevista feita ao senhor José Guimarães, ele afirma que a situação em Salinas só começou a melhorar depois que Medrado foi eleito deputado federal. Foi nessa época que Medrado conseguiu trazer para Salinas uma importante obra, um colégio agrícola que levou seu nome, a Escola Agrotécnica Federal Clemente Medrado, que muito beneficiou Salinas e região, atualmente Instituto Federal de Salinas.

2.3 - Prefeito Mendo Correia: “o progressista”.

Figura 11- Prefeito Mendo Correia.



Mendo Correia em 30-1-1934

Fonte: livro Octaciláda: Uma Odisséia do Norte de Minas, p. 282.

Para assumir a prefeitura no lugar de Medrado, foi escolhido o senhor Mendo Correia, homem de inteira confiança do Coronel Idalino. A administração de Mendo Correia foi de 1933 a 1939, totalizando 06 anos na chefia do município. Nessa época, o interventor era Benedito Valadares que assumiu após a morte de Olegário Maciel. Benedito Valadares ficou na interventoria de Minas nos anos de 1933 a 1945, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas e era muito amigo do Coronel Idalino Ribeiro, tanto que quando foi nomeado, tratou de dar a notícia ao amigo. Em seu livro: “Tempos idos e vividos”, Benedito Valadares relata como foi sua nomeação a interventor de Minas:

– O Presidente mandou colocar seu nome de político que está surgindo agora numa lista de candidatos. Não tenho dúvida, você vai ser o escolhido. Vou reunir amanhã a Comissão³⁴ e tudo se resolverá. Na rua encontrei o membro da Comissão, Coronel Idalino Ribeiro, a quem confidenciei: – Idalino, eu sei quem vai ser o interventor. – Sabe nada... – Sei, e você vai ficar muito bem porque ele é seu amigo (VALLADARES, Benedicto, 1966, p. 53).

³⁴ A comissão da qual a citação se refere é a Comissão Executiva do Partido Progressista da qual o Coronel Idalino era um dos membros.

Benedito Valadares ainda conta que Gustavo Capanema fez acordo com Virgílio de Melo Franco para evitar a entrada de seu nome na lista de candidatos a interventor. Segundo este:

Gabriel Passos foi à casa do Idalino dizer que era uma afronta a Minas minha indicação, ninguém deveria votar em meu nome. – Não, muito bom, meu amigo, voto nele. O Gabriel saiu indignado e ficou de relações cortadas com o Coronel Idalino Ribeiro (VALLADARES, Benedicto, 1966, p. 55).

Conforme citação acima, podemos perceber o prestígio político que o Coronel Idalino Ribeiro tinha ao participar da Comissão Executiva do PSD (Partido Social Democrático), essa comissão era responsável na tomada de decisões importantes na política mineira e nacional, inclusive a escolha do interventor Benedito Valadares. Este ficou muitos anos no poder, ao todo foram quase 15 anos na interventoria de Minas Gerais. Em contrapartida, em Salinas, o Coronel Idalino continuou sua chefia política escolhendo prefeitos para a cidade, pois estes eram nomeados por seu amigo interventor Benedito Valadares.

Figura 12- Benedito Valadares reunido com secretários e deputados no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte.



Esq./dir.: (sentados) José Maria Alkmin; Odilon Braga; Alcides Lins; Valdomiro Magalhães; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; Benedito Valadares; Washington Pires; José Brás; Raul Sá; João Nogueira Penido; Augusto de Lima. (em pé) João Beraldo; Campos do Amaral; Francisco Negrão de Lima (6º, de óculos); Celso Machado; Delfim Moreira (9º, gravata branca com bolinhas); Clemente Medrado (11º, terno branco com gravata preta);

Ovídio de Abreu (de óculos e gravata borboleta); Gabriel Passos; Licurgo Leite; Pedro da Matta Machado; Jacques Montandon; Martins Soares; José Vieira Marques; Belmiro Medeiros - Data: 1937 Arquivo CPDOC.

Em 1933, Mendo Correia foi nomeado prefeito por Valadares, tinha apenas a 4ª série primária, era um rico fazendeiro e comerciante, um homem de prestígio, na cidade, pela sua condição financeira. Segundo Eul-Soo Pang (1979), quando o poder sai da família, ele é transmitido a alguém da inteira confiança do coronel. Em Salinas, após a saída do genro do Coronel Idalino da administração do município, entrou um homem de sua inteira confiança, Mendo Correia. Antes de ser nomeado prefeito, em 1933, Mendo Correia foi vereador de 1922 a 1930, era partidário do Grosso, mesmo grupo político do Coronel Idalino, portanto tinha todos os requisitos que o capacitava à sucessão política de Medrado. Em entrevista ao senhor João Costa, em 1977, o senhor Mendo afirmou:

Fui prefeito, conselheiro da prefeitura de 1930-1933, prefeito nos períodos de 1933-1939, além de prefeito, ocupei diversos cargos, fui fundador da associação rural, fui o primeiro presidente, fui presidente do centro dos cafeeiros, fui inspetor escolar, presidente de caixa escolar, fui delegado de polícia durante 02 dias, enfim passei por quase todos os cargos municipais. Meus colegas vereadores eram: Idalino, presidente de câmara, Moisés Ladeia, Ozório Martins, Dr. Olynto, Dr. Frederico, Pe. Salustiano, Dr. Medrado, Juventino Nunes, eram ao todo 15 vereadores (Entrevista concedida a João Costa no ano de 1977).

Por esse trecho da entrevista, percebemos que o senhor Mendo não ocupou somente o cargo de vereador e prefeito, passou por diversos cargos, os quais lhe acrescentou prestígio político no município, ao longo dos anos. Também, na sua gestão, o Conselho Consultivo atuava em auxílio à administração. Mendo Correia teve como conselheiros: Moisés Ladeia, Olyntho Santana³⁵, Dr. Waldemar da Silveira, Procópio Cardoso de Araújo e Arthur Americano Mendes. Observamos que os conselheiros não diferem muito da gestão de Clemente Medrado, o único conselheiro novato era o Dr. Waldemar da Silveira. Continuando a função de auxiliar a administração do município, esse conselho aprovou por unanimidade o relatório apresentado ao interventor, na época Benedito Valadares, com o seguinte parecer:

Aos que de animo alevantado e imparcial, e sem eiva de partidarismo, queiramos analisar a obra administrativa do actual prefeito ao atingir o termo do seu segundo ano, encontramos sobejos motivos para exultação e entusiasmos nesta gestão, cuja actuação caracterizada pelos princípios que

³⁵ O senhor Olyntho Santana era casado com dona Dinorah, filha única do Capitão Cirurgião da Guarda Nacional Basílio Ferreira Paulino. Teve com ela os seguintes filhos: Josefina Santanna, Geraldo Paulino Santanna, Mário Santana. O senhor Basílio era casado com dona Mulata, irmã do Coronel Idalino Ribeiro. A avó do senhor Geraldo Paulino Santanna, dona Mulata, era irmã do Coronel Idalino.

acentuamos em o parecer do relatório do annotransacto, permitiu a continuidade de uma obra cujo vulto parece sobre exceder a capacidade econômica do tesouro municipal; tendo a ilustra o facto de o Departamento das municipalidades ter devolvido o orçamento a fim de sofrer rectificação na parte em que dizia respeito subsídios ao prefeito Exmo. Cel. Mendo Correia, cujo espírito de justiça, honestidade e nobreza, sabendo que a percentagem destinada por lei aos ordenados do funcionalismo era insuficiente, preferiu retirar de menos para si, a ver prejudicados subordinados seus. Padrão raríssimo nos tempos actuais em que a delapidação dos dinheiros públicos, é norma, por isto mesmo merecedor de quadro de real destaque a ser apontado aos salinenses, senão mesmo aos brasileiros. A nossa aprovação juntamos o louvor da terra salinense, e o nosso agradecimento pelo destaque que o exmo.Sr. Prefeito empresta a colaboração do Conselho, que de valiosa é certo, mas movida com os olhos para o bem comum. Sala de reuniões, 14-01-1935 (LISBOA, 1992, p. 239).

Nesse trecho do relatório, os conselheiros municipais não poupam elogios ao prefeito. Conforme consta, os conselheiros diziam que o prefeito Mendo Correia era um padrão raríssimo de honestidade, naquele tempo em que o desperdício do dinheiro público era normal, ou seja, costume, o prefeito para não ver seus funcionários prejudicados, preferiu diminuir seu próprio salário. Ainda, segundo esse mesmo relatório, o prefeito dizia ter entrado na prefeitura e encontrado os negócios financeiros mais ou menos equilibrados, poupando o quanto lhe foi possível. O que lhe rendeu a fama de econômico e de ter realizado verdadeiro milagre à frente de um município de renda tão escassa. Neste intento, não contraiu nenhum empréstimo e tampouco retardou o pagamento de obras executadas. Quanto aos salários dos funcionários públicos, inclusive de professores rurais, todos receberam pontualmente. Porém, os recursos continuavam escassos e a dependência dos chefes políticos perante o governo estadual era cada vez maior.

Quanto à arrecadação, segundo o prefeito, apesar da crise financeira, a qual abalara todo o mundo, incluindo Salinas, foi a maior verificada naquele município. Ainda conforme o prefeito, mesmo com a seca, que desde 1927 assolava todo o Norte do Estado, a Prefeitura de Salinas conseguiu arrecadar Rs. 105:201\$200, maior que a arrecadação de 1933, que foi de 9:433\$100, e ainda ultrapassando o ano de 1932, que teve uma arrecadação de 22:949\$900. Como a economia da região era baseada na agricultura, a seca que, desde 1927, castigava a região somada à crise do café, em 1929³⁶, tudo isso contribuía para que esses pequenos municípios tivessem sua arrecadação afetada. Por isso, os prefeitos tinham que recorrer a empréstimos para conseguir administrar as despesas do município, ficando

grande crise econômica causada pela quebra da bolsa de valores de Nova York. Sendo assim, por causa da crise,
³⁶ Segundo Eric Hobsbawn em seu livro: *“Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991”*, o café era o principal produto de exportação brasileiro, e os EUA que era o principal comprador estava atrevesando uma os EUA diminuíram sua compra de café provocando um aumento dos estoques no Brasil.

endividados. Quando perguntado sobre a maior obra que deixara para a cidade de Salinas, o ex-prefeito, Mendo Correia, respondeu a João Costa (1977):

Durante meu governo, eu devo lembrar que quando entrei para prefeitura em 1933, naquela ocasião, Salinas compunha de Rubelita, Taiobeiras, Águas Vermelhas e Santa Cruz. A renda de 1932 foi de 72 contos, nesse ano que eu entrei eu elevei a renda a 99 contos e quando eu sai deixei com 190 contos (Entrevista concedida a João Costa, no ano de 1977, pelo ex-prefeito de Salinas, Mendo Correia).

Como vimos na citação acima, o prefeito Mendo Correia saiu da prefeitura deixando 190 contos de réis, segundo Geraldo Santana, não só Mendo, mas também todos os prefeitos escolhidos por Idalino tinham essa preocupação, deixar dinheiro no cofre, porque o próprio Idalino tinha esse controle. De acordo Geraldo Santana:

... a grande preocupação era deixar dinheiro no cofre, todos os prefeitos, Idalino tinha esse controle, pensava nas dificuldades que podiam surgir na frente, uma seca, ele tinha essa preocupação, todo prefeito tinha essa preocupação, porque eles obedeciam o comando de Idalino e Idalino tinha essa preocupação. Tanto que Benedito na grande seca de 1939 chamou Idalino, ele disse que Salinas não precisava de nada, o mais pobre de Salinas tinha um pedaço de terra e 10 vacas, que o governador pudesse ficar tranquilo (Entrevista cedida por Geraldo Santanna em 01-10-2016).

Com a renda do município melhorada pela arrecadação de impostos, o prefeito conseguiu deixar os cofres da prefeitura com saldo positivo, segundo o relatório enviado ao interventor, no ano de 1935. Só no ano de 1934, os impostos arrecadados com indústria e profissão, predial, veículos, licenças somavam 88:110\$600; a renda obtida com o mercado e cemitério foram 4:555\$000 e a taxa de água rendeu a quantia de 2:983\$000. A cobrança de dívidas ativas também rendeu a quantia de 7:174\$500, o balanço total do ano de 1934 foi de 106:938\$100. Em contrapartida, as despesas alegadas pelo prefeito, nesse mesmo ano, começando pelo gabinete e secretaria, somando salário do prefeito, representação e pessoal administrativo foram 12:600\$000. Os gastos com obras públicas registraram a despesa de 41.874\$230; com a educação, o gasto foi de 10.941\$700 e a fazenda municipal ficou atrás somente das despesas com obras públicas, com um gasto de 31.469\$410. No balanço total, de acordo o relatório, as despesas atingiram a mesma quantia arrecadada, ou seja, 106:938\$100.

Sobre a deficiência tributária dos Estados, Leal (1978) cita Alcântara Machado (1934), para quem, a penúria dos municípios era causada pelo Estado. Alcântara Machado dizia: “Daí resulta a vida meramente vegetativa da grande maioria dos nossos municípios,

feridos de paralisia, apodrecendo ao sol, incapazes de prover às suas necessidades elementares” (p.147). Para o autor, os Estados de uma parte sacam desvairadamente contra o futuro, comprometem o erário em ruinosas operações de crédito; de outra, invadem a esfera tributária, própria dos municípios, estancando as fontes de vida local. Reduzidos à pobreza pela União, os Estados, por seu turno, reduzem à miséria os municípios. Ele explica também que eram três os processos utilizados pelo Estado para comprimir as finanças municipais, salvando a sua própria: primeiro, restringia ao mínimo a capacidade tributária das municipalidades; segundo, cobrando determinada percentagem sobre as rendas minguadas, das quais lhes consentem; e em terceiro, arrogando-se a execução de serviços de natureza essencialmente local, ou seja, os serviços de água, esgoto, iluminação, até matadouros e outros, geralmente, rendosos.

Conforme Leal, a preferência dos governos em aplicar a maior parte de suas rendas nos centros urbanos não ocorria apenas em grandes cidades, pois,

O fenômeno também é típico das pequenas cidades do interior. Água, esgotos, calçamento, jardins, energia elétrica – benefícios essencialmente urbanos – consomem a maior parte da receita dos municípios menores (sem contar as despesas de pessoal e os gastos indevidamente realizados nas campanhas eleitorais). Estradas, hospitais, escolas têm ficado em segundo plano (LEAL, 1978, p.168).

O trecho acima corrobora com os resultados do relatório do prefeito apresentado ao interventor. Enquanto os gastos com serviços de água, calçamento, energia elétrica somavam a quantia de 41:874\$230, com a educação, o gasto foi de 10:941\$700. O prefeito admitia que o município estava bem longe de atender às legítimas aspirações da população rural, em sua maioria, sem assistência do poder público, nesse quesito, em particular. Mas, segundo ele, graças ao decreto estadual nº 11.490 de abril de 1934, que subtraiu dos municípios o encargo da contribuição de 10% de suas rendas, revertendo-as em proveito da disseminação do ensino rural, o número de escolas poderia aumentar.

A sede do município, até a data de apresentação desse relatório (1935), contava apenas com um grupo escolar do estado. Em cada distrito funcionava uma escola em prédio pertencente ao município. Existiam também as escolas da zona rural que somavam 09 escolas rurais, cujas despesas eram custeadas pela prefeitura. Segundo consta, no citado relatório, a despesa total da prefeitura com os funcionários da educação era de 9.542\$700, comparando com o salário do prefeito, mais a verba de representação que ele recebia de 7:800\$000. Pelo

exposto, podemos concluir que, desde aquela época, os professores eram mal remunerados e o gasto com a educação era bastante inferior às demais despesas.

Os resultados desse sistema tributário, de acordo com Leal (1978), de uma receita municipal mínima, foi a permanência de penúria das municipalidades, exaustivamente explicada na Constituinte de 1933-34, a qual falava por si: enquanto a união arrecadava 63% do total dos impostos, os Estados só percebiam 28% e os municípios a miséria de 9%. Leal (1978) cita Rafael Xavier (1946), que realizou um estudo, cujo objetivo foi mostrar a constância da miséria orçamentária municipal. Conforme os estudos de Xavier, as percentagens da receita dos municípios sobre a arrecadação geral, nesse longo período, foram: 1925-1929, 10%; 1930-1931, 12%; 1932-1933, 11%; 1934, 10%; 1935, 8%; 1936, 10%; 1937, 11%; 1938, 10%; 1939, 13%; 1940-1942, 12%; 1943, 9% e 1944, 8%. Por esses fatores, conseqüentemente, os municípios ficavam cada vez mais dependentes do Estado. Segundo Leal,

É evidente que a anemia financeira das municipalidades aumenta a sua dependência em relação aos governos estaduais e, conseqüentemente, favorece a submissão política dos chefes locais. Não faltariam, portanto, motivos de interesse, razões de poder, que contribuíssem anteriormente para manter a penúria orçamentária dos municípios (LEAL, 1978, p. 165).

A administração de Mendo Correia pesou no bolso da população, como vimos no parágrafo acima. Com o aumento da arrecadação de impostos, o prefeito conseguiu deixar os cofres da prefeitura com um saldo positivo. Como ele mesmo explicou em entrevista concedida a João Costa; em 1933, conseguiu elevar a renda de 72 contos para 99 contos, e quando saiu da prefeitura, em 1936, deixou um saldo positivo de 190 contos. Vale dizer que na sua administração realizou várias obras. Na entrevista, Mendo relatou que:

Durante minha administração se construiu o grupo João Pessoa, o Fórum, fiz diversos calçamentos, liguei todos os distritos, Taiobeiras, Águas Vermelhas, Santa Cruz, por rodagem, fiz diversas obras no município, 01 prédio escolar em Rubelita, 01 prédio escolar em Santa Cruz, água em Taiobeiras, reforma de água, a caixa d'água quem fez foi eu. O serviço de luz fui eu também que adquiri ao preço de 80 contos, depois que comprei ainda reformei, melhorei a barragem... (Entrevista feita por João Costa ao senhor Mendo Correia, 1977).

O serviço de luz da cidade era ofertado por uma usina particular de propriedade do senhor Enéas Batista, o qual recebia mensalmente uma quantia pelo serviço prestado. Segundo Mendo Correia, o serviço era feito de forma bastante precária, tanto que na administração do prefeito Clemente Medrado, fora solicitado ao senhor Enéas que melhorasse

a qualidade do serviço, como este não atendeu ao pedido, rescindiu o contrato. A prefeitura entrou com uma ação contra o senhor Enéas pelo não cumprimento do contrato, demanda que, segundo Mendo Correia, durou dois anos. O julgamento foi favorável ao prefeito e o senhor Enéas se viu obrigado a vender a usina de energia para a prefeitura. Sobre o ocorrido, Mendo Correia conta os seguintes fatos:

É necessário que se frise uma vez mais que a iluminação pública de Salinas tem constituído um verdadeiro entrave ao progresso da cidade. Além disso, o contrato da extinta Câmara Municipal com aquele empresário se acha eivado de nulidades substanciais, pois nem ao menos se verifica a existência de uma lei que o autorize, tendo o meu antecessor a ele negado o seu referendun e ad-referendun do presidente do Estado (dec. nº 136, de 15-03-1931)... uma circunstância só vem a justificar todas as “demarches” empreendidas para a consecução do fim culminado, é o seguinte: a 27 de julho passado resolveu por sua alta recreação suspender definitivamente o serviço de iluminação pública e mandou em consequência subtrair todos os postes erguidos na rua e praças as lâmpadas instaladas. Pelo exposto, mesmo que o juiz não levasse em consideração os documentos apresentados pela prefeitura, dando a esta ganho de causa, o contrato é visceralmente nulo em virtude de ter o empresário sustado a iluminação pública a quase seis meses e nem ter a presente data justificado o propósito. O concessionário é igualmente obrigado ao pagamento de 5:000\$000 à câmara.... (LISBOA, 1992, p. 241).

Em entrevista ao senhor João Costa, realizada em 1981, a esposa do senhor Enéas Batista, Dona Áurea, relatou outra versão sobre a venda da usina. De acordo com Dona Áurea, seu esposo fora pressionado, coagido a fazer a negociação com a prefeitura. Ela conta que o senhor Enéas fazia parte da oposição política ao Coronel Idalino. Depois da Revolução de 1930, Enéas continuou sendo perseguido, pois era a favor de Júlio Prestes para governo federal, enquanto que o Coronel Idalino apoiou o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas. Dentre as pressões e perseguições que o marido sofreu, para ela, o processo impetrado pela prefeitura consistiu em uma delas. Dona Áurea relata que:

Para a prefeitura emancipar a luz, Otacílio Negão de Lima (engenheiro) veio a Salinas chamado pela prefeitura para relatar que o serviço de luz de Enéas estava errado, ilegal. Otacílio Negão veio para Salinas, mas para surpresa de todos emitiu um parecer elogioso a Enéas. No final Enéas fez um acordo com a prefeitura e vendeu a usina (Entrevista a Dona Áurea, feita por João Costa em 1981).

Outro fato que causou burburinhos foi a construção do Fórum. Na mesma época foi também construída a casa conhecida como “palacete”, que pertenceu ao Coronel Idalino. Uma nota do jornal Estado de Minas, de dezembro 2001, dizia que a casa do Coronel era um

presente do interventor Benedito Valadares e fora erguida com dinheiro do governo mineiro, a um custo de 150 contos de réis. Ainda conforme a reportagem, o Coronel teria hospedado, nesta casa, políticos influentes como: Benedito Valadares, Juscelino Kubsticheck, Magalhães Pinto, entre outros. Em fevereiro de 2002, o então prefeito, Geraldo Paulino Santana, sobrinho do Coronel Idalino, e seu rival na política, na década de 1950, corrigiu a versão que, para ele, estava distorcida dos fatos realmente ocorridos. Através desse informativo municipal, o senhor Geraldo Santana relatou os seguintes fatos:

O Cel. Idalino, ciente, sempre fugindo à discórdia, decidiu pela demolição de sua velha casa geminada com a comercial e construir o palacete, concluído, como o fórum local, em contrário, o Cel. Idalino Ribeiro, aristocrata rico e escrupuloso, de rara e fulgurante inteligência, ameno e obsequioso em relação a todos que dele se aproximavam, sabia ser magnânimo em relação aos titulares do poder, dos quais pleiteava tão somente “o poder”, deu de presente a seu hóspede ilustre 100 vacas brancas, fato que causou grande repercussão e comentário pelo Norte de Minas afora. A coincidência na conclusão das obras do Fórum com as do palacete eram maldosamente insinuadas por adversários do Cel. Idalino em campanhas políticas, não obstante o conhecimento de todos da verdade, e as reiteradas e enérgicas repreensões do coronel Bernardino Costa. Por último, aquele palacete nunca hospedou Magalhães Pinto nem Tancredo Neves, mas sim, Benedito Valadares, na condição de interventor, Juscelino na de governador e Bias Fortes na de candidato a governo do Estado, em oportunidades diferentes, portanto (INFORMATIVO MUNICIPAL, 2002, p.09).

Figura 13- Foto residência do Coronel Idalino Ribeiro.



Fonte: Arquivo acervo particular João Costa.

Voltando ao relatório, ao concluir, o prefeito não deixa de mencionar a situação política da cidade que, para ele, permanecia nas melhores condições de harmonia e concórdia,

sob a direção do Cel. Idalino Ribeiro. Este, segundo o prefeito, tinha um espírito bondoso e tolerante, além de profundo conhecimento da arte de governar. Ele também atribui que: “graças ao coronel, a sua influência, uma viva e sólida união cimenta os laços de solidariedade e orienta para uma finalidade venturosa o trabalho coletivo e todas as superiores aspirações do povo.” (p.242). Sobre o povo, ele diz: “Ao bom, operoso e altivo povo de Salinas, que visando acima de tudo o engrandecimento de sua terra, procurou benevolmente acatar os atos da minha administração, consigno por igual, o meu reconhecimento” (LISBOA, 1992, p.242).

Na década de 1930 e 1940 a força política do Coronel Idalino era bem evidente em Salinas e região. Prova disso, foi ele ter conseguido a nomeação de prefeitos que apoiou, durante esse período, e também a projeção política de seu genro Medrado, eleito Deputado Federal e de seu filho José Chaves Ribeiro, eleito Deputado Estadual. O Coronel também foi membro do IMC (Instituto Mineiro do Café), na década de 1930, exatamente nessa fase em que a política cafeeira atravessava séria crise. Ele era representante dos cafeicultores desta zona no Instituto Mineiro do Café, segundo o informativo *Almank Laemmert* de 1934, vol. I pág. 39, consta o nome do Coronel Idalino Ribeiro no rol de conselho de lavradores. O Instituto era composto por: Diretor: Dr. Jacques Dias Maciel, Superintendente: A. Stockler de Queiroz, Secretário: Dr. Alfredo Sá, Conselho de Lavradores: Dr. Reynaldo Ottoni Porto, Dr. J. G. Moraes Pernambuco, Dr. Ormeo Junqueira Botelho, Cel. Antônio Brandão de Rezende, Dr. Mauro Roquete Pinto, Dr. Joaquim Vilela, Dr. Afonso Dias de Araújo, Cel. Jesuino Costa Monteiro, Dr. Wanderley de Andrade e Cel. Idalino Ribeiro.

De acordo John D. Wirth (1982), em seu livro: “*O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*”, o Instituto Mineiro do Café foi criado em 1925 com o intuito de coordenar medidas de defesa juntamente com o Instituto do estado de São Paulo. Os vínculos do Centro dos Lavradores com sede em Juiz de Fora e Belo Horizonte prosseguiram com Jacques Maciel, sobrinho do governador, que dirigiu o IMC de 1930-1934. O Estado pressionado, por melhores serviços de crédito, fundou, em 1933, o Banco Mineiro do Café, que era uma empresa mista de capital privado e estadual, também dirigida por Maciel. A solução do Centro à crise do café foi a mesma da Sociedade Paulista de Agricultura: voltar as diretrizes de mercado livre e retirar o governo federal da comercialização, salvo para garantir preços mínimos.

Ainda segundo Wirth (1982), tal independência foi de encontro à política centralizadora de Vargas, que reorganizou o serviço federal do café em 1933. Depois da morte de Olegário Maciel, Vargas nomeou como interventor em Minas um homem de sua

confiança, Benedito Valadares. Em março de 1934, um pelotão da polícia estadual cercou o escritório do IMC no Rio e Jacques Maciel foi demitido. Daquela data em diante, o órgão responsável pelo café foi dirigido por um funcionário leal ao novo chefe do executivo em Belo Horizonte que, por sua vez, recebia as ordens do Rio.

No Diário Oficial de 03 de abril de 1936, foi publicada a Ata da Terceira Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Anonyma Banco Mineiro do Café. Essa assembleia foi realizada no Rio de Janeiro no mês de março do mesmo ano, ali foram discutidos vários assuntos como balanço anual, relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e eleição do conselho fiscal. Dada a votação, foram eleitos os seguintes membros efetivos do conselho fiscal: Dr. Jayme Marinho, Dr. Orlando Barbosa Flores, Cel. Francisco Moreira, Cel. Domingos Resende e Cel. Idalino Ribeiro. O banco, de acordo com o jornal, agia com o intuito mais de fomentar o crédito agrícola, com a finalidade de assistir financeiramente aos cafeicultores mineiros.

Como vimos acima, o Coronel Idalino Ribeiro tinha um prestígio político muito grande, em tempos em que o café era um produto muito importante para a economia do país, ele participava ativamente de um grande instituto, onde somente homens, cujos nomes eram importantes, para a política mineira, participavam.

Em Salinas, o prefeito Mendo Correia, entre os cargos por ele exercidos, na cidade, estava o cargo de presidente do centro dos cafeicultores. Sabemos que a oligarquia cafeeira dominou a política nacional por muitos anos, mesmo após a Revolução de 1930, grandes políticos oriundos do PRM, partido que era composto basicamente por grandes cafeicultores de Minas, continuaram mesmo que em outras agremiações que surgiram com a cisão do partido, a dominar não só a política mineira, mas também a política nacional, pois Minas sempre foi reconhecida como importante parceira nos momentos decisivos da política brasileira.

Esse prestígio político adquirido pelo Coronel Idalino possibilitou-lhe a conquista de uma extensa clientela. Queiroz (1976) identifica o coronelismo como uma estrutura de clientela política, que foi muito importante para sua efetivação. Ela assevera que: “Quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de coronel (...). O coronelismo é então a forma tomada por essa proteção (p.165)”. Assim, quando Mendo Correia menciona em seu relatório que a política da cidade permanecia em melhores condições, porque continuava sob a direção ou proteção do Coronel, ele inclui o Coronel nessa rede de clientela, como benfeitor. Implicitamente, podemos entender que benefícios como, empregos, obras públicas, estavam sob o domínio e a

influência do Coronel Idalino, o qual, segundo o prefeito, era profundo conhecedor da arte de governar. Em contrapartida, essa clientela, ou seja, o povo correspondia às benfeitorias recebidas, acatando e aprovando os atos do seu chefe político.

Sobre a prática clientelista em Minas Gerais, Jonh Wirth (1982) afirma que tanto no período vigente da política coronelista quanto no período pós-30, os interesses pessoais dos chefes políticos eram satisfeitos pela prática da política clientelista. Essa, segundo o autor, está enraizada, principalmente, nas cidades pequenas, pelo sistema patrão-cliente, direitos e deveres recíprocos, além da lealdade pessoal. Ainda, conforme Wirth,

O clientelismo era uma maneira de expressar as relações hierárquicas da sociedade. Este profundamente enraizado na cultura e nas instituições mineiras. Ainda que o clientelismo tenha minado o desenvolvimento de interesses coletivos, o governo estadual também foi devedor de grupos especiais de interesses, concedendo-lhes favores para garantir sua fidelidade e evitar revoltas tributárias. Aqui a reciprocidade o elemento – chave da política de clientela – impediu a mudança estrutural básica, sendo talvez o preço alto a pagar pela paz política em curto prazo (WHIRT, 1982, p. 174).

Com base nas proposições de Carvalho (1998) e Whirth (1982), sobre a política clientelista, podemos verificar como essa prática aumentou, sendo utilizada pelos chefes políticos na década de 1930, na cidade de Salinas. Também verificamos que as relações clientelísticas no município, nesse período, tinham a influência direta do Coronel Idalino. Segundo o Prefeito Mendo, graças ao Coronel com sua bondade, tolerância e solidariedade, tudo permanecia nas melhores condições de harmonia e concórdia. Nas cidades do interior, essa política clientelista foi muito importante para perpetuação dos chefes políticos na administração da cidade, visto que esses eram parceiros indispensáveis para conseguir os benefícios necessários para os municípios, ante a precariedade ou inexistência dos serviços de competência do Estado.

Prosseguindo, conforme Ramos (1993), em 30 de agosto de 1936, em reunião realizada no Banco Mineiro do Café, liquidou-se automaticamente com a existência do Partido Progressista e até o mês de junho de 1937, quando foi criado o Partido Nacionalista, não sabia ao certo qual era a agremiação situacionista em Minas. Na convenção do PNM (Partido Nacionalista Mineiro), que ocorreu nos dias 19, 20 e 21, foram escolhidos os seguintes membros distritais que correspondiam à Comissão Executiva: Adélio Dias Maciel, Augusto das Chagas Viegas, Gustavo Capanema, Idalino Ribeiro, Israel Pinheiro, entre outros. Com o governo do Estado estava à maioria do PP e uma poderosa dissidência do PRM também ficou do lado do governador Benedito Valadares. Com a fusão desses partidos

agigantou-se o poderio político em Minas. De acordo Ramos, Vargas chegou a ficar assustado com a força adquirida pelo governador Mineiro, em consequência desses conchavos bem sucedidos, pois estava chegando próxima a sucessão presidencial.

Em Minas, Antônio Carlos afastado do PP comprometeu-se em apoiar o ex-governador de São Paulo, Armando Sales Oliveira, o PRM de Artur Bernardes também declara apoio ao candidato paulista. Antônio Carlos funda o PPD Partido Progressista Democrático com o apoio de alguns deputados da bancada federal e estadual com a finalidade de apoiar a candidatura de Armando Sales. Já, o interventor de Minas Benedito Valadares funda o Partido Nacionalista Mineiro e apoia para sucessão presidencial o candidato José Américo. Nos dizeres de Ramos:

O Partido Nacionalista trabalhou muito mais pelo golpe de Estado do que pela candidatura de José Américo. Na sua preparação, tiveram particular desempenho o prof. Francisco Campos, autor exclusivo e principal interprete do estatuto de 37; Francisco Negrão de Lima, com o encargo de cabalar os governadores no sentido de obter apoio para suspensão das eleições e, por fim, o governador Benedito Valadares, que nos últimos momentos de vida do regime democrático, associou-se às providências militares do general Dutra na pasta da Guerra, colocando a Força Pública de Minas sob o comando de oficiais do Exército instruídos para sufocar qualquer manifestação que pudesse surgir em defesa da legalidade (RAMOS, 1993, p.84).

Em 1937, Getúlio Vargas assume a política nacional com poderes ditatoriais, que perduraram até o ano de 1945. Alguns interventores de Estados foram afastados, mas em Minas permaneceu Benedito Valadares. Como o governo federal poderia substituir os interventores dos Estados, estes tinham poderes para substituir os prefeitos das cidades, mas em Salinas, até o ano de 1939, permaneceu o senhor Mendo Correia, que governou por 06 anos, como prefeito no município.

Com a instalação do Estado Novo, ou chamada Era Vargas, o presidente fechou o Congresso Nacional e outorgou a constituição de 1937, a qual lhe dava plenos poderes para nomear interventores e a estes lhes deu autonomia na tomada de decisões em âmbito estadual. Nesse período, os partidos políticos foram extintos e não houve eleições no país, os cargos políticos eram nomeados.

2.4- O apogeu do poder do Coronel Idalino Ribeiro: Salinas representada nas esferas estadual e federal.

Com o advento do Estado Novo, foi instalada, no país, a ditadura de Vargas, este fechou o Congresso Nacional, em 1938, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Em 1939, Clemente Medrado, que não podia mais exercer seu cargo de Deputado Federal, ficou no Rio de Janeiro e fez o curso de direito. Somente em 1946, com o fim do Estado Novo, é que Medrado retornou ao cargo de Deputado Federal. Em Salinas, no ano de 1939, o interventor Benedito Valadares nomeou para o cargo de prefeito o médico Dr. Brand Alves de Lima.

O Dr. Brand não era de Salinas, mas casou-se com a filha do professor Duque Rodrigues que era de Salinas, ele já contava com prestígio, perante a população, por ser médico, e sua nomeação foi indicada pelo Coronel Idalino que, nesse período, ainda continuava na chefia política do município. Sobre o Doutor Brand, Geraldo Santanna afirmou que:

O Brand era médico, ateu declarado, muito reservado, mas muito ligado a Idalino, ele era casado com a filha do professor Duque e Duque já era sogro de Osmany. O Duque já tinha um filho casado com a filha do Coronel, era da família mesmo, não corria perigo... Era como os outros Idalino que comandava (Entrevista cedida por Geraldo Santanna 01-10-2016).

Após o fim do mandato do Dr. Brand Alves de Lima, foi nomeado prefeito da cidade, o advogado Dr. Aderbal Pacífico de Barros que era de Salinas e era rico fazendeiro. Este também foi nomeado com o apoio do Coronel e, segundo Santana (2005), veio da cidade de Almenara para restabelecer a ordem e o respeito na cidade. Mas, o prefeito Aderbal não correspondeu às expectativas e sua atuação como prefeito foi uma decepção para o Coronel Idalino. Nos dizeres de Santana:

O Dr. Aderbal era um gozador. Vez ou outra, sem qualquer companhia íntima, resolvia ir a zona boêmia, mais precisamente à pensão de “Tôca”, na rua dos caboclinhos, ainda cedo da noite. Para não ser notado pelas irmãs do Coronel, dentre as quais minha avó Mulata, sentadas na praça do Fórum, à entrada daquela ruela, passagem forçada que fazia o prefeito Aderbal? Simplesmente determinava ao velho e saudoso encarregado de manutenção da luz, “Bião”, que desativasse a velha turbina, que foi de Enéas Batista, e apagasse a luz da cidade. Às escuras, portanto, o Dr. Aderbal cumpria, sem ser notado, seu alegre e divertido itinerário (SANTANNA, 2005, p. 129).

Após o fim do mandato de Aderbal Pacífico, em meio à grande instabilidade política pela que passava a política mineira, em Salinas, no período de apenas dois anos, foram nomeados quatro prefeitos consecutivos: 1945 a 1947: José Chaves Ribeiro, Noé Correia, Olinto Santana e Moisés Ladeia. De 1930 a 1947, os prefeitos de Salinas, nomeados pelo governo estadual tiveram o apoio do Cel. Idalino, conforme evidencia o quadro abaixo:

QUADRO 5

PREFEITOS NOMEADOS

PREFEITO	ANO	GOVERNO
Clemente Medrado	1930-1933	Olegário Maciel (PRM)
Mendo Correia	1933-1939	Benedito Valadares (AL) – Interventor
Brand Alves de Lima	1939-1942	Benedito Valadares (AL) – Interventor
Aderbal P. de Oliveira	1942-1945	Benedito Valadares (AL) Interventor
José Chaves Ribeiro	1945-1946	Nísio Batista (11-1945 a 02-1946); João Tavares PRM (02-1946 a 08-1946); Júlio Ferreira de Carvalho PRM (08-1946 a 11-1946); Noraldino Lima PRM (11-1946 a 12-1946) – Interventores
Noé Corrêa	17-02-1946 a 30-12-1946	João Tavares Correia Beraldo PRM (02-1946 a 08-1946); Júlio Ferreira de Carvalho PRM (08-1946 a 11-1946); Noraldino Lima PRM (11-1946 a 12-1946) – Interventores
Olinto Santana	31-12-1946 a 12-04-1947	Alcides Lins (12-1946 a 03-1947) – Interventor
11111Moisés Ladeia	12-05-1947 a 31-01-1948	Milton Campos UDN (03-1947 a 01-1951) – Governador

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Salinas

Durante todo o período do Estado Novo (1937-1945), o Coronel Idalino continuou na chefia do município. Segundo Rêgo (2008), após-1930, a influência do Estado foi cada vez maior nas decisões políticas locais, mas isso não significou a extinção do coronelismo, pois mesmo com o Estado Novo, nos dizeres do autor: “Os coronéis ressurgiram das próprias cinzas, em um contexto sócio-político diferente, após 1945” (p.100). Ainda segundo Rêgo, com a nomeação de Benedito Valadares como interventor, os coronéis foram convidados a participar de sua agremiação política, o Partido Progressista (PP), onde ali reuniram novos líderes políticos, em sua base de apoio, e que perpetuaram durante todo o Estado Novo, episódio que se tornou muito útil quando o país retornou a normalidade democrática, em 1945. Nos dizeres de Rêgo:

A partir desses exemplos é possível constatar que o coronelismo, longe de morrer em 1930, continuou a desempenhar seu papel, mas em novas condições. O processo de centralização levado a cabo pelo governo Vargas foi contrabalançado pela cooptação e pelo reconhecimento de uma certa autonomia às oligarquias locais. Nesse sentido, os interventores desempenharam um papel fundamental: na condição de elementos de confiança do governo central, eles eram independentes das oligarquias locais, mas mesmo assim não se furtaram a se identificar com os coronéis e com essas oligarquias... (RÊGO, 2008, p.103).

Como podemos ver, segundo a citação acima, os interventores não se furtaram a compor com os coronéis, eles precisavam do apoio desses coronéis para legitimar seu poder. Em Salinas, o Coronel Idalino como participante da Comissão Executiva do PP era, segundo Geraldo Santana, um homem, cujo perfil era procurado pelo poder, nos dizeres deste:

Você vai verificar, os homens eram mais ou menos parecidos, homens procurados pela ditadura de Getúlio, por Benedito Valadares, era mais ou menos o mesmo perfil. Era um homem de conhecimentos médios, ponderados, inteligentes, reivindicação limitada, comando forte. O Benedito montou esses partidos com base no perfil desses homens, fulano em tal região, beltrano em tal região. Então era o perfil das pessoas, pessoas que tinham, que tiveram o privilégio de conhecer e conviver com homens formados na primeira República (Entrevista cedida por Geraldo Santana 01-10-2016).

Pelo exposto no quadro, podemos fazer uma análise política do período relacionado, em que percebemos a instabilidade política vivida na época. De acordo com Pereira (2002), entre a queda de Benedito Valadares, em 1945, e a posse de Milton Campos, em 1947, Minas Gerais teve quatro Interventores Federais. Cada Interventor que assumia, mudava os delegados, escrivães de paz, professores e prefeitos. Em Salinas não foi diferente, de 1939 a 1948, a cidade teve 07 prefeitos ao longo desses dez anos, todos eles nomeados por interventores. Ainda, segundo Pereira, os cargos públicos ainda estavam nas mãos dos chefes políticos, os nomes eram enviados para o Interventor que os avaliava, podendo haver nomeação ou demissão, dependendo do interesse do grupo vigente.

Segundo Márcio Ananias Ferreira Vilela (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada: “A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945-1955”, várias mudanças, no cenário internacional, como as derrotas da Itália, Alemanha e Japão, na Segunda Guerra, e questões nacionais como a entrada do Brasil, nestes conflitos, contribuíram para fortalecer um movimento cada vez mais presente no Brasil que questionava a legitimidade e a aceitação da ditadura do Estado Novo, exigindo liberdade partidária e

democrática. Nesse momento de instabilidade do governo ditatorial, passando pelo processo de redemocratização em 1945, de acordo Vilela, pouco a pouco processam algumas mudanças no cenário eleitoral brasileiro como a reorganização das forças políticas agrupadas em diversos partidos políticos como: UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Socialista Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Ainda, segundo Vilela (2008), outras mudanças importantes estavam acontecendo como a ampliação do número de eleitores, através do decreto lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, denominado de Lei Agamenon, em homenagem ao Ministro da Justiça do governo Vargas, em 1945. O objetivo dessa lei era exercer um maior controle de possíveis fraudes eleitorais, por isso previa, em seu artigo 123, a imputação de penas a todos aqueles que habilitados a efetuar o alistamento e a votar não cumprissem tais obrigações. Como, por exemplo, homens e mulheres maiores de 18 anos que exercessem alguma atividade lucrativa e não se alistassem ou deixassem de votar pagariam multas que variavam de 100 a 1000 cruzeiros. O descumprimento dessa lei também poderia acarretar sanções como restrições para ocupação de cargos públicos. Outras importantes alterações foram o voto secreto e o pluripartidarismo, restringidos no ano de 1937, no Estado Novo, que passaram a fazer parte do sistema representativo do Brasil.

Em Minas Gerais, no dia 08 de abril de 1945, o Partido Social Democrático de Minas Gerais aprovou a composição da Comissão Executiva da agremiação, Valadares foi escolhido presidente, Israel vice, Juscelino, primeiro secretário, Cristiano Machado, segundo secretário e João Beraldo, Tesoureiro. Foram designados membros da comissão: Melo Viana, Gustavo Capanema, Bias fortes, Clemente Medrado, Idalino Ribeiro, entre outros. Sendo assim, podemos afirmar que o Coronel Idalino participava do alto escalão do PSD.

Em maio foi estruturado o PSD nacional e em convenção nacional, realizada em julho, homologaram a candidatura do general Dutra para presidente da República, tendo Valadares como primeiro vice-presidente desse diretório nacional. A partir daí o PSD de Minas e São Paulo passa a ser nacionalmente o principal apoiador da candidatura de Dutra a Presidência da República (RAMOS, 1993, p.120).

Com a deposição de Vargas, o poder foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares que, na prática, significou uma vitória da UDN, pois depois de empossado, José Linhares do partido do Brigadeiro Eduardo Gomes passou a controlar as indicações mais importantes para o ministério e interventorias estaduais. O PSD foi mais atingido, apesar de Valadares ter apoiado a deposição de Vargas e apoiado Dutra, ele

supunha que seria poupado e preservaria seu cargo. As expectativas de Valadares foram frustradas, Dutra juntamente com Sampaio Doria pede sua renúncia. Ele recusa e um acordo foi proposto, se ele renunciasse o interventor seria escolhido por sua indicação, e assim ficou acertado. Valadares escolheu Ovídio de Abreu, no entanto, duas horas depois a indicação era desfeita por Linhares que designou para a interventoria em Minas o udenista Nísio Batista. A UDN se sentia cada vez mais vitoriosa e confiante na vitória do seu candidato, Eduardo Gomes, às eleições presidenciais, apesar dessa crença, no final, vitorioso foi Dutra do PSD que obteve o total de 55%³⁹ dos votos, nas eleições realizadas em 1945 (RAMOS, 1993, p. 127-128).

Ainda, segundo Ramos (1993), em Minas, os resultados das eleições de 1945 foram os seguintes: O presidente da República Dutra teve 478.563 votos, só do PSD foram eleitos 20 deputados federais, entre eles, Clemente Medrado que ficou na suplência com 8.342 votos. No início, Dutra foi generoso com o PSD mineiro, Melo Viana foi eleito Presidente da Constituinte, Carlos Luz, Ministro da Justiça e Noraldino Lima tornou-se Presidente da Caixa Econômica Federal. Indicado por Valadares, João Beraldo assumiu a interventoria em Minas e reconduziu quase todos os prefeitos da ditadura, que tinham sido demitidos, depois de 29 de outubro.

Com a redemocratização, a partir de 1945, os cargos de prefeito, governo, presidente, deputados e senadores se tornam eletivos. Assim sendo, o povo voltava às urnas para escolher, através do voto secreto, suas lideranças políticas, e essas se tornam cada vez mais dependentes do eleitor. De acordo Ibarê Dantas (1987), o decreto lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945 contribuiu para aumentar a importância de alguns políticos, no Brasil, diante de sua capacidade de potencializar votos em seus locais de atuação. Para este, no período pós-redemocratização, o voto se torna primordial na manutenção de lideranças políticas. Ele ainda assevera que:

A partir de 1945, a grande fonte de legitimação passava a ser o voto. Não que a violência e o prestígio deixassem de ter importância. Continuavam pesando, mas geralmente sem aquela predominância de outrora. O retorno do sistema representativo, com o voto secreto, justiça eleitoral, fazia do eleitorado elemento de importância crucial. A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral, com o número de votos cativos (DANTAS, 1987, p. 32).

Podemos ver, no quadro abaixo, que os prefeitos eleitos apoiados pelo Coronel Idalino foram 03, Noé Corrêa, Miguel de Almeida e Cândido José da Costa. No quadro

abaixo, temos a relação de prefeitos eleitos com o apoio do Cel. Idalino, lembrando que, nesse mesmo período, foram eleitos seu genro Clemente Medrado ao cargo de Deputado Federal e seu filho José Chaves Ribeiro, Deputado Estadual:

QUADRO 6
PREFEITOS ELEITOS

PREFEITO	ANO	GOVERNO
Noé Corrêa	1948-1951	Milton Campos UDN (03-1947 a 01-1951)
Miguel de Almeida	1951-1955	Juscelino Kubitschek PSD (01-1951 a 03-1955)
Cândido José da Costa	1955 a 30-09-1958	Clovis Salgado PSD (03-1955 a 01-1956); Bias Fortes PSD (01-1956 a 01-1961)

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Salinas

Com a proximidade das eleições de 1947, que seriam escolhidos os governadores, o presidente Dutra conseguiu formar uma coalizão, juntando numa só coligação PSD, UDN, PR e PC. Essa coalizão, segundo Ramos (1993), foi mais sentida pelo PSD mineiro. Valadares apoiou a candidatura de Bias Fortes, mas a partir de junho, a bancada se dividiu entre a candidatura de Bias e Carlos Luz. Em outubro de 1946, Dutra demite Carlos Luz do Ministério da Justiça e Júlio de Carvalho é afastado da interventoria de Minas. A UDN abandona a proposta conciliadora de Dutra e lança a candidatura de Milton Campos ao governo de Minas.

Na convenção de 13 de dezembro foi escolhido candidato a governo de Minas, pelo PSD, Bias Fortes com 191 votos contra 24 de Wenceslau. Essa escolha desagradou os senadores Levindo Coelho, Melo Viana, e os deputados Gustavo Capanema, Carlos Luz, Cristiano Machado, Lair Tostes, entre outros. Diante de uma inevitável cisão partidária, o PSD procura apoio do PTB de Getúlio Vargas, mas mesmo assim não amedrontou a oposição. A candidatura de Milton Campos ganhou forças com o apoio do PR (Partido Republicano), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PDC (Partido Democrata Cristão) e da dissidência pessedista. Graças aos votos dos dissidentes pessedistas, Milton Campos vence as eleições de 19 de janeiro. Este foi eleito com 448.073 votos contra 388.207 em favor de Bias Fortes, sem a coligação do PSD dissidente, a UDN não teria chegado ao poder, no governo de Minas (RAMOS, 1993, p.142).

A Assembleia Legislativa de Minas, nas eleições de 1947, ficou composta de 72 deputados estaduais, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 07
NÚMERO DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1947

COLIGAÇÃO (DEPUTADOS ESTADUAIS)	OPOSIÇÃO (DEPUTADOS ESTADUAIS)
UDN14	PSD ortodoxo 29
PSD dissidentes 10	PTB 06
PR 09	
PTN 01	
PCB 01	
PRP 01	
PDC 01	
Total 37 deputados estaduais	Total 35 deputados estaduais

Fonte: RAMOS, 1993, p. 149

O quadro acima mostra-nos que apesar da cisão do PSD entre a ala dissidente e ortodoxa, o PSD foi o partido majoritário na Assembleia Legislativa. O partido continuava muito forte, fazendo ao todo 39 deputados, se somarmos os ortodoxos e dissidentes, a oposição representada pelos ortodoxos ficou somente com 02 deputados a menos. Se a ala ortodoxa se unisse a ala dos dissidentes, o governo Milton Campos teria que enfrentar uma forte oposição de 39 deputados e teria assim dificuldade para exercer seu governo. O deputado José Chaves Ribeiro, filho do Coronel Idalino, estava incluído na ala ortodoxa do PSD e venceu as eleições com 5.826 votos.

Segundo Ramos (1993), a conciliação não aconteceu após as eleições municipais de 1947, pelo contrário, agravou após 1948, quando o Deputado Federal Luis Martins Soares, tio materno de Milton Campos, resolveu instituir, na bancada estadual, uma nova corrente dissidente, “Ala Liberal” com a finalidade de garantir a tramitação mais rápida e fácil de projetos administrativos de interesse do executivo. Faziam parte da Ala Liberal, os deputados estaduais Américo Brasil Martins da Costa de Aimorés, Luis Domingos da Silva de Raul Soares, José Chaves Ribeiro de Salinas, entre outros. De acordo com Ramos, à medida que o governo Dutra estreitava seu convívio político com Milton Campos, a Ala Liberal engajava-se automaticamente no bloco da maioria governista, reduzindo a capacidade de ação oposicionista.

Após um longo período sem eleições, em novembro de 1947, os eleitores puderam escolher governador, prefeito e vereadores. Em Minas Gerais, Milton Campos foi eleito governador pela UDN, e em Salinas, segundo consta no livro de atas, de 12 de dezembro de 1947, foram empossados o prefeito e vice-prefeito respectivamente: Noé Correia e Teodomiro

Sarmento, os quais eram candidatos do PSD, e tiveram o apoio do Cel. Idalino, o qual foi responsável pela organização do partido em Salinas. Em ato solene na Câmara Municipal da cidade, prestaram o seguinte juramento:

Prometo, com lealdade, desempenhar as funções de prefeito, defender as instituições e cumprir as leis. Da mesma forma prestou o compromisso o Exmo. Senhor vice-prefeito tudo de acordo determina a lei nº 28 de 22 de novembro de 1947, artigo 30 parágrafo 1º e 2º. Em seguida usou da palavra o senhor prefeito recém empossado, que agradeceu reafirmando os seus propósitos de tudo fazer para o bem da coletividade salinense (LIVRO DE ATAS, 1947, p. 03 - 04 - 05).

No ano de 1945, o Cel. Idalino filiou-se ao PSD, tendo sido eleito membro da Comissão Executiva ao lado de grandes nomes da política, como Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Bias Fortes, entre outros. Nas eleições de 1947, seu filho, José Chaves Ribeiro, foi eleito Deputado Estadual pelo PSD, conseguindo reeleger-se em três legislaturas; e seu genro, Clemente Medrado Fernandes, foi eleito Deputado Federal. Os opositores da política do Coronel Idalino, que faziam parte da UDN e do PR respectivamente, tinham como líderes o Coronel Procópio Cardoso e o Coronel Bernardino Costa. Esses ainda não gozavam de grande representatividade no município, por isso não derrotaram o candidato do Coronel nas urnas.

Em dezembro de 1946, conforme carta do diretório do PSD em Salinas, liderado pelo Coronel Idalino Ribeiro, juntamente com os diretórios dos distritos de Taiobeiras, Santa Cruz, Águas Vermelhas e Rubelita, distritos estes pertencentes a Salinas, já se preparavam as eleições estaduais que aconteceriam em 19 de janeiro de 1947. A carta pedia apoio ao candidato ao governo indicado pelo PSD José Francisco Bias Fortes e na carta também tinha uma recomendação especial ao nome do candidato a Deputado Estadual, José Chaves Ribeiro, filho do Coronel, assim dizia:

O Partido Social Democrático do Município de Salinas, pelos elementos de seus diretórios, abaixo assinados, vem comunicar a V. Sa. que no dia 19 de janeiro próximo, deverão realizar-se as eleições estaduais. Contando com a presença do ilustre correligionário, e ainda com seu valioso apoio no sentido de sufragar o nome do eminente mineiro Doutor José Francisco Bias Fortes ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, recomenda também os nomes dos candidatos do mesmo Partido a Senador Federal e Deputados Federais. Para deputado, a Assembléia Legislativa Estadual faz especial recomendação ao nome de nosso conterrâneo Doutor José Chaves Ribeiro. Certo de seu patriótico civismo e decidida colaboração, agradece o Partido Social Democrático (Carta do Partido Social Democrático a seus correligionários, Salinas dezembro de 1946).

Figura 14- Foto Deputado Estadual Dr. José Chaves Ribeiro



Fonte: Acervo particular João Costa

No seu livro *“O caminho de volta ou A travessia do deserto”*, Geraldo Santana (2004) narra uma das muitas desavenças ocorridas entre os membros dos partidos rivais, neste caso, entre o presidente da UDN, Joaquim Ruas, ex-caixeiro do Cel. Idalino e o senhor “Tutinha”. Ele conta que Joaquim Ruas, no intuito de repreender o senhor Tutinha, o qual andava a cavalo em disparada pelas ruas da cidade, sacou seu revólver e fez alguns disparos para o alto, pelo que foi imediatamente advertido pelo delegado, Edésio Fernandes. A arma de Joaquim Ruas foi apreendida pelo delegado, que processou a autuação, conforme a lei. Segundo Santana (2004), os membros do partido da UDN inconformados com a decisão do delegado se reuniram na casa do Cel. Procópio e decidiram formar uma comissão e ir a Belo Horizonte pedir providências ao então governador Milton Campos, que era da UDN. Eles foram recebidos pelo governador, relataram o ocorrido na cidade e solicitaram a remoção do delegado. Mas para a surpresa e decepção da comissão, Milton Campos disse:

Doutor Pedro, um tenente, delegado militar, que, em pleno governo udenista, tem a coragem de desarmar em praça pública, a luz do dia, um chefe político municipal da UDN, partido do governador, que ali resolvera experimentar sua arma, ao contrário do que se sugere, deve ser promovido. Desapontados, nos despedimos (SANTANNA, 2004, p.125).

Com esse episódio, podemos constatar que mesmo sendo o Coronel Idalino e o prefeito eleito, Noé Correia, adversários políticos do governo Milton Campos, este não se colocou contra a decisão do delegado de polícia da cidade que, por sua vez, estava sob a

autoridade dos chefes locais. Também podemos perceber que as rivalidades políticas, passadas as eleições, ficavam no passado, pois não era interessante para o governo nutrir essa rivalidade com os chefes locais. O governo tinha a consciência da importância de ter o apoio desses chefes políticos que ainda conseguiam arrebanhar muitos votos.

Em seu livro *“Taiobeiras: seus fatos históricos”*, Avay Miranda relata que Procópio Cardoso instalou em Salinas a UDN, porém aconteceram alguns desentendimentos entre o senhor Procópio com os dirigentes da UDN no Estado: Pedro Aleixo, Alberto Deodato e Milton Campos. Após o ocorrido, Procópio procurou Artur Bernardes de quem, nessa época, recebeu total apoio para instalar o Partido Republicano em Salinas. Em Taiobeiras, que nessa época, pertencia a Salinas, o presidente do Diretório pela UDN era Martinho Mendes, eleito vereador em 1946, com 246 votos, representando o distrito de Taiobeiras na Câmara Municipal de Salinas. Martinho Mendes tinha como principal objetivo emancipar Taiobeiras, e quando Milton Campos candidatou ao governo, apoiou Milton Campos e conseguiu com que este obtivesse, no final das eleições, 15 votos à frente do candidato do PSD, Bias Fortes, no distrito de Taiobeiras.

Segundo Queiroz (1976), UDN e PR são partidos tradicionais, o PR é o velho Partido Republicano anterior a 1930, foi o órgão do coronelismo rural, portanto um partido conservador rural. A UDN tem tradição urbana, em São Paulo seu antecessor foi o Partido Democrático, que antes de 1930 congregava forças de uma burguesia nascente, tratava-se de um partido conservador urbano. O PSD se mostrou em São Paulo, especialmente, como o partido das grandes fortunas industriais. Já em Minas, Estado conservador rural, o velho PR conservava prestígio.

Ainda, segundo Miranda (1997), em Salinas o organizador do PSD foi o Coronel Idalino, este conseguiu a adesão de muitas pessoas influentes de Taiobeiras, com a promessa de emancipação do distrito. A maioria do povo de Taiobeiras também apoiou o candidato Bias Fortes do PSD, ficando contra Milton Campos. Como já vimos, Milton Campos foi eleito governador e José Chaves Ribeiro, filho do Coronel Idalino, foi eleito Deputado Estadual, aderiu ao governador e ficou com o mando político de Salinas. A promessa de emancipação foi esquecida e o povo de Taiobeiras teve que esperar ainda, por alguns anos, para ver seu sonho de emancipação realizado, o que só ocorrerá na década de 1950, depois de muitas brigas. Assunto que será melhor tratado no próximo capítulo. Sobre o PSD, Queiroz assevera:

É o PSD a expressão da nova camada de gente rica, não criou esse partido nenhuma forma nova de participação política, exprimiu-se através do tipo

coronelistas: assim como o coronel rural ia votar rodeado de parentes, afilhados e agregados cuja sorte estava presa a sua, assim o grande industrial tem a sua roda uma corte de dependentes que o apóiam, não os operários, mas todos os interesses que múltiplos negócios fazem dele depender. O PSD é de tal modo um partido à antiga maneira coronelista, que admitiu a adesão de grande parte do coronelismo rural – daí sua vitória em Minas Gerais, em detrimento ao PR (QUEIROZ, 1976, p. 27).

Pereira (2002) afirma que com o fim do Estado Novo surgiram diversas agremiações partidárias no país, três grandes partidos predominaram ao longo das décadas de 1945 a 1964: O Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN). No plano estadual, o Partido Republicano (PR) também detinha certa influência. A crescente oposição à ditadura de Vargas, segundo o autor, era entendida como decorrente do ambiente internacional pró-liberalismo do pós-guerra, forçou a organização de um sistema partidário no país à medida que situação e oposição convencionavam-se da necessidade de se criar mecanismos institucionais para canalizar interesse e pressões políticas.

Ainda segundo Pereira (2002), o PSD nasceu das estruturas burocráticas do Estado Novo. Através da convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados, o partido reuniu expressivas lideranças municipais, sob o comando dos interventores e apoiadas num arcabouço burocrático que lhe garantiu cargos e poder de decisão. O PSD já nasceu grande e foi, ao longo do período, a maior força partidária. O PTB, sob orientação de Getúlio, abrigava o interesse das camadas operárias urbanas, controlava cargos dos Ministérios do Trabalho e Previdência e utilizava-se desse mecanismo para exercer influência política. A UDN era um partido de oposição a Getúlio, representava a elite urbana e a alta classe média, por esse motivo, teve dificuldades em penetrar o interior, por ser o PSD muito forte. O PR era um partido de base regional, ele conservou seu prestígio em Minas, não tinha força para chegar ao comando do Estado, mas podia decidir as eleições estaduais, visto que poderia se aliar à UDN ou ao PSD, aliança que lhe rendiam cargos de secretária e até de delegados municipais.

Pereira (2002) salienta que, apesar das mudanças no Estado Novo, da agitação política proporcionada pelo surgimento de partidos políticos com bases nacionais, Maria do Carmo Campello de Souza (1990) corrobora que havia mais continuidade que ruptura em 1945. Para esta autora, o Estado exercia, mesmo após a queda de Vargas, um grande condicionamento sobre os partidos e sua estrutura burocrática, forjada ao longo dos 15 anos de predomínio getulista, não alterado pela Constituição de 1946.

De acordo Rêgo (2008), para ter poder no comando nacional do PSD, era necessário ter poder nos Estados da Federação. Para ter poder nos Estados, os líderes deveriam possuir força eleitoral própria, recursos políticos para distribuir e muita habilidade nas suas relações com os chefes locais. Os líderes do PSD deviam, em cada Estado, atrair os coronéis para o partido, a fim de consolidá-los com seus votos. Isso fez ressurgir com força total o fenômeno coronelista, depois da longa hibernação do Estado Novo. Nessas condições, os coronéis passaram a ser uma vez mais incontornáveis, razão suficiente para conquistar esse apoio vital (RÊGO, 2008).

Ainda segundo Rêgo (2008), o tipo de coronelismo que existiu na República Velha não mais existia, mas a intimidade do coronel com a população local e sua habilidade em conseguir apoio financeiro do partido eram ainda necessárias para garantir os votos. O coronelismo devia fazer face às transformações econômicas, políticas e sociais, e tentava superá-las ao combinar elementos antigos e novos. As modificações advindas na economia nacional e regional deram margem a adaptações no fenômeno, que assumiu outros modos de dominação local, os quais passaram a conviver com os antigos.

Nesse contexto, a dominação do coronel, após 1945, não dependia mais somente da propriedade da terra ou das milícias privadas, mas, sobretudo, de suas ações ou daquela de seus representantes – especialmente dos deputados – na política estadual e federal. Assim, o coronel havia se tornado, após 1945, uma figura emblemática, em que coexistiam tempos diferentes e estruturas sociais diversas: “ao mesmo tempo que herdava o nome e a força da velha ordem patriarcal, tentava sobreviver ao processo de mudanças, incorporando-o e promovendo-o, prolongando assim sua existência a novos tempos” (RÊGO, 2008, p.124).

Em Salinas, pós-1945, a continuidade da chefia do Coronel Idalino, se deu não só com a vitória do Prefeito Noé Correia, mas também com a eleição do filho do Coronel, José Chaves Ribeiro, a Deputado Estadual e do seu genro, Clemente Medrado, a Deputado Federal. No livro de Atas da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 1948, nas páginas 19 e 20, consta a leitura de um telegrama dirigido à Câmara pelo Cel. Idalino e seu filho, o Deputado José Chaves Ribeiro, pelo qual comunicam e congratulam com o povo de Salinas pelos motivos da assinatura do contrato para a contratação da obra da ponte sobre o Rio Vacaria. No mesmo dia, foi lido um telegrama em resposta agradecendo ao Coronel e ao seu filho pelos esforços do referido contrato. Na Ata de 24 de outubro de 1949, outro telegrama foi lido, dessa vez do deputado Federal Clemente Medrado, comunicando que havia conseguido verba para a assistência de menores e outros auxílios.

Nos anos quarenta, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas e com a volta da democracia, a Constituição de 1946 garantiu o direito do povo ao voto, exceto analfabetos, este é que agora tinha a responsabilidade de eleger seus governantes. Nas cidades do interior, como Salinas, a maioria da população ainda morava na zona rural, a dependência da população diante dos chefes políticos ainda era grande. Os poucos empregos públicos eram feitos por nomeação do prefeito, os serviços públicos, em geral, principalmente a assistência à saúde era precária, até essa década não havia hospitais para atender a população salinense. Também a maioria da população era analfabeta, havia somente uma escola pública estadual na cidade; na zona rural, as escolas eram municipais, tudo isso favorecia a continuidade da barganha do voto, como moeda de troca nas eleições.

Com relação ao voto, Pereira (2002) assevera que os cidadãos, de posse do direito de votar e conscientes desse instrumento, podiam utilizar como mecanismo de pressão, de obtenção de favores, de participação política. Participação, que, segundo ele, estava longe de ser cidadã, mas que revelava um papel ativo do eleitor no processo político. Maria Isaura (1976) assegura que os eleitores oferecem seus votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido, quando uma das partes não cumpre o que dela se espera. Sobre as eleições, ela afirma:

O momento da eleição não se configura como o momento da escolha do mais capacitado para exercer funções administrativas ou de mando, é o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca, o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que ou o coronel já fez algum benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo; o voto não é inconsciente, muito pelo contrário resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence (QUEIROZ, 1976, p.168).

O senhor Edizio Cruz (2012), vice-prefeito de Salinas, no ano de 1988, escreveu um livro intitulado “Meu Rio Salinas, causos, contos e crônicas”. Ele relata no conto “O coronel e o curiango”, fatos em relação à política coronelista de Salinas. Segundo o autor, o Coronel Idalino era muito poderoso e, por muitas vezes, ocupava o cargo de Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Delegado de Polícia ou mesmo Juiz de Paz, em qualquer uma dessas ausências, o Coronel assumia o lugar da autoridade faltosa. Ele intermediava em várias contendas, ajudando as partes a fazer acordos necessários, era um exímio mediador, resolvendo quase todas as pendengas. Mas se era ele que mandava prender ou dava ordens pra soltar alguém da prisão, dependia muito de quem se tratava e das circunstâncias políticas.

Ainda segundo o senhor Edízio Cruz, o Coronel era um homem muito abastado, emprestava dinheiro a juros, intercedia sempre nas compras e vendas de casas, fazendas, gados, e assim ficava cada vez mais rico. As reuniões políticas eram feitas no seu sobrado. Seu Juca de Moisés sempre tirava do paletó um maço de papéis, contendo um discurso para enaltecer o Coronel. Ali eram apresentados os nomes dos candidatos a serem eleitos nas próximas eleições, aprovados por unanimidade. Para animar os convidados, era de praxe, antes de iniciar cada reunião, o Coronel mandar que seus serviçais servissem um cálice de vinho do Porto (CRUZ, 2012).

De acordo com o autor, certa feita, o Coronel resolveu indicar para um cargo público um dos seus informantes, que tinha o apelido de Curiango, nome de ave noturna, que sofria de insônia. Nas caladas da noite, o Curiango obtinha informações das ocorrências da cidade. Já conquistada à confiança do Coronel, este resolve designar Curiango para presidir uma seção eleitoral no Brejão, zona rural de Salinas, que ficava a 10 léguas de distância, a viagem era feita a cavalo. No dia da eleição, a cidade em festa, cavaleiros chegando, ruas cheias de gente com suas melhores roupas, era um acontecimento festivo (CRUZ, 2012).

Ainda, segundo o autor, o sobrado do Coronel recebia seus visitantes, compadres, comadres, afilhados. Ele muito satisfeito resolveu dar uma volta pelos fundos do palácio (como denominavam seu sobrado), onde estavam servindo farofa, biscoitos, café, broas para os eleitores. Em sua ronda, o Coronel suspeitou de um sujeito agachado, arrumando alguma coisa, então, deu-lhe um cutucão no ombro e imediatamente o reconheceu. Surpreso e assustado, perguntou-lhe:

– Uai Zé Curiango o que você está fazendo aqui? Você não foi designado para presidir a seção eleitoral do Brejão?

– Calma coronel, dona Lindinha, sua patroa, me pediu pra ajudar na labuta aqui hoje. Sexta-feira quando recebi a urna eleitoral arriei meu cavalo e fui pra lá. Ontem, dia de sábado fiz a eleição, recolhi os votos e a folha de votação. O senhor pode ficar tranqüilo fiz tudo certinho, os votos da minha seção são todos dos nossos candidatos.

– Mas Curiango, isso não podia acontecer, a lei permite eleição em um só dia em todo território nacional (CRUZ, 2012 p. 72).

Segundo o autor, o Coronel reuniu-se com seus companheiros e relatou o acontecido, eles chegaram à conclusão de que deveriam abafar o fato. Nas apurações da eleição, aquela urna entrou no meio das demais e foram contabilizados todos os votos, sendo eleitos os candidatos do Coronel. O caso é cômico, pois, para Curiango, a única lei que existia, naquele lugar, era a lei do Coronel, a qual obedecia sem questionar, para ele não

importava se as eleições eram sábado ou domingo, o importante era obedecer seu chefe. O autor atesta a autenticidade do fato, uma vez que ele próprio conheceu o Curiango, personagem desse episódio e o Coronel a que se refere é Idalino Ribeiro.

Como vimos até aqui, apesar das transformações ocorridas na sociedade brasileira pós-1930, que abalaram as estruturas do sistema coronelista, conforme alguns autores defendem como o seu fim, para outros, foi apenas o início da sua decadência.

No período, pós-redemocratização, em 1945, com a volta do povo as urnas, nos dizeres de Rêgo, “os coronéis ressurgem das cinzas”, eles ainda continuam sendo parceiros interessantes, pois ainda conseguiam arrebanhar votos.

Antes, porém, na década de 1930, vimos em Salinas, o continuísmo da chefia do Coronel Idalino que mesmo após esse período, ainda tinha força e prestígio político, prova disso foi a nomeação de seu genro Medrado, a Prefeito, e depois a eleição a Deputado Federal. Seu filho Chaves Ribeiro chegou a ser nomeado Prefeito, por um ano, em 1945, porém logo deixou o cargo para assumir o de Deputado Estadual. Assim, os prefeitos eleitos que não eram da sua família carnal, faziam parte da família espiritual, todos eram seus compadres, companheiros de política, nomeados ou eleitos através da sua indicação Nos dizeres de Rêgo:

Os líderes do PSD deviam, em cada Estado, atrair os coronéis para o partido, a fim de consolidá-lo com seus votos: O fenômeno coronelista ressurgiu assim com toda força, depois da longa hibernação do Estado Novo. Nessas condições, os coronéis, passaram a ser, mais uma vez, incontornáveis: conquistar seu apoio era vital, como o observa Barbosa Lima Sobrinho... (RÊGO, 2008, p. 122).

No próximo capítulo, analisaremos os últimos anos de chefia política do Coronel Idalino, os últimos prefeitos eleitos com seu apoio e o fortalecimento de uma oposição sedenta em tomar o poder político na cidade. Analisaremos também como se deu a derrota do candidato do Coronel Idalino Ribeiro nas eleições municipais de 1958, após ter ficado por quase quarenta anos, na chefia do município, impondo os nomes de todos os prefeitos.

A década de 1950, para os adversários, significou o início de uma longa e difícil caminhada, após várias tentativas frustradas, só no seu final é que eles conseguiram derrotar o velho chefe político, pondo fim a sua poderosa trajetória política.

CAPÍTULO III

DÉCADA DE 1950: APOGEU E FIM DA CHEFIA POLÍTICA DO CORONEL IDALINO RIBEIRO

Neste último capítulo, analisamos a década de 1950, a qual denominamos “Década de 1950: Apogeu e fim da chefia política do Coronel Idalino Ribeiro”. Nesse período, avaliamos o auge da política coronelista em Salinas, época em que o Coronel mostrava toda sua força como membro da Comissão Executiva do PSD mineiro. Podemos, com isso, afirmar que ele era tido como um homem forte de grande influência na política não só de Salinas, mas de todo o Norte de Minas.

Assim, no primeiro tópico, abordaremos o continuísmo da política em Salinas, com a permanência do Coronel Idalino em seu domínio. Um dos fatos de grande importância à manutenção do poder do Coronel foi a vitória de Juscelino Kubistchek ao governo de Minas. Idalino conseguiu o apoio do governo para continuar no comando da política, além disso, conseguiu eleger seu genro Clemente Medrado, Deputado Federal, e seu filho José Chaves Ribeiro, Deputado Estadual. Devido a ter logrado êxito nesse feito, Salinas se viu representada nas duas esferas, estadual e federal.

Prosseguindo, abordaremos, no segundo tópico, a importância do jornal “O Democrata”, como importante instrumento de comunicação, utilizado pela oposição no combate à política situacionista. Extraímos de “O Democrata” e analisamos várias reportagens que traziam notícias sobre a política local da época, fazendo críticas ao chefe político. Verificamos que as charges também foram utilizadas por esse jornal, de forma bem humorada, atacando a política situacionista e retratando cenas do cotidiano político daquela época.

No terceiro tópico: “Salinas na década de 1950: Entre a realidade e a propaganda”, procuramos analisar, através dos dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como era a cidade na década de 1950, com vistas a estabelecer um paralelo entre a realidade e a propaganda feita pelo jornal “Cidade de Salinas”, caracterizado como imprensa situacionista.

Já no quarto e último tópico, intitulamo-lo de: “Fim da chefia política do Coronel Idalino Ribeiro”, mostramos como Geraldo Paulino Santana, sobrinho do Coronel Idalino Ribeiro conseguiu por fim a chefia política do tio, que dominou a política local, por quase quarenta anos.

3.1- O retorno do PSD ao domínio da política Mineira nas eleições de 1950: Em Salinas o continuísmo da chefia do Coronel Idalino Ribeiro.

No capítulo anterior, vimos que, durante o mandato do governador Milton Campos da UDN (1947-1951), pela primeira vez o chefe político de Salinas, o Coronel Idalino Ribeiro, que era membro da Comissão Executiva do PSD, no ano de 1947, viu o candidato do seu partido ao governo de Minas, Bias Fortes, ser derrotado pelo candidato udenista Milton Campos. Em Salinas, nas eleições municipais, a vitória foi do prefeito Noé Correia do PSD, candidato escolhido pelo Coronel Idalino Ribeiro. Apesar do seu candidato ao governo não vencer as eleições, o Coronel consegue duas importantes conquistas, a vitória de seu filho José Chaves Ribeiro, eleito Deputado Estadual, e seu genro Medrado, Deputado Federal. Todos, eles, eram candidatos do PSD e, na administração municipal, continuavam os escolhidos pelo Coronel.

Passados os quatro anos do governo Milton Campos da UDN, em Minas, nas eleições de 1950, o PSD lança como candidato a governador Juscelino Kubistchek. Em relação a essa candidatura, O Coronel Idalino se posiciona favorável a indicação do nome de Juscelino na convenção do partido, em desfavor do outro candidato com o qual disputava, Bias Fortes. Idalino, nessa época, ainda fazia parte da Comissão Executiva do PSD. Em seu livro: *O Rabo da Gata*, escrito em 1998, Sylo Costa³⁷, ex-deputado estadual, narra como o Coronel Idalino teve uma importante participação durante a convenção do PSD na escolha de Juscelino a governo de Minas. Também numa reportagem escrita para o jornal “O Tempo”, de Belo Horizonte, ele escreveu uma matéria intitulada “Tempo de precedência” onde faz o mesmo relato. Segundo Sylo:

Em julho de 1950, em Belo Horizonte, realizou-se na sede do Partido Social Democrático (PSD), no antigo palacete da família Carvalho de Brito, a reunião da comissão executiva do partido para a escolha do candidato a governador do Estado. Dois eram os pretendentes: Bias Fortes e Juscelino Kubitscheck. A comissão executiva, composta por 35 membros, todas as personagens importantes na cena política, fora convocada para se reunir às 10h. Compareceram à reunião e votaram 34 convencionais, mas, apurados os votos, verificou-se o empate dos concorrentes! Faltara à convocação o coronel Idalino Ribeiro, um dos vice-presidentes do partido, pai do deputado estadual José Chaves Ribeiro e sogro do deputado federal Clemente Medrado Fernandes. Resolveram, então, mandar um avião a Salinas para trazer o coronel, que ficou com a enorme responsabilidade de, com o voto de minerva, escolher o candidato (Jornal O Tempo, 2008).

³⁷ Sylo Costa foi Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais durante quatro legislaturas consecutivas, 1971-1987.

Ainda, segundo Sylo Costa, os companheiros de partido teriam advertido o Cel. Idalino pelo atraso:

Ô, Idalino, você se acha melhor que nós, que chegamos na hora? O coronel teria respondido: "Sabia do horário e que a votação seria apertada, que poderia até empatar, como empatou, e sei que não sou melhor que ninguém..." Talvez tenha mais noção de oportunidade que vocês, só isso. Vocês já votaram, mas estão esperando para saber quem vou indicar para ser o futuro governador do Estado. Estou, pois, usufruindo desse momento de poder... Tenho aqui nas mãos, por um instante, o futuro governador do Estado. Desempato para Juscelino, que é novo e tem carreira comprida. E, desde já, voto em Bias para sucedê-lo daqui a quatro anos, quando Juscelino deverá estar disputando a Presidência da República (Jornal O Tempo, 2008).

A versão acima é contada por Sylo Costa, ex-deputado estadual e filho do ex-prefeito de Salinas, Cândido José da Costa. Podemos afirmar que o Coronel Idalino, por fazer parte da Comissão Executiva do PSD, participou ativamente da escolha de Juscelino na disputa pelo governo de Minas, votando a seu favor. No jornal "A Noite" do Rio de Janeiro, foi noticiada à convenção do PSD mineiro, constando a presença do Coronel Idalino Ribeiro naquela votação, comprovando assim nossa afirmativa. Assim, dizia o texto:

Realizou-se ontem na sede do Partido Social Democrático a reunião da Comissão Executiva de Minas Gerais a fim de escolher o candidato do partido ao Palácio da Liberdade. Estiveram presentes dos seguintes membros da Comissão Executiva: Benedito Valadares, Celso Machado, (...), Gustavo Capanema, Carlos Luz, Melo Viana, Noraldino Lima, Idalino Ribeiro, (...). A reunião decorreu de portas fechadas e concluídos os trabalhos, que limitaram a escolha do candidato do PSD ao governo mineiro, o Sr. Israel Pinheiro, secretário geral do PSD e membro da Comissão Executiva anunciou o resultado: acabara de ser escolhido para o futuro governo de Minas Gerais, o deputado Juscelino Kubitschek. A votação foi de 13 votos a favor do deputado Juscelino Kubitschek e 10 votos para o senhor Bias Fortes (Jornal A Noite, 22 de julho de 1950, p.13).

No jornal "Diário Carioca" de 1950, a reunião da Comissão Executiva do PSD, em Minas Gerais, para escolha do candidato a governo também foi notícia:

Esses órgãos pessedistas de Minas é composto de vinte e seis membros, tende-se como assegurada a votação de pelo menos quatorze deles a candidatura de Juscelino Kubitschek. São eles os srs: Benedito Valadares, Israel Pinheiro, Adélio Maciel, Idalino Ribeiro, Álvaro Cardoso, Ovídeo de Abreu, Edson Alvares, Carlos Luz, José Maria de Alkimim, Rodrigues Seabra, NoraldinoLima,Álvaro Braga, João Beraldo e Juscelino Kubistchek... A reunião somente se realizará amanhã pelo fato de se encontrarem em pontos distantes do Rio dois membros da comissão executiva, os srs, Idalino Ribeiro que reside em Salinas e Adélio Maciel que mora em Patos. Ambos, porém, estarão aqui amanhã (Diário Carioca, 20 de julho de 1950).

O que nos importa salientar é que a vitória de Juscelino ao governo de Minas foi muito importante para o Coronel Idalino, pois segundo Leal (1978), para os chefes locais que tanto pleiteavam os favores do governo, não era interessante ficar na oposição, já que precisavam destes para levar benefícios aos municípios. Benefícios estes que rendiam votos ao candidato do chefe local. Além da vitória de Juscelino, outro fato importante, para a permanência do Coronel Idalino no poder e que demonstrou sua força, foram as vitórias de seu genro, Clemente Medrado, nas eleições para deputado federal, vencendo com 10.467 votos, e de seu filho, José Chaves, reeleito deputado Estadual, com 6.285 votos. Foi o retorno do PSD no domínio político em Minas Gerais e o retorno do chefe político de Salinas, graças à força da política situacionista.

Nas eleições estaduais, segundo Ramos (1993), nas quais não havia implicação direta da ação de Vargas, a disputa permaneceu numa medição convencional de forças entre PSD e UDN. O PR entrava como fator de definição de resultados, salientando, no seu conjunto, a popularidade de Juscelino, derrotando o candidato da UDN, Gabriel Passos, por 714.644 contra 544.086. No senado não foi diferente, a coligação PSD-PR vence o candidato Artur Bernardes Filho com 566.520 votos, seu adversário da coligação UDN-PRP, Amaro Lanari obteve 454.728 votos, e ao todo no PSD foram eleitos 17 deputados federais, conseguindo, assim, maioria na bancada. Sobre essas eleições Ramos, ainda, salienta que:

A política mineira ressurgia, para o Brasil, com uma indumentária de confecção mais cosmopolitana do que provinciana. O talhe da moda era outro, bem diferente daqueles padrões que Valadares gostava de envergar. Só não mudou o costureiro, que continuou o PSD (RAMOS, 1993, p.168).

De acordo Pereira (2002), o governo JK, em Minas Gerais, tinha o seu programa de desenvolvimento centrado no binômio energia e transporte. Para este, o governo em Minas obteve vitórias no aumento dos recursos energéticos, sendo a criação da CEMIG,(Companhia Energética de Minas Gerais) em 1952, o principal instrumento desse setor. Já o programa de transportes, embora tenha avançado, teve resultados mais modestos, permanecendo deficiente. Ainda, segundo o autor:

Em maio de 1952, o Governador falava aos mineiros pelo rádio. Atento, o Gazeta do Norte transcreveu o discurso otimista do governador, destacando-o numa longa matéria intitulada “1952 é o ano da execução vitoriosa do binômio energia e transporte. Minas que sempre foi a terã da liberdade há de ser também a terra da prosperidade”. A frase era parte do discurso de JK e virou manchete do Gazeta (PEREIRA, 2002, p. 42).

A respeito de obras na região realizadas no governo de Juscelino, o Cônego Newton em seu livro “Efemérides Riopardenses” registrou uma única visita do governador na cidade de Rio Pardo em 1953, para inauguração de um posto de higiene. Este fato, segundo ele, foi notícia no jornal Folha de Minas daquele ano. O governador viajou de avião até Salinas, de lá foi à cidade de Rio Pardo de automóvel onde pernitoiu, no dia seguinte, regressou a Salinas, onde o avião já o esperava para o seu regresso a Belo Horizonte. Um trecho da reportagem desse jornal sobre a inauguração dizia assim:

Às 17 horas, a caravana de automóveis chegava a Rio Pardo de Minas, onde teve a mais entusiástica recepção popular, pois era o primeiro Governador que pisava aquele município limite do Estado da Bahia. (...) O governador do Estado agradeceu em aplaudido improviso, no qual discutiu os problemas da região e anunciou a criação de um Posto de Higiene em São João do Paraíso. Tendo-se hospedado na residência do Sr. Gumercindo Costa, às 7 horas da manhã de ontem, quinta-feira, o Sr. Juscelino Kubstchek presidiu a inauguração do Posto de Higiene de Rio Pardo de Minas, cuja instalação vem de se completar. Falaram nessa ocasião, o diretor no novo Posto, Dr. Luis da França de Sousa Marques e o deputado Dr. Clemente Medrado, havendo todas as autoridades percorrido as várias salas do novo melhoramento. Em seguida, depois de cordiais despedidas, regressou de automóvel a Salinas (ANGELIS, 1998, p. 121).

Em Salinas, nesse período, nas eleições municipais, venceu o candidato do PSD para prefeito Miguel de Almeida e seu vice Darcy Freire, conforme já dissemos. José Chaves Ribeiro foi reeleito deputado Estadual e Medrado, Federal, sendo estes eleitos pelo PSD, ficando assim o partido com muita força na cidade. No livro de Atas da Câmara foi registrada a posse do prefeito Miguel de Almeida e de seu vice Darcy Freire, estavam presentes o Juiz de Direito João Pinho Pessoa, segundo informações de Geraldo Santana, o qual era muito amigo do Coronel Idalino e os vereadores eleitos: Abdias Crispim da Costa, Francisco Vieira dos Santos, Geraldo Paulino Santana, Isau Correa, José Basílio de Souza, Osmario Henrique de Souza, Rubens Catalan, Saul Melo, Trajano Americano Mendes, Epaminondas Costa, Mozart Monteiro de Brito, Vicente da Costa Neto, Osvaldo Ferreira de Souza e Dr. Manoel Agostinho de Oliveira Moraes, este eleito presidente de Câmara. Assim dizia na Ata de Posse:

Prometo com lealdade desempenhar as funções de prefeito deste município, defender as instituições e cumprir as leis. Da mesma forma prestou compromisso o vice prefeito tudo de acordo como determina a Lei Nº 28 de 22 de novembro de 1947, artigo 30 parágrafo 1º e 2º. Usou da palavra o prefeito Miguel de Almeida, agradecendo pela eleição, pedindo cooperação de todos, reafirmando seu propósito de tudo fazer em bem da coletividade salinense (Livro de Atas, 31 de janeiro de 1951, p. 89-90).

Além dos agradecimentos do prefeito eleito Miguel de Almeida e de seu Vice Darcy Freire, o vereador eleito pela oposição Geraldo Paulino Santanna do PR, sobrinho do Coronel Idalino Ribeiro, também usou da palavra para agradecer sua vitória nas eleições e reafirmar o propósito de tudo fazer para o bem coletivo. O prefeito, na sua administração, contou com a maioria dos vereadores, segundo Geraldo Santanna, eram somente 04 vereadores da oposição contra 10 da situação (PSD). Poucos eram os vereadores da oposição, pois esta ainda não tinha alcançado força suficiente para derrotar o candidato do Coronel nas eleições e fazer maioria na Câmara, ficando, assim, mais uma vez a prefeitura do município nas mãos do candidato escolhido pelo Coronel Idalino Ribeiro. Sobre essas eleições, Santanna se pronuncia:

Perdemos as eleições para prefeito. É que o cel. Idalino nos deu o primeiro golpe. Contratou um bando de ciganos, algumas dezenas, naquela época, eles só se deslocavam a cavalo, para acampar, às vésperas das eleições, na região de Jacaré, hoje Ferreirópolis, de boa densidade eleitoral... Não havia tempo e muito menos argumento que convencesse qualquer família a se afastar de sua casa e de seus pertences... ninguém arriscaria deixar suas coisas à sanha pelo dado exercício do voto, salvo os prevenidos antecipadamente, sob maior reserva, pelos cabos eleitorais do cel. Idalino (SANTANNA, 2005, p.70).

Segundo Santanna (2005), o governador Juscelino, que também era do PSD, dava apoio incondicional a política. Portanto com a vitória de Juscelino:

Nos dois primeiros anos, com Juscelino Kubitschek no governo o “pau comeu solto”. A ordem e a obediência em Salinas afinal foram restabelecidas. Nosso jornal “O Democrata”, ao fazer oposição generalizada, estimulava o governador Kubitschek no apoio incondicional à política do cel. Idalino Ribeiro em Salinas (SANTANNA 2005, p. 133).

A imprensa escrita foi bastante utilizada pela política situacionista que tinha no jornal “Cidade de Salinas” um veículo de divulgação e propagação de notícias que enaltecia a política do chefe local. Esse jornal tinha como diretor e redator chefe o vice-prefeito Darcy Freire que, durante sua gestão, se utilizou desse veículo de comunicação para divulgar notas e reportagens que eram do interesse do seu partido, o PSD. O jornal Cidade de Salinas empenhava-se em demonstrar que o tão almejado progresso da região era creditado primeiramente ao povo, referido como laborioso e aos seus líderes progressistas, incansáveis na busca do progresso. Assim dizia:

O novo melhoramento vem colocar ainda uma vez a vila de Águas Vermelhas em plano de destaque no conceito dos distritos salinenses o que reflete a política construtiva de um povo laborioso, empenhado em marchar ascensionalmente na senda do progresso. Outro melhoramento de vulto para a agradável e rica localidade está anunciado para breve com a inauguração das redes de iluminação pública uma iniciativa de caráter particular que conta com o auxílio dos poderes públicos municipais. Como se vê Águas Vermelhas segue a passos largos para o futuro promissor... (Cidade de Salinas, 01 de setembro de 1952).

Várias notas foram divulgadas enaltecendo o Deputado Federal Clemente Medrado, genro do Coronel, no jornal “Cidade de Salinas” do mês de abril. Estampava, na primeira página, um título com letras gigantes: “Parabéns, senhor deputado!”, parabenizando o então deputado federal Clemente Medrado pelo seu brilhante discurso na Câmara Federal. Vale dizer que o referido discurso foi reproduzido pelo jornal na íntegra, mas, aqui, a seguir, a título de ilustração, transcrevemos somente um pequeno trecho:

Sr. Presidente, venho do meu sertão. Trago, ainda fixados a retina os dolorosos e variados aspectos do fenômeno migratório, criado pela seca e agravado porque falta ao sertanejo uma assistência objetiva por parte dos poderes públicos da União. Em minha memória reflete bem vivo o sofrimento destes milhares de brasileiros, oriundos de vários Estados da Federação e estigmatizados pela ironia do destino com a má ventura de não ter com que viver ou ganhar a vida.... (Cidade de Salinas, 01 de abril de 1952).

No mês de junho de 1953, o jornal “Cidade de Salinas” novamente tece elogios ao deputado Medrado, agradecendo-o pelos seus incansáveis esforços e por não medir sacrifícios, no sentido de servir a cidade. Também salienta que outras verbas seriam aprovadas como a tão esperada barragem no Rio Vacaria que já se encontrava em etapa final de estudo e termina a reportagem dizendo: “... Assim nós salinenses estamos de parabéns pelo conseguido, que bem reflete a honestidade de propósitos patrióticos do nosso bravo representante na Câmara Federal.” O jornal publica outro telegrama do deputado Medrado ao vice-prefeito Darcy Freire em que trata a respeito do campo de pouso e da construção de uma estrada de ferro que ligaria Araçuaí-Salinas-Montes Claros. Dizia o telegrama:

Ministro aeronáutica acaba comunicar-me que deu ordem inspeção campo pouso Salinas. Amanha terá conferencia marcado diretoria estrada de ferro a fim tratar assunto estradas ferrovias Araçuaí Salinas Montes Claros visto como estudos anteriores são considerados prejudicados pt abraços. Clemente Medrado (Jornal Cidade de Salinas, 01 de junho de 1953, p. 03).

Ainda sobre essa ligação da ferroviária Araçuaí-Salinas-Montes Claros, em 1953, o Deputado Estadual Chaves Ribeiro e o Coronel Idalino entre outras autoridades locais, enviaram um telegrama³⁸ ao então presidente da República Getúlio Vargas, transmitindo reconhecimento da população de Salinas pela colocação do marco inaugural dos estudos do prolongamento da estrada de ferro Bahia-Minas Gerais. Vejamos o que dizia o telegrama:

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que ao ser colocado festivamente nesta cidade o marco inicial dos estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Bahia-Minas e seu entroncamento na Central do Brasil, no trecho Araçuaí-Salinas-Montes Claros, a população Salinense vibrou de justo entusiasmo. Ovacionou o nome do benemérito Presidente, ordenando os respectivos estudos, vem demonstrar o seu patriotismo no empenho de amparo das populações rurais desta região (CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Telegrama Chaves Ribeiro 1953).

Essa obra da estrada de ferro Araçuaí-Salinas-Montes Claros foi muito esperada pelo povo, pois, se aprovado o projeto, a região mal servida de rede transportes e comunicação iria se integrar a outras regiões, portanto uma obra como essa seria, com certeza, um grande benefício para a população. Sobre o assunto, em entrevista, o senhor Geraldo Santanna comentou que essa promessa ficou só no discurso:

Na década de 1950 a única obra expressiva que Medrado trouxe foi a escola agrícola, inclusive o seguinte, tem uma passagem que Medrado trouxe uma promessa, colocaram uma pedra fundamental na rua Araçuaí, uma pedra fundamental para estrada de ferro. Seria uma estrada de ferro aqui para Araçuaí e ficou nesse discurso, ficou só no discurso (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

Em agosto de 1952, o jornal estampa em sua primeira página uma reportagem com o seguinte título: “Verbas Federais”, anunciando uma verba de Cr\$350.000,00 para a Liga Operária e Cr\$40.000,00, para a Associação Salinense de Atletismo, informadas através de um telegrama do próprio Clemente Medrado ao prefeito Darcy Freire, que era também presidente da Associação Salinense de Atletismo. O telegrama assim dizia:

Comunico prezado amigo aprovação trezentos e cinquenta mil cruzeiros para construção escola profissional menores necessitados nossa terra a cargo da Liga Operária de Salinas. Aprovado quarenta mil cruzeiros para uma creche infantil sob patrocínio patriótica agremiação Associação Salinense de Atletismo. Abraços Clemente Medrado (Jornal Cidade de Salinas, 15 de agosto de 1952, p. 01).

³⁸ Ver telegrama na íntegra em anexo na pág.202

Ainda, no jornal saiu uma nota com críticas a atuação dos vereadores, por causa da morosidade do trabalho da Câmara na aprovação de projetos considerados importantes para o município. Como a maioria dos vereadores era da situação, o esperado era que os projetos propostos pelo prefeito Miguel de Almeida, fossem aprovados sem demora, o que não estava acontecendo até aquela presente data, por esse motivo, o jornal divulgou uma nota chamando a atenção dos vereadores:

Os trabalhos que se iniciaram a 17 foram até o dia 22 do mês findo, observando-se, infelizmente, exagerado empenho dos Sr. Vereadores em prolongar discussões inúteis, relegando a plano secundário assuntos de suma importância para a vida do município, como, por exemplo, o projeto do prefeito que pedia autorização para o empréstimo com o Estado, destinado a força e luz de Vacaria, que ficou à margem, adiado para reunião de junho (Cidade de Salinas, 01 de abril de 1952).

Continuando, no mês de agosto de 1952, encontramos uma nota intitulada: “O povo pede e reclama”, em que uma carta de uma leitora foi endereçada ao redator chefe, Darcy Freire, que era o vice-prefeito. A leitora do jornal faz um apelo ao prefeito, cobrando uma visita deste a Santa Cruz, na época distrito de Salinas, visita esta que, para ela, estava sendo sempre adiada, conforme atesta seu relato:

Então senhor redator porque o prefeito de Salinas adia sempre a sua visita a nossa Santa Cruz? Será que receia os buraquinhos da estrada ou teme topar com o povo daqui? O prefeito vem aí, é notícia que já não se recebe aqui com satisfação, pois tem significado o contrário... Snr. Redator-prefeito, vale a pena o Snr. Vir aqui, a Umbelina fará novos doces, tenho certeza, apesar de já está cansada de gastar esforço e dinheiro com as recepções que não se realizam. O povo quer ver o prefeito, mesmo por poucos minutos. Marque um diazinho e venha ver o povo de Santa Cruz, que não lhe vai pedir muito. Mas senhor redator que o prefeito não marque para não cumprir, porque se assim proceder vai pagar caro: - Vou aconselhar a Umbelina a mandar -lhe as contas de todas as despesas passadas, presentes e futuras (Jornal Cidade de Salinas 15 de agosto de 1952, p. 02).

A reclamação da leitora parece ter tido um rápido efeito, pois logo após a publicação da nota, o prefeito respondeu o apelo, divulgando em uma reportagem as visitas que faria juntamente com uma comitiva composta pelo deputado Chaves Ribeiro e o vice-prefeito Darcy Freire, entre outros. De acordo com a notícia, visitariam várias localidades, inclusive Santa Cruz, cidade da leitora, e estariam recebendo a comitiva que tinha como objetivo dar assistência aos municípios, segundo a nota, os munícipes estavam satisfeitos com a atual política administrativa. Leiamos:

Repercutiu agradavelmente em todos os recantos do nosso imenso município a campanha que vem movendo o governo local no sentido de promover uma assistência maior e mais direta aos distritos salinenses, visitando-os e autorizando *in loco* providências oportunas em prol da melhoria das condições de vida das suas populações. Ainda agora, numa prova eloqüente de decisão e patriotismo foram visitadas pelos representantes municipais mais cinco localidades, onde, em contato com o povo, puderam observar os seus problemas, autorizando imediatamente as medidas para a sua solução dentro das possibilidades financeiras do município (Jornal “Cidade de Salinas” 15 de agosto de 1952, p. 04).

No mês de setembro de 1952, o jornal Cidade de Salinas continuava noticiando as visitas feitas aos distritos pela comitiva, como relatamos no parágrafo anterior. Segundo o jornal, foram percorridos ao todo 800 quilômetros em todo o município, e a comitiva foi recebida com aplausos por conta do programa de assistência direta aos distritos. No primeiro dia de visitas, dia 12, visitaram São João do Campo Alegre. Nesta localidade foi autorizado pelo prefeito serviço de ampliação da represa local e ainda procedeu a anotação de pedido de transferência de professor na Escola municipal. No mesmo dia, visitaram também Santa Cruz, onde foi autorizado o melhoramento no prédio da cadeia e reparos numa ponte no perímetro urbano. O município de Águas Vermelhas também recebeu a comitiva e foram autorizadas providências, como reparos nas estradas e, por deliberação do deputado Chaves Ribeiro, foram encaminhadas providências no sentido de remodelação do prédio da Escola Estadual. Ainda nesse mesmo dia, visitaram o município de Berisal e, nessa localidade, foram autorizados reparos no mercado e serviços de nivelamento em vias públicas.

Como ressalta Queiroz (1976), as eleições não representavam apenas a escolha de candidatos mais capazes, era uma oportunidade de troca ou de reciprocidade de dons. O eleitor dava seu voto porque havia recebido um benefício ou esperava recebê-lo. O voto era um bem de troca, vencia aquele que tinha mais condições para barganhar esse voto, criando assim uma extensa rede de clientela.

Continuando as visitas, no dia seguinte 13, foi a vez do município de Taiobeiras que, segundo o noticiário, recebeu um grande benefício com a autorização do prosseguimento das obras de captação de água. Ainda, prosseguindo a comitiva em suas visitas, no dia 15 foram até o município de Montesclarinho, onde foi autorizada a abertura da estrada para Jacarezinho e estudadas outras sugestões que seriam postas em prática, dentro de alguns meses, como afirmavam as autoridades.

A visita não parou por aí, outros distritos foram visitados pela comitiva que se empenhava em mostrar esforços para atender a população. Quanto mais benfeitorias eram feitas, mais votos os chefes políticos podiam barganhar, por isso o interesse em atender dentro

do possível o pedido da população e mostrar empenho, demonstrar interesse em resolver os problemas da cidade e de seus municípios. Com isso, os políticos já se preparavam para as próximas eleições que seriam realizadas no final de 1954. Eles tinham que demonstrar força perante o governo que prestigiava o chefe local, disponibilizando benefícios e em troca teriam votos, e quanto mais votos, mais força e prestígio teriam o chefe político.

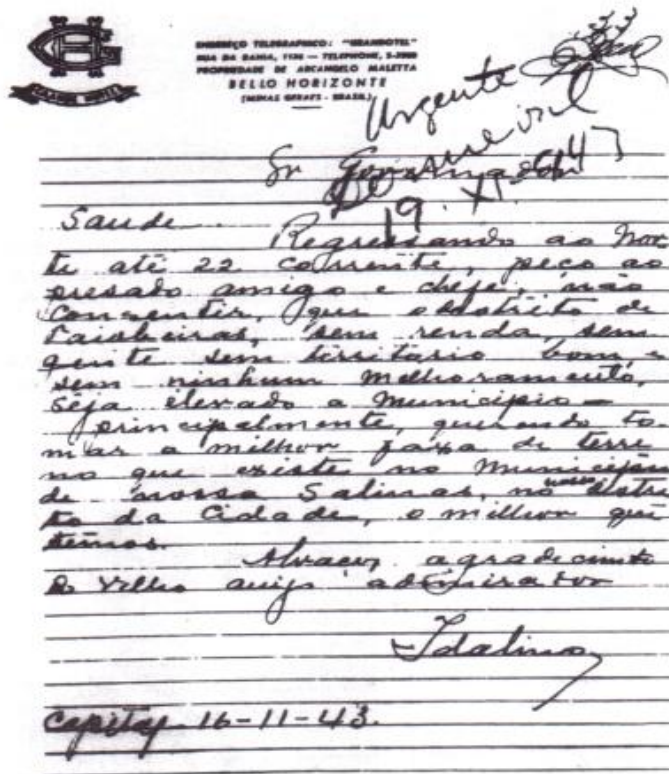
Podemos perceber que, nessa época, o município de Salinas era muito grande, abrangia vários distritos entre eles, Taiobeiras, Rubelita, Santa Cruz, entre outros, todos posteriormente emancipados. Quanto mais municípios mais pessoas e conseqüentemente mais eleitores sob o domínio do chefe político local. Lembrando que esses distritos não rendiam somente votos, mas também contribuíam para o aumento da renda no município. Durante o mandato do prefeito Miguel de Almeida, precisamente em 1953, foi emancipado o distrito de Taiobeiras, mas a emancipação não aconteceu de forma pacífica, foi uma luta muito grande e lenta até chegar a tão almejada emancipação de Taiobeiras.

Dizemos que foi uma luta grande e lenta por causa dos entraves colocados pelo Coronel Idalino Ribeiro que era contra a emancipação daquele lugar. Segundo Miranda (1997), em Taiobeiras, um dos homens de confiança do Coronel Idalino era Arquimedes Moreira de Almeida, considerado o maior líder político deste distrito. Almeida foi vereador, juiz de paz, era fazendeiro e comerciante e acompanhou a política de Idalino por muitos anos, mantendo o Coronel sempre informado dos acontecimentos em Taiobeiras, tanto que:

Em 1943, quando o processo de emancipação política de Taiobeiras estava tramitando pela Assembléia Legislativa, o distrito já tinha condições de ser Município, tanto que o processo foi aprovado nas Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa. Quando a notícia chegou a Taiobeiras, a oposição a Idalino Ribeiro, que vinha lutando pela emancipação política do distrito, fez uma grande festa, com uma manifestação pública, de júbilo pela aprovação. Arquimedes Moreira pegou a sua mula de viagem e no outro dia cedo foi a Salinas avisar Idalino Ribeiro do acontecimento. Sabedor da festa e da manifestação realizadas em Taiobeiras, Idalino Ribeiro foi a Belo Horizonte, remeteu uma carta ao Governador Benedito Valadares, que ficou famosa e está transcrita em outra parte deste livro (MIRANDA, 1997, p. 59).

Vejam os que relata a carta escrita pelo próprio Coronel Idalino a Bendito Valadares no ano de 1943, em que pede a esta intervenção no assunto. Neste ano, a emancipação foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, embora necessitasse da sanção do governador. Na carta, o Coronel dizia:

Figura 15: Carta do Coronel Idalino Ribeiro a Benedito Valadares



Sr. governador
 Saúde
 Regressando ao norte até 22 corrente, peço ao prezado amigo e chefe, não consentir, que o distrito de Taiobeiras, sem renda, sem gente, sem território bom, e sem nenhum melhoramento, seja elevado a Município. Principalmente, querendo tomar a melhor faixa de terreno que existe no município de nossa Salinas, no nosso distrito da cidade, o melhor que temos.
 Abraços agradecimento do velho amigo admirador
 Idalino
 Capital 16-11-43

Fonte: livro O caminho de volta ou a travessia do deserto p.69.

Como podemos ver na carta acima, desde o ano de 1943, o atual município de Taiobeiras estava lutando para se emancipar e o Coronel Idalino era contra a emancipação, alegando que o distrito sem renda, sem gente, sem território bom e sem nenhum melhoramento, pleiteava a emancipação e queria ficar com a melhor parte da terra que existia no município. Sobre a emancipação em 1953, Geraldo Santana que, na época, era vereador, em entrevista, afirma que: “Se não fosse eu lá não passava não, Taiobeiras, Idalino foi contra, ele não queria perder nada, tinha lá uma corrente muito grande com ele, Januário Martins e a família toda...” (entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

O pedido feito pelo Coronel Idalino Ribeiro, para frustração do povo de Taiobeiras, foi atendido pelo governador Benedito Valadares e o distrito não conseguiu sua emancipação naquele ano. Essa emancipação só foi concretizada 10 anos após esse acontecido, somente em dezembro de 1953 com o apoio do então vereador da oposição, na

época, Geraldo Santanna, que fazia oposição ao Coronel Idalino. O distrito de Taiobeiras foi finalmente emancipado de acordo com a lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953. O jornal “O Democrata” de dezembro de 1953 estampou na primeira página a seguinte notícia “Taiobeiras emancipada”:

Dentre os novos municípios criados pela última revisão administrativa, encontra-se Taiobeiras, desmembrado de Salinas. Incontestavelmente praticou a Assembléia Legislativa um ato de justiça e de reconhecimento concedendo ao taiobeirense aquilo que ele mais ambicionava, sua emancipação político administrativa, que de longos anos, vinha sendo prejudicada por fatores adversos devidos de interesses políticos de ordem pessoal (Jornal “O Democrata”, dezembro de 1953, p. 01).

Podemos perceber diante do que foi acima exposto, que a força política do Coronel Idalino, nesse período, era muito grande. O prefeito eleito Miguel de Almeida do PSD foi escolhido pelo Coronel, que era presidente do PSD, em Salinas, e membro da Comissão Executiva do PSD, em Minas, era quem fazia a escolha dos candidatos a prefeito do município. Seu filho José Chaves Ribeiro e seu genro Clemente Medrado foram eleitos também por causa do seu prestígio, demonstrando, assim, a força que o Coronel ainda tinha, nesse período. Enquanto Juscelino esteve no governo de Minas, o Coronel Idalino encontrou todo o apoio para continuar no comando da chefia política em Salinas, contudo ainda no final do mandato do governador Juscelino, este se afasta para se candidatar a Presidente da República em 1955, ficando em seu lugar, no governo, seu vice Clóvis Salgado do PR. Segundo Geraldo Santanna:

Tudo ia às mil maravilhas para a política situacionista local, até que surgiu a candidatura de Bias Fortes ao governo do Estado. Juscelino se desincompatibilizou para concorrer à presidência da república, assumindo o governo do Estado o professor Clóvis Salgado... O partido Republicano, a que pertencia o então governador Clóvis Salgado, coligou-se com o partido Social Democrata, com a chapa Juscelino para presidente, Bias e Bernardes Filho para governador e vice... (SANTANNA, 2005, p.133).

Com a troca de comando no governo de Minas houve um enfraquecimento da força política do Coronel na cidade e a quebra da sua hegemonia. A política de oposição ao Coronel cada vez mais ia ganhando força, muitos que eram seus aliados, com o tempo passaram a adversários, as agremiações partidárias do PR e UDN, na cidade, cada vez mais se organizavam, unindo em torno de um objetivo comum, a derrota do Coronel. No tópico 3.4, abordaremos melhor sobre o assunto, analisando como foi a derrota do Coronel nas eleições

de 1958, ocasião em que seu candidato a prefeito Miguel de Almeida é derrotado pelo seu sobrinho Geraldo Santana, pondo fim a quase quarenta anos da chefia do Coronel em Salinas.

Veremos no próximo tópico a importância do jornal “O Democrata”, como veículo de imprensa oposicionista. O jornal foi uma arma importante, muito utilizada pela oposição no combate à política do Coronel Idalino, sem dúvida, contribuiu divulgando notícias que confrontavam com as notícias divulgadas pelo jornal situacionista, “Cidade de Salinas”, que veiculava somente matérias a favor do chefe político.

3.2- Jornal O Democrata: Uma arma nas mãos da oposição

Analisaremos, neste tópico, alguns exemplares do jornal “O Democrata”, que pertencia à oposição e que publicava notícias de Salinas. Acreditamos que o jornal em questão tenha atuado como um importante instrumento na luta contra a política do Coronel Idalino Ribeiro, isso se deve a importância da imprensa escrita na narrativa dos fatos. Sobre o uso da imprensa escrita na história, CAPELATO e PRADO (1980), afirmam que os jornais constituíram um importante instrumento de estudo não devendo ser encarado, somente, como um simples objeto de informação imparcial e neutro dos acontecimentos, muito menos ser tratado como um veículo isolado da realidade social.

Ainda sobre a imprensa Marialva Barbosa (2010) recomenda que é preciso atribuir-lhe um valor significativo, vinculando-se a esse órgão a transmissão de opinião e informação, sobretudo, desenvolvendo a mentalidade abstrata das suas múltiplas interpretações. Assim sendo, construir a história da imprensa requer ao pesquisador perceber um processo complexo, tais como, relações sociais, culturais, falas e ainda revelar o que não foi dito. Sobre o assunto, a autora ainda pondera que:

... “para captar o espírito de outras épocas”, a imprensa produz textos que expressam o seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias de poder. Portanto, por traz das letras, das fotos, das publicações, é possível remontar todo o circuito da comunicação, elencando o que significa essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e que interpretação fazia o leitor (BARBOSA, 2010, p.11).

Enfim, certas da importância da utilização da imprensa como fonte de pesquisa, analisaremos algumas reportagens e charges do jornal “O Democrata”, pois conforme Capelato e Prado (1980), estudar os jornais ou analisar os temas baseados nesse tipo de fonte,

pode revelar aspectos políticos ou ideológicos de diferentes estratos da sociedade. Como instrumento de poder o jornal tem uma importante função: modelador e manipulador da opinião pública.

A imprensa também é entendida dentro das novas possibilidades de fontes históricas propiciadas pelas recentes discussões historiográficas. Essas inovações passaram a se apropriar dos periódicos como uma possibilidade de obtenção dos desdobramentos sofridos pelos homens na dinâmica do tempo e dos acontecimentos históricos. Nesse sentido, Tânia Regina de Luca (2005) em seu livro: “A história dos, nos e por meio dos periódicos.”, afirma-nos que: “as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente, registra cada lance dos embates na arena do poder” (p.128).

O uso dos jornais, assim outras fontes históricas, deve ter como premissa a existência de interesses de enunciação que correspondem às implicações dos órgãos de comunicação no jogo dos poderes estabelecidos, estando explícitas ou implícitas tais posturas. Diante disso, CAPELATO e PRADO (1980) afirmam que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tornam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO E PRADO 1980, p. 118).

De acordo Flávia de Souza Campos (2011), em sua dissertação de Mestrado, cujo título é: *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*, a imprensa produz cenas protagonizadas pelos políticos com o objetivo de envolver o público leitor, transparecendo assim as disputas simbólicas dos políticos em períodos de campanha, ou em momentos de crise econômica na tentativa de se legitimarem no poder. Segundo a autora: “Os jornais geralmente buscam construir impressões sobre determinados fatos ou situações. A divulgação das matérias implica na produção naturalizada dos eventos (p.104)”. Em razão dessas estratégias de poder, analisaremos o jornal “O Democrata”, pois, segundo Tânia Regina de Luca (2008), a imprensa age como instrumento de intervenção e de interesse na vida social, ela constrói jogos de poder, manipulando informações.

Em Salinas, a imprensa também foi bastante utilizada na disputa pelo poder local. O primeiro jornal “Cidade de Salinas” era um periódico da situação, teve sua primeira edição entre 1895 a 1915, voltou em 1920, mas logo foi substituído pelo jornal “O Salinense” e

depois pelo periódico “O Reivindicador”. Em 1951, já em outra fase, tivemos o retorno do jornal “Cidade de Salinas” em que as notícias enalteciam a administração do prefeito Miguel de Almeida, do vice-prefeito Darcy Ribeiro, que era redator chefe do jornal, e também da atuação do deputado Estadual José Chaves Ribeiro e Clemente Medrado, deputado Federal, todos pertencentes ao PSD, que tinha como presidente local o Coronel Idalino Ribeiro.

Por muitos anos, a cidade ficou sem um jornal de oposição, os jornais citados eram feitos na tipografia da prefeitura, os custos para se manter um jornal eram altos, o material, como maquinário, era comprado no Rio de Janeiro, a prefeitura era quem bancava as despesas desses jornais. Podemos afirmar que estes jornais, cada um há seu tempo, muito contribuíram para a política situacionista da época, pois somente veiculavam notícias que eram selecionadas pelo seu redator chefe que, nesse caso, sempre era o prefeito, vice-prefeito ou pessoa ligada ao partido da situação. Só no final da década de 1940, precisamente no ano de 1949 que é lançado a primeira edição do jornal da oposição que foi batizado de “O Democrata”. Passaremos a transcrever e refletir sobre algumas notícias dadas por esse informativo da oposição que fazia críticas à política situacionista da cidade. Muitas dessas críticas foram reproduzidas, no jornal, por meio de um gênero textual muito apropriado, a Charge, cuja característica composicional é o humor. As charges eram elaboradas em Belo Horizonte pelo jornalista Borjalo³⁹ do jornal “O Globo”.

De acordo com Santanna (2005), na década de 1950, através da ajuda do Coronel Bernardino Costa, o qual doou máquinas modernas, para a época, compradas no Rio de Janeiro e uma casa para a tipografia, foi instalado em Salinas o jornal “O Democrata”, cujos diretores responsáveis eram, Geraldo Santanna, Dr. Manoel Moraes, Moysés Ladeia, Lúcio Ramos e Epaminondas Costa. Todos eram do PR que era um dos partidos da oposição, naquela época. O jornal começou a ser editado no ano de 1949, era um periódico mensal, por ano eram feitos 12 jornais.

O Coronel Bernardino foi muito importante na criação do jornal, pois seus recursos financeiros possibilitaram a fundação desse periódico. Ele era inimigo político do Coronel Idalino, acompanhou a política de oposição com admiração e incentivo, todavia, segundo Geraldo Santanna, tendo falecido em 05 de abril de 1954, não chegou a vê-lo como prefeito eleito de Salinas em 1958. Em relação a esse fato, o Coronel Bernardino advertiu Santanna dizendo: “Sei que não vou ver, mas se você vai ser prefeito de Salinas, faça do seu

³⁹ Mauro Borja Lopes, pseudônimo Borjalo, foi um grande desenhista e cartunista. O início de sua carreira foi em Belo Horizonte no jornal Folha de Minas, trabalhou na rede globo por 36 anos. Faleceu em 2004 aos 79 anos de idade. Revista Placar, nº 1101, março de 1995, p. 18.

mandato o suporte para a consolidação das liberdades nesta terra. Nada mais precisará fazer”. O Cel. Bernardino ainda advertiu Geraldo Santanna dizendo que este: “Nunca poderia afastar-se da luta pelas liberdades democráticas, jamais atacar o Cel. Idalino e sua política no campo da honradez e do respeito à coisa pública, porque nesse terreno ele era inatacável” (SANTANNA, 2005, p.95).

Numa reportagem de abril de 1950, “O Democrata” já anunciava a criação da ala dissidente do PSD salinense e “o desfalecimento do ex-majoritário partido”, assim dizia na reportagem se referindo ao PSD. Essa ala dissidente organizou seu diretório no dia 26 de março de 1950, ficou assim constituído o diretório da Ala Dissidente de Salinas: presidente de honra: José Ferreira Maroto, presidente: Anibal Gonçalves das Neves, 1º vice-presidente: Silvio Santiago, 2º vice-presidente: Antônio Bernardino Sobrinho, secretário geral: Geraldo Paulino Santanna, 1º secretário: Lucio Ramos, 2º secretário Osvaldo Ferreira de Souza, 1º tesoureiro: Artur Mendes Filho e 2º tesoureiro: Adelaide Ferreira Costa, única mulher a fazer parte nessa época do diretório. Sobre o assunto, o jornal dizia:

O partido que até então se imputava o título de majoritário, perde a cada momento a sua força, debilitando-se de tal forma que presentemente apenas palpita ao débil e anêmico sangue de alguns raros chefes acalentados pelo mito de seu passado, de efêmera glória. É interessante observar que os demais partidos existentes em Salinas tiveram suas raízes em antigos elementos do PSD que pouco a pouco se afastaram da orientação de seu presidente, procurando fugir do fracasso que a mesma constitui para coletividade salinense. Orientação essa que cortava cerca e impiedosamente os anseios do progresso e liberdade do povo (Jornal “O Democrata”, 30 de abril de 1950, ano II).

Após a criação da Ala Dissidente do PSD em Salinas, muitos que antes acompanhavam a liderança do Coronel Idalino Ribeiro agora estavam contra este indo para a ala dissidente. Seu sobrinho Geraldo Santanna é um exemplo, ele e toda família seguiu a política do Coronel por muitos anos, agora estava do lado da oposição, na ala dissidente. Nessa ala dissidente, segundo Geraldo Santanna, com o tempo, muitos foram para partidos como PR e UDN, ele mesmo foi para o PR e lá permaneceu por muitos anos, foi vereador eleito pelo partido e também venceu as eleições para prefeito pelo Partido Republicano. O PSD, segundo a reportagem, perdia seu status de majoritário, perdia sua força, seus chefes políticos são chamados de anêmicos e ainda, conforme o texto, viviam de passado, mas aqueles que faziam parte da ala dissidente estavam fugindo do fracasso atribuído aos que permaneciam no PSD, aos dissidentes a luta pelo progresso, este só seria possível com o fim da política representada pelo Coronel Idalino.

Em fevereiro de 1953, o jornal “O Democrata” já noticiava a organização dos diretórios do PR, partido da oposição, nas cidades de Rio Pardo e São João do Paraíso, com a presença do deputado Cícero Dumont, que discursou na cidade. A reportagem dizia que o PR aumentava e ganhava terreno em todo o Estado especialmente no Norte de Minas. Já estavam trabalhando, visando às eleições em que o PR lançaria seu candidato a governo de Minas e nas eleições municipais também já articulavam, em seus diretórios, quem seriam os candidatos a disputa para prefeito. Em Salinas, o líder do PR era o Coronel Bernardino Costa, inimigo político de Idalino Ribeiro, ele tinha grande amizade com Artur Bernardes, que era chefe do PR no Estado.

O diretório do Partido Republicano em Salinas, segundo o jornal “O Democrata” de fevereiro de 1953, foi aprovado seu registro, em reunião de 06 de setembro de 1952, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Tinha como presidentes de honra: Bernardino Ferreira Costa, Américo Batista de Aguiar, Leonidas Alves Ribeiro, José Ferreira Maroto, Clemente José Sarmento, Manuel Dias dos Santos, Basílio Ferreira Santana, entre outros. Presidente: Geraldo Paulino Santanna, 1º vice-presidente, Moisés Ladeia, 2º vice-presidente: Epaminondas Costa, 3º vice-presidente, Dr. Manuel Agostinho de Oliveira Morais, 4º vice-presidente, Asdrubal de Oliveira Santos, 5º vice-presidente, Antônio Bernardino Sobrinho. Dentre os cinco vice-presidentes, três eram vereadores, o primeiro presidente, Geraldo Paulino Santanna e os outros dois vereadores eram Epaminondas Costa e Manuel Agostinho de Oliveira Morais.

No jornal “O Democrata” de fevereiro de 1953, na coluna de curiosidades, foi publicada uma nota com críticas ao Deputado Federal Clemente Medrado: “O Deputado Clemente Medrado, apresentou tanta emenda, que acabou emendando também as cercas que margeiam a estrada calceira Salinas-Montes Claros, impedindo totalmente o trânsito.” Já sobre o deputado estadual José Chaves Ribeiro, foi publicado um diálogo entre este e Geraldo Santanna. José Chaves, no diálogo, tentava convencer a Geraldo Santanna de que no município de Rubim, nas eleições de outubro de 1950, teria mais de 600 votos. Soube-se depois de os resultados apurados e que Dr. Chaves Ribeiro obteve uma votação irrisória. O Deputado Estadual Chaves Ribeiro, naquelas eleições, conseguiu se eleger e obteve no geral 6.285 votos. Dizia assim o diálogo:

- Dr. Chaves: Terei mais de 9.000 votos.
- Geraldo: Não doutor, isto é demais... Uns 6.000 não bastam para eleger no PSD?

- Dr. Chaves: (colocando um anel no dedo): Bem, 6.000 bastam, mas o caso é que um Deputado com 9.000 votos tem mais prestígio junto ao governo...
- Geraldo: Interessante, eu não sabia disso!
- Dr. Chaves: Pois fica sabendo que é assim...
- Geraldo: Quá... não acredito que terá 9.000 votos de jeito nenhum...
- Dr. Chaves: Vamos fazer uma apostinha?
- Geraldo: Não...
- Dr. Chaves: Pois fica sabendo, Geraldo, que se eu não obtiver mais de 9.000 votos, não tomarei assento na Assembléia... (Jornal “O Democrata”, fevereiro de 1953).

O jornal também traz uma nota onde critica a bancada da situação (PSD), pela ausência na reunião marcada pelo presidente da Câmara Saul Melo, para o dia 02 de fevereiro de 1953, solicitando ao presidente que agendasse reunião extraordinária para março vindouro, por falta de *quórum* dos vereadores situacionistas. No livro de Atas da referida data de reunião, podemos constatar a veracidade da nota, vejamos:

Aos dois dias do mês de fevereiro de 1953, nesta cidade de Salinas a sala das sessões da Câmara Municipal, foi dado início aos trabalhos sob a presidência do senhor Saul Melo, procedeu-se a chamada verificou-se o comparecimento dos senhores vereadores Francisco Nery, José Fernandes de Souza, Dr. Manoel Agostinho oliveira Moraes, Geraldo Paulino Santanna, Oswaldo Ferreira de Souza e Osmário Henrique de Souza... não havendo número legal foi encerrada a sessão de hoje... (Livro de Atas 02 de fevereiro de 1953, p. 151).

Em dezembro de 1953, na primeira página de “O Democrata” veio estampada a seguinte manchete: “Contraste com a propaganda”, dizendo que as grandes somas de cruzeiros anunciadas pelo Deputado Clemente Medrado não chegavam para a conservação de prédios escolares e que os municípios vizinhos acreditavam que Salinas estava nadando em dinheiro. Isso se devia, segundo o jornal, as notícias lançadas pela propaganda pessedista que envolviam cifras astronômicas. Assim dizia:

Telegramas cruzam o norte do nosso Estado, em todas as direções, dando conta de somas e mais somas de dinheiro que viriam do Governo Federal... Todos os municípios Norte-Mineiros têm sido contemplados com a bôa-nova... E conseqüentemente a dedução é lógica: “se está sobrando para outros municípios, é claro que o nosso já deveria estar abarrotado... Mas realmente o nosso município já está abarrotado... mas de sérios problemas, ... e também de pedras fundamentais , cuja localização não é mais possível, graças a vegetação... Aqui tem sido assim – qualquer conversa diferente, resulta numa pedra fundamental, acompanhadas de algumas palavras candentes, elogios pra lá e pra cá, cal, cimento e pedra, e ao final, já está enterrada uma praça de esportes, uma estação para a Baía-Minas, etc, etc. (Jornal “O Democrata”, dezembro de 1953).

Com relação ao dinheiro para conservação do prédio escolar, a reportagem ainda diz:

No momento o que desejamos saber, é onde está esse tal dinheiro farto, que não chega para conservar um prédio escolar, cuja construção foi dispendiosa para o governo passado... Os dois clichês que ilustram esta reportagem mostram aos nossos leitores o estado em que se encontra a Escola Rural localizada a 10 km desta cidade, à margem direita da estrada Salinas-Arassuaí, que por sinal, também nos leva a fazenda do Dep. Clemente Medrado (Jornal “O Democrata”, dezembro de 1953).

No texto da reportagem citada foi feita uma comparação entre a realidade e a propaganda, e a única dedução que tiraram é a de que o tiro estava saindo pela culatra, pois:

... muita gente ficará em dificuldade para com o povo, que naturalmente, deseja saber o que se fez com tanto dinheiro, entregue de mãos beijadas pelo deputado Clemente Medrado. Conforme consta na Cidade de Salinas em seu número 19, cerca de setenta e nove milhões e quatrocentos mil cruzeiros deveriam ser distribuídos entre os diversos municípios do Norte de Minas. Dessa astronômica quantia, cerca de cinco milhões de cruzeiros pertencem a este município, já deveriam estar aqui além de outras verbas oferecidas (e naturalmente aceitas) conforme noticiários do mesmo jornal que somadas aqueles cinco milhões perfazem um total de doze milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros. Isso sem contar com as verbas mais humildes do Deputado Chaves Ribeiro... (Jornal “O Democrata”, dezembro de 1953).

Sobre a ligação da ferrovia Araçuaí-Salinas-Montes Claros voltava a ter curso a ideia do prosseguimento da ferrovia que estacionária em Araçuaí, divergindo os políticos quanto à rota dessa ferrovia. Uns defendiam o traçado Araçuaí - Granjas Reunidas, no município de Bocaiúva, outros pelo traçado, Araçuaí - Virgem da Lapa - Montes Claros e ainda outros como Clemente Medrado, chamado de: “o parlamentar trêfego⁴⁰, operoso e sempre voltado para os grandes problemas de sua terra e de sua gente”, defendia o traçado Araçuaí-Salinas-Montes Claros. Se vitorioso, o divulgado traçado:

... se aprovados os estudos preliminares, esta região imensa e ainda mal servida de precária rede de comunicações e de transporte, passará a ter outro destino no plano estadual, integrando-se na corrente circulatória do organismo nacional... Um dos maiores benefícios desse patriótico empreendimento, sem dúvida, é aquele que assegura emprego aos sem-trabalho, retendo braços válidos a região, fixando o homem a terra, estancando a impressionante onda humana que dia após dia, demanda remotas plagas, construindo a grandeza e a prosperidade de outros Estados (Jornal “O Democrata”, dezembro de 1953).

⁴⁰ Astuto, sagaz, artiloso, manhoso. Dicionário Aurélio p.1995.

Segundo o jornal, já tinha sido batida com festividade a estaca que assinalava a futura estação, nas proximidades desta cidade. Dizia o jornal que esse marco fincada tão prematuramente - semente de esperanças atiradas ao solo de Salinas- não passe de mero pretexto para festividades oficiais, com discursos, mas que servisse de ponto de partida para o avanço das paralelas de aço, proporcionando dentro em breve transporte rápido e barato. Ainda salienta que nada mais farão do que cumprir com seu dever para com a região que também é mineira e acima de tudo brasileira.

Na segunda página do jornal é estampada a manchete: Graças ao senador Melo Viana, aproxima-se da realidade a ligação ferroviária Araçuaí-Salinas-Montes Claros, aprovada pela emenda Melo Viana, que consigna no orçamento de 1954, uma verba de 20 milhões de cruzeiros para o prosseguimento da ferrovia. Essa ferrovia ligaria Bahia a Minas Gerais, facilitando o escoamento de mercadorias para o porto de Caravelas, contribuindo assim para o franco desenvolvimento da região. Embora todos os relatos deem conta, no final, essa ligação ferroviária só ficou no papel, o tão sonhado progresso, através dessa rede ferroviária, ficou nas promessas, continuando a região a sofrer com as mesmas dificuldades de transporte, energia e com a ausência de tantos outros benefícios.

Como já dissemos, o jornal “O Democrata” também publicava charges feitas pelo jornalista Borjalo, fazendo críticas a política situacionista. Com relação ao uso de charges Rozinaldo Antônio Miani (2005), em seu livro: *“As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista”*, assevera que a charge pretende não só dissertar sobre um determinado assunto, mas também levar seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e atitude. A charge, segundo o autor, se converte por influência da instituição que a produz e dissemina num verdadeiro discurso de convencimento.

As charges feitas por Borjalo para o jornal “O Democrata” reúnem temas específicos, cujo conteúdo humorístico retrata cenas do cotidiano que são apresentadas em desenhos contextualizados, ou seja, relacionados com acontecimentos políticos daquela época. Os chargistas exploram acontecimentos políticos, sociais e culturais. A respeito do assunto Paulo Ramos (2009) em seu livro: *“A leitura dos quadrinhos”*, assegura que:

Charge é um texto de humor que dialoga especificamente com fatos do noticiário. É uma leitura irônica de alguma informação, reportada ou não no jornal ou site em que foi veiculada. Quando tem como personagem algum político ou personalidade, é comum o uso da caricatura para reproduzir as feições da pessoa representada (RAMOS, 2009: p. 193).

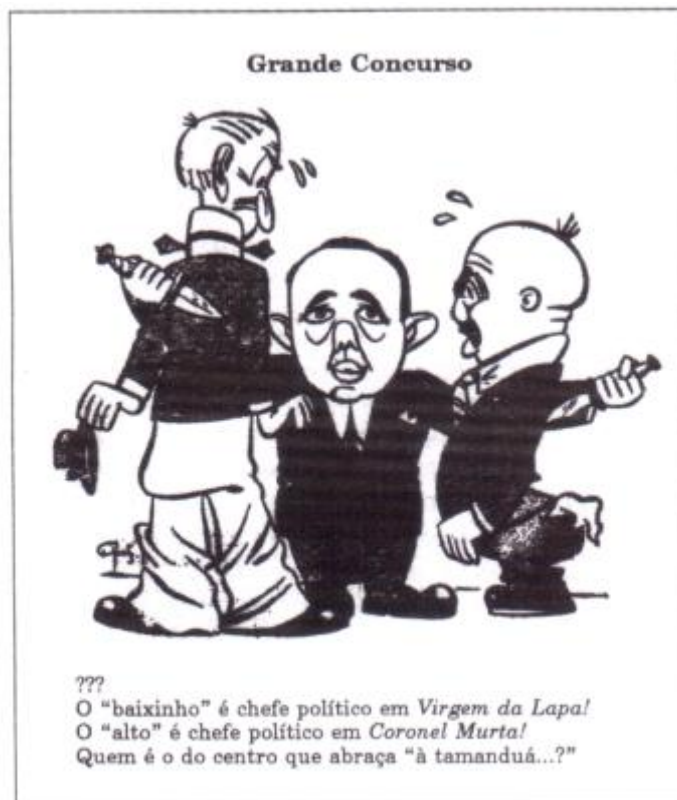
Sobre o uso de charges, como afirma Tânia de Luca (2005), “as publicações ilustradas de cunho satírico, proliferam rapidamente no Brasil. Elas não pouparam os poderosos, alvo constante dos chistes. Portanto, tanto charges como caricaturas compõem um registro social dos mais significativos” (p.135). De acordo com Campos, as imagens cômicas encontradas nos jornais são importantes para entendermos como aqueles que controlavam os impressos usavam os desenhos de humor para ironizar, castigar e humilhar os sujeitos políticos. Através dos registros cômicos podemos também informar as estratégias criadas pela imprensa para fazer o leitor compreender o cenário político em Salinas. Trabalharemos as charges como discurso político daquela época.

Ainda sobre o assunto, Rodrigo Pato Sá Mota (2006), em seu livro: “*Jango e o golpe de 1964 na caricatura*” atesta que: “as expressões visuais possuem notável poder de comunicação, alcançando efeito superior ao do discurso verbal” (p.17). Ainda, segundo o autor, o recurso visual utilizado pela imprensa atinge acentuado público, inclusive os iletrados. Dessa forma, as imagens transmitem mensagens decodificadas em múltiplos sentidos e, de forma estratégica, foi utilizada pelos jornais na intenção de envolver o público nos acontecimentos políticos.

Outra autora que fez um importante trabalho utilizando periódicos foi Isabel Lustosa (2000), no seu trabalho intitulado: “*Insulto Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*”. Segundo a autora, “o humor brotava da polêmica, quando se esgotava o estoque de argumentos. Era uma de suas armas, ao lado da agressão verbal pura e simples” (p.427). Neste íterim, analisamos as imagens e publicações do jornal “O Democrata” como uma arma na luta política, no combate a política situacionista vigente, naquela época. Nessas publicações, os redatores faziam valer o seu ponto de vista, ou seja, do grupo político que dirigia esse jornal e que visava tomar o poder local na cidade.

Vejamos a charge abaixo que mostra um acontecimento político ocorrido em 1953, trata-se da emancipação do distrito de Coronel Murta, os personagens que aparecem na charge são: à direita, Nico Prates, chefe político de Virgem da Lapa, no meio está o deputado estadual, José Chaves Ribeiro e à esquerda, João Murta, chefe político de Coronel Murta:

Figura 16



João Murta, dep. Chaves Ribeiro e Nico Prates.

O atual município de Cel. Murta pertencia à cidade de Virgem da Lapa, o chefe político de Virgem da Lapa era Nico Prates que era uma grande força do PSD, nessa localidade, e o chefe político de Cel. Murta era João Murta, também do PSD, ambos eram companheiros de partido do deputado José Chaves Ribeiro e davam há este muito voto em suas localidades. O deputado José Chaves, na charge, está com uma faca apontada nas costas dos dois chefes políticos, indicando assim que se tratava de traição. De acordo com Geraldo Santana, João Murta apoiava José Chaves nas eleições e este votava contra a emancipação do município.

Vejamos outra charge do jornal "O Democrata" de autoria de Borjalo, década de 1950, nela o PSD é representado por uma árvore que estava atrapalhando tudo na cidade, portanto, era preciso derrubá-la.

Figura 17



Fonte : Jornal “O Democrata” década de 1950.

A árvore que representa o PSD de Salinas e sua liderança para os adversários era atribuída como um entrave para o progresso da cidade. Os homens com machadinhas representavam outras lideranças políticas, cada machadinha tinha o nome de um partido: PR, PTB e UDN, representando a união desses partidos para derrubar os pessedistas que há muitos anos estavam no poder. O lema era cortar essa árvore que estava atrapalhando tudo, era um entrave para o progresso da cidade, além do mais, a árvore não estava dando fruto, sendo assim, era preciso cortar.

No final da década de 1950, a árvore foi derrubada, o velho chefe local pessedista foi derrotado, não conseguindo eleger seu candidato a prefeito, na cidade, Miguel de Almeida. Após o ocorrido, o Coronel nunca mais conseguiu eleger nenhum candidato, nem a prefeito, nem a deputado estadual e nem a deputado federal. Nas eleições de 1958, o deputado estadual José Chaves Ribeiro, filho do Coronel não conseguiu se reeleger, ficando somente com a suplência. O deputado federal Clemente Medrado, genro do Coronel, também não conseguiu a reeleição e, depois disso, nunca mais se candidatou, afastando-se de vez da vida política.

3.3- Salinas na década de 1950: Entre a realidade e a propaganda

Salinas, na década de 1950, ainda era um campo fértil para reprodução da política coronelista, pois segundo Queiroz (1976), com a continuidade de algumas características socioeconômicas e políticas, em certas regiões do Brasil, vemos o continuísmo dessa política, em outras ocasiões da República. Ela também afirma que nas regiões, onde ocorreu uma menor efervescência econômica, a estrutura da antiga política coronelista, tendia a se preservar. Leal (1978) corrobora Queiroz na medida em que para ele:

... o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno (LEAL, 1978, p.251).

Apesar do esforço dos chefes políticos locais em propagar uma cidade que estava a caminho do progresso, por causa do povo laborioso e por ter a frente lideranças progressistas, podemos observar, analisando dados do IBGE da década de 1950, que a realidade estava bem aquém da propaganda feita pelo partido situacionista. Vamos analisar alguns dados do IBGE coletados na década de 1950 que darão sustentação a nossa afirmativa. No primeiro quadro, analisaremos os dados referente à população, número de homens e mulheres e sua localização dentro do município:

QUADRO 08

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE 1.º VIII-1950			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Sede.....	1580	1943	3523	5,53
Vila de Águas Vermelhas.....	236	270	506	0,79
Vila de Rubelita.....	251	334	585	0,91
Vila de Santa Cruz de Salinas..	110	118	228	0,35
Vila de Taiobeiras.....	719	891	1610	2,25
Quadro rural.....	28339	28905	57244	89,90
TOTAL GERAL.....	31235	32461	63096	100,00

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros, 1958, p.111.

De acordo com os dados do quadro acima, a população rural em 1950 era de 57.244, ou seja, 89% do total da população estava localizada na zona rural, a maioria dessa

população rural era feminina, enquanto que na sede a população contabilizada foi de 3.523, da qual a maioria também era feminina; as vilas totalizavam 2.979, somando a população da sede e população das vilas, temos um total de 6.502 pessoas.

A respeito da instrução pública, os resultados do censo de 1950, referentes à alfabetização, forneceram os seguintes dados relativos à população do município, o número de homens e mulheres que sabiam ler e escrever:

QUADRO 09

DISCRIMINAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS					
	Números absolutos			%sobre o total		
	Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	
Quadro urbano	Homens.....	2376	1155	1221	48,61	51,39
	Mulheres....	3034	1220	1814	40,21	59,79
	TOTAL	5410	2375	3035	43,90	56,10
Quadro rural	Homens.....	5296	2486	20819	46,94	53,06
	Mulheres....	24028	1194	22834	4,96	95,01
	TOTAL	29324	3680	43644	12,54	87,46
Em geral	Homens.....	25672	3641	22031	14,18	85,82
	Mulheres....	27062	2414	24648	8,92	91,08
	TOTAL	52734	6055	46679	11,48	88,52

(*) Inclusive pessoas de instrução não declarada.

Fonte: Dados IBGE, Dicionários dos Municípios Brasileiros, 1958 p.112.

No que se refere à alfabetização de pessoas a partir de 05 anos, a maioria dos homens do quadro urbano não sabia ler e escrever, ficando com o percentual de 51,39%, os que não sabiam ler e escrever e sabiam ler e escrever 48,61%. Com relação às mulheres do quadro urbano, sabiam ler e escrever 40,21% e não sabiam ler e escrever 59,79%, percentual mais alto que o dos homens. Já no quadro rural, a diferença é ainda maior, dos homens que sabiam ler e escrever, o percentual foi de 46,94% e não sabiam ler e escrever 53,06%. Já o percentual de mulheres que sabiam ler e escrever no quadro rural era somente 4,96% e não sabiam ler e escrever 95,01%. Dentro do quadro no total geral constam 14,18% de homens que sabiam ler e escrever e 85,82% que não sabiam ler e escrever. As mulheres, no total geral, 8,92% sabiam ler e escrever, enquanto que 91,98% não sabiam ler e escrever.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os dados fornecidos pelo serviço de Estatística da Educação do Estado de Minas Gerais, no período de 1954-1956, sobre o ensino primário, no município, foram os seguintes:

QUADRO 10

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Unidades escolares.....	40	41	34
Corpo docente.....	28	61	58
Matrícula efetiva.....	2199	2543	2407

Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958 p.113.

Como vimos, no quadro acima, a percentagem de alunos matriculados em relação à população infantil em idade escolar é de aproximadamente 17,49%. Em relação ao ensino secundário contava no município, no ano de 1955, dois estabelecimentos de ensino secundário, onde estiveram matriculados 16 alunos.

Sobre os melhoramentos urbanos como serviços de água e iluminação pública, os dados do IBGE de 1954 feitos na sede municipal, conforme registros existentes, são os seguintes:

QUADRO 11

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de prédios existentes	1035
Logradouros públicos	52
Existentes Pavimentados	27
Inteiraente Parcialmente	4
TOTAL	31
Ajardinados	4
Outros	17
Abastecimento d'água, Prédios servidos, Logradouros servidos Possuindo hidrômetros	370
Totalmente	25
Parcialmente	2
TOTAL	27
Iluminação pública domiciliar (*) Logradouros iluminados	
Número de logradouros	16
Número de focos	250
Ligações domiciliares (*) de luz	
Número de ligações	300
Consumo de kWh	3889

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p.112.

Como podemos perceber os serviços de água e iluminação pública ainda eram precários, do total de 1035 prédios existentes, somente 370 possuíam hidrômetro e quanto à iluminação pública domiciliar, o número de ligações eram de 300. Com base nos dados acima, podemos afirmar que a maioria da população era desprovida de serviços básicos como abastecimento de água e luz.

Em relação aos meios de transporte, o território municipal possuía, na década de 1950, 394 km de estradas e rodagens, sendo que 250 km estavam sob administração estadual, 106 km sob a municipal e os restantes eram administrados por particulares. A cidade também dispunha de aeroporto inaugurado, no ano de 1954, pelo governador Juscelino Kubitschek. Em 1955, a prefeitura municipal registrou no município 16 automóveis, 11 camionetas e 18 caminhões. Os serviços de transporte eram precários, a estrada de rodagem feita na década de 1930 de Salinas a Montes Claros só foi pavimentada na década de 1980, permanecendo assim, por muitos anos, sem pavimentação e em péssimo estado. Sobre o desenvolvimento do Norte de Minas na década de 1950, Pereira (2002) assegura que:

A região Norte do Estado de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimento dos anos 50. Os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização só surgiram na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da SUDENE, atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo (PEREIRA, 2002, p.39).

Ainda, segundo Pereira (2002), o balanço da gestão JK-Clóvis Salgado não foi positivo para o Norte de Minas. O desenvolvimento de energia e transporte que era a grande bandeira do governo não contemplou essa região. A oportunidade de desenvolvimento para a região ficava agora nas eleições presidenciais de 1955 com Juscelino candidato a sucessão presidencial. Vejamos, no quadro abaixo, os dados do IBGE relativos às estradas e rodagens localizadas no município:

QUADRO 12

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA(Km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
MUNICÍPIOS LIMITROFES			
Grão Mogol	242	Automóvel	
Rio Pardo de Minas	104	Automóvel	
Taiobeiras	73	Automóvel	
São João do Paraíso	200	Automóvel	
Estado da Bahia			(*)
Pedra Azul	156	Automóvel	(*)
Medina	158	Automóvel	
Comercinho	80	Automóvel	
Itinga	180	Automóvel	
Coronel Murta	72	Automóvel	
Capital Estadual	817	Automóvel	(*)
Capital Federal	1393	Automóvel	(*)

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p.112.

(*) Também há transporte pelo Comércio Aéreo Real Aerovias Nacional.

(*) O transporte se faz de automóvel até Montes Claros, e dali pela Central do Brasil até a Capital do Estado e Federal .

Segundo Pereira (1992), O governo JK em Minas, conseguiu êxito no aumento dos recursos energéticos, sendo a construção da CEMIG, em 1952, o principal instrumento desse setor. Em relação ao programa de transportes, embora tenha avançado, obteve resultados mais modestos, continuando deficitário. Para o autor, a política desencadeada por Juscelino não significou para o Norte de Minas o mesmo que para outras regiões do Estado. Baseado nos setores de energia e transporte, ele afirma que a situação no município de Montes Claros permaneceu precária. Analisando os dados acima a respeito de energia e transporte no município de Salinas, podemos dizer que não foi diferente, a cidade permaneceu com serviços precários nesses setores.

No quadro abaixo, temos os dados do IBGE a respeito da organização da indústria no município, vejamos os seguintes dados relativos a 1955:

QUADRO 13

TIPO DE INDÚSTRIA	Nº de estabelecimentos	Pessoal empregado	CAPITAL EMPREGADO	
			Cr\$ 1000	% sobre o total
Indústria extrativa mineral	29	111	1423	21,20
Indústria de transformação e beneficiamento da produção agrícola	354	1316	4036	60,15
Indústria manufatureira e fabril	156	180	1252	18,65
TOTAL	539	1607	6711	100,00

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p.112.

Podemos observar que a produção industrial ainda era voltada, na sua maioria, para a agricultura, pois a indústria de transformação e beneficiamento da produção agrícola tinha um total 60% de estabelecimento e pessoal empregado nesse setor. A economia, naquela época, era basicamente voltada para a agricultura e pecuária, a produção industrial era incipiente. A economia girava em torno da agricultura e criação de gado e é este setor que vai ocupar o primeiro lugar na economia da cidade. Já vimos que os chefes políticos locais, em sua maioria, eram ricos fazendeiros, criadores de gado e comerciantes. Vejamos abaixo o quadro relativo à pecuária:

QUADRO 14

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR	
		Cr\$ 1000	% sobre o total
Asininos.	900	1350	0,53
Bovinos	150000	210000	83,85
Caprinos	1500	225	0,08
Equinos	14000	16800	6,70
Muares	5000	10000	3,99
Ovinos	1000	180	0,07
Suínos		12000	4,78
TOTAL	15000	250555	100,00

Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p. 111.

Observando o quadro acima, podemos afirmar que criação de gado ocupava o primeiro lugar na pecuária com 150 mil cabeças, em segundo lugar a criação de suínos com 15.000 cabeças e em terceiro lugar equinos com 14.000 cabeças. Sem dúvida, a criação de gado gerava muita renda para o município, isso porque os principais chefes locais eram

fazendeiros, o Coronel Idalino além de comerciante era fazendeiro e criador de gado. Vejamos o quadro abaixo sobre a produção agrícola:

QUADRO 15

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA(há)	PRODUÇÃO		VALOR	
		Unidade	Quantidade	Cr\$ 1000	% sobre o total
Café	1120	Arroba Saco 60 Kg	35000	14000	62,63
Feijão	1960		4600	1734	7,75
Milho	980		10000	1500	6,71
Arroz	210		2000	1000	4,47
Outras	608			4107	18,44
TOTAL	4878				22351

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p. 111.

No quadro acima, vemos o café na década de 1950 como principal cultura agrícola no município, com um total de 62,63% e o feijão, em segundo lugar, com 7,75% da produção. No Almanak Laemmert de 1935, p. 676, no relatório enviado pela prefeitura de Salinas, um dos itens informados foi quanto aos exportadores de café na cidade, entre eles consta os nomes de: Idalino Ribeiro, João Romualdo, Mendo Correia, entre outros. A fábrica de beneficiar café pertencia ao ex-prefeito Mendo Correia que ficou na administração municipal de 1933 a 1939.

No quadro abaixo, veremos a situação das finanças públicas do município de 1951 a 1955, que é bem caracterizada na tabela abaixo:

QUADRO 16

Anos	Finanças (Cr\$ 1000,00)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou déficit do balanço
	Total	Tributária		
1951	1952	1953	1954	1955
1070	1700	1916	1692	2417
475	936	961	853	863
1666	1201	1544	1922	3002
596	499	372	230	585

Fonte: Dados IBGE, Dicionário dos Municípios Brasileiros 1958, p.113.

De acordo os dados apresentados na tabela acima, sobre a situação financeira do município, pode-se perceber que a balança nesse período era deficitária. A arrecadação

municipal não era suficiente para cobrir os gastos do município, a prefeitura, nesse período, de acordo com os dados gastava mais do que arrecadava.

Diante de uma conjuntura socioeconômica precária, naquela época, no município de Salinas, a política assistencialista-paternalista e clientelista ganhou força, pois segundo as preposições de João Morais de Souza (1995):

Vejo o poder dos coronéis sendo determinado por um conjunto de elementos que interagem mutuamente, com destaque para a política assistencialista-paternalista e clientelista que se desenvolve, principalmente, no âmbito da máquina administrativa local... A concessão dessas políticas quase sempre é atribuída à “bondade”, à “generosidade”, dos chefes, e não à distribuição impessoal de recursos de competência burocrática da máquina administrativa local, estadual e federal (SOUZA, 1995, p. 325).

De acordo Pereira (2002), o Coronel mantém sua hegemonia também pela sua capacidade de fazer favores, instrumento fundamental na política coronelista. O favor e a troca permeavam todas as relações eleitor-coronel, coronel-coronel e coronel-poder público. Como intermediário entre o poder público e o eleitor, os coronéis desempenhavam o papel central do sistema político municipal. Era ele o canal aonde os recursos públicos chegavam à comunidade, ou aos indivíduos, e o controlador do destino dos votos. Longe de ser uma figura infalível e absoluta, o coronel era limitado pelas exigências do seu eleitorado e pelas dificuldades de viabilização de recursos junto aos poderes públicos. (PEREIRA, 2002, p.130)

A maioria da população, como vimos, vivia na zona rural, a maior parte era analfabeta, faltavam serviços básicos como abastecimento de água e luz, e os serviços de transporte também eram precários, em relação à saúde, na época, nem existia hospital na cidade, só um posto de saúde administrado pela prefeitura. Com isso, a população ficava cada vez mais dependente dos chefes locais, campo fértil para a política clientelista, também para a barganha do voto em troca de favores que só os chefes locais tinham condições de atender. Prova disso é que, na política, continuou, na chefia do município, o Coronel Idalino Ribeiro, impondo todos os prefeitos até 1958. Por ser um homem rico e de prestígio, não só em Salinas, mas também em toda a região, membro da Comissão Executiva do maior partido de Minas Gerais, naquela época, o PSD, ele tinha todos os requisitos para permanecer no comando da política local.

3.4- Fim da chefia política do Coronel Idalino Ribeiro

As eleições de 1954 tiveram, em seu contexto, o suicídio do presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto. Em Minas, segundo Ramos (1993), a morte de Vargas não modificou as tendências do eleitorado mineiro, isto porque para os eleitores de Minas, o PSD era um fenômeno regional. Os acontecimentos de fora não derrubavam seus cercados. O Partido só enfraquecia quando sua unidade era rompida e isso não aconteceu sob o governo de Juscelino. Ainda, segundo Ramos, a coligação PSD-PTB para eleições do senado venceu maciçamente, na bancada estadual, foram reeleitos: Ozanam Coelho, José Augusto, Emilio Vasconcelos Costa e José Chaves Ribeiro.

Nas eleições presidenciais de acordo com Rêgo (2008), a morte de Getúlio Vargas agravou ainda mais a instabilidade que o país atravessava. Seu sucessor, o vice Café Filho se aliou aos adversários, mas gravemente enfermo teve que deixar o cargo. O cargo de presidente passou para Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, após Carlos Luz quem ficou com o cargo foi Nereu Ramos, presidente do Senado, este foi responsável pela transição e investidura do novo presidente eleito. Foi nesse clima, segundo o autor, que o governador de Minas Gerais Juscelino Kubistchek foi proclamado candidato do PSD a Presidência da República em dezembro de 1954. Em 1955, Juscelino vence as eleições e é empossado Presidente da República.

Já, na bancada federal, segundo Ramos, constituída por 18 deputados, apenas 06 dos 18 deputados eleitos tinham um convívio mais próximo com Valadares, eram eles: Ovídio de Abreu, Alkmin, Israel Pinheiro, Carlos Luz, Gustavo Capanema e Clemente Medrado. Nos municípios, o PSD conquistou várias prefeituras, dos 425 municípios existentes em Minas, na época, 320 elegeram prefeitos pessedistas. Em coligação com o PR ou com o PTB, ganhou mais 42 prefeituras, somando ao todo 365 municípios e a UDN e outras agremiações venceram apenas em 63 municípios.

Nas eleições para presidente em 1955, Juscelino candidato pelo PSD vence e sua vitória nos dizeres de Ramos: "...foi o acontecimento de maior importância ocorrido na vida do PSD de Minas, não só em função das pressões civis e militares montadas contra sua candidatura, sua vitória, e sua posse..." (p.177). Em Minas, na eleição para governador, vence o candidato Bias Fortes do PR por meio de uma aliança entre PR-PSD, que segundo Ramos, o eleitor mineiro deu maior receptividade a eleição do governador do Estado vencida por Bias Fortes, pois:

Acontece que o trato cotidiano do homem do interior é muito mais intenso com a burocracia estadual do que com os organismos federais. É do Estado que dependem o juiz, a professora, o promotor, o delegado e o coletor de impostos. Com o governador do Estado, em muitos casos, o prefeito é um intermediário fácil e influente. Já a Presidência da República mantém um distanciamento quase inatingível pela simplicidade do eleitor municipal, que constitui o mais seguro reduto de preservação das agremiações partidárias (RAMOS, 1993, p.181).

Segundo Santanna (2005), o Partido Republicano coligou-se com a chapa Juscelino para presidente, Bias e Bernardes filho para governador e vice, respectivamente, com base num documento que na época chamava-se Protocolo de Intenções que, segundo o autor, poucos políticos mineiros conheciam, entre outros aspectos. Assim, decidiram na cláusula nº: 7, 9 e 10, o seguinte:

7) O diretório do partido Social Democrático ou do partido Republicano, que votar em candidato de outro partido para governador, vice-governador e senador, será, para todos os efeitos, automaticamente excluído do presente acordo, assumindo o governador eleito o compromisso de só prestigiar, no município desse diretório faltoso, o do partido que houver honrado a disciplina partidária.

9) O diretório Municipal que se integrar em um dos acordo, terá, uma vez apuradas as eleições as mesmas vantagens neste documento estipulados em favor dos partidos coligados.

10) O governador governará, nos municípios, de acordo com os prefeitos eleitos sob registro, indiferentemente, pelo partido Social Democrático ou pelo partido Republicano, devendo, todavia, fazer as nomeações na proporção das legendas obtidas pelos partidos coligados (SANTANNA, 2005, p. 134).

Antes das eleições para governador, Geraldo Santanna (2005) conta que encontrou o deputado Chaves Ribeiro do PSD, em Belo Horizonte, onde tiveram o seguinte diálogo:

Ô Geraldo, como você sabe, nós agora vamos votar nos mesmo candidatos nas próximas eleições. Por isso, quero lhe propor um acerto, que tem como objetivo principal evitar despesas para nossas correntes em Salinas. – Diga que tipo de acerto, Chaves. – Nós do PSD, meu pai, Medrado e eu, estamos dispostos a fazer a eleição por nossa conta, sem nenhuma despesa para você, como de resto, sem nenhuma despesa para nós também. É você ir para sua fazenda na véspera da eleição e só voltar ao término da apuração. – Estou de acordo, desde que você me dê uma declaração escrita, dizendo que dois quintos da votação obtida pelos candidatos da coligação PR-PSD, em Salinas, foram dados por mim... (SANTANNA, 2005, p. 140).

O acordo foi feito e o deputado Chaves Ribeiro assinou uma declaração feita por Geraldo Santana, a qual este denominou de suicídio político do deputado Chaves Ribeiro, nela continha os seguintes dizeres:

Para os fins que se fizerem necessários, declaro em meu próprio nome e em nome do Diretório municipal de Salinas do partido Social Democrático, que dois quintos da votação obtidas neste município pelos candidatos Juscelino Kubitschek de Oliveira, José Francisco Bias Fortes e Arthur Bernardes Filho, nas eleições foram dadas pelo diretório municipal de Salinas do Partido Republicano, que obedece a orientação do Sr. Geraldo Paulino Santana (SANTANNA, 2005, p.141).

A vitória do candidato, ao governo de Minas, pelo PSD Bias Fortes, coligado com o PR, foi sentida pelo chefe pessedista local que viu perder sua hegemonia no município, tendo que compartilhar os mesmos direitos assegurados no Protocolo de Intenções, com o diretório do PR local. Sobre o assunto, José Prates⁴¹ (2002) em seu livro: *“O tropeiro e o menino”* assegura que:

No Estado, as forças que o sustentavam enfraqueciam com a divisão do bolo ou a troca de comando. Buscavam-se novos métodos de governar pois já não se podia dar apoio irrestrito aquele tipo de coronel rústico e o seu modelo de coronelismo. Era preciso mudar de fachada, reconheciam. O menino sentia isso, pois, junto com seus amigos, já disparava o estilingue com maior desenvoltura na direção do telhado e das vidraças do sobradão, símbolo do poder e da imagem do coronelismo em Salinas (PRATES, 2002, p.296).

Em Salinas, passado o mandato do prefeito Miguel de Almeida, em outubro de 1954, o povo voltava às urnas para eleger o novo prefeito da cidade. Mais uma vez, o Coronel Idalino escolheu o candidato do PSD que disputaria as eleições no município. O novo candidato escolhido foi o Dr. Cândido José da Costa, este era nordestino, do Ceará e se mudou para a cidade de Rubim, Vale do Jequitinhonha e lá se estabeleceu e se casou com Vanda da Silva Costa, tiveram dois filhos, Sylo da Silva Costa e João Cândido da Costa Neto. Naquela cidade, Dr. Costa se envolveu na política local e de acordo Santana (2005), lá se envolveu em forte e perigosa rixa. Ele era do PSD e Idalino o trouxe para Salinas e o fez prefeito, dizendo que:

Desta vez eu mostro a vocês! Vou buscar um homem de fora, famoso pelo autoritarismo e pela violência, um nordestino que vai restabelecer a ordem, o

⁴¹ José Antônio Prates foi prefeito de Salinas no ano de 2004 pelo PT, quatro anos depois conseguiu reeleição pelo PTB, nas eleições de 2016 foi eleito prefeito novamente pelo PHS.

respeito e a obediência nesta terra. Vocês vão ver. Essa tal de mocidade vai comer o pão que o diabo amassou, era a promessa de campanha. E trouxe realmente. Foi buscar de Rubim, o médico, Dr. Cândido José da Costa, lá envolvido em forte e perigosa rixa... (SANTANNA, 2005, p.133).

Sobre a escolha de Dr. Costa para prefeito de Salinas feita pelo Coronel Idalino Ribeiro, em entrevista Geraldo Santanna relatou:

Desse povo todo ele não apoiou ninguém, ele trouxe, ele fez o sujeito prefeito, todos eles ele fez prefeito, ele escolhia e fazia prefeito. O Costa era do PSD de Rubim, lá era uma política perigosa, era violento, matava gente. O Costa era severo, mas o povo gostava muito dele, era médico, dava assistência em casa. Ajudei muito ele (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

Figura 18 Foto Dr. Cândido José da Costa



Fonte: Arquivo particular João Costa.

Durante a campanha do candidato a prefeito Dr. Costa, foi publicado em Salinas um Cordel anônimo, na época da eleição, que continha os seguintes dizeres:

No PSD meu amigos
 Não precisa explicação,
 É bancada de prestígio,
 Não pode dar confusão.

Miguelzinho em Rubelita,
 - Este vai ser de amargar,
 Cortou a luz dos contrários
 Isto foi prá começar.

O nosso líder, então,
 Este vai ser um igual,
 Vai apresentar projetos
 E não encontrar rival.

Dr. Costa e Sizinio
 Prestem atenção no que digo
 Cumpram bem os vossos deveres
 Sem ter medo do perigo

Aos amigos façam tudo
 Que tiver ao alcance;
 Justiça com os inimigos,
 Logo na primeira chance
 (LISBOA, 1992, p.253-254).

No dia 31 de janeiro de 1955 tomava posse, na Câmara Municipal, os vereadores eleitos, o prefeito Cândido José da Costa e seu vice-prefeito Sizinio Brito. Conforme Ata de posse, o prefeito fez um discurso, onde se registrou o seguinte:

O prefeito empossado Cândido José da Costa que em belíssima oração disse das suas intenções no governo convidou o povo e as autoridades a colaborarem com ele e chamou a atenção dos senhores vereadores para não faltarem a suas obrigações, comparecendo pontualmente as reuniões, dando assim perfeito andamento a máquina administrativa que hora era acionada. Agradeceu ao eleitorado que o elegeu, em seu nome e em nome do vice-prefeito, Sr. Sizinio Brito, e teceu elogios a pessoa do Coronel Idalino Ribeiro que tantos benefícios tem prestado a comuna (Ata da Câmara de 31 de janeiro de 1955, p.174).

Na citação acima, podemos notar que o prefeito eleito faz um agradecimento ao Coronel Idalino Ribeiro pelos benefícios prestados ao município, não podemos esquecer que foi o próprio Coronel que o escolheu para ser prefeito de Salinas e a este devia sua vitória. Mas o Dr. Costa, por sua vez, também tinha conquistado prestígio perante a população da cidade, era um homem carismático, era conhecido, na cidade, como “médico da pobreza”, fazia consultas gratuitas e dava medicamentos para a população pobre, conquistando, assim, com uma política assistencialista, uma grande quantidade de pessoas.

Em Salinas, o Partido Republicano foi beneficiado com a coligação PSD-PR responsável pela vitória de Bias Fortes do PSD e Bernardes Filho seu vice do PR, o partido ganhou força na cidade. Geraldo Paulino Santanna, um dos líderes do Partido Republicano, na

cidade, já era opositor do Coronel Idalino por problemas pessoais. Santanna, conforme relata em seu livro, na segunda tentativa, em 1951, venceu as eleições e foi empossado vereador, dando início a uma forte oposição ao Coronel Idalino. Em seu livro, *O caminho de volta ou “A travessia do deserto”* (2005), ele conta que o motivo da desavença estava relacionado à disputa da fazenda Bela Vista, doada a ele por seu avô. Conforme relata,

Conquanto o episódio da Porteira não tenha sido a razão central de minha nova caminhada, é de ressaltar que, a partir dele, passei a ver sem paixão, de maneira isenta, o quanto as injustiças praticadas pelo Cel. Idalino a sombra do poder e de uma falsa isenção (Santana, 2005, p.67).

Para Geraldo Santanna, “a porteira que fechou se abriu para uma longa e difícil caminhada”. Logo após, a vitória do governador Bias Fortes, o deputado Feliciano de Oliveira Penna (PR) foi convidado para secretário de Viação e Obras Públicas. Este, por sua vez, convidou Geraldo Santanna para ser chefe do seu gabinete. Segundo Santanna, no início recusou o convite, entretanto fora aconselhado pelo professor Milton Campos para aceitar, tendo em vista os benefícios que a região receberia, caso tivesse em meio ao governo um representante interessado em desenvolvê-la. Como chefe de gabinete, Geraldo Santanna começou a despachar diretamente com o governador Bias Fortes. Em um desses encontros, Santanna cobrou do governador um antigo combinado que fizeram, obtendo como resposta:

Santanna, estou admirado de sua coragem em pedir o cumprimento de um acordo, depois que você se ausentou da luta e se desinteressando do pleito, deixou de cumprir sua parte. Daqui saíram há pouco o Cel. Idalino com seu filho, o deputado Chaves Ribeiro, quando me relataram o ocorrido nas eleições em Salinas, das quais você teria passado ao largo, descansando em sua fazenda - “Governador, este documento firmado por José Chaves, com firma reconhecida à época, mostra de que lado está a falsidade, a mentira.” O governador leu o documento, mostrou-se perplexo e externou sua revolta com alguns palavrões. Pediu-me que deixasse o documento com ele por algumas horas, para mandar tirar uma fotocópia após o que mandaria levá-lo a mim pelo Chico, na parte da tarde, bem como lhe passasse a relação dos atos a que me havia referido (SANTANNA, 2005 p.145).

No dia seguinte do ocorrido, segundo Santanna (2005), o jornal Minas Gerais apareceu recheado de atos relativos à Rubelita: exonerações e nomeações, de subdelegado e suplentes, de juiz de paz e suplentes, de adjunto de promotor, de diretoras de escolas e assim por diante. Em cada despacho, ele levava expediente particular, autorizações para obras em Rubelita, ponte sobre o Rio Salinas, sobre córregos, estradas, grupo escolar, luz e dezenas de benefícios para a sede e o interior do distrito de Rubelita. Enquanto isso, Salinas, segundo ele,

estava às moscas pela ineficiência de seus representantes políticos. A par dos acontecimentos em Salinas, o governador Bias Fortes comenta:

Ô Feliciano, o PSD de Salinas, Idalino e José Chaves à frente, inconformado com a cobertura que eu tenho dado ao Santanna, está ameaçando romper comigo, e por consequência, com o nosso governo, é claro; estou inclinado a pagar para ver, se essa ameaça se concretizar, posso contar com seu apoio em Salinas e região? – “É claro, governador, nem poderia ser de outra forma, assegurou o secretário Feliciano Penna; – Volta o governador, e quanto a você Santanna, fica ou não fica comigo?”; – “Acompanho o secretário Feliciano Penna, governador”, asseverei; – “Não, interceptou o governador, “esta resposta não serve, Santanna, quero saber se você fica ou não fica comigo na hipótese do rompimento do PSD de lá!”– “Ficarei com o senhor, governador, pode ter certeza disso, aconteça o que acontecer” (SANTANNA, 2004 p.147).

Figura 19: Foto Geraldo Paulino Santanna



Fonte: livro “O caminho de Volta ou a travessia do deserto”.

Em fevereiro de 1958, foi promovida uma grande festa em Rubelita com a presença do Deputado Federal Feliciano Penna e Geraldo Santanna para a inauguração das várias obras realizadas na cidade. Aproximavam-se as eleições para prefeito e a campanha estava a todo vapor, com essas obras Geraldo Santanna ganhou mais prestígio perante o eleitorado. O deputado federal Clemente Medrado, em reação ao apoio que o deputado Feliciano Penna dava a Geraldo Santanna em Salinas, faz um denúncia contra o deputado

Penna, acusando-o de usar recursos do Estado para custeio de sua campanha política conforme narra uma reportagem do jornal “Correio da Manhã” sobre investigação de fraude e corrupção apurada pela Comissão de Inquérito. Um trecho dessa reportagem reproduz o episódio:

Também outro elemento do PR mineiro está sob o alcance da alça de mira da Comissão de Inquérito: trata-se do Sr. Feliciano Penna, secretário de viação e obras daquele Estado que tem sido acusado pelo Sr. Clemente Medrado, do PSD do mesmo Estado, de estar empregando recursos oficiais para custeio de sua propaganda de candidato a deputado (Correio da Manhã, abril de 1958).

Próximo às eleições, Santanna (2005), relata em seu livro que, deixou a chefia do gabinete de Feliciano Penna, voltou para Salinas, reaproxima-se do então prefeito da época, Dr. Costa, o qual se torna presença constante em sua casa após acontecer uma desavença com a liderança pessedista na cidade. Nesse momento, ele foi informado pelo chefe de gabinete do secretário de segurança, Paulo Pinheiro Chagas, que Salinas, a pedido do Coronel Idalino, receberia um delegado especial de Polícia chamado Cata Preta, para apurar denúncias de desvios de dinheiro da prefeitura, administrada pelo então prefeito da época Dr. Costa.

Ainda de acordo com Santanna (2005), Salinas atravessava por uma turbulência política, o prefeito, Cândido Costa, rompe de vez com o Coronel Idalino e se torna seu opositor político. Após esse rompimento, Dr. Costa, como era chamado, se aproxima de Geraldo Santanna, líder da oposição na época, se tornando bons amigos. Sobre a cassação do prefeito Dr. Costa, Geraldo Santanna, em entrevista, informou que:

Houve um rompimento com nossa corrente que era formada desses 03 partidos, UDN, PR e PTB, mas com o negócio de Dr. Costa um grupo de companheiros chefiados por Ladeia não aceitava, queriam a cassação de Dr. Costa e o PSD também queria, mas aí eu e um grupo de vereadores achávamos que não devíamos cassar o Costa, iríamos atrair o Costa pra nosso meio, então esse grupo que era a favor da cassação rompeu e aderiu a Idalino (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

Com esse intuito de atrair Dr. Costa para seu lado, Geraldo Santanna e seus companheiros vão se unir para tentar livrar o prefeito de uma cassação. Segundo o autor, uma grande correria se instaurou no sentido de colocar a prefeitura em ordem. Consta deste episódio, uma investigação realizada na folha de pagamentos da prefeitura, que apurou a falta de 800 contos de réis, vultosa quantia na época. A fim de solucionar o problema, Santanna e seus aliados tomaram emprestados de alguns conhecidos e conseguiram juntar a quantia para

repor o que faltava no cofre da prefeitura. Ao chegar para a apuração, o delegado lacrou o cofre, dando início às investigações, após um levantamento, acabou por encontrar a quantia exata no cofre, dando o caso por encerrado. Após a saída do delegado, o dinheiro foi devolvido àqueles que o haviam emprestado (SANTANNA, 2005, p.147-148).

O prefeito escapou dessa vez da cassação, rompendo de vez com o Coronel Idalino e seus correligionários do PSD, tornando-se inimigos políticos. Nesse mesmo período, aconteceu outra desavença, o Coronel manda prender uma professora que trabalhava na zona rural de Currálinho. Segundo Santanna (2005), o prefeito Cândido Costa resolveu tomar a escola rural de Currálinho, à força, para onde havia nomeado a professora Maria Terezinha Araújo, em substituição a Hildeu Militão de Vasconcelos, da corrente Idalinista. Os partidários do Coronel apelaram para o delegado Fernando Calvo que resolveu intimar a professora a ir à delegacia. Geraldo Santanna e Dr. Costa aconselharam a professora a não assinar nenhum depoimento se não fosse à presença do advogado Ivo Morais.

Segundo Santanna (2005), a professora foi indiciada por crime de desobediência e incitada pelo delegado. Ela declarou que agiu atendendo as orientações dados por Geraldo Santanna e pelo Dr. Costa. Geraldo Santana foi intimado, sob pena de condução coercitiva, acusado por co-autoria de crime de desobediência. Ele e Dr. Costa foram até Belo Horizonte, pediram ajuda ao Deputado Feliciano Penna e prestaram declarações ao secretário de segurança Paulo Pinheiro Chagas. Eles conseguiram um *habeas corpus* junto ao Tribunal de Justiça, pelo motivo de que o processo fora trancado. O Acórdão publicado, na revista Jurisprudência Mineira de maio de 1958, contém os seguintes relatos:

Vistos relatados e discutidos estes autos de h.c. preventivo nº 13.532 de Salinas, impetrantes Geraldo Paulino Santanna e Dr. Cândido José da Costa: Em dia do mês de fevereiro deste um caminhão que conduzia algumas pessoas chegou a Currálinho, na comarca de Salinas. Os passageiros do veículo iam proceder ao exame ou relação dos livros escolares existente no grupo da localidade. Este se achava fechado porque o professor Ildeu Militão de Vasconcelos estava ausente. À vista disso, o prédio foi arrombado pelas pessoas vindas no caminhão. Em seguida puseram novas fechaduras nas portas que tinham forçado. Cumprindo o fim que visavam retornaram a Salinas (Revista Jurisprudencia Mineira, 1958, p. 125).

A partir do ocorrido instaurou sobre o fato inquérito policial, dirigido pelo Tenente Fernando Calvo Ferreira, delegado de Salinas. A menor de 20 anos Maria Terezinha de Araújo, foi intimada a depor, compareceu a delegacia, onde declarou o que sabia a respeito das ocorrências em Currálinho. Ela não assinou suas declarações, alegando que assim procedia aconselhada por Geraldo Santanna e por Dr. Cândido Costa, os quais lhe disseram se

caso fosse chamada a assinar algum documento sobre o caso de Curralinho só fizesse com a assistência do advogado Ivo Moraes. Em face da explicação dada pela professora, o delegado expediu mandato de intimação a Geraldo Santanna, a fim de interrogá-lo como co-autor do crime de desobediência (Revista Jurisprudência Mineira, 1958, p.125).

A respeito do assunto no Acordão ainda dizia:

É um absurdo, que só se explica como inspirado pela acirrada política partidária que divide o município de Salinas. Geraldo Paulino Santanna é presidente do PR ali e o Dr. Cândido José da Costa prefeito da municipalidade. O ato que se lhes atribui não reveste nenhuma feição de crime, de modo que, por ele, não podem ser chamados a depor na polícia como co-autores de delito algum. É uma violência (...). Em torno do episódio como se viu agita-se a paixão político-partidária, que quer invadir o domínio da justiça, servindo se desta como instrumento de seus desígnios. (Revista Jurisprudência Mineira, 1958, p. 126).

Geraldo Santanna e Dr. Costa ficaram livres da intimação, o Acórdão finalizava dizendo que:

Por essa razão a Primeira Comarca Criminal do Tribunal de Justiça de Minas acorda em conceder a ordem pedida preventivamente declarando os petionários livres de atenderem a intimação feita ou a ser feita pela autoridade policial referida para o fim que ficou acima especificado. Belo Horizonte, 06 de maio de 1958 (Revista Jurisprudência Mineira, 1958, p. 127).

Se o episódio tivesse ocorrido em outra época, certamente o Coronel teria conseguido a prisão dos seus adversários políticos, já que tinha juiz e delegado em suas mãos, porém os tempos mudaram. Ele também estava sujeito a lei, não estava mais acima dela. Novos atores políticos surgiram, sua clientela política diminuía, pois, seu adversário provava que também podia trazer benefícios para o município. As forças políticas que o sustentavam também estavam enfraquecidas, seus velhos métodos já não funcionavam mais, mudar era preciso.

Ainda em relação à cassação do Dr. Costa, Geraldo Santanna relatou, em entrevista, que o mentor da política do Coronel Idalino, dando-lhe sustentação política se chamava Miguel de Almeida, homem bravo, de muito valor moral e material, homem de economia forte. Ele era presidente de Câmara e queria a cassação do mandato do Dr. Costa por malversação do dinheiro público. Nos dizeres de Santanna: “Então chamou, eu fui e ele mim colocou o problema, esse povo era muito sensível a coisa pública, como já disse, era

como se tivesse tocado sua própria economia.” Segundo Geraldo Santanna, ele não aceitou a proposta feita por Miguel de Almeida, aceitaria se cassasse a chapa completa e entregasse a prefeitura para Moisés Ladeia, mas este no final resolveu partir para a cassação junto com Miguel de Almeida.

Para Santanna o rompimento de Dr. Costa com o Coronel Idalino misturou as coisas públicas com as particulares e, em decorrência, deu-se uma instabilidade total. De acordo Santanna, o Dr. Costa só teve 04 votos a seu favor, 11 votaram a favor da cassação. As reuniões na Câmara ficaram tensas, as discussões giravam em torno de acusações contra o prefeito.

No livro de Atas (fevereiro de 1957, p. 08), o vereador Gerson Miranda requereu um prazo de 15 dias para estudos sobre a prestação de contas do prefeito, dizendo que o mesmo havia desviado a verbas para finalidade de conservação de estradas e pontes. Na Ata de 16-04-1957 foi negada a aprovação de contas do prefeito no exercício de 1956, este também foi acusado de receber 02 salários, um como prefeito e outro como médico sanitaria. Na Ata de 24-10-1957, o vereador Gerson Miranda entrega novamente um requerimento acompanhado de comprovantes, solicitando a cassação do prefeito.

Na Ata de 04-11-1957, o vereador Saul Melo pediu urgência com a representação que versa sobre a cassação do prefeito, posta em votação foi aprovada por unanimidade. Numa reunião extraordinária de quinze de julho de 1958, os vereadores voltam a se reunir para decidir sobre a cassação do prefeito Dr. Costa. Sobre o assunto, a ata contém os seguintes dizeres:

Exmo. Senhor presidente da Câmara Municipal de Salinas, os abaixo assinados, vereadores da Câmara Municipal considerando que são notórias as irregularidades na administração da Prefeitura Municipal de Salinas, a partir do exercício de 1956, considerando que nem sequer foram apresentadas as contas relativas do exercício de 1957, considerando que nem ao menos os balancetes mensais de janeiro de 1957 em diante deram entrada no Tribunal de Contas; considerando que o funcionalismo público do município está sem receber vencimentos desde 1957, sendo apenas atendidos alguns vales que os servidores municipais apresentaram na tesouraria; (...) considerando que na arrecadação desses tributos é notório que existe grande balbúrdia, (...) considerando que já estão divulgados pela imprensa vales correspondentes a empréstimos autorizados pelo prefeito Cândido José da Costa sem nenhum fundamento legal ou regulamentar, considerando que em face dos fatos acima apontados que se faz certo que o funcionários público do prefeitura estão se apropriando de dinheiro dos cofres municipais (...) constitui crime definido no artigo 312 do Código Penal, (...) considerando que o crime do artigo 312 do Código Penal independe de representação; considerando que a autoridade policial logo que tiver conhecimento de prática de infração penal deve proceder na conformidade do disposto no art.

6º do Código de Processo Penal , vem representar a Vossa Excelência no sentido de tomar as providencias cabíveis para apuração dos fatos constantes nessas representações. Salinas 30 de junho de 1958 (Livro de Atas, p. 46-47).

Nos dizeres de Santanna em sua entrevista: “Após a cassação Costa foi embora pra Belo Horizonte e só veio nas vésperas da eleição, ajudou nas eleições, ele não ajudou com nenhum mirreis, mas era bom de insultar os outros, terrível.” O prefeito Dr. Costa teve seu cargo cassado e em seu lugar ficou o seu vice Sizinio Brito, este foi empossado prefeito em vinte e sete de agosto de 1958, conforme livro de Atas:

... compareceu o senhor Sizinio Brito vice prefeito deste município para tomar posse do cargo de prefeito municipal na vaga verificada com a perda do mandato do prefeito Cândido José da Costa pelo que lhe foi dado posse do cargo de prefeito municipal de Salinas de acordo com o artigo 28 da Lei Orgânica do Município (Livro de Atas de 27 de agosto de 1958, p. 49).

Os acontecimentos acima citados, a cassação do Dr. Costa e a tentativa de prender a professora desestabilizaram a força política do Coronel Idalino Ribeiro, em plena campanha eleitoral. O PSD local em 1958 se preparava para as eleições municipais em meio a um desgaste político, em contrapartida os adversários ganhavam mais força. O ex-prefeito cassado Dr. Costa uniu-se a oposição para derrotar o candidato escolhido pelo Coronel para disputar as eleições na cidade.

Na convenção do Partido Republicano foi lançado como candidato a prefeito Geraldo Santanna e no mês de fevereiro de 1958, este em franca campanha, com a ajuda do secretário Feliciano Pena, inaugura importantes obras em Salinas e região, conforme Santanna:

Promovemos, em fevereiro de 1958, com a presença do secretário Feliciano Penna a inauguração de todas as obras feitas por meu intermédio em Rubelita e no resto do município de Salinas, pois, nessa altura, já havíamos avançado por todo o município. Foi uma verdadeira maratona. Oito dias de inaugurações e festas. O povo salinense que, até então, só tinha ouvido promessas e confrontos verbais, “disse que disse”, ficou atônito e empolgado com a nossa causa, lamentando o tempo perdido por gerações e gerações (SANTANNA, 2005, p. 149).

Em entrevista Geraldo Santanna relatou como era feito o alistamento das eleições municipais: os candidatos procuravam atrair os eleitores, fornecendo a estes certidões de

nascimento, casamento, que eram feitas na época da votação. Muitos não podiam pagar pelo serviço, ficava a cargo dos candidatos o pagamento, pois, segundo Santanna:

Todo mundo na época, as pessoas não registravam, todo mundo deixava pra registrar quando fosse alistar, casamento e registro de nascimento era feito na época da votação, do alistamento. Um ano antes da eleição começava a fazer o alistamento, então o Eleotério que era titular do cartório, era companheiro de Idalino, então ele dava pra Idalino de graça as certidões e pra mim era um mirréis (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

Já na convenção do PSD, o Coronel Idalino, como presidente, lança seu candidato a prefeito, Miguel de Almeida, este era um homem respeitado e até temido por muitos. Preocupada, a oposição já começava a pensar qual seria o próximo golpe que o Coronel Idalino armaria contra eles. Nos dizeres de Santanna:

O golpe da ciganada já se tornara conhecido e podia fracassar. Noventa por cento do eleitorado votavam na cidade e aí é que estava a oposição, pequena, mas empedernida. O golpe teria que ser dado na cidade, em cima da oposição ardente e provocadora, mas incompetente, pois só cuidava de eleitores na véspera do pleito. Passado esse, cada um que cuidasse de sua vida (SANTANNA, 2005, p.196).

A apreensão tinha sentido, pois o Coronel Idalino, na antevéspera das eleições, mobilizou seus cabos eleitorais e levou à cidade 1,5 mil cavaleiros para intimidar os eleitores. No dia anterior, os cavaleiros desfilaram pela cidade, como se fossem eleitores que votariam no candidato do Coronel Idalino. Fizeram uma parada em frente à casa do Coronel, a praça principal da cidade não coube tanta gente. A oposição, surpreendida com esse golpe, ficou deprimida e preocupada (SANTANNA, 2005, p.196).

Ainda de acordo com Santanna (2005), esses cavaleiros trazidos pelo Coronel Idalino foram levados para um mangueiro com seus animais para a realização de uma grande festa. A oposição deu um contragolpe, um grupo da oposição, na calada da noite, aproveitando o barulho e a distração com os festejos foram para esse mangueiro, levando tesouras e facas afiadas para cortar o rabo dos animais. Naquela época, montar um cavalo com o rabo cortado era motivo de vaias, insultos e humilhações. Assim, ao amanhecerem, muitos cavaleiros depararam com parte de seus cavalos com rabos tosados e deixaram a cidade em meio a vaias generalizadas e provocadoras. Nos dizeres de Santanna:

A notícia se espalhou e a correria foi inevitável. Ninguém queria saber de café ou farofa, e muito menos de votar. Foi uma rebelião incontrolável. Um

ódio suicida ou assassino. Um “Deus nos acuda”. O dia das eleições foi curto para conter as provocações, as lamúrias, as pragas, e até mesmo os confrontos. Afinal, a animalada tosada e seus respectivos cavaleiros deixaram a cidade sob vaias generalizadoras (SANTANNA, 2005, p. 197).

E assim foram realizadas as eleições, a oposição desanimada contava com a derrota certa, não sabia que a maioria dos cavaleiros eleitores era analfabeta e foi usada somente para fazer pressão psicológica. Como forma de se defender do golpe impetrado pelo Coronel, a oposição reúne e cogita a possibilidade de fraudar as eleições. Eles combinam de roubar as urnas do Fórum para alterar as cédulas, entretanto, um dos companheiros que participava do plano comenta com outro em frente à casa de Mendo Corrêa, amigo do Coronel, este ouviu tudo e logo trata de avisar o plano dos adversários.

Segundo Santanna (2005), já de posse da informação, o Coronel Idalino mobilizou sua guarda para permanecer no Fórum, protegendo as urnas até a chegada do oficial de justiça, Sebastião Moreira, para a contagem dos votos. Para o autor, o fracasso do plano foi por obra e graça divinas, pois as urnas revelaram a vitória da oposição, e ele fora eleito prefeito de Salinas com 574 votos de diferença. A praça em frente ao Fórum foi tomada de pessoas que comemoraram a vitória de Geraldo Santanna com grande alvoroço. Quando se dirigiu a sua casa:

Dirigi-me, então, para minha residência e lá fui acolhido por uma massa compacta que me aplaudia. À frente, o dr. Cândido Costa subiu num pilar do gradil que contornava minha casa e fez um candente discurso de saudação à minha pessoa, à nossa vitória, e, extremamente inflamado, concitou a todos para cerrarem fileira em torno de um novo prefeito eleito para “destronarmos a oligarquia implantada por Idalino Ribeiro, nesta terra” (SANTANNA, 2005, p.198).

A derrota do candidato a prefeito pelo PSD Miguel de Almeida, escolhido pelo Coronel Idalino, nas eleições municipais, foi sentida por todos os seus companheiros de partido não só de Salinas, como também de toda a região, não conformavam, segundo Santanna:

A paixão deles por Idalino ter perdido as eleições aqui em Salinas foi um negócio fora do comum, eles não conformavam com isso. (...) mas vê o seguinte quando eu fui eleito em Salinas quando tomei posse, uns oito dias depois subiu um bando de gente aqui pra mim insultar, tudo armado, terrível (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

A vitória de Geraldo Santana, sobrinho e inimigo político do Coronel Idalino, põe fim a quase quarenta anos de chefia política do Coronel em Salinas. Este nas eleições para governo de Minas, nos dizeres de Santanna: “Com o passar dos dias, ficou evidenciado que o Cel. Idalino Ribeiro vingava seus dissabores com o governo Bias Fortes, apoiando o movimento janista local...” (p.205). O candidato a governo de Minas do PSD foi Tancredo Neves, mas o Coronel apoiou a candidatura de Magalhães Pinto (UDN) e para presidente da República, ele apoiou Jânio Quadros.

A política pessedista, ainda no início de 1960, em Salinas, sofreu uma grande perda. Faleceu em 20 de abril de 1961, em Belo Horizonte, onde foi sepultado, vitimado por um derrame, o Deputado Federal Clemente Medrado, genro do Coronel Idalino. Segundo Lisboa (1992), Clemente Medrado, no final do governo Bias Fortes (1960-1961), foi diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas, tentou a reeleição nas eleições de 1959, mas não conseguiu ser eleito.

Após as eleições, o Coronel permaneceu na cidade por alguns anos, porém com a morte de sua esposa, Laudelina Ribeiro, mudou-se para Belo Horizonte, onde morou por muitos anos com sua filha Severina, esposa de Clemente Medrado. Ele faleceu em 28 de outubro de 1973 em Belo Horizonte e lá foi sepultado aos 94 anos de idade. Segundo Geraldo Santanna, o Coronel, quando morreu, já não tinha a fortuna de outrora, pois:

O Idalino não foi feliz numas coisas, porque Idalino não acreditou numa mudança no patrimônio. Idalino só acreditava na moeda, ele não acreditava que tivesse inflação, ele só acreditava no dinheiro. Pelo recurso que ele tinha em dinheiro podia juntar e comprar metade de Belo Horizonte, ele só emprestava dinheiro, era uma questão filosófica, isso dava mais prestígio na região toda. O povo de Pedra Azul vinha todo tomar dinheiro emprestado, mas era uma cultura da época (Entrevista cedida por Geraldo Santanna, 01-10-2016).

O Coronel recebeu uma homenagem póstuma, o Instituto Nossa Senhora Aparecida foi estadualizado no início da década de 1980. Em outubro de 1982, o governador de Minas Francelino Pereira dos Santos assinou a Lei Estadual Nº 8.288 que alterou o nome do Instituto, passando a chamar, Escola Estadual Coronel Idalino Ribeiro de 1º e 2º Graus. O colégio ainda existe e funciona até os dias atuais com o mesmo nome.

Anos mais tarde, no jornal “Estado de Minas” de 1987 noticia o falecimento de José Chaves Ribeiro, ex-deputado Estadual e filho do Coronel Idalino Ribeiro, assim dizia:

Foi sepultado anteontem no cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, o ex-deputado Jose Chaves Ribeiro, que durante várias legislaturas representou o Norte de Minas na Assembléia Legislativa mineira. Ele foi encontrado morto em seu apartamento, em Belo Horizonte, domingo, mas não foi ainda determinado, com certeza, o dia do seu falecimento. Sua morte não chegou a ser anunciada e o único deputado atual presente no velório e sepultamento foi Adelino Pereira Dias, seu conterrâneo e amigo da família (Estado de Minas, 16 de outubro de 1987, p.03).

Na reportagem, o jornal salientou a importância do Coronel Idalino na política norte-mineira como homem forte do PSD:

José Chaves nasceu em Salinas, em 20 de março de 1914. Seu pai, Idalino Ribeiro, foi considerado mais influente líder político do Norte de Minas, homem forte do antigo Partido Social Democrático (PSD) e político da confiança do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Estado de Minas, 16 de outubro de 1987, p.03).

Atualmente, o velho palacete funciona como prefeitura municipal. Este que foi moradia do Coronel Idalino Ribeiro tem sua história marcada como um símbolo de poder da política coronelista. Ali aconteciam importantes reuniões para tomada de decisões a cerca da política local, além de ter hospedado políticos ilustres que também marcaram a história do nosso país. Na sala de entrada do palacete está pendurado na parede um quadro com a fotografia do velho chefe político que comandou a política da cidade por quase 40 anos. Sua história ficará marcada como um dos maiores personagens da política não só de Salinas mas de todo o Norte de Minas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, discorremos sobre a trajetória política do Coronel Idalino Ribeiro, um dos maiores personagens políticos não só de Salinas, mas também de todo o Norte de Minas, o que se comprova mediante a sua permanência no poder, neste município, por quase 40 anos. Analisamos em específico, a política coronelista na cidade de Salinas nas décadas de 1920 a 1950, período em que a política local foi marcada pela chefia do Coronel Idalino Ribeiro.

Ao fazer o rastreamento das primeiras famílias e formação da elite local, que delas originaram os primeiros chefes políticos da cidade, verificamos que o Coronel Idalino Ribeiro descende de uma das famílias pioneiras de Salinas que contribuíram para o desenvolvimento e emancipação do município. Analisamos a composição das primeiras Câmaras e verificamos que a maioria dos membros era de coronéis que tinham patente da Guarda Nacional, instituição muito importante na política coronelista. Ainda, constatamos que a maioria deles era fazendeiros e comerciantes. Um deles, o Dr. João Porfírio Machado, por exemplo, exercia o cargo de advogado. Segundo Bourdieu, o exercício de determinados cargos rendia-lhes capital simbólico, o qual se convertia em capital político.

Analisamos também a importância da família na disputa pelo poder, salientamos que pertencer a uma família que tinha poder econômico foi de suma importância para a conquista e a permanência no poder dos chefes políticos locais. Como é o caso do Coronel Idalino Ribeiro que pertencia a uma das famílias pioneiras que vieram de Rio Pardo e povoaram o município, eram grandes fazendeiros e comerciantes. Constatamos que a ascensão e a permanência dos chefes políticos em seus cargos muito se deviam a esses laços familiares, já que o poder passava de pai para filho e também para genros, como se fosse uma herança. Consequentemente, o poder se concentrava sempre em torno das mesmas famílias, possibilitando assim que continuassem no poder.

Ao observar os embates na disputa pelo poder local, analisamos esses conflitos, desde seus primórdios, e constatamos que serviram de palco para lutas sangrentas em que foram empregadas a violência como meio de conquistar e de se manter no comando da política na cidade. No tocante a esta questão, na década de 1920, o Coronel Idalino Ribeiro tornou-se chefe local, graças ao emprego de vários meios, inclusive da violência, para derrotar seus adversários. Como exemplo, citamos um fato que marcou a cidade, a expulsão do professor Juventino Nunes, firmando de vez a chefia nas mãos do Coronel Idalino.

Constatamos que mesmo após 1930, data que, para alguns autores como José Murilo de Carvalho (1999), marca o fim do coronelismo, o Coronel Idalino conseguiu se adaptar e sobreviver às mudanças, desse período, permanecendo no poder. Seu genro, Clemente Medrado, no final de 1930, foi nomeado o primeiro prefeito da cidade pelo governador Olegário Maciel e, em 1932, foi eleito Deputado Federal. O Coronel Idalino ainda tinha muito prestígio político por pertencer a Comissão Executiva do Partido Progressista ao lado de grandes nomes que se reuniam para tomar importantes decisões em relação à política, não só de Minas Gerais, mas também do Brasil.

Com o advento do Estado Novo, quando foram suprimidos os partidos políticos, o chefe político de Salinas continuou no mando político local, indicando os prefeitos da cidade. Todos os prefeitos de 1933 a 1947 foram escolhidos pelo Coronel Idalino, a indicação era feita pelo interventor, na época, nomeado por Getúlio Vargas. Justamente, nesse período, foi nomeado para interventor em Minas, Benedito Valadares, amigo do Coronel. Benedito permaneceu na interventoria em Minas por 15 anos, os prefeitos de Salinas escolhidos pelo Coronel, nesse período, tinham o aval do interventor.

Neste trabalho, também analisamos o período pós-1945, o fim da chamada Era Vargas, a redemocratização com a volta dos partidos políticos e a volta do povo as urnas para escolher seus representantes. Dentre os partidos políticos, foi criado o PSD, partido extremamente forte em Minas Gerais, que tinha no seu rol de membros da Comissão Executiva, o Coronel Idalino Ribeiro. Clemente Medrado, genro do Coronel foi eleito Deputado Federal e o filho, José Chaves Ribeiro, foi eleito Deputado Estadual, demonstrando assim a força que o Coronel ainda exercia nesse período.

Constatamos também que, na década de 1950, tivemos o apogeu e queda do Coronel Idalino na política local. Seu apogeu acontece com Juscelino Kubistchek, no governo de Minas, o Coronel permaneceu na chefia da cidade, pois, contava com o apoio do governador de Minas para se manter no poder. Idalino ainda fazia parte da Comissão Executiva do PSD, apoiou a candidatura de Juscelino a governo de Minas e mais tarde a Presidente da República. O genro do Coronel foi reeleito Deputado Federal e o filho, José Chaves Ribeiro, foi reeleito, Deputado Estadual. Na política municipal, o candidato escolhido pelo Coronel Idalino foi eleito prefeito da cidade, com esses feitos, ele permanece ainda no comando da política local.

A criação de novos partidos políticos fez emergir novos comportamentos, novos atores e exigiu novas acomodações na estrutura política, entretanto, permitiu a sobrevivência de velhos atores políticos, os coronéis, e a continuidade de velhas práticas da política

coronelistas. Mas, as forças que sustentavam o Coronel no poder estavam enfraquecendo, seu partido o PSD, se viu obrigado a fazer uma aliança com o partido rival PR para obter vitória nas eleições estaduais. Essa aliança foi muito prejudicial para o Coronel, pois, seus adversários na cidade, partidários do PR, ganharam força.

A oposição em Salinas ficava cada dia mais organizada, conseguia mais adeptos, entre esses adeptos, o sobrinho do próprio Coronel, Geraldo Santanna, no início, por problemas pessoais, se junta à oposição, PR, e se torna um grande adversário, um dos líderes do partido na cidade. Nesse ínterim, os opositores fundam o jornal “O Democrata”, importante arma nas mãos dos adversários, sempre pronto a fazer críticas à política situacionista, depositando nesta a responsabilidade pelo atraso em que vivia o município. O partido da situação o PSD era comparado como uma velha árvore, que teria que ser arrancada, pois, estava atrapalhando a chegada do progresso na cidade.

Por fim, constatamos que a derrota do Coronel Idalino muito se deveu a quebra de hegemonia do seu partido, o PSD. O governador Bias Fortes do PSD apoiou o adversário do Coronel em Salinas, Geraldo Santanna do PR. Sem o apoio do governo, o velho chefe político perdia cada vez mais suas forças. Nas eleições de 1958, o candidato do Coronel a prefeito de Salinas perde as eleições para seu rival Geraldo Santanna, pondo fim à chefia do Coronel Idalino Ribeiro, após quase quarenta anos no poder.

FONTES

FONTES ESCRITAS:

Arquivo da Prefeitura Municipal de Salinas
Arquivo da Câmara Municipal de Salinas
Livros de Atas dos anos de 1893 a 1915 e de 1945 a 1960
Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Salinas
Arquivo do Centro Cultural de Salinas
Arquivo da biblioteca Municipal de Salinas
Arquivo particular Geraldo Paulino Santanna
Arquivo particular João Costa
Revista Jurisprudência Mineira, 1958

JORNAIS:

Jornal “O salinense” (1929)
Jornal “O reivindicador” (1931 e 1930)
Jornal “Gazeta do Norte” (1918, 1930, 1932)
O Democrata
Informativo Municipal (2002)
Diário Oficial (1936)
Estado de Minas (1987)
Jornal “Montes Claros (1918)
Jornal Diário Carioca (1950)
Jornal A Noite (1950)
Jornal O Tempo (2008)
Jornal O Democrata (1952)
Jornal do Estado (1933)
Jornal Correia da Manhã (1958)
Jornal A Manhã (1945)
Jornal Última Hora (1959)
Revista Jurisprudência Mineira (1958)

FONTES ORAIS:

SANTANNA, Geraldo Paulino, 01-10-2016. Entrevista concedida a Cristiane Rodrigues Brito

CRUZ, Edízio, 05-07-2016. Entrevista concedida a Cristiane Rodrigues Brito

CORREIA, Mendo, 1977. Entrevista concedida a João Costa. (Áudio)

GUIMARÃES, José, 1975. Entrevista concedida a João Costa.

REFERÊNCIA

AGUIAR, Cynara Silde Mesquita de. *Coronelismo em São João da Ponte: 1946-1996*, (Dissertação de Mestrado). Montes Claros: Unimontes, 2002.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos e Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: editora com Arte, 2012.

ÂNGELIS, Newton de. **Efemérides Riopardenses. Salinas: 1998. Brasil, 1977**. (Volumes I, II e III)

ASSIS, Anatólio Alves de. **No Tempo das Revoluções**. Belo Horizonte, 1976.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900 – 2000)*. Rio de Janeiro: Mauadx, 2010.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean – François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, p. 349 – 363, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARONE, Edgard. **A república Velha, (Instituições e Classes Sociais)**. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados, escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CORREA, Noemi Pinho. **“Anotações de Noemi”**. Salinas, 2006.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais: Com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa**. Ed. Imprensa Oficial do Estado. Belo Horizonte, 1970.

CRUZ, Edízio. **Meu Rio Salinas: causos, contos e crônicas**. Salinas, 2012.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/ Programa Editorial, 1987.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREIRE, Felisberto. **História territorial do Brasil**. 1906.

GUALBERTO, João. **A invenção do Coronel**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

GOMES, Angela Maria de Castro. **“Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30”**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Cid Hebelo. **Famílias Governamentais de Minas Gerais**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDO MINEIROS, 2. Belo Horizonte: UFMG, 1956.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 2ª Edição – Brasiliense, 1981.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues**. (Dissertação de Mestrado). Recife, 2011.

LISBOA, Abdênago. **A Octaciliada – Uma Odisséia do Norte de Minas**. Edição de Apolo Heringer Lisboa. Belo Horizonte: Canãa, 1992;

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, ed. Alfa-Omega, 4ª edição, 1978.

MENDES, Santana Ferreira. **A História Política Salinense** (monografia). Salinas, 1998.

MIANI, Rozinaldo Antônio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: UNESP/SP. Tese de Doutorado em História, 2005.

MIRANDA, Avay. **Taiobeiras: Seus Fatos Históricos**. Brasília: Thesaurus, 1997. Volume I.

MONÇÃO, Geraldo Nobre; DAYRELL, Monção Carlos Alberto. **A Cachaça no contexto histórico, cultural e econômico da região do Alto Rio Pardo – Minas Gerais**. Relatório Final, setembro de 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. il. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

PANDOLFI, Dulci. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANG, EUL-SOO. **Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. SA. 1979.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas.** Montes Claros, 1979.

PORTO, Cezar Henrique de Queiroz..**Paternalismo, poder privado e violência: O Campo norte mineiro durante a Primeira República**(dissertação de Mestrado). Montes Claros: Unimontes, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa Omega, 1976.

RAMOS, Plínio de Abreu. **O PSD Mineiro.** Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1993.

RAMOS, Paulo. **A Leitura dos Quadrinhos.** São Paulo: Editora Contexto, 2009a.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O império da ordem: Guarda Nacional, Coronéis e burocratas na segunda metade do séc. XIX, 1850-1873** (Tese Doutorado). Franca: UNESP, 2008.

SANTANA, Geraldo Paulino. **O caminho de volta ou a Travessia do deserto.** Belo Horizonte: 2004.

SANTIAGO, Luís. **O mandonismo mágico do sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais – 1856-1931.** Pedra Azul: Edição do autor, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, João Morais de. **“Discussão em torno do conceito de coronelismo – da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local”.** In: Caderno Estudos Sociais. Recife: 1995. V. 11, n. 2. Jul/dez.

VIANNA, Urbino de Souza. **Bandeiras e sertanistas baianos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VILAÇA, Marcos Vinicius, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1978.

VILELA, Marcio Ananias Ferreira. **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955** (dissertação de mestrado). Recife, 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. XX. Montes Claros, MG: UNIMONTES, 2002.

WIRTH, John. ***O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação brasileira 1889 – 1937***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

Q 521-11-21
sp

W. J. J. J.
sp

Exm.º Sr. Dr. Paul Soares.

Affectuosas saudações.

Tenho o prazer de comunicar ao prezado amigo que estou intensificando quanto possível os trabalhos do alistamento eleitoral neste município, onde espero que os nossos candidatos tenham unanimidade de suffragio nos pleitos de 1.º e 7 de marzo proximo.

É verdade que o Sr. José Torpilis, juiz municipal deste termo, actualmente na capital da Bahia, de onde é filho, tem mandado para cá uns journaleros de propaganda contrario ao nome do nosso eminente amigo Sr. Arthur Bernardes; isto, porém, nenhum valor tem, não só porque aquelle Senhor carece de sympathias no nosso meio, mas tambem porque todos reconhecerem ser esse gesto oriundo de baixo despeito por não ter sido o mesmo nomeado juiz de direito da nossa comarca.

Salinas está cohesa com os seus 1.500 eleitores, in-
 cluídos até este momento, comungando uns só
 pensar: — defender a todo o trave a causa de
 Minas, cerrando fileiros em torno dos nomes
 dos seus dois preclaros filhos, candidatos à
 presidencia da Republica e à presidencia do
 Estado. — Aqui aguardo, com muito prazer,
 as suas ordens.

Atte. e adm.^{te}

Julvenio Nunes

Salinas, 22 de novembro de 1927.



Coronel Idalino Ribeiro. Fonte: Acervo particular João Costa.



Foto a esquerda Clemente Medrado Fernandes, foto a direita André Fernandes, pai de Clemente Medrado
Fonte: Livro Octacíliada: Uma Odisseia do Norte de Minas.

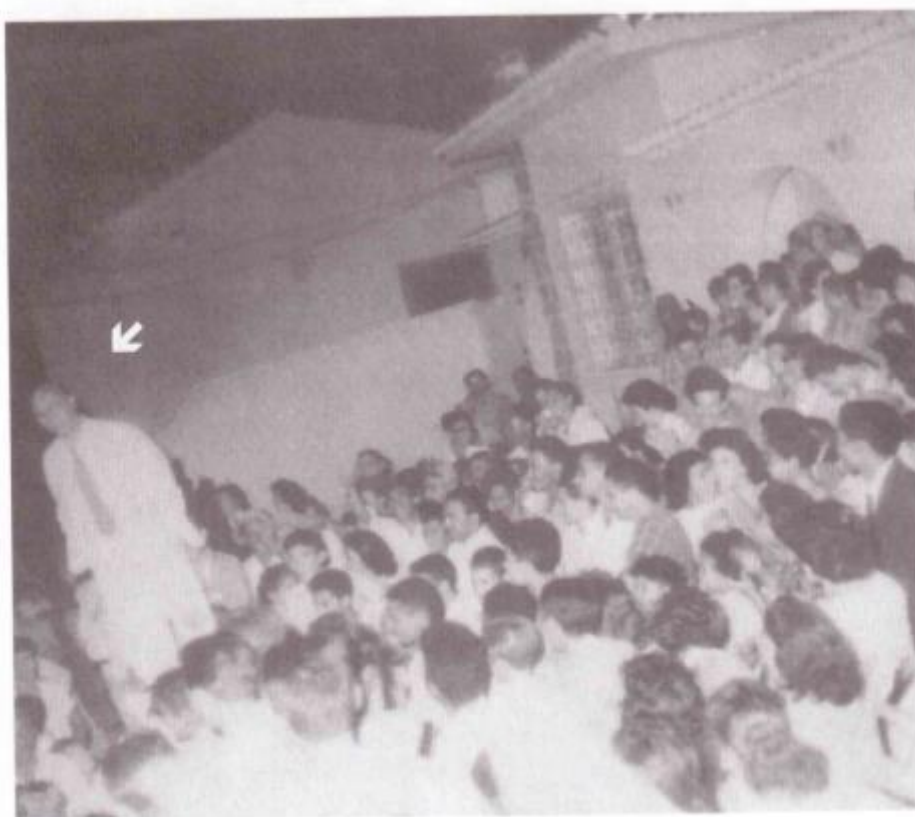


Coronel Bernardino Costa e sua esposa Sinhaninha.
Fonte: Livro “O caminho de volta ou a travessia do deserto”.



Comissão de Apuração da eleição que elegeu Geraldo Santana para prefeito, e fiscais de partidos, logo que terminados os trabalhos.

Fonte: Livro “O caminho de volta ou a travessia do deserto”.



Proclamado eleito prefeito de Salinas, Geraldo Santana é recebido em sua residência por grande concentração popular, momento em que é saudado pelo ex-prefeito, dr. Cândido José da Costa, pai de Sylo, em destaque na foto.

Fonte: Livro “O caminho de volta ou a travessia do deserto”.



Também da sacada do Fórum, após apuração, faia à multidão curiosa o juiz de Direito de Salinas dr. Tomé Lucas Pereira




A população aglomerada em frente ao Fórum, já tarde da noite, aguarda a proclamação do resultado.

Fonte: Livro “O caminho de volta ou a travessia do deserto”.



Na sala de visitas da residência do prefeito Geraldo Santana, o candidato a governador Tancredo Neves, num gesto de conciliação, abraça o cel. Idalino Ribeiro e o prefeito, ao lado do cel. Nico Prates.

Fonte: “O caminho de volta ou a travessia do deserto”.

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO TELEGRÁFICO		PDI 53 11.24/1 CARIMBO 26 NOV. 1953 EXP.
CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO — 1.ª VIA		
Procedência Salinas Mg N.º 714 Pls: 140 Data 24 Hora 15h	Via Nota de cópia Murillo	PROTOCOLO DA SECRETARIA
ENDEREÇO Presidente Getulio Vargas Palácio Catete.		

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que ao ser colocado festivamente nesta cidade o marco inicial dos estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Bahia-Minas e seu entroncamento na Central do Brasil, no trecho de Arassuaí-Salinas-Montes Claros, a população salinense vibrou de justo entusiasmo. ovacionou o nome do benemérito Presidente ordenando os respectivos estudos, vem demonstrar o seu patriotismo no empenho de amparo das populações rurais desta região.

Respeitosas saudações!

Deputado Federal, Chaves Ribeiro.
 Deputado Estadual, Miguel Almeida,
 Prefeito Municipal, Teodomiro Sarmento, Presidente da Associação Rural, Lauro Almeida, Presidente da conferencia de São Vicente, Paulo Eloi Quintino, Presidente da Liga Operaria José Miranda, Diretor da Escola João Pessoa, Juiz de Direito Sebastião Resende, Promotor da Justiça, Darci Freire, Diretor da Cidade de Salinas, Idalino Ribeiro e Ilidio Duque

Telegrama do Deputado Chaves Ribeiro ao presidente Getúlio Vargas.
 Fonte: CPDOC



Fórum de Salinas construído em 1933
 Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Salinas



Escola Estadual Coronel Idalino Ribeiro
 Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Salinas